

# Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

## RELATÓRIO CONSOLIDADO

2024

Versão não conforme com ESEF

27.junho.2025

## Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

O presente documento constitui uma versão não oficial e não auditada do documento oficial de prestação de contas do Metropolitano de Lisboa, EPE, submetido no *site* da CMVM no dia 30 de junho de 2025. Não obstante, corresponde a uma cópia fiel da referida informação financeira de prestação de contas, e que se encontra igualmente no *site* do Metropolitano de Lisboa com o nome "Relatório e Contas Anual 2024 - Versão não oficial - não auditada". Em caso de discrepância, prevalece a informação financeira oficial submetida à CMVM.

## Assinatura Digital

Este relatório é assinado em formato digital.

### O Conselho de Administração

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS	Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS Date: 2025.06.27 13:28:46 +01'00'
--	---

Eng.<sup>a</sup> Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Assinado por: **João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva**  
Num. de Identificação: 07661348  
Data: 2025.06.27 13:15:25+01'00'

Eng.<sup>o</sup> João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva



SÓNIA ALEXANDRA MARTINS PÁSCOA	Digitally signed by SÓNIA ALEXANDRA MARTINS PÁSCOA Date: 2025.06.27 12:14:20 +01'00'
--------------------------------------	---

Dr.<sup>a</sup> Sónia Alexandra Martins Páscoa

As demonstrações financeiras e seus Anexos são assinados em formato digital.

### O Contabilista Certificado

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA	Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA Date: 2025.06.27 10:18:18 +01'00'
--	--

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

## Índice

I.	NATUREZA DO RELATÓRIO.....	5
II.	SUMÁRIO EXECUTIVO.....	6
1.	Mensagem da Presidente em exercício. Destaques do ano.....	6
2.	Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa .....	10
III.	ORGANIZAÇÃO .....	11
1.	O ML e as suas Participadas.....	11
2.	Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão.....	12
	Propósito.....	12
	Âmbito.....	12
	Princípios de Gestão.....	12
	Política de Gestão .....	12
	Carta do Cliente .....	13
IV.	ANÁLISE DE CONTEXTO .....	15
	Partes Interessadas .....	15
1.	Análise Externa.....	16
	Política.....	16
	Económica .....	17
	Social.....	18
	Tecnológica.....	19
	Ambiental.....	19
	Legal .....	20
2.	Análise Interna.....	20
	Organização.....	20
	Processos.....	21
	Recursos Humanos .....	21
	Recursos Materiais .....	22
	Recursos Financeiros.....	22
	Infraestrutura e Material Circulante .....	22
3.	Riscos e Oportunidades .....	23
4.	Estrutura de <i>Governance</i> .....	25
	Modelo de governo .....	25
	Estatuto remuneratório .....	25
	Obrigações de <i>Governance</i> .....	26
5.	Órgãos Sociais.....	27
	Identificação dos Órgãos Sociais .....	27
	Estrutura Organizacional .....	29
V.	ESTRATÉGIA.....	30
1.	Objetivos Estratégicos.....	30
VI.	MODELO DE NEGÓCIO .....	31
1.	Áreas de Negócio e Criação de Valor.....	31
	Qualidade.....	32
2.	Investimento e expansão da rede.....	32
	Melhorar os níveis de serviço ao Cliente.....	32
	Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente .....	33
	Promover a sustentabilidade ambiental e energética.....	34
	Sistema de controlo automático de comboios e novo material Circulante .....	34
	Aquisição de Material Circulante (24 UT, com opção de mais 12) .....	35
	Sistemas e equipamentos.....	35
3.	Conservação e manutenção da infraestrutura e material circulante .....	37
	Desempenho operacional da infraestrutura principal.....	37

Desempenho operacional do material circulante .....	38
4. Oferta do serviço de transporte .....	39
5. Procura.....	40
Atividades Complementares.....	41
6. A atividade comercial.....	42
Metrocom, S.A.....	42
Ferconsult, S.A.....	45
TREM, A.C.E.....	46
TREM II, A.C.E.....	47
Ensitrans.....	47
VII. DESEMPENHO .....	48
1. Capital financeiro.....	48
Receitas Tarifárias e Complementares .....	48
Resultados.....	50
Rendimentos Operacionais – Contas Individuais.....	51
Gastos Operacionais – Contas Individuais.....	52
EBITDA – Contas Individuais.....	53
Gastos com Pessoal – Contas Individuais.....	54
Resultados Financeiros .....	55
Fluxos Financeiros .....	55
Estrutura Patrimonial.....	56
Gestão de Risco Financeiro.....	57
Passivo Remunerado.....	57
Investimento.....	58
2. Capital intelectual.....	61
3. Capital humano .....	62
Trabalhadores.....	63
Remuneração.....	64
Segurança e saúde no trabalho.....	65
4. Capital social.....	66
Responsabilidade Social.....	66
Igualdade e não discriminação .....	66
Clientes.....	67
Segurança das instalações.....	72
Comunicação institucional.....	73
Participação em atividades de organismos nacionais e internacionais .....	74
5. Capital natural.....	74
VIII. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS.....	77
1. Objetivos de gestão e Plano de Atividades e Orçamento .....	77
a) Objetivos definidos pelo acionista.....	77
b) Execução do Plano de Atividades e Orçamento.....	78
c) Investimento.....	78
d) Contrato de prestação de serviço público ou de interesse económico geral celebrado com o Estado	78
e) Orçamento financeiro (carregado no SIGO/SOE) .....	81
2. Gestão do risco financeiro.....	81
3. Limite de crescimento do endividamento.....	81
4. Prazo médio de pagamentos.....	82
5. Recomendações do acionista.....	82
6. Diligências para solucionar reservas emitidas na última CLC.....	83
7. Remunerações/honorários dos Órgãos Sociais e Auditor Externo.....	85
a) Órgãos Sociais .....	85
b) Auditor externo .....	87
8. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público.....	88

9.	Despesas não documentadas ou confidenciais .....	88
10.	Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens .....	88
11.	Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade.....	89
12.	Relatório anual prevenção da corrupção e Plano Prevenção Riscos e Infrações Conexas.....	89
13.	Contratação pública.....	91
14.	Sistema Nacional de Compras Públicas.....	91
15.	Eficiência Operacional e evolução dos gastos operacionais.....	92
16.	Recursos Humanos e Massa Salarial .....	93
17.	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.....	93
18.	Auditorias conduzidas pelo tribunal de contas nos últimos três anos.....	94
19.	Elaboração e divulgação da demonstração não financeira.....	94
20.	Divulgação de informação no sítio da internet do SEE .....	94
21.	Quadro resumo – Cumprimento das orientações legais.....	95
IX.	SÍNTESE DE RESULTADOS.....	96
1.	Eventos subsequentes .....	96
2.	Perspetivas futuras.....	96
3.	Proposta de aplicação de resultados.....	98
X.	ANEXOS.....	99
1.	Declarações Finais.....	100
2.	Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho de Administração, n.º 5, art.º 447 CSC) .....	101
3.	Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho Fiscal, n.º 5, art.º 447 CSC) .....	102
4.	Demonstrações Financeiras Individuais e Anexo .....	103
	Demonstrações Financeiras Individuais.....	104
	Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2024 .....	108
5.	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexo .....	142
	Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	143
	Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2024.....	148
6.	Demonstrações Orçamentais.....	187
	Orçamento e Plano Orçamental Plurianual.....	187
	Plano Plurianual de Investimentos .....	188
	Demonstrações de relato individual .....	189
	Anexo às Demonstrações Orçamentais.....	194
7.	Parecer do Conselho Fiscal às Contas Individuais e Consolidadas.....	198
8.	Certificação Legal das Contas Individuais e Consolidadas.....	213
9.	Relatório do Auditor Externo (Contas Individuais e Consolidadas) .....	231
10.	Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI .....	248
	Análise de materialidade e limites do relatório.....	248
	Indicadores GRI.....	249
11.	Aprovação do Plano de Atividade e Orçamento – 2024.....	269

## I. NATUREZA DO RELATÓRIO

O Relatório Consolidado engloba a informação financeira e não financeira do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, correspondente ao exercício de 2024.

O presente relatório foi elaborado dando cumprimento ao disposto nos artigos 66.º - “Relatório de Gestão”, 66.º-A - “Anexo às contas” e 66.º-B - “Demonstração não financeira” do Código das Sociedades Comerciais e tendo em conta as Diretrizes do IIRC - *International Integrated Reporting Council* (Conselho Internacional para o Relato Integrado), respeitantes à informação relativa à estratégia, gestão e desempenho dos principais vetores de negócio do grupo empresarial.

Pretende ainda, dar resposta às “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2024” para as EPE, emanadas no Ofício-Circular SAI\_DGTF/2025/254, de 24 de fevereiro de 2025, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, bem como, melhorar a perceção de estratégia de negócio e de transferência de valor que os *stakeholders* têm relativamente à atividade desenvolvida pelo grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, enquadrando a mesma com os objetivos estratégicos definidos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO), e justificando os principais desvios observados nesse período. Contém, ainda, informação relativa à governação, análise de contexto, estratégia, bem como à divulgação e ao desempenho alcançado pelos diferentes capitais (financeiro, intelectual, humano, social e natural).

A informação apresentada no presente relatório evidencia o empenho e o rigor que o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., a Ferconsult, S.A., a Metrocom, S.A., o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. adotaram na implementação contínua de medidas e de procedimentos que potenciam a criação de valor e o reforço da qualidade do serviço prestado, potenciando a mobilidade sustentável, a descarbonização e a melhoria da qualidade de vida dos seus clientes e trabalhadores.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações subsequentes e com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards*), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (*International Accounting Standards and Interpretations*), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), tal como adotadas na União Europeia (UE).

Nos termos do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários, os documentos que integram o presente Relatório e Contas foram preparados sob o Formato ESEF e em conformidade com as especificações previstas no Regulamento Delegado (UE) 2018/815 da Comissão, de 17 de Dezembro de 2018, e nos termos das alterações subsequentes, tendo igualmente em conta os *guidances* disponibilizados pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) através da versão atualizada do *ESEF Reporting Manual*.

A informação não financeira foi elaborada de acordo com as diretrizes do *GRI Standards*. De referir ainda que a informação não financeira do presente relatório não foi sujeita a qualquer verificação externa. No entanto, foi dado cumprimento ao ponto 6 do artigo 451.º do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, que refere que “no caso de sociedades que estejam obrigadas a apresentar uma demonstração não financeira, nos termos do artigo 66.º-B ou do artigo 508.º-G, o revisor oficial de contas deve apenas atestar que a mesma ou o relatório separado foram apresentados.”.

## II. SUMÁRIO EXECUTIVO

### 1. Mensagem da Presidente em exercício. Destaques do ano

O presente documento apresenta o Relatório e Contas Consolidado de 2024, detalhando a atividade do Metropolitano de Lisboa (ML) e das suas empresas participadas: a Ferconsult, S.A., a Metrocom, S.A., o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E..

O ano de 2024 foi desafiador, mas também determinante para o Metropolitano de Lisboa, marcado por avanços significativos e pela superação de desafios que reforçaram o nosso papel como um dos pilares estruturantes da mobilidade urbana sustentável na Área Metropolitana de Lisboa.

Em 2024, registou-se uma recuperação na procura do Metropolitano de Lisboa em comparação com o ano anterior, com aumentos de 6,3% nas validações e de mais 6,5% no total de passageiros. Esta evolução foi impulsionada, em parte, pelas medidas de gratuidade implementadas ao longo do ano.

O ano de 2024 ficou também assinalado com a concessão de visto prévio, por parte do Tribunal de Contas, ao Aditamento ao Contrato de Concessão do Serviço Público de transporte de passageiros do Metropolitano de Lisboa, válido até 1 de julho de 2030. Este avanço garante as condições de estabilidade e previsibilidade fundamentais à concretização do exigente plano de investimentos em curso e para reforçar a estratégia de melhoria e desenvolvimento sustentável do serviço público de transporte.

O Aditamento ao Contrato de Concessão estabelece mecanismos equilibrados para a remuneração e monitorização do serviço, com ênfase nas obrigações de serviço público e no controlo rigoroso dessas responsabilidades. O Contrato de Concessão de Serviço Público reconhece a importância do ML para a mobilidade na cidade e na Área Metropolitana de Lisboa, destacando o seu papel na promoção do transporte público, descarbonização e transição energética. Define, também, um conjunto de métricas de eficiência e eficácia para medir a qualidade do serviço público, estabelecendo critérios claros de desempenho e de valorização do capital humano da empresa.

Em agosto de 2024, o Metropolitano de Lisboa rececionou a primeira unidade tripla, da nova Série ML20, do novo material circulante adquirido ao agrupamento Siemens/Stadler, no âmbito do contrato de modernização e do plano de expansão da rede.

A série ML20 contempla a aquisição de 14 unidades triplas (42 carruagens), adquiridas no âmbito do Plano de Modernização iniciado com as obras da Linha Circular à Siemens Mobility / Stadler, A.C.E., que inclui o sistema de sinalização CBTC – *Communications-Based Train Control*. Com um investimento global de 114, 5 milhões de euros, a série ML20 concretiza a primeira renovação de frota em 24 anos, representando um avanço significativo na inovação e modernização do Metropolitano de Lisboa, com o consequente aumento da qualidade do serviço e da oferta, além da melhoria da experiência de viagem dos clientes.

Ainda em 2024, o Metropolitano de Lisboa assinou um contrato de aquisição de 24 unidades triplas (72 carruagens) com a empresa Stadler Rail Valencia, S.A.U., com uma opção de mais 12, num investimento base de 134 milhões de euros. A aquisição das 24 unidades triplas da série ML24 visa o expetável aumento da procura na rede de Metropolitano nos próximos anos, face à expansão da rede. Com as novas carruagens, os clientes contarão com uma experiência de viagem melhorada, com janelas amplas, mais espaço livre para agilizar entradas e saídas, maior conforto e comodidade, mais lugares sentados em disposição longitudinal e maior acessibilidade para utilizadores de cadeiras de rodas.

O Metropolitano de Lisboa prosseguiu, ainda, com as intervenções planeadas para a modernização da sua infraestrutura e a melhoria da qualidade do serviço prestado aos seus passageiros. Um dos principais marcos deste período foi o início da substituição do sistema de sinalização da linha Azul por um novo e inovador sistema de controlo de comboios, o *Communications-Based Train Control* (CBTC), cuja conclusão está prevista até outubro de 2025. Esta mudança representa um passo decisivo na melhoria da eficiência operacional da rede e na garantia de maior segurança e conforto para os passageiros.

A implementação do sistema CBTC permitirá um controlo contínuo e preciso do movimento dos comboios, o que resultará em um aumento significativo na frequência e na regularidade das viagens, ajustando a oferta de transporte às necessidades do serviço público de forma mais eficaz. Este novo sistema possibilita ainda uma aproximação segura entre os comboios, fornecendo uma indicação exata da localização de cada um na rede, o que contribui para a redução dos tempos de espera nas estações e para a otimização dos horários.

Este sistema de sinalização será implementado progressivamente em toda a rede do Metropolitano de Lisboa, bem como em todas as carruagens existentes, as quais deverão ser adaptadas ao novo sistema. Prevê-se que estes trabalhos estejam concluídos até ao ano 2027.

Foi concluído o Programa de Formação para a integração do novo sistema CBTC, com o objetivo de capacitar todos os maquinistas na operação deste avançado sistema de sinalização. Esta formação contou com um simulador de condução que reproduziu, com elevado grau de fidelidade, o ambiente operativo de um comboio em circulação, disponibilizando uma representação tridimensional realista de toda a linha Azul, com estações e troços rigorosamente modelados.

Foram também revistos e aprovados os regulamentos de segurança de circulação de comboios e de sinalização, com a previsão de entrada em vigor no início de 2025. Estes regulamentos são fundamentais para garantir a adaptação segura e eficiente da rede ao novo sistema, assegurando que todas as operações sejam realizadas com o mais alto nível de segurança.

No que diz respeito às obras de expansão do Metropolitano de Lisboa, a construção da linha Circular, que prevê a ligação das linhas Amarela e Verde, desenvolvem-se em bom ritmo entrando na sua fase final.

A expansão da linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara continua a avançar, o contrato encontra-se em curso, na fase de conceção. A fase de construção inicia-se com a consignação da obra, sendo que esta ocorre após a aprovação do Projeto de Execução, a obtenção da Decisão sobre a Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (DCAPE) e a obtenção do parecer favorável da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) ao Projeto de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE).

Entre os meses de julho e setembro de 2024 foram realizados trabalhos de sondagens ambientais, arqueológicas e geológicas/geotécnicas com o objetivo de, conforme previsto na Declaração de Impacto Ambiental (DIA), reforçar o conhecimento das condições geológicas do terreno para a seleção dos métodos de escavação, avaliação das características dos solos escavados e consequente definição do seu destino adequado, identificação de preexistências arqueológicas e patrimoniais.

No que diz respeito ao projeto da linha Violeta foi lançado a 15 de março de 2024, o concurso público referente à “Empreitada de Conceção e Construção, Aquisição de Veículos e Serviços de Manutenção da Linha Violeta do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 024/2024 – DLO/ML”. No dia 27 de novembro desse mesmo ano, foi tomada a decisão de não adjudicação da empreitada, uma vez que foram excluídas todas as propostas apresentadas pelos operadores económicos, por excederem o preço base do concurso.

Foi lançado novo concurso a 15 de abril de 2025, por um valor base de 600 M€. A esta verba há que acrescentar os 77,5 milhões de euros destinados aos custos com expropriações e a todas as assessorias ao projeto, das quais se destacam a revisão de projeto e a fiscalização da obra.

Ainda em 2024 o Metropolitano de Lisboa foi mandatado pelo Estado para coordenar os estudos, levantamentos e demais trabalhos preparatórios necessários ao lançamento do procedimento de contratação do prolongamento da rede do Metro Sul do Tejo até à Costa de Caparica. Esta responsabilidade decorre da Portaria n.º 410/2024/2, assinada pela Secretária de Estado do Orçamento e pelo Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 21 de março de 2024.

O projeto visa promover uma ligação rápida e estruturante entre o Campus Universitário da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e a Costa de Caparica, estendendo-se num corredor que servirá a Trafaria, São João da Caparica, Quinta do Torrão, Quinta de Santo António e Costa de Caparica, assegurando uma melhor conectividade deste território à atual rede do Metro Sul do Tejo.

O Metropolitano de Lisboa continua empenhado e a manter as suas operações carbonicamente neutras, através da aquisição de eletricidade produzida exclusivamente a partir de fontes renováveis e com iniciativas de sequestro de carbono que compensam as emissões restantes.

No futuro pretendemos avançar para a instalação de centrais de produção de energia fotovoltaica, tendencialmente substituir a queima de gás por sistemas de aquecimento elétrico e passar a utilizar gásóleo verde como combustível líquido para a frota não elétrica e máquinas de manutenção de via.

Em relação ao Plano de Recuperação dos Ativos e no âmbito do Plano Nacional para a Promoção da Acessibilidade, tendo em vista alcançar o princípio de “Acessibilidade e Mobilidade para Todos” o Metropolitano de Lisboa procedeu à modernização e/ou substituição de equipamentos, nomeadamente elevadores e escadas mecânicas em várias estações da sua rede.

É nesse sentido que a empresa tem vindo a adaptar e a modernizar as suas estações e equipamentos por forma a dar cumprimento ao princípio da Acessibilidade e Mobilidade para todos, programa este que está em curso e

que visa a modernização dos equipamentos existentes no sentido de conferir acessibilidade plena em todas as estações do Metropolitano de Lisboa.

A 31 de dezembro de 2024, 44 das 56 estações da rede do Metropolitano de Lisboa possuem acessibilidade plena, ou seja, 78,6% das estações já permitem o acesso pleno a pessoas com mobilidade reduzida, através de elevadores entre o átrio de bilheteiras e a superfície, e entre o átrio e o cais, bem como escadas mecânicas e/ou tapetes rolantes.

Por sua vez, o *benchmarking* aliado às práticas de gestão da empresa de acordo com as normas ISO 9001 e ISO 14001, pelas quais o Metropolitano de Lisboa se encontra certificado, tem permitido o incremento de eficiências procedimentais na gestão da atividade com ganhos na eficiência e na qualidade do serviço prestado.

Ao nível da inovação, o Metropolitano de Lisboa intensificou a colaboração com a Universidade de Aveiro, a Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNL) e a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL) através do apoio a estudantes de licenciaturas e mestrados, promovendo diversos projetos académicos como a análise da acessibilidade para pessoas de mobilidade reduzida, a modelação de fluxos de passageiros durante eventos especiais e a monitorização das condições operacionais das vias e comboios. O ML participou ainda em programas de inovação aberta, como *The Journey* e *DATA4ALL*, que promoveram o envolvimento com *startups* e PMEs no desenvolvimento de tecnologias emergentes, tendo em alguns casos dado origem a provas de conceito.

No âmbito da Inteligência Artificial, o Metropolitano de Lisboa desenvolveu projetos para melhorar a eficiência, sustentabilidade e experiência do utilizador, com destaque para o desenvolvimento de um *chatbot* interno para a gestão do conhecimento e o piloto de digitalização de processos e realidade aumentada na estação Reboleira.

Ainda na vertente inovação, o Metropolitano de Lisboa tem vindo a desenvolver o projeto AEROSOLFD, cofinanciado pela União Europeia, que ilustra o compromisso do ML com a sustentabilidade ambiental ao focar-se na melhoria da qualidade do ar nas estações de metro.

A Ética Empresarial continuou a ser, em 2024, um tema que mereceu particular destaque, como se comprova com o total alinhamento dos seus instrumentos que compõem o Programa de Cumprimento Normativo, de acordo com o Regime Geral de Prevenção da Corrupção.

Outra atividade de destaque em 2024 foi o reforço do compromisso do Metropolitano de Lisboa com a adoção de novas tecnologias e a cibersegurança, temas de crescente relevância em Portugal. Nesse contexto, a empresa investiu em ações de formação e sensibilização com o objetivo de promover uma cultura sólida de segurança digital entre os seus colaboradores.

Em matéria de capacitação do capital intelectual, no ano de 2024, o Metropolitano de Lisboa, manteve o foco no desenvolvimento de um modelo digital de formação, com incidência nos vetores de tecnologia e inovação. As iniciativas abrangeram desde o desenvolvimento de literacia digital inicial, até à criação de competências de cibersegurança, inteligência artificial, análise e interpretação de dados, essenciais na atual fase de modernização e expansão da Empresa.

O ano de 2024 foi marcado por importantes avanços na gestão do capital humano, refletindo o compromisso contínuo do Metropolitano com a valorização das suas pessoas, a construção de um ambiente de trabalho coeso e a prestação de um serviço público de qualidade.

No domínio das relações laborais, destacaram-se os acordos estabelecidos com as associações sindicais representativas dos trabalhadores do AE I e do AE II, no âmbito da negociação coletiva, que permitiram a atualização das tabelas salariais em 2,8%. Este marco reafirma a relevância que atribuímos à contratação coletiva como instrumento essencial para a promoção da paz social, o reconhecimento do esforço dos trabalhadores e a melhoria do seu bem-estar.

Cientes da importância de assegurar uma resposta eficaz às exigências do serviço público de transporte, reforçámos o nosso quadro de pessoal, com a integração de profissionais para as estações, técnicos especializados para a manutenção, bem como Técnicos Superiores em áreas estratégicas como Tecnologias de Informação, Engenharia, Auditoria, Capital Humano e Contabilidade. Este investimento visa não só a melhoria da qualidade do serviço prestado, mas também o fortalecimento do *know-how* da organização, preparando-a para os desafios do futuro.

No tocante às empresas participadas do Metropolitano de Lisboa, relativamente à Ferconsult, S.A. (empresa 100% detida pelo Metropolitano de Lisboa) a sua atividade, mantendo-se a empresa apenas como veículo instrumental que constitui parte integrante do ACE (Agrupamento Complementar de Empresas) dos TREM – Aluguer de Material Circulante.

No que respeita à Metrocom, S.A., empresa que explora os espaços comerciais existentes nas estações (e igualmente detida a 100% pelo Metropolitano de Lisboa), ao longo de 2024 a sua atividade revelou uma melhoria pouco expressiva, registando uma melhora na faturação de 1,2%.

A atividade do TREM, ACE e TREM II, ACE (detidos a 90% pelo Metropolitano de Lisboa) centrou-se na gestão dos seus ativos e passivos, e nas obrigações daí decorrentes.

Os progressos alcançados em 2024 refletem não apenas a visão estratégica do Metropolitano de Lisboa, mas também a dedicação dos seus profissionais e a força das parcerias estabelecidas. Com base neste percurso de rigor e compromisso, reafirmamos a nossa determinação em continuar a construir um sistema de mobilidade urbana mais moderno, sustentável e ao serviço de todos.

O Metropolitano de Lisboa viveu em 2024, a 22 de junho, um momento de grande tristeza e profundo pesar pelo falecimento do seu Presidente, o Eng.º Vitor Domingues dos Santos, vítima de doença.

O Eng.º Vitor Domingues dos Santos foi Presidente do Conselho de Administração e CEO do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. desde 2017, funções que acumulava com o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Ferconsult e da Metrocom. Foi Presidente do Conselho Diretivo da AMOLIS – Associação Metropolitana de Operadores de Transporte de Lisboa. Representou, entre outras entidades, os membros portugueses da União Internacional dos Transportes Públicos (UITP).

O Eng.º Vitor Domingues dos Santos exerceu o cargo de Presidente da empresa com empenho e total dedicação, garantindo um bom nível de desenvolvimento sustentável da empresa, num novo ciclo na vida do Metropolitano de Lisboa e nas suas participadas, caracterizado por estabilidade e por um aumento da qualidade do serviço, a favor da mobilidade da cidade de Lisboa.

Lisboa, 17 de junho de 2025.

Maria Helena Arranhado Carrasco Campos  
Presidente em exercício do Conselho de Administração

## 2. Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

Quadro 1 – Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

INDICADORES DE ATIVIDADE	Un.	2024	2023	Var. 2024/2023	
				Abs	%
<b>Indicadores de PROCURA</b>					
PT (Passageiros Transportados)	n.º	176 727 284	165 874 485	10 852 799	6,5
PKT (Passageiros x km)	n.º	922 918 550	876 126 315	46 792 235	5,3
<b>Indicadores de OFERTA</b>					
CKM (Carruagens x km)	n.º	29 435 201	28 970 524	464 677	1,6
LKO (Lugares x km)	n.º	3 767 705 716	3 708 227 098	59 478 618	1,6
<b>Qualidade de Serviço</b>					
Regularidade	%	88,6	104,1	-	(15,5) p.p.
Taxa de Ocupação	%	24,5	23,6	-	0,9 p.p.
<b>INDICADORES DE RH</b>					
Nº de efetivos a 31.Dez	n.º	1 573	1 581	( 8)	(0,5)
Massa Salarial	€	70 548 489	67 913 061	2 635 428	3,9
Indemnizações por Rescisão	€	0	0	0	-
<b>ESTRUTURA ACIONISTA</b>					
Total do Capital Social	€	4 276 458 143	3 906 805 655	369 652 488	8,6
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	-	0,0 p.p.
<b>SITUAÇÃO PATRIMONIAL</b>					
Ativo não corrente	€	5 699 540 413	5 662 731 263	36 809 150	0,7
Ativo corrente	€	227 103 321	240 937 587	( 13 834 266)	(5,7)
<b>Total Ativo</b>	<b>€</b>	<b>5 926 643 734</b>	<b>5 903 668 850</b>	<b>22 974 884</b>	<b>0,4</b>
Capital Próprio	€	2 256 846 146	1 920 987 453	335 858 693	17,5
Passivo	€	3 669 797 588	3 982 681 397	( 312 883 809)	(7,9)
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>€</b>	<b>5 926 643 734</b>	<b>5 903 668 850</b>	<b>22 974 884</b>	<b>0,4</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>					
Despesa de Investimento <sup>1</sup>	€	97 181 924	84 241 229	12 940 695	15,4
<b>INDICADORES DE ESTRUTURA</b>					
Passivo Remunerado	€	3 077 447 962	3 369 927 854	(292 479 891)	(8,7)
Autonomia Financeira %	%	38,08	32,54	-	5,5 p.p.
Solvabilidade %	%	61,50	48,23	-	13,3 p.p.
<b>INDICADORES FINANCEIROS</b>					
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	18	19	( 1)	(5,3)
Volume de Negócios Consolidado	M€	132 970 029	133 966 189	( 996 161)	(0,7)
EBITDA Consolidado (corrigido) <sup>2*</sup>	M€	( 5 371 079)	( 5 484 242)	113 164	2,1
Margem do EBITDA Consolidado (corrigido)	%	( 4,0)	( 4,1)	-	0,1 p.p.
Rendimentos Operacionais Consolidados (corrigidos) <sup>2</sup>	M€	143 333 710	136 653 925	6 679 785	4,9
Gastos Operacionais Consolidados (corrigidos) <sup>2</sup>	M€	( 145 776 064)	( 142 138 167)	( 3 637 897)	( 2,6)
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais Consolidados (corrigidos)	%	(98,3)	(96,1)	-	(2,2) p.p.

<sup>1</sup> A "Despesa de investimento" apenas considera o investimento líquido de TPE e de encargos financeiros.

<sup>2</sup> Valor corrigido de Provisões, Ajustamentos, Imparidades, Aumentos/reduções de justo valor, Subsídios ao investimento, Equivalência patrimonial/subsidiárias e outras rubricas non-cash.

### III. ORGANIZAÇÃO

#### 1. O ML e as suas Participadas

O Metropolitano de Lisboa presta serviços de transporte público de passageiros por metropolitano na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes em regime de concessão. Para o efeito desenvolve atividades conexas como sejam a operação, a promoção do Transporte Público (TP) e a manutenção da infraestrutura.

Explora ainda, de forma comercial, os espaços existentes na rede, pela cedência de espaços para lojas, máquinas de  *vending*  e outros, através da Metrocom, S.A. e venda de serviços de publicidade, através da Publimetro, S.A..

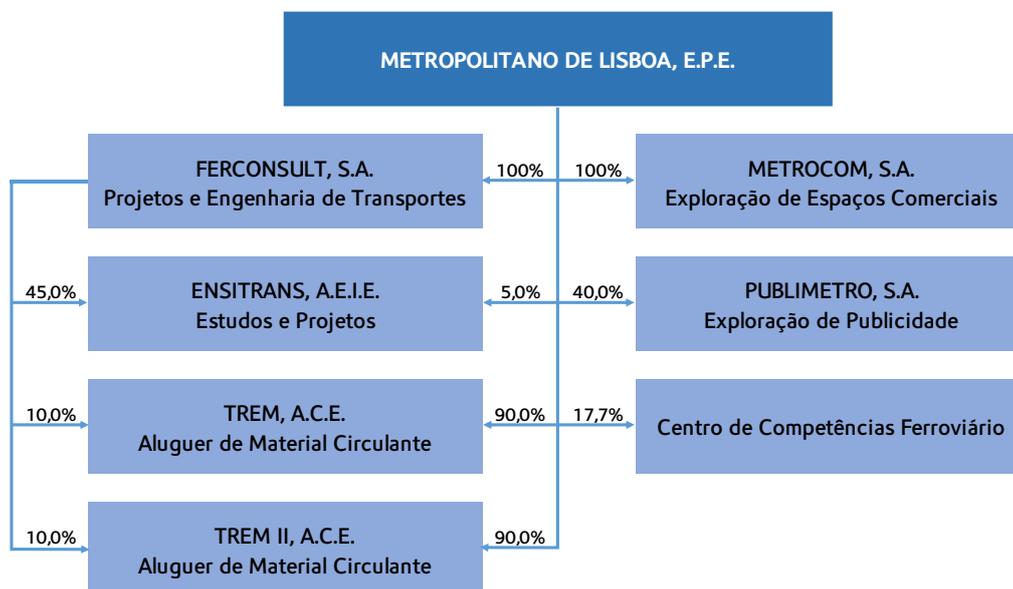
A participada Ferconsult S.A., detida a 100% pelo ML, assumiu-se como o principal parceiro do Metropolitano de Lisboa para o desenvolvimento da rede, designadamente na construção de novas linhas e na expansão das existentes. Na sequência da implementação do plano de reestruturação, no final de 2020, os trabalhadores desta entidade foram integrados no quadro de pessoal da empresa-mãe.

Através da nomeação do Conselho de Administração para o mandato 2022-2024 pelo Despacho n.º 9167/2022, dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Ambiente e da Ação Climática, de 13 de julho, o atual Conselho de Administração entrou em funções a 13 de julho de 2022.

Por Despacho n.º 8113/2023, de 8 de agosto, do Ministro do Ambiente e da Ação Climática e Secretário de Estado do Tesouro, foi designada para o cargo de vogal do conselho de administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., para completar o mandato 2022-2024, a Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa, com efeitos a 10 de agosto de 2023.

O Senhor Eng.º Vitor Domingues dos Santos exerceu funções como Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, no exercício a que se refere o presente documento, até 22 de junho de 2024, data esta em que ocorreu o seu falecimento.

Ilustração 1 – Organograma de participações sociais



## 2. Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. é uma Entidade Pública Empresarial com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se por estatutos próprios e pela lei aplicável às empresas públicas.

A Ferconsult, S.A. e a Metrocom, S.A. são empresas detidas integralmente pelo Metropolitano de Lisboa.

As diretrizes do “Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente” do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa estão definidas no “Manual do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente”, aprovado pelo Conselho de Administração<sup>1</sup>, e que inclui a referência da Certificação pela norma NP4475, a integração da Ferconsult e respetivo ajuste de processo.

Em 2021<sup>2</sup> o Conselho de Administração deliberou aprovar a substituição da “Missão, Visão e Valores” para a adoção dos conceitos “Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão”, que a seguir se enunciam:

### Propósito

Ser o eixo central da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

### Âmbito

Prestar um Serviço de transporte público de passageiros no modo metropolitano ou noutros sistemas de mobilidade em canal dedicado, onde se insere a gestão global da infraestrutura nomeadamente a conceção, a produção da construção e a exploração, incluindo a exploração de espaços comerciais, orientado para o cliente, em regime de concessão atribuída pelo Estado promovendo a mobilidade sustentável e visando a melhoria da qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

### Princípios de Gestão

As decisões gestionárias tomadas pelo Metropolitano de Lisboa refletem os seguintes princípios de gestão:

- O superior interesse dos nossos clientes.
- As expectativas das diferentes partes interessadas construindo relações duradouras de confiança com os nossos trabalhadores, clientes, parceiros e comunidades.
- O desenvolvimento do negócio de forma socialmente responsável e sustentável articulando-se de forma estreita e concertada com os restantes operadores de transporte público.
- A promoção do transporte público e da mobilidade sustentável.
- O rigor, a transparência e o comportamento ético.
- A qualidade e segurança na prestação do serviço com recurso a soluções inovadoras, eficientes e criando valor nas áreas em que atuamos.

### Política de Gestão

O Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente (SGQA) rege-se por um conjunto de pressupostos definidos pelo Conselho de Administração (CA) e baseados nos princípios gerais do ML:

- **A satisfação do cliente como objetivo central** – Concebendo e mantendo um serviço de transporte público de passageiros que dê resposta às expectativas e necessidades dos nossos clientes e demais partes interessadas.
- **Uma liderança empenhada e comprometida** – Garantindo o alinhamento organizacional aos diversos níveis, definindo uma estratégia e objetivos claros para a organização e acompanhando a consecução desses objetivos.
- **Responsabilidades partilhadas e claramente definidas** – Definindo responsabilidades claras aos vários níveis da organização e fornecendo os meios para que as responsabilidades possam ser assumidas.
- **O envolvimento e qualificação das trabalhadoras e dos trabalhadores** – Sensibilizando, qualificando e incentivando as trabalhadoras e os trabalhadores a participarem ativamente na melhoria dos processos, ao nível da sua eficiência, do seu desempenho ambiental e da mitigação dos riscos associados.

<sup>1</sup> Deliberação n.º 1625645, de 07 de abril de 2022.

<sup>2</sup> Deliberação n.º 1587859, de 16 de setembro de 2021.

- **A gestão da Organização como um sistema composto por processos interrelacionados** – Identificando os processos chave da cadeia de valor, e as suas interações, de forma a garantir a eficiência da gestão.
- **A melhoria contínua do desempenho** – Através de um Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA) dotado de mecanismos que permitem monitorizar a eficiência dos processos e o desempenho ambiental incluindo o desempenho energético, divulgar esses dados de forma transparente e identificar e implementar oportunidades de melhoria.
- **A tomada de decisões de forma sustentada** – Garantindo que existem dados que permitam que a tomada de decisões seja baseada em factos.
- **O estabelecimento de relações de parceria com fornecedores** – Definindo níveis de serviço e boas práticas de qualidade e ambiente, e trabalhando conjuntamente com vista a garantir o seu cumprimento e melhoria contínua com vantagens para ambas as partes.
- **A gestão dos impactes ambientais** – Identificando e avaliando os aspetos e impactes ambientais, implementando medidas com vista a minimizar os aspetos ambientais significativos negativos, incluindo os consumos energéticos e maximizando os impactes ambientais positivos.
- **O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis** – Identificando os requisitos aplicáveis à Organização (legislação, normas e compromissos assumidos voluntariamente) e definindo medidas com vista a ser assegurado o seu cumprimento e a transposição célere para a organização de novos requisitos.
- **A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado** – Procurando em permanência conhecer as melhores práticas e as melhores soluções no mercado, verificar da sua aplicabilidade ao serviço prestado e implementá-las sempre que adequado.

## Carta do Cliente

### Declaração de Compromisso

O Metropolitano de Lisboa tem como principal objetivo melhorar continuamente a qualidade de serviço prestado, de modo a satisfazer as necessidades e responder às expectativas dos clientes, tendo como base uma gestão sustentável. A presente Declaração de Compromisso visa reforçar o diálogo entre a Empresa e os seus Clientes, contribuindo para o bem-estar social.

#### Oferta de serviço de transporte

1. Fornecer um serviço de qualidade e adequado às expectativas do cliente;
2. Contribuir para o reforço da articulação intermodal;
3. Implementar horários que correspondam eficazmente à procura existente.

#### Recursos humanos

Assegurar a qualidade dos Recursos Humanos para que executem o serviço de forma competente e profissional, assegurando condições de conforto qualidade e rigor.

#### Segurança

1. Promover e aplicar, em permanente colaboração com as forças de autoridade, as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte e na sua utilização, bem como garantir a segurança dos clientes;
2. Manter os veículos em bom estado de conservação;
3. Assegurar que os equipamentos ao dispor do cliente se encontram em perfeitas condições de funcionamento.

#### Acessibilidades

Em colaboração com as entidades competentes assegurar a acessibilidade de todos os clientes mesmo daqueles cuja mobilidade se encontre, por algum modo, reduzida.

## Regularidade

Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações da circulação perturbações do serviço.

## Sugestões e reclamações

1. Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações, fazer a sua análise, promover medidas de melhoria e providenciar em tempo útil a respetiva resposta;
2. Avaliar periodicamente, através de inquérito específico, o nível de satisfação dos clientes.

## Informação e apoio ao cliente

1. Disponibilizar de uma forma perceptível e rigorosa, em espaços próprios e através dos diversos suportes de comunicação com o cliente, a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço;
2. Dinamizar a rede de vendas disponibilizando diversas formas e meios para aquisição dos títulos de transporte;
3. Disponibilizar canais e espaços próprios que permitam ao cliente resolver situações anómalas ou que pela sua especificidade necessitem de uma análise especializada.

## Ambiente

1. Cumprir os requisitos legais quanto a emissões poluentes, contribuindo para a proteção do meio ambiente;
2. Promover e disponibilizar meios que facilitem ao cliente as boas práticas de proteção do ambiente.

## Limpeza e conservação

Garantir que as estações, os veículos e os equipamentos se encontram em bom estado de conservação e limpeza.

## Deveres do Cliente

A colaboração dos clientes é fundamental para atingir os índices de qualidade propostos. Neste sentido, a utilização do ML deve ser efetuada respeitando regras simples, que permitirão uma melhor qualidade do serviço prestado, com benefícios para todos. Assim, os clientes devem:

1. Viajar com título de transporte válido e apresentá-lo aos agentes ao serviço da empresa sempre que for solicitado;
2. Validar sempre o título de transporte, se não o fizer, o cliente incorre em transgressão (Lei n.º 28/2006, de 4 de julho, com alterações introduzidas pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro);
3. Não fumar nas instalações e no interior dos veículos, se o fizer, o cliente incorre em infração prevista e punida por lei (Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto art.º 4 n.º1 alínea u);
4. Respeitar as normas existentes relativas ao transporte de animais (Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro, Portaria n.º 968/2009, de 26 de agosto e Portaria n.º 422/2004, de 24 de abril), bicicletas e outros objetos particulares, que, pelo seu volume ou conteúdo, possam causar incómodo ou constituir perigo;
5. Utilizar os equipamentos de forma adequada;
6. Respeitar o sinal de fecho de portas e os avisos de segurança;
7. Colaborar com os clientes prioritários e de mobilidade reduzida sempre que necessário e respeitar os lugares que lhes são destinados;
8. Ajudar a manter os locais de espera e veículos limpos, utilizando os recipientes existentes para a recolha de lixo;
9. Evitar produzir ruído que possa incomodar os outros passageiros;
10. Alertar os agentes ao serviço da empresa para a existência de alguma situação anómala ou perigosa.

Em síntese, o cliente deve comportar-se de um modo responsável e cumpridor, seja em relação a outros clientes, ou aos agentes ao serviço da empresa, respeitando sempre as indicações que estes transmitam.

## IV. ANÁLISE DE CONTEXTO

### Partes Interessadas

Para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e a participada Metrocom, S.A., tanto no presente como no futuro, as partes interessadas incluem todos os grupos identificados de acordo com as orientações da AA1000 *Stakeholder Engagement*, cuja qualidade de vida, bem-estar e sustentabilidade possam ser afetadas direta ou indiretamente pelas atividades desenvolvidas. O reconhecimento das partes interessadas vai muito além das relações formais e contratuais, abrangendo, também os impactos sociais, ambientais e económicos das ações da organização.

Para o efeito, e para além da inclusão de todos aqueles com os quais estas empresas têm relações contratuais ou regulamentares (clientes; trabalhadores e reformados; fornecedores; tutela; organismos e associações a que o ML aderiu voluntariamente), foi realizada uma análise abrangente do impacto das suas atividades. Esta análise visa identificar não apenas dependências diretas, mas também relações mais subtis ou indiretas com outros grupos que possam ser afetados, tais como, comunidades locais, grupos ambientais e outros *stakeholders* com interesse em sustentabilidade, inovação e responsabilidade social.

Através desta abordagem, o ML compromete-se a adotar práticas transparentes e contínuas de envolvimento com todas as partes interessadas. Com este processo, o ML garante não apenas a mitigação de riscos, mas também a criação de oportunidades para a construção de parcerias mais eficazes e para o desenvolvimento de soluções colaborativas que respondam aos interesses de todos os envolvidos, promovendo o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua da qualidade de vida das populações afetadas.

Ilustração 2 - Os stakeholders do grupo de empresas do ML



Para as diversas partes interessadas foram identificadas as obrigações de conformidade e os documentos que as traduzem, bem como a forma de auscultação.

Quadro 2 - Alinhamento dos stakeholders com as formas de auscultação

OBRIGAÇÕES DE CONFORMIDADE (Tipo de documentação)		FORMAS DE AUSCULTAÇÃO /COMUNICAÇÃO
CLIENTES	Carta do Cliente NP 4475 – Transporte público de passageiros – Rede de Metro – Características e fornecimento do serviço	Inquérito de Satisfação do Cliente (ISC) Reclamações Site da Empresa
TUTELA	Contrato de concessão ( <i>Aditamento submetido ao Tribunal de Contas para obtenção de visto prévio</i> )	Reuniões Correio eletrónico Plataformas do Setor do Estado
ENTIDADES REGULADORAS, DE SUPERVISÃO E DE INSPEÇÃO	Legislação e outros requisitos legais aplicáveis em vigor ISO 9001 - Sistema de Gestão da Qualidade - Requisitos	Auditorias Reportes de informação financeira e não financeira
TRABALHADORES	Contrato de Trabalho Acordos de Empresa: AE II (Licenciados e Bacharéis) e AEI (Trabalhadores não licenciados)	Portal da Empresa Correio eletrónico Questionário de Satisfação dos Trabalhadores

OBRIGAÇÕES DE CONFORMIDADE (Tipo de documentação)		FORMAS DE AUSCULTAÇÃO /COMUNICAÇÃO
		(Estudo de Clima da Empresa)
FORNECEDORES	Contratos	Avaliação de Fornecedores Plataforma de contratação
COMUNIDADE	ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental – Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização ISO 50001 – Sistema de Gestão de Energia – Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização (em fase de implementação)	Site do ML Reclamações ambientais
OUTROS OPERADORES DE TRANSPORTE	Decisões documentadas tomadas na TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa	Reuniões Correio eletrónico
ORGANISMOS, ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES	Estatutos, Protocolos ou Cartas de Compromisso (adesão voluntária do ML)	Correio eletrónico
LOJISTAS DO ESPAÇO ML	Acordos de cedência de espaços	Inquérito de Satisfação aos lojistas Auditorias internas

## 1. Análise Externa

A análise anual ao contexto externo, elaborada no presente Relatório Consolidado, é efetuada de acordo com a metodologia PESTAL, utilizando, para o efeito, uma análise com base nos seguintes vetores:

### Política

O mundo político continua num estado de incerteza e instabilidade, onde a guerra em países como a Ucrânia (desde 24 de fevereiro de 2022) e a Palestina (desde 07 de outubro de 2023), bem como em outros pontos do globo, contribui para um cenário de tensão e conflito que afeta a política internacional. Face ao atual panorama, destaca-se a eleição de Donald Trump, em 05 de novembro de 2024, para a Casa Branca. O seu retorno ao poder terá repercussões profundas no cenário global, influenciando alianças internacionais, políticas comerciais e a dinâmica geopolítica em várias regiões. As ações da sua administração continuam a moldar a política mundial, gerando intensos debates sobre a postura do mundo diante de uma possível Guerra Comercial e as medidas que serão necessárias implementar para enfrentar esta nova realidade.

Em Portugal, o Governo cessou funções a 7 de novembro de 2023, apresentando a sua demissão, que foi aceite pelo Presidente da República. Este, por sua vez, dissolveu formalmente o Parlamento um mês depois e convocou eleições legislativas antecipadas para o dia 10 de março de 2024. A eleição do XXIV Governo Constitucional resultou na vitória mais apertada da história da democracia, com a tomada de posse a ocorrer a 2 de abril. Apesar da iminente dissolução, a Assembleia da República aprovou o Orçamento de Estado para 2024 (OE2024) no final de novembro, o qual foi publicado no Diário da República a 29 de dezembro de 2023. Este orçamento privilegia a prudência e a consolidação orçamental, ao mesmo tempo que oferece algum alívio fiscal para os rendimentos das famílias e dos jovens.

No final de outubro, a Assembleia da República aprovou na generalidade o Orçamento de Estado para 2025 (OE2025), o qual é publicada a 31 de dezembro de 2024 em Diário da República. O OE2025 pretende apresentar uma visão global e pormenorizada das medidas fiscais e incentivos com impacto nas pessoas e nas empresas.

Importa ainda destacar o facto do Conselho de Administração nomeado para o mandato 2022-2024, cessar funções a 31 de dezembro de 2024. Apesar da situação política atual, onde o governo está em fase de transição e Portugal irá para eleições legislativas, esta administração continua focada na expansão da rede e no início do funcionamento da nova linha circular, e no aditamento ao contrato de concessão do serviço público de transportes em vigor até 2030, por forma a garantir a continuidade do serviço.

Ainda no contexto político, importa destacar o crescente aumento da população estrangeira em Portugal nestes últimos anos. De acordo com o Relatório de Migrações e Asilo publicado em setembro de 2024, pela Agência para a Integração, Migração e Asilo (AIMA, IP), houve um acréscimo de população estrangeira residente de 33,6%, em 2023 em comparação com o período transato, perfazendo um total 1,04 milhões de cidadãos estrangeiros titulares de Autorização de Residência, o que tem diversas consequências, tanto positivas quanto negativas, que se manifestam em várias áreas da sociedade portuguesa.

## Económica

No ano de 2024, o PIB registou um crescimento de 1,9% em volume, após o aumento de 2,5% em 2023. A procura interna apresentou um contributo positivo para a variação anual em volume do PIB, superior ao observado no ano anterior, refletindo a aceleração das despesas de consumo final, tendo o investimento desacelerado. O contributo da procura externa líquida foi negativo em 2024, após ter sido positivo nos dois anos anteriores, tendo as importações de bens e serviços em volume acelerado, enquanto as exportações mantiveram um crescimento próximo do observado no ano anterior.

Quadro 3 - Variação do PIB face ao período homólogo

Variação do PIB face ao período homólogo (%)					
2023	1ºT 2024	2ºT 2024	3ºT 2024	4ºT 2024	2024
2,5%	1,4%	1,6%	2,0%	2,7%	1,9%

Fonte: INE

Observaram-se aumentos nas exportações e importações de +2,5% e +1,9%, respetivamente (-1,4% e -4,0% em 2023, pela mesma ordem), tendo a balança comercial registado um agravamento de 78 milhões de euros, para os 27.887 milhões de euros.

Em 2024, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de 2,4%, taxa inferior à registada no conjunto do ano 2023 (4,3%). Excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, a taxa de variação média situou-se em 2,5% (5,0% no ano anterior). De acordo com o INE, a taxa de variação homóloga do IPC total evidencia uma relativa estabilidade ao longo do ano, registando um valor mínimo de 1,9% em agosto e um máximo de 3,0% em dezembro, que contrasta com a desaceleração significativa verificada no ano anterior. A estabilização do IPC reflete o comportamento da maioria das categorias de produtos, nomeadamente da inflação subjacente, que exclui os produtos alimentares não transformados e energéticos, tendo as alterações registadas no IPC total refletido essencialmente o comportamento dos produtos energéticos.

Os custos de construção no final de 2024 em Portugal aumentaram, embora a um ritmo mais moderado em comparação com os anos anteriores. De acordo com o INE, em dezembro de 2024, os custos de construção de habitação nova registaram um aumento de 4,3% em termos homólogos. Por outro lado, o Banco Central Europeu com o intuito de apoiar o crescimento económico decidiu, no final de 2024, reduzir as taxas de juro em 25 pontos base, estabelecendo a taxa de depósito em 3%, a mais baixa desde março de 2023.

Relativamente ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), em 2024 o Governo assegurou a celebração de contratos e o lançamento de concursos necessários à sua execução. Contudo, a execução do PRR enfrenta desafios devido à reduzida capacidade de implementação por parte do Governo, o que poderá comprometer os investimentos e ações planeadas para impulsionar a economia e promover o desenvolvimento social. Até novembro, Portugal enviou à Comissão Europeia o 6º pedido de pagamento do PRR, correspondendo a uma taxa de execução de 38,6%, aproximando-se da meta de 40% para 2024.

Quadro 4 - Total de dormidas

	Total de Dormidas (10 <sup>3</sup> )				
	2022	2023	2024	Var (%) 2023/2022	Var (%) 2024/2023
Nacional	69.694,8	77.151,1	80.302,7	10,7%	4,1%
AM Lisboa	17.996,7	20.256,1	24.508,4	12,6%	21,0%

Fonte: INE

O sector do turismo continua a mostrar bons resultados. Até dezembro de 2024, registou um total de 80,3 milhões de dormidas e 31,6 milhões de hóspedes, o que representa um aumento respetivo de 4,1% e 5,2%, face ao período homólogo de 2023. Já os proveitos totais do sector turístico foram de 5,7 mil milhões de euros para o mesmo período, superior em 20,4% na comparação homóloga.

Lisboa registou um crescimento significativo no número de eventos realizados em 2024, consolidando-se como um dos principais destinos para conferências, congressos e eventos internacionais. A cidade teve um aumento de 15% no número de eventos organizados, com destaque para grandes eventos corporativos, culturais e desportivos. O impacto económico foi notável, com um aumento de 8% nos ingressos gerados pelo setor de eventos. A modernização da infraestrutura urbana e o crescente apelo de Lisboa como destino turístico e de negócios contribuíram para este crescimento.

Em 2024, Portugal manteve a trajetória positiva nas avaliações de crédito por parte das principais as agências de *rating*. A Standard&Poor's (S&P) elevou a notação de Portugal de 'A-' para 'A', atribuindo uma perspectiva positiva, em reconhecimento à melhoria da posição financeira externa do país e à redução dos riscos de liquidez. A DBRS também subiu o *rating* para 'A (elevado)', destacando a notável redução da dívida pública e a robustez do setor bancário nacional. Por outro lado, a Fitch manteve o *rating* em 'A-', mas alterou a perspectiva para positiva, refletindo a melhoria dos indicadores de governação, embora equilibrada pelos "níveis ainda elevados de dívida pública e externa". Estas decisões refletem a estabilidade das finanças públicas e o desempenho económico positivo de Portugal ao longo do ano.

## Social

No contexto social, o ano de 2024 continuou a ser fortemente impactado pela crise inflacionária que se arrastava desde 2023. A política monetária restritiva do Banco Central Europeu (BCE), com o aumento das taxas de juro para tentar controlar a inflação, continuou a ter um efeito considerável sobre a economia e o bem-estar das famílias.

Em Portugal, a inflação foi de 2,6%, uma redução em relação aos anos anteriores. No entanto, a perda de poder de compra continua a ser uma preocupação significativa para muitas famílias, especialmente devido ao aumento dos preços dos bens essenciais e dos serviços. A inflação, apesar de moderada, ainda impacta negativamente o orçamento das famílias, levando a uma maior cautela nos gastos e a uma procura por alternativas mais económicas.

A taxa de desemprego em Portugal manteve-se estável em 6,4% ao longo de 2024. No entanto, o último trimestre do ano registou um aumento de 10,1% na população desempregada, o maior aumento trimestral dos últimos dois anos. Este aumento é atribuído, para além dos sinais de desaleceração da economia, a fatores como a automação e a digitalização, que têm levado à redução de postos de trabalho em setores como a indústria e a agricultura.

Quadro 5 - Taxa de desemprego

	Taxa de Desemprego face ao período homólogo (%)					
	2023	1ºT 2024	2ºT 2024	3ºT 2024	4ºT 2024	2024
Nacional	6,5%	6,8%	6,1%	6,1%	6,7%	6,4%
AM Lisboa	6,7%	6,6%	6,4%	5,6%	7,4%	6,5%

Fonte: INE

Na Área Metropolitana de Lisboa (AML), a taxa de desemprego em 2024 atingiu os 6,5%, sendo também inferior à registada em 2023.

Quadro 6 - Proporção da população empregada em teletrabalho

Proporção da População Empregada em Teletrabalho (%)	
2023	2024
17,8%	21,5%

Fonte: INE

O teletrabalho consolidou-se como uma prática comum em Portugal, com 21,5% dos trabalhadores a exercerem as suas funções remotamente. A semana de quatro dias tem sido discutida como uma possível medida para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e aumentar a produtividade. Algumas empresas já estão a experimentar este modelo, que tem mostrado resultados promissores em termos de equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

A crise na habitação em Lisboa persiste, com os preços das casas a aumentarem e a dificultarem o acesso à habitação para muitos residentes. Os mais jovens, a chamada Geração Z, enfrentam, em particular, dificuldades em sair de casa dos pais devido aos elevados custos de arrendamento e compra de imóveis. O perfil dos moradores em Lisboa está a mudar, com um aumento da população mais nova a optar por arrendamentos partilhados e soluções de *co-living*.

Em 2024, foram implementadas medidas significativas para apoiar a mobilidade dos cidadãos. Os passes gratuitos para estudantes até aos 23 anos foram introduzidos, beneficiando milhares de jovens. Além disso, o

"Passe Social +" foi alargado para incluir pessoas com baixos rendimentos, residentes fora das áreas metropolitanas, desempregados de longa duração e pessoas com incapacidade igual ou superior a 60%.

As obras do Plano Geral de Drenagem de Lisboa, que incluem a construção de túneis de drenagem, têm causado incómodos significativos no centro da cidade, especialmente nas áreas de Avenida da Liberdade, Santa Marta, Almirante Reis e Santa Apolónia. Em 2025, com a continuação das obras de drenagem, estas interferências serão transferidas para a zona ribeirinha, uma vez que os túneis cruzarão com o túnel do metro naquela área, o que impactará no serviço público na linha Azul entre o Terreiro do Paço e Santa Apolónia. Apesar dos transtornos que possam causar, estas obras são essenciais para proteger Lisboa de cheias e inundações futuras, melhorando a resiliência da cidade a fenómenos extremos de precipitação.

## Tecnológica

Em 2024, Portugal continua a ser um terreno fértil para a adoção de tecnologias emergentes como a Internet das Coisas (IoT), Inteligência Artificial (IA) e Big Data. Estas tecnologias estão a transformar setores-chave como a saúde, a agricultura e os transportes, melhorando a eficiência operacional e a qualidade dos serviços. O país tem investido fortemente em pesquisa e desenvolvimento, com várias iniciativas públicas e privadas a promover a inovação e a competitividade. A Estratégia Nacional para a Inteligência Artificial e o Plano de Ação para a Transformação Digital são exemplos dos esforços para posicionar Portugal como um líder em tecnologias emergentes. A infraestrutura tecnológica robusta e a crescente comunidade de *startups* têm sido fundamentais para a integração bem-sucedida de IoT, IA e Big Data.

A transição digital é uma prioridade estratégica para Portugal, com o objetivo de modernizar a administração pública, digitalizar as empresas e capacitar os cidadãos para o uso das novas tecnologias. O Plano de Ação para a Transição Digital, lançado em 2020, estabelece metas ambiciosas para melhorar a conectividade, promover a literacia digital e incentivar a adoção de soluções digitais em diversos setores. A pandemia de COVID-19 acelerou a transformação digital, destacando a importância da digitalização para a resiliência económica e social. A digitalização dos serviços públicos e a promoção do comércio eletrónico são exemplos de iniciativas que têm contribuído para uma economia mais digital e interconectada.

Com o aumento da digitalização e a adoção de novas tecnologias, a cibersegurança tornou-se uma preocupação crescente em Portugal. A Estratégia Nacional para a Segurança do Ciberespaço, lançada em 2019, define as diretrizes para proteger as infraestruturas críticas e promover a resiliência digital. O Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS) desempenha um papel crucial na monitorização e resposta a ameaças cibernéticas, bem como na promoção de boas práticas de segurança entre empresas e cidadãos. A conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) também é essencial para garantir a proteção dos dados pessoais e a privacidade dos utilizadores. Investimentos em formação e sensibilização para a cibersegurança são fundamentais para criar uma cultura de segurança digital em Portugal.

## Ambiental

As alterações climáticas são um dos maiores desafios da humanidade no século XXI. O aumento do custo dos recursos naturais é uma consequência direta das alterações climáticas e dos fenómenos extremos, como inundações, secas, ondas de calor, ciclones tropicais e incêndios florestais, que se tornaram mais frequentes. O ano de 2024 bateu todos os recordes climáticos, sendo o mais quente desde 1850, com uma temperatura média global superior a 1,5°C acima do nível pré-industrial. Este ano foi marcado por fenómenos extremos, como o aquecimento dos oceanos, a subida do nível do mar, a perda de gelo marinho na Antártida e o recuo dos glaciares. Para enfrentar os desafios das alterações climáticas, é fundamental adotar medidas de mitigação, como a redução das emissões de gases de efeito estufa, e medidas de adaptação, como o fortalecimento da resiliência das comunidades.

A saúde pública continua a ser profundamente afetada pelas alterações climáticas, com a qualidade do ar a agravar-se devido à poluição e à maior incidência de fenómenos climáticos extremos. Em 2024, Lisboa enfrentou várias ondas de calor, que exacerbaram a poluição do ar e aumentaram a ocorrência de problemas respiratórios entre a população. As emissões de dióxido de azoto (NO<sub>2</sub>) e partículas finas (PM<sub>2.5</sub>) continuam a exceder os limites recomendados, representando uma ameaça significativa para a saúde pública. A degradação da qualidade do ar está a contribuir para o surgimento de novas doenças e para a propagação de condições respiratórias crónicas. Para combater estes desafios, é essencial implementar medidas sustentáveis, como a promoção da mobilidade elétrica e a preservação dos ecossistemas naturais, que podem atenuar os efeitos das alterações climáticas e proteger o bem-estar das gerações futuras.

O Metropolitano de Lisboa (ML) tem desempenhado um papel ativo na elaboração do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa (PMAAC-AML), que identifica os riscos

climáticos atuais e futuros e promove ações para reduzir a vulnerabilidade da região. Em 2024, prosseguiram as obras dos túneis de drenagem, um marco importante para mitigar os impactos das cheias nos municípios de Lisboa. Estas infraestruturas são essenciais para proteger a cidade contra inundações, mas também destacam a necessidade de criar soluções resilientes para enfrentar as condições meteorológicas extremas. Algumas estações do Metro têm enfrentado constrangimentos devido a condições meteorológicas adversas, impactando o funcionamento do serviço. No entanto, o ML tem demonstrado uma estrutura resiliente, adaptando-se às novas realidades climáticas e garantindo a continuidade do serviço essencial para a mobilidade urbana.

## Legal

A evolução dos requisitos legais aplicáveis ao grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, tanto da legislação nacional quanto comunitária, tem-se tornado cada vez mais exigente, especialmente em termos de sustentabilidade e responsabilidade ambiental. Isto deve-se ao facto do desempenho não financeiro das organizações ter vindo a ganhar maior relevância para diversas partes interessadas, nomeadamente no desempenho ambiental, social e de governança (ESG – *Environmental, Social and Governance*). Neste contexto, é importante que as organizações estejam preparadas para enfrentar novos desafios e fiquem atentas às mudanças.

Desde 1 de janeiro de 2022, as empresas devem divulgar informações em conformidade com a taxonomia da UE, cumprindo os requisitos estabelecidos pela Diretiva de Informação Não Financeira (NFRD) e pelo Regulamento da Taxonomia. Assim, os participantes do mercado abrangidos pela NFRD devem divulgar informações sobre os seus esforços na adaptação e mitigação das alterações climáticas, relativamente às atividades económicas específicas, de acordo com as regras da taxonomia.

Com a publicação da Diretiva (UE) 2022/2464, em 14 de dezembro de 2022, relativa ao Relato de Sustentabilidade das Empresas (CSRD – *Corporate Sustainability Disclosure Directive*), as empresas de interesse público já abrangidas pela NFRD devem reportar em 2026 o exercício de 2025.

O contrato de concessão do Metropolitano de Lisboa foi assinado em 27 de março de 2024 pelas tutelas financeira e setorial, sendo prorrogado até 1 de julho de 2030. Esta decisão, aprovada pelo Tribunal de Contas, visa criar condições de estabilidade e previsibilidade necessárias para a concretização dos planos de expansão e modernização da rede do metro. Além disso, o contrato define mecanismos equilibrados de remuneração e monitorização, assegurando a definição clara das obrigações de serviço público e respetivos mecanismos de controlo.

A qualidade do ar em Lisboa tem sido uma preocupação contínua, especialmente na Avenida da Liberdade, onde os níveis de dióxido de azoto (NO<sub>2</sub>) frequentemente ultrapassam os limites legais estabelecidos pela legislação nacional e europeia. Este incumprimento é atribuído principalmente ao elevado volume de tráfego rodoviário na cidade, que contribui significativamente para a poluição atmosférica. Apesar de algumas melhorias pontuais, a cidade enfrenta desafios persistentes para cumprir as normas de qualidade do ar, o que destaca a necessidade urgente de medidas mais eficazes para reduzir a poluição e proteger a saúde pública.

Por outro lado, o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) continua a ser uma preocupação para as empresas. Esta regulamentação exige a nomeação de um *Data Protection Officer* (DPO), responsável por garantir o cumprimento das normas de privacidade e a proteção dos dados dos clientes. Desde maio de 2018, o ML tem um DPO que tem implementado todas as alterações necessárias para assegurar a conformidade com a legislação em vigor.

## 2. Análise Interna

A par da análise ao contexto externo é elaborada também uma análise ao contexto interno da organização. Esta análise é feita para os seguintes vetores:

### Organização

A estabilidade da estrutura organizativa representada, desde abril de 2017, no organograma do ML (ver Ilustração 5 – Organograma do Metropolitano de Lisboa, na página 29), tem procurado fomentar o bom funcionamento e crescimento do negócio.

Para colmatar as carências de comunicação existentes sem comprometer todo o sistema, foi criada, em dezembro de 2024, a Direção de Comunicação. A dimensão, complexidade, relevância e notoriedade pública das missões a cargo do Metropolitano de Lisboa têm vindo a colocar crescentes desafios à empresa no domínio da comunicação, pressupondo a tomada de medidas que promovam, no contexto atual, o adequado reforço da

comunicação interna e externa, numa ótica de comunicação integrada, incentivando ao diálogo e à colaboração entre trabalhadores de modo a promover um ambiente de trabalho inclusivo e participativo.

Os atuais membros do Conselho de Administração foram nomeados para o mandato 2022-2024 pelos Despachos 9167/2022<sup>3</sup> e 8113/2023<sup>4</sup>, com efeitos a 13 de julho de 2022 e 10 de agosto de 2023, respetivamente. Em 22 de junho de 2024 faleceu o Senhor Eng.º Vítor Domingues dos Santos, Presidente do Conselho de Administração (PCA), tendo sido substituído, no desempenho das suas funções pelo Vogal do CA/Eng.º Maria Helena Campos, conforme designado nos termos propostos e para os efeitos do disposto do n.º 3 do art.º 4º dos Estatutos do ML e na Deliberação n.º 1730735, de 10 de agosto de 2023.

## Processos

Os processos de trabalho e a forma como são desenvolvidas as atividades no Metropolitano de Lisboa encontram-se definidos e documentados, entre outros, nos Manuais de Processo.

A continuidade dada ao projeto de implementação de uma cultura de inovação tem tentado, paulatinamente, melhorar as metodologias seguidas por alguns processos, abrindo a empresa ao exterior e implementando novos métodos de trabalho.

O ML, desde 2021, dá continuidade à certificação do serviço de transporte público de passageiros pela NP 4475:2020, encontrando-se claramente definidos os requisitos a cumprir para que o serviço ao cliente seja considerado de qualidade, obrigando o ML a monitorizar permanentemente esses mesmos requisitos.

Com a entrada do novo aditamento ao Contrato de Concessão do Serviço público de transporte de passageiros, em vigor até 1 de julho de 2030, é obrigação do ML elaborar o “Relatório Trimestral da Eficácia do Cumprimento Contratual” e o “Relatório Anual do Cumprimento Contratual” para efeitos de monitorização e controlo dos indicadores da qualidade do serviço público prestado ao Cliente. Neste sentido, torna-se necessário alinhar os processos e indicadores do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente (SGQA) com o Contrato de Concessão por forma a demonstrar, sempre que solicitado, o processo e os *inputs* utilizados nos cálculos, garantindo o rigor dos resultados e a rastreabilidade dos mesmos.

## Recursos Humanos

Em 2024 deu-se continuidade ao processo, iniciado em 2018, de recrutamento de novos elementos para as áreas comercial e de manutenção, mas também de técnicos superiores para áreas chave da empresa.

Com a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o exercício de 2024, foi estendido o prazo da contratação de 53 trabalhadores autorizados em sede do PAO 2023-2025. O preenchimento destas vagas possibilita a concretização de concursos internos para a formação de maquinistas, reforçando assim os planos de oferta inerentes ao Plano de Expansão da Rede, permite o reforço das equipas para o cumprimento dos Planos de Manutenção e, simultaneamente, o rejuvenescimento dos quadros, reforçando o seu *know-how*.

Apesar da aprovação de contratação de mais trabalhadores, a escassez de profissionais no mercado e das expressivas expectativas salariais de técnicos qualificados, tornaram os processos de recrutamento particularmente exigentes, pelo que ao longo do ano de 2024 foram celebradas apenas 25 admissões oriundas da autorização do alargamento de quadros. Incluindo as admissões por substituição, o total traduziu-se em 40 contratações: 13 Agentes de Tráfego, 13 Técnicos Superiores, 2 Inspectores de Obra e 12 Oficiais de Manutenção.

O efetivo é caracterizado pela elevada idade média dos trabalhadores, situação transversal às diferentes categorias profissionais, mas particularmente crítica em áreas com competências específicas associadas à operação da empresa. O número de saídas, cada vez mais expressivo, tem vindo a aumentar, contabilizando-se 49 no último ano, das quais 41 por reforma. O elevado número de saídas torna desafiador o equilíbrio entre a renovação dos quadros e a preservação do *know-how* especializado.

A resolução desta questão continua a assentar numa estratégia de recrutamento de novos trabalhadores para os próximos 5 a 10 anos, com o objetivo de reforçar e rejuvenescer o *know-how* especializado. Pretende-se possibilitar a transferência de conhecimentos e experiências profissionais ao mesmo tempo que se atua na atualização e a valorização das competências profissionais dos trabalhadores em geral, assente na aprendizagem de novas tecnologias presentes nos projetos em curso de modernização e expansão do ML.

A continuidade do programa de *trainees*, o contacto e relacionamento com entidades formadoras de reconhecido mérito e experiência formativa, a participação em feiras de emprego, a divulgação das ofertas de trabalho nas

<sup>3</sup> Despacho n.º 9167/2022, de 27 de julho (Diário da República n.º 144/2022, Série II de 2022-07-27, páginas 96-99)

<sup>4</sup> Despacho n.º 8113/2023, de 8 de agosto (Diário da República n.º 153/2023, Série II de 2023-08-08, páginas 47-48)

redes-sociais e a subcontratação de empresas de recrutamento especializadas, são alguns dos métodos adotados para consecução dos objetivos neste âmbito.

### Recursos Materiais

A legislação em vigor, nomeadamente, o Código da Contratação Pública e a necessidade de autorização da Tutela, através de Portarias de Extensão de Encargos para contratos plurianuais, bem como, o uso de critérios das compras ecológicas na busca pela procura do que é mais sustentável e ecologicamente correto, tornam os processos aquisitivos mais demorados do que o desejável.

Em 2024 deu-se continuidade à aplicação das medidas especiais de contratação pública aprovadas em matéria de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus.

### Recursos Financeiros

Em 2024, relativamente às contas individuais do Metropolitano de Lisboa, o volume de negócios fixou-se nos 132,3 milhões de euros, registando um decréscimo de 1,0 milhões de euros (-0,7%), face a 2023. No PAO 2024 estimava-se um volume de negócios na ordem dos 135,4 milhões de euros, pelo que a execução ficou abaixo desta estimativa em 3,2 milhões de euros (-2,3%).

O EBITDA (corrigido) registou -5,8 milhões de euros, registando uma melhoria de 57,6 mil euros, quando comparado com 2023. Na comparação com a estimativa do PAO 2024, regista-se uma melhoria de 3,5 milhões de euros.

Em 2024, o Grupo das empresas do ML registou, nas suas contas consolidadas, uma diminuição do volume de negócios de 0,7% (996 mil euros) face a 2023.

O EBITDA (corrigido) do grupo de empresas do ML, registou uma evolução positiva de 113 mil euros, correspondendo a 2,1% face ao ano anterior. O Resultado Operacional situou-se nos 18,9 milhões de euros, registando um acréscimo de 4,0 milhões de euros.

O Aditamento ao Contrato de Concessão, que vigorará até 1 de julho de 2030, estabelece mecanismos equilibrados para a remuneração e monitorização do serviço, com ênfase nas obrigações de serviço público e no controlo rigoroso dessas responsabilidades. Visa ainda garantir a estabilidade e a previsibilidade necessárias para a implementação de um exigente plano de investimentos, além de apoiar a estratégia de melhoria e desenvolvimento sustentável do serviço público de transporte

### Infraestrutura e Material Circulante

A infraestrutura e o material circulante são elementos essenciais para o cumprimento da missão do ML, sendo a sua disponibilidade um fator crucial para a qualidade do serviço prestado. Complementarmente, as atividades de manutenção, as grandes intervenções e a manutenção corrente garantem o funcionamento dos equipamentos, prolongando assim a vida útil dos mesmos.

O esforço significativo desenvolvido em projetos de reabilitação ou de reconversão da frota com imobilização prolongada, como são exemplo os contratos de *retrofit* de mecanismos de portas de passageiros ou a reconversão de composições existentes para condução automatizada, possibilitou manter adequados níveis de disponibilidade operacional da frota, particularmente relevante no período de ponta da manhã de dia útil, superando as necessidades decorrentes do plano da oferta.

Em 2024 a disponibilidade média da frota no período de ponta da manhã de dia útil registou 95,3 composições disponíveis para serviço público, para uma necessidade máxima diária de 91 composições, representando um aumento de 3% face ao período homólogo.

Ao nível da infraestrutura principal, e na sequência da alteração do sistema de sinalização (CBTC), registaram-se níveis de desempenho técnico inferiores aos de 2023.

Em alguns meses, a indisponibilidade mensal superou o valor máximo estabelecido de 4 horas acumuladas por mês em toda a rede, sendo que o valor médio ao longo do ano foi de 3,44 horas.

Também ao nível da fiabilidade da infraestrutura principal, registou-se um valor médio de 96 horas entre falhas, abaixo dos objetivos de qualidade definidos para estas infraestruturas.

### 3. Riscos e Oportunidades

Na sequência da análise ao contexto externo e interno é feita uma análise de riscos e oportunidades estratégicos que se encontram traduzidos na seguinte análise SWOT:

Ilustração 3 – Análise SWOT



O ML tem um Sistema de Gestão de Risco (SGR) consolidado com recurso a ferramentas informáticas desenvolvidas internamente (SAP e SAC<sup>5</sup>) e suportado num Manual de Risco<sup>6</sup>.

Em 2024, o Comité de Risco da Organização cumpriu as atribuições previstas no Regulamento, tendo reunido trimestralmente e alinhado o SGR com a estratégia da Empresa. Toda a informação foi registada no sistema de informação da Empresa através de relatórios trimestrais.

De salientar que, ao longo do ano, foi promovida a cultura do risco, para além do contacto regular com os *risk owners*, através de ações de sensibilização sobre o SGR a toda a Comunidade de Trabalho.

Em 2024, os riscos TOP da Organização eram os seguintes<sup>7</sup>:

Ilustração 4 – Riscos TOP da organização

TOP
Cambial e commodities
Controlo de receita tarifária
Envolvente política, social e macroeconómica
Gestão da expansão da rede
Gestão de tesouraria
Fraude, corrupção e comportamentos não éticos
Gestão da dívida, crédito e financiamento
Gestão de relações laborais
Inovação e modernização da rede
Processos judiciais
Segurança das TI

<sup>5</sup> SAP Analytics Cloud.

<sup>6</sup> Encontrando-se inserido no âmbito da certificação do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente, através do processo Auditoria Interna e Gestão de Risco.

<sup>7</sup> Atendendo ao caráter dinâmico do SGR o top de riscos teve uma alteração ao longo do ano. No final de 2024 encontrava-se pendente de apreciação pelo CA uma nova alteração do top de riscos, com a entrada dos riscos “Alterações climáticas” (novo risco) e “Catástrofe natural”.

Para além da visão macro do SGR existem subsistemas de gestão de risco.

Destacam-se, a este respeito, entre outros, o subsistema da expansão da rede do Metro relativo à linha circular (prolongamento entre a estação Rato e a estação Cais do Sodré, incluindo as novas ligações nos viadutos do Campo Grande), ligado ao risco macro de “Gestão da expansão da rede” e o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)<sup>8</sup>, ligado ao risco macro de “Fraude, corrupção e comportamentos não éticos”.

Em 2024 foi atualizado o sistema de gestão do risco de fraude específico para os projetos de expansão financiados pelo PRR (Linha Vermelha e Linha Violeta), implementado no final de 2023. Este processo incluiu a revisão/atualização, aprovação e divulgação do manual e do relatório de avaliação dos riscos, em cumprimento dos aditamentos aos contratos de financiamento, formalizados no final de setembro de 2023 e da Orientação Técnica n.º 14/2023 da Estrutura de Missão “Recuperar Portugal”.

No exercício de 2024, o Gabinete de Auditoria Interna, Risco e *Compliance* (GAI) realizou várias auditorias com impacto na matriz de fraude, destacando-se as seguintes:

- Auditoria aos aditamentos em situação de doença e de acidente de trabalho;
- Auditoria aos procedimentos de controlo da execução dos serviços de vigilância, guardaria e portaria – Estação do Parque (Linha azul);
- Auditoria ao sistema de bilhética (em outsourcing) – atividade com continuidade em 2025.

Foram ainda efetuadas ações de acompanhamento (*follow-up*) à implementação de recomendações dos relatórios de auditoria aprovados pelo Conselho de Administração, com registo em relatórios trimestrais.

Considerando a amplitude dos projetos implementados na Empresa em 2024, relacionados com a promoção da ética e da integridade, todas as direções<sup>9</sup> foram alvo de análises de riscos de corrupção, conforme indicado no quadro abaixo e monitorizado pelo *Compliance* de acordo com o artigo 7.º do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo [DL n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro](#).

Quadro 7 – Análise de riscos à corrupção

	2024		2023	
	N.º	%	N.º	%
Unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	22*	95,7%	22	100,0%
N.º de casos de corrupção identificados	0	-	1**	-

\* A partir de dezembro de 2024 passaram a existir 23 unidades de negócio

\*\* Infração conexa com a corrupção, reportada ao MENAC, tendo sido aplicada a pena de despedimento com justa causa e elaborada a correspondente queixa-crime.

Em 2024, esta temática mereceu particular aposta no que respeita às campanhas de comunicação e ações de formação.

Com efeito, foram publicadas periodicamente notícias (através da *intranet*) sobre ética empresarial para toda a Comunidade de Trabalho e com o intuito de chegar aos restantes *stakeholders*, incluindo parceiros comerciais, foram divulgadas as políticas anticorrupção implementadas, incluindo o Código de Ética e de Conduta e a política de ofertas, através de *e-mail* e da rede social *LinkedIn*.

Já no que respeita à formação, o ML promoveu várias ações para os seus Trabalhadores, desde *webinars*, cursos de *e-learning* no SAP *SuccessFactors* (*intranet*), sessões presenciais, quer internamente, quer por entidades externas, das quais se destaca a Autoridade da Concorrência.

<sup>8</sup> No PRR são identificadas as Áreas que podem estar sujeitas à prática de atos de corrupção, os principais riscos daí decorrentes, os controlos internos implementados que visam a mitigação e prevenção desses riscos, os respetivos impactos e a probabilidade de ocorrência.

<sup>9</sup> Com exceção da DCI, criada em dezembro de 2024.

### Quadro 8 – Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção

	2024		2023	
	N.º	%	N.º	%
Membros do órgão de governança aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	29	100,0%	29	100,0%
Colaboradores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	1 571	100,0%	1 571	100,0%
Parceiros de negócio aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	1 283*	100,0%	913	100,0%
Membros do órgão de governança que receberam formação no combate à corrupção	13	44,8%	28	96,6%
Colaboradores que receberam formação no combate à corrupção	563**	35,8%	786	50,0%

\* Coincide com o n.º total de fornecedores do ML com movimentos contabilísticos 2023-2024, com e-mail associado, incluindo outras entidades públicas.

\*\* Contribuiu para a redução face a 2023 o facto do curso de e-learning em Ética e Integridade ter continuidade ao longo dos anos.

## 4. Estrutura de *Governance*

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E., enquanto operador de transporte estruturante para a mobilidade da área metropolitana de Lisboa, pretende contribuir para o desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados. A estrutura de *governance* do Metropolitano de Lisboa desenvolve-se de forma integrada.

### Modelo de governo

São órgãos sociais do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. o Conselho de Administração (CA), o Conselho Fiscal (CF), o Revisor Oficial de Contas (ROC) ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) e o Conselho Consultivo (CC), nos termos dos Estatutos da Empresa.

Os membros do CA são nomeados por Resolução do Conselho de Ministros (RCM), sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes. O mandato dos membros do CA tem a duração de três anos e é renovável, até ao máximo de três renovações, e todos os membros são executivos.

A fiscalização é constituída por um CF e por um ROC ou uma SROC que não seja membro daquele órgão. O CF é constituído por três membros efetivos e um suplente, sendo um deles o Presidente.

Os membros do CF são nomeados por Despacho Conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes, por um período de três anos, renovável até ao máximo de três vezes.

O ROC tem um mandato com a duração de três anos, renovável por uma única vez. Decorrido o prazo mínimo de dois anos sobre o termo do prazo de renovação, pode voltar a ser designado o mesmo ROC.

A existência do CC está prevista, nos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. como opcional, sendo que não foi efetuada a sua nomeação.

### Estatuto remuneratório

A remuneração dos administradores do Metropolitano de Lisboa resulta da classificação prevista na RCM n.º 16/2012, de 9 de fevereiro, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril.

O artigo 28º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro determina no ponto 1 que “A remuneração dos gestores públicos integra um vencimento mensal que não pode ultrapassar o vencimento mensal do primeiro-ministro”, acrescida de um abono mensal para despesas de representação no valor de 40% do respetivo vencimento, pago 12 vezes ao ano. Os administradores auferem apenas uma remuneração e não beneficiam de qualquer abono adicional em virtude de acumulação de funções.

Os membros executivos do CA auferem, ainda, as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro);

- c) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 euros.

O estatuto remuneratório dos elementos do CF, designado para o mandato 2023–2025, foi determinado pelo Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, de 25 de outubro de 2023.

A remuneração anual ilíquida do ROC é a constante do contrato de prestação de serviços celebrado entre o Metropolitano de Lisboa e o ROC em funções, nos termos e condições definidos por Despacho Conjunto dos Secretário de Estado do Tesouro e Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, de 3 de outubro de 2023, a qual cumpre o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da Empresa, de acordo com o estabelecido nos artigos 58.º e 59.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

## Obrigações de *Governance*

Quadro 9 – Tabela de correspondência com a divulgação da informação não financeira

Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho	Capítulo / Seção	Página(s)
<b>Art.º 3º (remetido para art.º 66º-B e 508º-G do CSC):</b>		
A demonstração não financeira deve conter as informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre homens e mulheres, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:		
a. Breve descrição do modelo empresarial do Grupo;	Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão Análise de Contexto Objetivos estratégicos	Pág.ª 12 Pág.ª 15 Pág.ª 30
b. Descrição das políticas seguidas pelo Grupo em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados e os resultados dessas políticas;	<a href="#">PPRCIC</a> <a href="#">Código de Ética e de Conduta</a>	Pág.ª 23, 89 Pág.ª 90
c. Os resultados das políticas seguidas pelo Grupo;	<a href="#">Relatório de execução PPRCIC</a> Políticas do Sistema de Gestão	Pág.ª 23, 89 Pág.ª 12
d. Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades do Grupo, como sejam as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa;	<a href="#">PPRCIC</a> <a href="#">Relatório de execução do PPRCIC</a> <a href="#">Relatório do Governo Societário</a>	Pág.ª 23, 89 Site ML Site ML
e. Descrição da política de diversidade aplicada em relação aos órgãos de administração e fiscalização, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política, a forma como foi aplicada e os resultados no exercício de referência;	Riscos e Oportunidades <a href="#">Carta de Responsabilidade Social</a>	Pág.ª 23 Pág.ª 66
f. Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica.	Indicadores de Atividade Riscos e Oportunidades Indicadores GRI	Pág.ª 10 Pág.ª 23 Pág.ª 249
Alínea c), do n.º 1, do artigo 29.º-G, do Código dos Valores Mobiliários:  Descrição da Política de Diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, designadamente, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política de diversidade, a forma como foi aplicada e os resultados no período de referência.	Desempenho Social Indicadores GRI <a href="#">Relatório do Governo Societário</a>	Pág.ª 66 Pág.ª 249 Site ML

Quadro 10 – Tabela de correspondência com setor público empresarial

Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto	Capítulo / Seção	Página(s)
<b>Art.º 4º:</b> <i>Setor público empresarial</i>		
1. A proporção de pessoas de cada sexo designadas para cada órgão de administração e de fiscalização de cada empresa não pode ser inferior a 33,3%, a partir de 1 de janeiro de 2018.	Identificação dos Órgãos Sociais <a href="#">Relatório do Governo Societário</a>	Pág.ª 27 Site ML
2. Se os órgãos de administração integrarem administradores executivos e não executivos, o limiar deve ser cumprido relativamente a ambos.	Modelo de Governo Estatuto Remuneratório <a href="#">Relatório do Governo Societário</a>	Pág.ª 25 Pág.ª 25 Site ML
3. O limiar definido no n.º 1 não se aplica aos mandatos em curso, sem prejuízo do disposto no n.º 5.	<a href="#">Relatório do Governo Societário</a>	Site ML
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, os membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo respetivo setor de atividade, quando aplicável, apresentam propostas que permitam cumprir o limiar definido no n.º 1.	Modelo de Governo <a href="#">Relatório do Governo Societário</a>	Pág.ª 25 Site ML
5. A renovação e a substituição no mandato obedecem ao limiar definido no n.º 1.	Modelo de Governo <a href="#">Relatório do Governo Societário</a>	Pág.ª 25 Site ML

## 5. Órgãos Sociais

### Identificação dos Órgãos Sociais

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O atual Conselho de Administração, para o mandato 2022–2024, foi nomeado pelo Despacho 9167/2022 dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Ambiente e da Ação Climática, de 13 de julho (D.R. 2.ª Série – n.º 144, de 27 de julho de 2022), entrando em funções em 13 de julho de 2022.

Por Despacho n.º 8113/2023 de 8 de agosto de 2023, do Ministro do Ambiente e da Ação Climática e Secretário de Estado do Tesouro (DR 2.ª Série – n.º 153, de 8 de agosto de 2023), foi designada para o cargo de vogal do conselho de administração da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., para completar o mandato 2022–2024, a Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa, com efeitos a 10 de agosto de 2023.

Nos termos do disposto nos Estatutos do ML em vigor, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, o recente falecimento do Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Vitor Domingues dos Santos configurou a falta definitiva de algum dos membros do Conselho de Administração (CA), devendo o mesmo ser substituído, exercendo o novo membro funções até ao fim do período para o qual foram designados os membros em exercício. (cf. n.º 3 do art.º 5.º).

A substituição atrás referida obedece aos requisitos e formalismos aplicáveis à nomeação do CA.

Na pendência da nomeação de substituto, o CA mantém a plenitude das suas competências, sendo o Presidente do Conselho de Administração substituído, no exercício das competências próprias do cargo, pelo Vogal que se encontre designado, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 4.º dos Estatutos do ML. Neste contexto, a Vogal do Conselho de Administração Eng.ª Maria Helena Arranhado Campos mantém-se no exercício das competências inerentes ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, em substituição do titular, nos termos conjugados do disposto na deliberação n.º 1730735 de 10 de agosto de 2023 e do n.º 3 do artigo 4.º dos Estatutos do ML.

## Quadro 11 – Identificação, formação académica e pelouros dos membros do CA – até 22/junho

Até 22 de junho

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Formação Académica	Pelouros
2022-2024	Presidente	Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	PADE – AESE – Escola de Negócios MBA em Gestão Internacional – Universidade Católica Portuguesa Licenciatura em Engenharia Civil – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Secretaria Geral (SG) Direção de Clientes, Comercial e Marketing (DCL) Direção de Planeamento, Controlo e Gestão do Património (DPG) Gabinete de Auditoria Interna, Risco e Compliance (GAI)
2022-2024	Vogal	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	Doutoramento – Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; Mestrado – Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; Pós-Graduação – Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães Licenciatura em Engenharia Civil – Universidade de Coimbra, Fac. de Ciências e Tecnologia, Coimbra	Direção de Coordenação de Empreendimentos (DCE) Direção de Manutenção (DMT)
2022-2024	Vogal	Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica, ramo de Sistemas Industriais, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra complementada pelo Programa de Gestão Avançada para Executivos da Universidade Católica Portuguesa Especialização em Gestão Documental – INA – Instituto Nacional de Administração, Organização e Gestão da Qualidade – CEQUAL – Centro de Formação Profissional para a Qualidade.	Direção de Capital Humano (DCH) Direção Financeira (DFI) Direção de Operações (DOP) Centro de Inovação e Desenvolvimento Sustentável (CIDS)
2022-2024	Vogal	Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	XX Curso de Pós –Graduação em Regulação Pública e Concorrência, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, CEDIPRE, 2021 Agregação à Ordem dos Advogados Portugueses, em 2004. Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2001.	Direção de Logística (DLO) Direção de Segurança e Vigilância (DSV) Direção de Tecnologias de Informação (DTI) Gabinete Jurídico e Contencioso (GJC)

## Quadro 12 – Identificação, formação académica e pelouros dos membros do CA – após 26/junho

Após 26 de junho

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Formação Académica	Pelouros
2022-2024	Vogal	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	Doutoramento – Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; Mestrado – Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; Pós-Graduação – Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães Licenciatura em Engenharia Civil – Universidade de Coimbra, Fac. de Ciências e Tecnologia, Coimbra	Secretaria Geral (SG) Direção de Coordenação de Empreendimentos (DCE) Direção de Manutenção (DMT) Direção de Comunicação (DCI)
2022-2024	Vogal	Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica, ramo de Sistemas Industriais, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra complementada pelo Programa de Gestão Avançada para Executivos da Universidade Católica Portuguesa Especialização em Gestão Documental – INA – Instituto Nacional de Administração, Organização e Gestão da Qualidade – CEQUAL – Centro de Formação Profissional para a Qualidade.	Direção de Clientes, Comercial e Marketing (DCL) Direção de Capital Humano (DCH) Direção Financeira (DFI) Direção de Operações (DOP) Centro de Inovação e Desenvolvimento Sustentável (CIDS)
2022-2024	Vogal	Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	XX Curso de Pós –Graduação em Regulação Pública e Concorrência, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, CEDIPRE, 2021 Agregação à Ordem dos Advogados Portugueses, em 2004. Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2001.	Direção de Logística (DLO) Direção de Segurança e Vigilância (DSV) Direção de Tecnologias de Informação (DTI) Direção de Planeamento, Controlo e Gestão do Património (DPG) Gabinete Jurídico e Contencioso (GJC) Gabinete de Auditoria Interna, Risco e Compliance (GAI)

## CONSELHO FISCAL

A nomeação do Conselho Fiscal para o mandato 2023-2025, foi determinado pelo Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, de 25 de outubro de 2023, entrando em funções na data da designação.

**Quadro 13 – Identificação dos Membros do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa**

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma <sup>(1)</sup>	Data
2023-2025	Presidente	Dr. José Henrique Rodrigues Polaco	DC SETF e SEAMB	25/10/2023
2023-2025	Vogal Efetivo	Dr.ª Margarida Carla Campos Freitas Taborda	DC SETF e SEAMB	25/10/2023
2023-2025	Vogal Efetivo	Dr.ª Maria Teresa Figueiredo Alves Carvalho	DC SETF e SEAMB	25/10/2023
2023-2025	Vogal Suplente	Dr. Nelson Manuel Costa dos Santos	DC SETF e SEAMB	25/10/2023

<sup>(1)</sup> De acordo com o Despacho Conjunto de 25 de outubro de 2023 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e do senhor Secretário de Estado da Mobilidade Urbana.

## REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A atual Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) decorreu da proposta apresentada pelo Conselho Fiscal ao membro do Governo responsável pela área das Finanças, tendo sido nomeada para o triénio 2023-2025 pelo Despacho Conjunto do Secretária de Estado do Tesouro e o Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, em 3 de outubro de 2023, entrando em funções na data da assinatura do referido despacho.

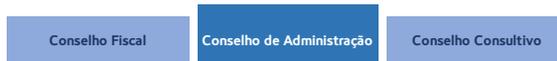
**Quadro 14 – Membros do SROC/ROC do Metropolitano de Lisboa**

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação	
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data
2023-2025	ROC Efetivo	João Cipriano & Associados, SROC, Lda. Dr. João Amaro Santos Cipriano	119 631	20161438 20160277	Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e Secretário de Estado da Mobilidade Urbana	03/10/2023
	ROC Suplente	Baker Tilly, PG & Associados, SROC, SA Dr. Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André	235 779	20161528 20160596		

## Estrutura Organizacional

**Ilustração 5 – Organograma do Metropolitano de Lisboa**

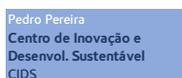
### Estruturas Estatutárias



### Estruturas Autónomas



### Estruturas de Missão



### Estruturas de Apoio



### Estruturas Corporativas



### Estruturas Operacionais



## V. ESTRATÉGIA

### 1. Objetivos Estratégicos

O Metropolitano de Lisboa definiu os seguintes objetivos estratégicos que devem servir de orientação para toda a atividade desenvolvida pela empresa e empresas subsidiárias:

1. Promover e desenvolver a mobilidade urbana através da utilização do transporte público
2. Melhorar os níveis de serviço prestados ao Cliente
3. Reforço da vertente Inovação
4. Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente
5. Promover a sustentabilidade ambiental e energética
6. Assegurar o equilíbrio financeiro da empresa
7. Assegurar o bem-estar e motivação dos trabalhadores

Simultaneamente, e de acordo com compromisso público assumido, o Metropolitano de Lisboa, integra na sua estratégia 4 (quatro) dos ODS da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU que se cruzam com os primeiros.

Ilustração 6 – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável assumidos pelo METRO



<p>1. Promover e desenvolver a mobilidade urbana através da utilização do transporte público</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria pontual da oferta, nomeadamente com horários e frequências adequados à procura;</li> <li>• Melhoria contínua da regularidade e fiabilidade do serviço prestado;</li> <li>• Procura e implementação de novas soluções que deem resposta a novas necessidades dos clientes.</li> </ul>
<p>2. Melhorar os níveis de serviço prestados ao Cliente</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de novos sistemas de pagamento do título de transporte facilitando e simplificando a sua utilização;</li> <li>• Melhoria das acessibilidades, aumentando o número de estações de plena acessibilidade;</li> <li>• Melhoria da limpeza de estações e comboios;</li> <li>• Melhoria e inovação nos sistemas de informação ao cliente;</li> <li>• Melhoria da qualidade da oferta e dos espaços comerciais existentes nas estações.</li> </ul>
<p>3. Reforço da vertente Inovação</p> <div data-bbox="172 1736 331 1892" style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 10px;"> <p>9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS</p>  </div>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço de uma estratégia de inovação, adotando metodologias características da inovação no desenho de novas soluções e na implementação de projetos, envolvendo toda a comunidade do ML;</li> <li>• Desenvolvimento de parcerias para a inovação com outras entidades, como fornecedores, universidades, centros tecnológicos, associações, entre outros, através da criação de parcerias em projetos de IDI, promovendo a criação de valor para todas as partes envolvidas;</li> <li>• Estabelecimento de metodologias sistemáticas de vigilância tecnológica, de <i>benchmarking</i> e de análise de tendências que assegure a existência de conhecimento atualizado sobre as melhores práticas e tendências no setor;</li> <li>• Promoção de uma cultura de inovação com dinâmicas de trabalho colaborativo.</li> </ul>

#### 4. Expandir e planejar o futuro, melhorar e renovar o existente



- Linha Circular – Prolongamento Rato/Cais do Sodré;
- Expansão da Linha Vermelha – Prolongamento S. Sebastião/Alcântara;
- Projeto de modernização do sistema de sinalização e do material circulante: linhas Azul, Amarela e Verde;
- Metro Ligeiro de Superfície Loures/Odivelas (Linha Violeta);
- Aquisição de máquina esmeriladora;
- Remodelação da estação Cais do Sodré;
- Plano de Promoção de Acessibilidade (PNPA);
- Renovação de Sistema de Conforto (escadas mecânicas, tapetes rolantes e elevadores);
- Renovação de sistema vídeo e comunicação + SADI nas carruagens (ML90, ML95, ML97 e ML99);
- Beneficiação geral das portas das frotas ML95, ML97 e ML99;
- Sistema de informação ao Cliente;
- Upgrade tecnológico do sistema de acionamento de portas da série ML90;
- Torno rodas PMO III + sistema de medida automática de rodas;
- Remodelação geral de máquinas automáticas de venda de títulos de transporte (MAVT)
- Aquisição de 24 Unidades Triplas;
- Instalação de uma Central Fotovoltaica nas vias de garagem do PMO II;
- Remodelação da estação Marquês de Pombal.

#### 5. Promover a sustentabilidade ambiental e energética



- Substituição na totalidade das suas estações de sistemas tradicionais de iluminação por sistemas LED;
- Implementação de uma central fotovoltaica nas instalações do PMO II;
- Melhoria da eficiência energética através de alterações tecnológicas e comportamentais;
- Redução do consumo de recursos naturais, nomeadamente eletricidade, gás, água e papel.

#### 6. Assegurar o equilíbrio financeiro da empresa



- Assinatura de aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público que clarifique a situação dos ativos ILD, a gestão dos ativos e a forma de remuneração do ML;
- Resolução de situações de dívidas existentes;
- Rentabilização dos ativos não operacionais, nomeadamente, do atual PMO I;
- Procurar o aumento da receita tarifária e não tarifária.

#### 7. Assegurar o bem-estar e motivação dos trabalhadores



- Reforço das competências, alinhamento e motivação por via da formação e da comunicação interna;
- Reforço do quadro de pessoal e início da renovação dos quadros do ML;
- Melhoria das condições de trabalho;
- Implementação do plano para a igualdade de género.

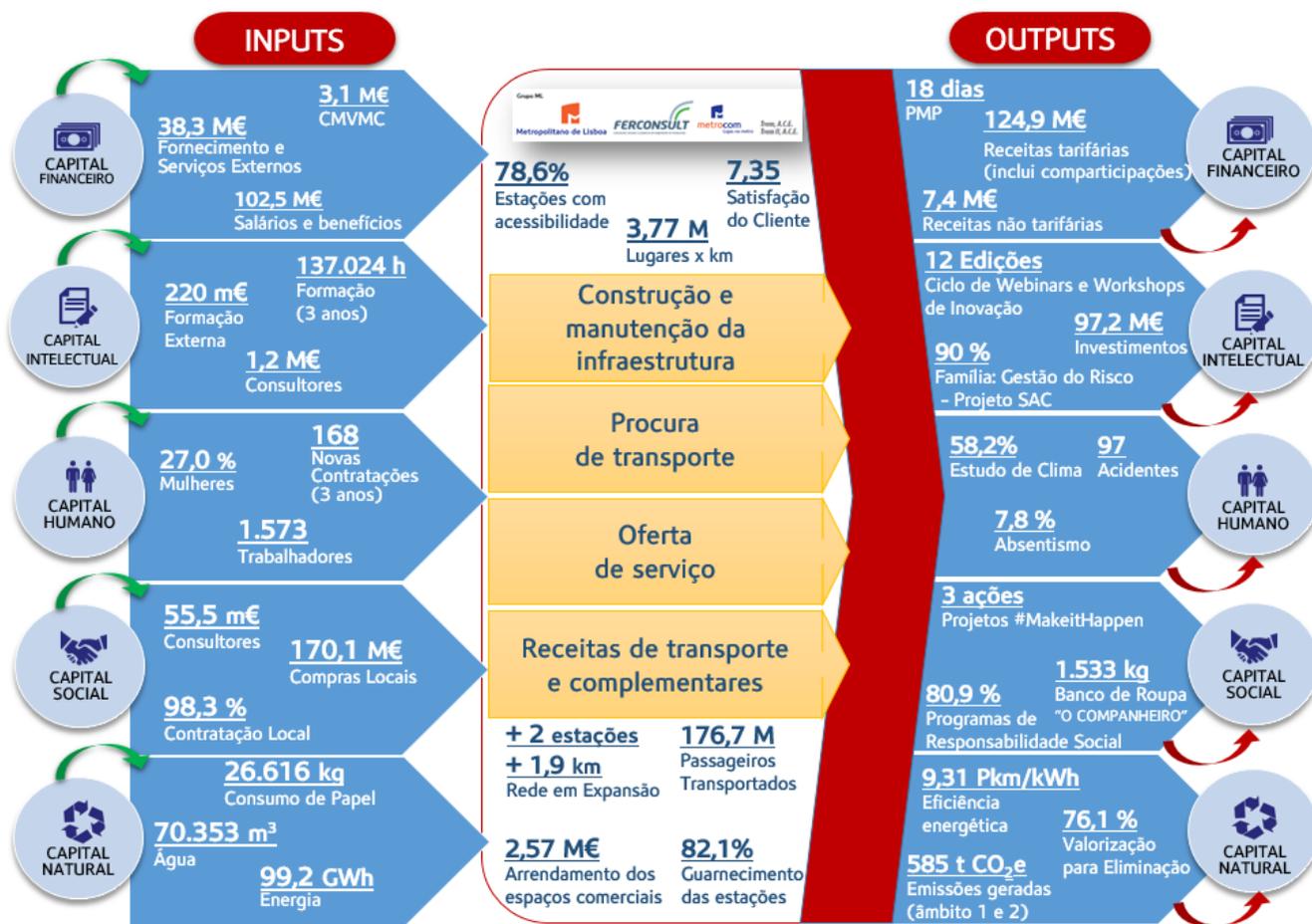
## VI. MODELO DE NEGÓCIO

### 1. Áreas de Negócio e Criação de Valor

O ML, como prestador de um serviço de transporte público de passageiros, tem como eixo principal a satisfação do cliente. Para isso, tem procurado continuamente desenvolver um serviço de excelência que permita melhorar a mobilidade na área metropolitana de Lisboa e proporcionar experiências que atendam às diferentes exigências dos seus utilizadores.

A promoção da mobilidade sustentável é um fator essencial para alcançar as metas de descarbonização firmadas no programa Portugal 2030. As atividades complementares do ML e suas participadas, como a reabilitação e manutenção da infraestrutura, a expansão da rede e a exploração de espaços comerciais, são fundamentais para a criação de um serviço de transporte único, capaz de atender às principais necessidades do cliente, garantindo a sua fidelização. Sendo este o meio de transporte um componente chave para a concretização dos objetivos estratégicos da empresa alinhados com os princípios da mobilidade verde.

Ilustração 7 – Modelo de criação de valor do Grupo de Empresas Metro



**Qualidade**

Em 2021, o Metropolitano de Lisboa obteve a certificação da qualidade do serviço prestado ao cliente, pela Norma NP 4475 - Serviço Público de Transporte de Passageiros no modo metropolitano. Esta norma estabelece um conjunto de requisitos qualitativos e quantitativos em diversas dimensões do serviço prestado ao cliente, e desde então, o ML passou a cumprir e a monitorizar esses requisitos. Atualmente, o ML conta com as certificações do Sistema de Gestão da Qualidade, do Sistema de Gestão Ambiental e do Transporte em modo metropolitano, que garantem a conformidade com os mais elevados padrões de qualidade e sustentabilidade.

A melhoria contínua da qualidade do serviço prestado é um esforço constante e diário do ML para com os seus clientes cada vez mais exigentes e que buscam um serviço de excelência. Para a organização, é não só expectável, mas também desejável, que esse empenho seja valorizado e reconhecido, tanto pelos clientes como pelas partes interessadas.

Em 2024, o resultado do inquérito de satisfação do cliente (ISC) atingiu os 7,35, um valor significativo que reflete o compromisso contínuo da empresa em melhorar e superar as expectativas dos clientes. Este resultado, face aos anos anteriores, é um claro reconhecimento do empenho e de dedicação do ML em proporcionar um serviço de qualidade superior, sempre focado na satisfação dos clientes.

**2. Investimento e expansão da rede**

**Melhorar os níveis de serviço ao Cliente**

No âmbito das acessibilidades à rede, foram concluídas as obras de instalação de ascensores na estação Campo Grande. Os trabalhos de instalação de ascensores nas estações Campo Pequeno e Picoas iniciaram-se em dezembro de 2023 e nas estações Intendente e Martim Moniz em janeiro de 2024, com previsão de colocação ao serviço no segundo semestre de 2025.

As obras de instalação dos elevadores na estação Praça de Espanha arrancaram em janeiro de 2025 e a previsão é que fiquem prontos para utilização no terceiro trimestre de 2025. Encontram-se em fase de contratação os trabalhos de instalação dos ascensores na estação Anjos, com previsão de entrada em funcionamento no

segundo semestre de 2026. Está previsto que no primeiro trimestre de 2026 sejam lançados os procedimentos para as instalações dos ascensores nas estações Avenida, Jardim Zoológico, Laranjeiras e Alto dos Moinhos.

## Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente

### Linha Circular

Concluídos os trabalhos referentes ao Lote 1, tendo a receção provisória ocorrido a 16 de setembro de 2024. Os trabalhos do Lote 2 ainda estão em curso, estando a conclusão prevista para o 3º trimestre de 2025. Em relação ao Lote 3 os trabalhos estão concluídos e o processo da receção provisória está em curso. Foi aprovado o projeto de execução do Lote 4, tendo sido efetuada a consignação parcial no dia 17 de setembro, para os trabalhos de acabamentos e de sistemas do troço do Lote 1, estando os trabalhos em curso.

### Expansão da linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara

No seguimento da assinatura do Contrato de Empreitada de Conceção e Construção para o prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara, adjudicado ao Consórcio «Metro S. Sebastião Alcântara – M.S.A. ACE», o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., solicitou a emissão de visto prévio pelo Tribunal de Contas, o qual foi obtido em 22 de março.

Não obstante, duas impugnações judiciais foram intentadas ao ato de adjudicação. Apesar de terem sido contestadas, a mera propositura das mesmas implicou a suspensão automática dos efeitos da execução do contrato. O levantamento suspensivo das impugnações, que sucederam, respetivamente, a 16 de fevereiro e a 20 de maio, possibilitou o início do contrato apenas a 22 de maio.

O contrato encontra-se em curso, na fase de conceção. A fase de construção inicia-se com a consignação da obra, sendo que esta ocorre após a aprovação do Projeto de Execução, a obtenção da Decisão sobre a Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (DCAPE) e a obtenção do parecer favorável da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) ao Projeto de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE).

### Linha Violeta: Linha de Metro Ligeiro entre o Hospital Beatriz Ângelo e o Infantado (Concelhos de Loures e Odivelas)

O concurso público referente à “Empreitada de Conceção e Construção, Aquisição de Veículos e Serviços de Manutenção da Linha Violeta do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 024/2024 – DLO/ML”, foi lançado a 15 de março.

O prazo de apresentação de propostas inicialmente de 120 dias, o mínimo legal, foi prorrogado 85 dias por força da retificação das peças do procedimento e, prorrogado por uma segunda vez mais 13 dias, em função da natureza dos pedidos de prorrogação de prazo apresentados pelos concorrentes (complexidade e multiplicidade das prestações do contrato e dificuldade em obter cotações), tendo o júri procedido à abertura de propostas no dia 21 de Outubro.

No dia 27 de novembro foi tomada a decisão de não adjudicação da empreitada por parte do júri do concurso, uma vez que foram excluídas todas as propostas apresentadas pelos operadores económicos, por excederem o preço base do concurso. Foi lançado novo procedimento de concurso em abril de 2025

### Remodelação de estações

Lançado o procedimento de concurso para a Remodelação da estação Cais do Sodré em dezembro.

Em curso revisão de projeto da estação do Colégio Militar.

### Renovação de escadas mecânicas

Conclusão dos trabalhos de substituição:

- Das escadas mecânicas na estação Campo Grande em junho de 2024;
- Das escadas mecânicas na estação Cidade Universitária em julho de 2024;
- Das escadas mecânicas nas estações Baixa Chiado (EM 10 e 12) em janeiro de 2025;
- De elevador na estação Alameda em dezembro de 2024;
- De elevador na estação Baixa Chiado (EI 1) em janeiro de 2025.

Foi adjudicada a empreitada de conceção/construção para a substituição dos tapetes rolantes da Estação Entrecampos. A adjudicação foi suspensa devido a processo de contestação judicial.

Desenvolveram-se trabalhos no âmbito da Elaboração dos Requisitos Técnicos e compilação das peças de projeto para a substituição de 26 escadas mecânicas (Estações Alameda, Odivelas, Oriente, Terreiro do Paço). No mês de março foi publicada a Portaria de Extensão de Encargos 405/2024/2 que autoriza a despesa associada a esta empreitada. O Projeto para as Escadas Mecânicas do Parque será desenvolvido de forma separada de modo a avaliar o incremento do número de escadas mecânicas para melhoria do serviço prestado.

### **Incrementar a segurança**

Concluíram-se as integrações do Sistema Automático de Detecção de Incêndio (SADI) nas estações Jardim Zoológico, Parque, e Campo Pequeno.

Concluíram-se os trabalhos de instalação de SADI na estação Baixa Chiado.

Iniciaram-se os trabalhos de instalação do SADI no PMO II e na estação Alameda II.

### **Aumentar a resiliência**

Durante o ano iniciaram-se os trabalhos de fornecimento e montagem do cais metálico do ramal de Chelas e deu-se continuidade ao fornecimento e montagem do cais metálico, no cais de manobra, da estação Marquês do Pombal, iniciado no final do ano de 2023.

### **Promover a sustentabilidade ambiental e energética**

#### **Geração de energia**

O projeto de execução para a instalação de uma central fotovoltaica no PMO II está em fase de revisão.

#### **Assegurar o bem-estar e a motivação dos trabalhadores**

Elaborado o projeto para criação de zona de refeições para os trabalhadores no piso 2, do edifício das Laranjeiras, e o projeto para o tratamento de patologias no talude da portaria do PMO II.

Em curso a elaboração do projeto para a realocação, no PMO III, da portaria e para a remodelação das instalações do CCDTML, da Comissão dos Trabalhadores e dos Sindicatos.

### **Sistema de controlo automático de comboios e novo material Circulante**

Este projeto prevê o fornecimento de 14 novas unidades triplas (42 carruagens) e o fornecimento de um sistema de controlo automático de comboios para as linhas Azul, Amarela e Verde e instalação do mesmo em 70 composições da frota existente.

Estas novas aquisições representam um profundo salto qualitativo na operação, na programação e na gestão da rede do Metro.

A aquisição do novo material circulante proporcionará:

- Melhoria da oferta de comboios e serviços do ML;
- Supervisão técnica remota do comboio em linha;
- Sistemas de segurança e vídeo vigilância mais modernos;
- Maior conforto para os clientes e maior ergonomia para o maquinista;
- Melhoria da acessibilidade para clientes de mobilidade condicionada;
- Sistema de comunicação com os clientes com informação variável e flexível.

O sistema de controlo automático de comboios CBTC – *Computer Based Train Control* – permitirá:

- Condução e supervisão automática do comboio em nível GoA2;
- Regulação automática do tráfego na linha;
- O controlo contínuo do movimento dos comboios, garantindo o seguro afastamento entre comboios e o cumprimento dos limites de velocidade em qualquer ponto da rede;
- Progressiva substituição do sistema de controlo de passagem de sinais proibitivos, instalado nos anos 70 e já obsoleto;
- Registos técnicos e operacionais que facilitem o diagnóstico de avarias e análise de incidentes.

Este sistema, associado aos novos comboios, permitirá, um aumento da frequência e da regularidade do serviço público de transporte prestado pelo ML, garantindo, de um modo mais eficaz, a oferta de comboios, em frequências mais adaptados às necessidades do serviço público e com segurança acrescida.

O ML celebrou em fevereiro de 2020 o contrato para a aquisição deste um novo sistema de sinalização ferroviária e a aquisição de novas unidades triplas ao Agrupamento Stadler Rail Valencia, S.A.U./ Siemens Mobility Unipessoal, Lda., pelo valor de 114,5 milhões de euros.

Em consequência de processo judicial por impugnação intentada por um concorrente foram, nos termos da lei, suspensos os efeitos da adjudicação do contrato, paralisando assim o processo de aquisição que já se encontrava em curso. O Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa julgou extinta a instância na sequência da desistência de queixa pelo que, submetido o processo para fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, o contrato obteve visto por esse tribunal em maio de 2021, impondo um atraso global de 308 dias na execução do contrato.

Em 9 de agosto de 2024, foi rececionada a primeira unidade tripla (UT) de um total de catorze UT, destacando-se as seguintes vantagens para os clientes:

- Janelas amplas, painéis de portas e áreas de intercirculação com elevado espaço livre que possibilitarão que as entradas e saídas se efetuem de forma expedita;
- Carruagens com mais espaço no salão e passageiros, que permitirá o transporte de um número mais elevado de clientes e em condições de maior comodidade;
- Salão de passageiros concebido para maximizar o espaço disponível, cumprindo, simultaneamente, os requisitos dos lugares sentados, cuja distribuição será feita com base numa disposição longitudinal;
- Cada UT dispõe de 90 lugares sentados, sendo 30 assentos prioritários, facilmente identificáveis por serem de uma cor diferente e espaço para fixar duas cadeiras de rodas;
- As portas das UT não possuem rampas ou declives para facilitar a mobilidade dos utilizadores de cadeiras de rodas;
- Com vista a garantir a estabilidade, o espaço para cadeira de rodas foi concebido para estar orientado no sentido da circulação.

A 31 de dezembro de 2024, o projeto apresentava uma execução física de 28%, caracterizada, de forma geral, pelo desenvolvimento das especificações técnicas detalhadas, pelos projetos de execução do material circulante e dos sistemas de sinalização, bem como pela instalação de uma via de ensaios para comboios equipados com CBTC e pela receção da primeira UT.

### Aquisição de Material Circulante (24 UT, com opção de mais 12)

Na sequência da concretização do Plano de Expansão do ML, com o consequente aumento da oferta de transporte metropolitano na área de Lisboa, quer através do prolongamento da Linha Amarela e Verde — Rato — Cais do Sodré, quer através do prolongamento da Linha Vermelha entre a estação de São Sebastião até Alcântara, tornou-se necessário realizar um investimento em novo material circulante tendo em vista o necessário reforço da oferta, tal como efetuar a progressiva e atempada renovação da frota que se encontra próximo do fim de vida.

O Metropolitano de Lisboa celebrou, em outubro de 2024, um contrato com a Stadler Rail Valencia, S.A.U. para a aquisição de vinte e quatro novas unidades triplas, com mais doze de opção, pelo valor de 134 milhões de euros. O contrato obteve o visto prévio do Tribunal de Contas em maio de 2025.

### Sistemas e equipamentos

Os principais projetos desenvolvidos em 2024, no que diz respeito ao processo dos Sistemas de Informação, foram os seguintes:

- Criação de aplicação informática para solicitações de **Consignação de Zonas de Trabalho** e gestão dos registos de consignação.
- Implementação de solução informática integrada com a plataforma de solicitações de consignação de zona de trabalhos sem tensão (**Plano de Coordenação de Trabalhos Noturnos**).
- Implementação de indicadores de recursos humanos e de fiscalização na plataforma **SAP BW/4HANA**
- **Desmaterialização dos Autos de notícia** através da implementação em SAP R/3 de um sistema de registo de clientes e de autos de forma automática, tendo como base os dados recolhidos pelos novos terminais de fiscalização.

- **Implementação de Sistema de Gestão de Prazos e Responsabilidades para Deliberações do Conselho de Administração no SAP** com a criação de sistema de atribuição e controlo de tarefas atribuídas através de deliberações.
- **Implementação de Melhorias diversas no sistema SAP**, sendo de salientar as melhorias nos documentos institucionais, melhorias no módulo FI no contexto dos fornecedores, melhorias na gestão de equipamentos e na gestão de clientes.
- **Implementação de novas unidades de marcação de assiduidade/refeitório/obra, com introdução da biometria facial para marcação de assiduidade**, para fazer face à obsolescência da plataforma anterior e simultaneamente, introduzir novas formas de registo de assiduidade desmaterializadas.
- **Adoção de plataformas de colaboração Microsoft com disponibilização de *Email* e armazenamento pessoal na *cloud***, para melhorar a produtividade, dispondo de mais e melhores ferramentas que potenciam o trabalho colaborativo, nomeadamente no contexto de teletrabalho.
- **Renovação da plataforma de armazenamento centralizado, que suporta a esmagadora maioria dos sistemas de informação a cargo da Direção Sistemas e Tecnologias de Informação**, o que proporcionará maior capacidade de armazenamento, maior rapidez no acesso à informação, garantindo simultaneamente o suporte do fabricante em virtude da plataforma anterior estar em fim de ciclo de vida.
- **Renovação da plataforma de autenticação para acesso remoto aos sistemas de informação do ML**, com o objetivo de dispor de uma plataforma que considera outros mecanismos de autenticação que podem ser potenciados noutras plataformas tecnológicas, contribuindo assim para robustecer a segurança no acesso a outros sistemas de informação, garantindo simultaneamente a redução do custo de propriedade da solução.
- **Robustecimento da infraestrutura de segurança dos sistemas de informação através da Implementação de firewalls de Data Center** para robustecer a segurança dos sistemas de informação, nomeadamente no tráfego de/para os *Data Centers* do ML.

No âmbito da Manutenção foram desenvolvidos vários projetos de investimento que procuraram alcançar diversos objetivos estratégicos destacando os seguintes:

- a) Garantia da continuidade da operacionalidade das infraestruturas ou equipamentos por obsolescência dos atuais:
  - Aquisição de veículo esmerilador para manutenção de via;
  - Renovação do sistema de acionamento das portas de passageiros do material circulante do ML90;
  - Conclusão da revisão geral das portas de passageiros do material circulante do ML95, ML97 e ML99;
  - Substituição blocos autónomos em estações, galerias e instalações técnicas das linhas do Metropolitano de Lisboa;
  - Instalação de um torno de rodas em fossa e sistema de medição automático de rodas no PMO III;
  - Substituição das travessas de madeira das secções especiais de via do PMO II.
- b) Garantia da continuidade de serviços de manutenção das infraestruturas ou equipamentos ou de serviços de apoio essenciais às operações de manutenção através da aquisição de serviços de:
  - Manutenção preventiva e corretiva da rede telefónica de revisão geral de 72 engates, (24 automáticos e 48 semipermanentes);
  - Instalação de Grupos de Baterias para Iluminação de Emergência e Baterias Alcalinas para as Subestações de Tração;
  - Manutenção do Comando Centralizado de Energia e Unidades Remotas de Telecomando (URT) da Rede de Energia;
  - Instalação de UPS (*Uninterrupted Power Supply*) e respetivos grupos de baterias de alimentação dos sistemas de sinalização da rede do metro;
  - Soldadura aluminotérmica de carril na via-férrea;
  - Gestão e operação da frota automóvel para transporte de equipas de piquete e de apoio à manutenção;
- c) Melhoria da eficiência energética das infraestruturas:
  - Renovação dos sistemas de iluminação da estação Aeroporto, com utilização de tecnologia LED.

Destes projetos relevam-se dois de importância estratégica para a manutenção e segurança dos ativos e para a qualidade do serviço público de transporte prestado pela Empresa:

#### Aquisição de veículo esmerilador para manutenção de via

O projeto visa a aquisição de um novo veículo esmerilador de carril para substituição do veículo existente já obsoleto após 46 anos de funcionamento ininterrupto e com muito reduzida fiabilidade.

O novo veículo deverá permitir à empresa a continuidade das tarefas de manutenção preventiva, garantindo a integridade, segurança e operacionalidade da infraestrutura de via-férrea, incluindo também a monitorização e registo digital dos parâmetros geométricos fundamentais permitindo a significativa melhoria do planeamento, execução e controlo de qualidade da manutenção da via-férrea.

O veículo foi adjudicado à Harsco Rail Europe GmbH por 8 milhões de euros e o contrato teve início em 30 de abril de 2021. Em virtude das condições do mercado no pós pandemia, das consequências da guerra da Ucrânia, e das cadeias globais de fornecimento estarem a sofrer perturbações em resultado de escassez de matérias-primas, a disponibilização do equipamento só deverá ocorrer em 2025.

O projeto, à data de 31 de dezembro, apresentava uma execução física de 20%, genericamente caracterizada pelo desenvolvimento das especificações técnicas detalhadas.

#### Renovação ou revisão geral dos sistemas de acionamento das portas de passageiros de toda a frota de material circulante

O projeto está dividido em dois contratos distintos e visa a reposição da fiabilidade do subsistema das portas passageiros, responsável pela maioria das falhas ocorridas nas composições.

Foi contratada a FAIVELEY TRANSPORT IBERICA, S.A., para substituição dos acionamentos pneumáticos por novos acionamentos elétricos de maior segurança e sensibilidade em 18 composições da série ML90, num total de 324 portas, em 24 meses, por um valor de 2,4 milhões de euros.

Para as restantes séries de material circulante, foi contratada a KNORR-BREMSE, ESPAÑA, S.A. para revisão geral dos atuais acionamentos, incluindo a substituição de materiais obsoletos, ou desgastados, em 93 composições, num total de 1674 portas, por um valor de 6 milhões de euros e com a duração de 36 meses, o contrato foi concluído no primeiro trimestre de 2024.

Ambos os contratos incluem a reabilitação e pintura das folhas das portas.

No final de 2024, a frota contava já com 103 composições totalmente revistas.

### 3. Conservação e manutenção da infraestrutura e material circulante

#### Desempenho operacional da infraestrutura principal

Foi possível manter, de forma geral, a execução dos programas de manutenção programa e os projetos em curso de renovação ou reabilitação de sistemas ou equipamentos.

A modernização do sistema de sinalização tem levado a inúmeras paragens na circulação de comboios ao longo do ano de 2024, não sendo possível cumprir o valor máximo estabelecido de 4 horas de paragem.

Gráfico 1 - Indisponibilidade média mensal da infraestrutura principal (valores em horas)

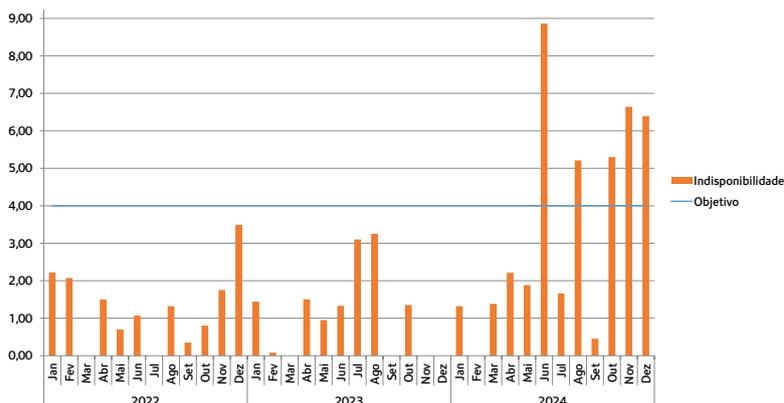
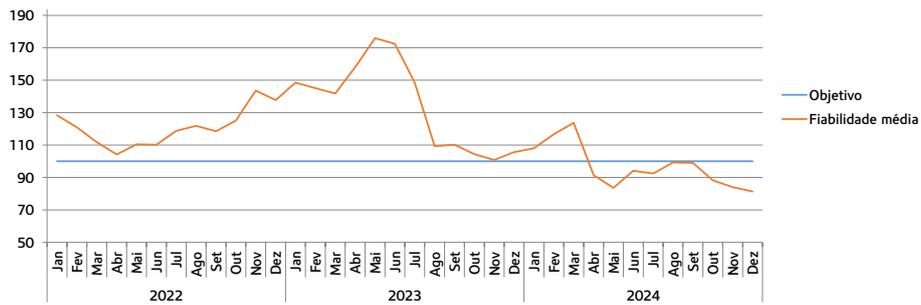


Gráfico 2 - Fiabilidade da infraestrutura principal (média de 12 meses; valores em horas)

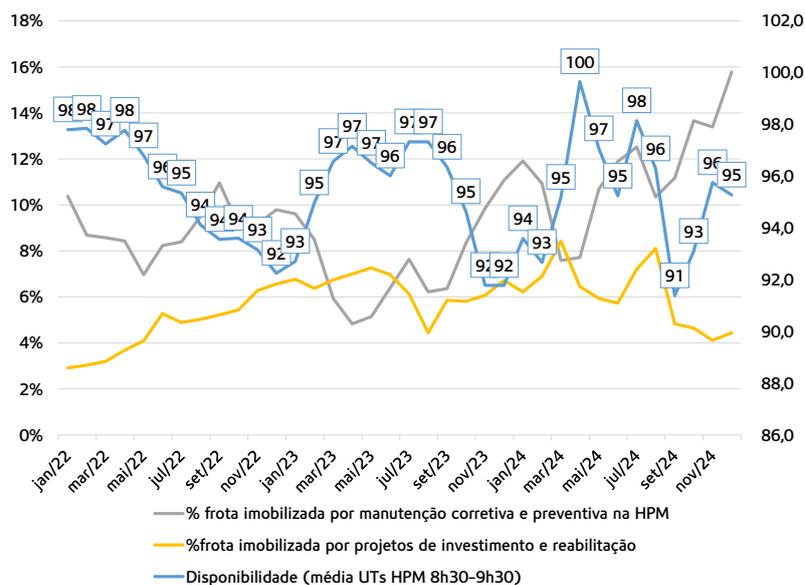


**Desempenho operacional do material circulante**

O esforço desenvolvido na recuperação dos planos de manutenção dos equipamentos, na reposição da operacionalidade de composições imobilizadas há longo tempo, bem como na implementação de programas de investimento na reabilitação ou renovação de portas de passageiros em todas as unidades da frota de material circulante, permitiu a disponibilidade operacional do material circulante na hora de ponta da manhã (HPM) dos dias úteis.

Com a recuperação do atraso histórico das rotinas de manutenção programada foi possível dar início a intensos programas de reabilitação da frota, o que implica imobilização prolongada da composição, como é exemplo a revisão geral de portas de passageiros em toda a frota, sem por isso comprometer a capacidade de cumprimento da oferta planeada, tal como demonstrado pelos gráficos que a seguir se apresentam.

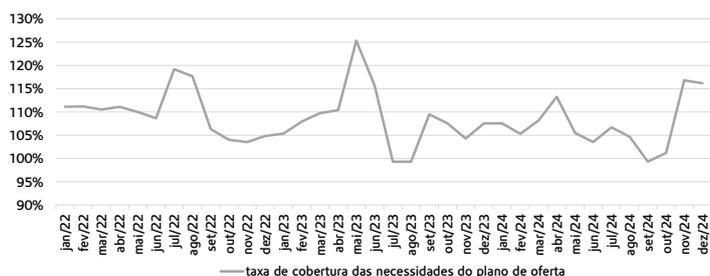
Gráfico 3 - Ocupação na hora de ponta da manhã



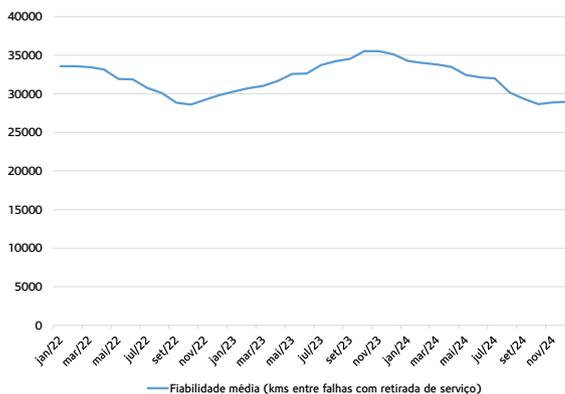
Apesar deste esforço de reabilitação da frota, a taxa média de indisponibilidade total do material circulante (não considerando apenas as horas de ponta) foi de 18,5%, contudo foi possível garantir ao longo do ano uma taxa de cobertura das necessidades de material circulante superior a 105% para execução de plano de oferta.

A série histórica da fiabilidade média do material circulante revela a tendência para o seu crescimento progressivo, sobretudo nas séries mais antigas, o ML90 e ML95, atualmente com mais de 21 anos de serviço.

**Gráfico 4 - Taxa de cobertura das necessidades de material circulante**



**Gráfico 5 - Evolução de fiabilidade média**



#### 4. Oferta do serviço de transporte

O Plano de Atividades e Orçamento de 2024 previa que a partir de janeiro se verificaria um ajuste de oferta decorrente da entrada em operação do CBTC na linha Azul, e que em março se iniciaria a primeira fase da criação da futura Linha Circular, com circulações entre Rato e Cais do Sodré, na Linha Verde, e com circulações entre Odivelas e Telheiras, na Linha Amarela. Não tendo sido possível concluir as infraestruturas e sistemas necessários para consumir os planos de oferta previstos para 2024, foram registados desvios em relação ao planeado para as linhas Verde, Amarela e Azul. Contudo as diferenças foram mais expressivas nas linhas Verde e Amarela visto que as alterações físicas previstas nestas linhas teriam um maior impacto no respetivo plano de oferta.

Os desvios positivos de produção de carruagens x km e lugares x km face à produção de circulações são originados por motivo de aumentos de oferta para fazer face a picos de procura pontuais, nomeadamente em eventos desportivos e culturais, fazendo circular comboios de seis carruagens em vez dos comboios de três carruagens previstos no plano de oferta.

**Quadro 15 - Evolução da oferta**

Evolução da oferta (serviço público) (n.º)	Execução 2024	Execução 2023	PAO 2024	Var. 2024/2023		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
<b>Carruagens x km</b>							
Linha Azul	9 548 407	9 638 092	9 074 901	( 89 685)	( 0,9)	473 506	5,2
Linha Amarela	7 170 482	7 048 324	5 277 099	122 158	1,7	1 893 383	35,9
Linha Verde	6 109 202	5 678 617	11 673 806	430 585	7,6	(5 564 604)	( 47,7)
Linha Vermelha	6 607 109	6 605 491	6 270 180	1 618	0,0	336 929	5,4
<b>Total</b>	<b>29 435 201</b>	<b>28 970 524</b>	<b>32 295 986</b>	<b>464 677</b>	<b>1,6</b>	<b>(2 860 785)</b>	<b>( 8,9)</b>
<b>Lugares x km</b>							
Linha Azul	1 222 196 151	1 233 675 801	1 161 587 328	( 11 479 650)	( 0,9)	60 608 823	5,2
Linha Amarela	917 821 740	902 185 511	675 468 672	15 636 229	1,7	242 353 068	35,9
Linha Verde	781 977 822	726 862 926	1 494 247 168	55 114 896	7,6	( 712 269 346)	( 47,7)
Linha Vermelha	845 710 004	845 502 861	802 583 040	207 143	0,0	43 126 964	5,4
<b>Total</b>	<b>3 767 705 716</b>	<b>3 708 227 098</b>	<b>4 133 886 208</b>	<b>59 478 618</b>	<b>1,6</b>	<b>( 366 180 492)</b>	<b>( 8,9)</b>
<b>Circulações</b>							
Linha Azul	118 065	119 155	121 591	( 1 090)	( 0,9)	( 3 526)	( 2,9)
Linha Amarela	126 886	149 690	147 890	( 22 804)	( 15,2)	( 21 004)	( 14,2)
Linha Verde	117 664	119 322	152 488	( 1 658)	( 1,4)	( 34 824)	( 22,8)
Linha Vermelha	110 751	111 042	112 379	( 291)	( 0,3)	( 1 628)	( 1,4)
<b>Total</b>	<b>473 366</b>	<b>499 209</b>	<b>534 348</b>	<b>( 25 843)</b>	<b>( 5,2)</b>	<b>( 60 982)</b>	<b>( 11,4)</b>

## Quadro 16 – Taxa de realização da oferta

Taxa de Realização de carruagens x km	2024	2023	Var. 2024/2023	Taxa de Realização de lugares x km	2024	2023	Var. 2024/2023	Taxa de Realização de circulações	2024	2023	Var. 2024/2023
Linha Azul	% 105,22	106,67	(1,45) p.p.	Linha Azul	% 105,22	106,67	(1,45) p.p.	Linha Azul	% 97,10	98,41	(1,31) p.p.
Linha Amarela	% 135,88	108,24	27,64 p.p.	Linha Amarela	% 135,88	108,24	27,64 p.p.	Linha Amarela	% 85,80	118,47	(32,67) p.p.
Linha Verde	% 52,33	104,97	(52,64) p.p.	Linha Verde	% 52,33	104,97	(52,64) p.p.	Linha Verde	% 77,16	99,26	(22,10) p.p.
Linha Vermelha	% 105,37	105,69	(0,32) p.p.	Linha Vermelha	% 105,37	105,69	(0,32) p.p.	Linha Vermelha	% 98,55	99,13	(0,58) p.p.
Na rede	% 91,14	106,48	(15,34) p.p.	Na rede	% 91,14	106,48	(15,34) p.p.	Na rede	% 88,59	104,07	(15,49) p.p.

## 5. Procura

Em 2024 verificou-se uma recuperação na procura e mais 6,3% no total das validações e de mais 6,5% no total de passageiros (validações mais fraude) face a 2023.

Entraram em vigor duas medidas de gratuidade para os jovens, com impacto na procura, nomeadamente:

- A partir de 1 de janeiro de 2024, o passe Navegante, nas modalidades sub 18+TP e estudante sub 23+TP, passou a ser totalmente gratuito para todos os estudantes até aos 23 anos de idade (Portaria n.º7-A/2024 de 5 de janeiro);
- A partir de 1 de dezembro de 2024, foi alargada a gratuidade do passe para jovens estudantes a todos os indivíduos até aos 23 anos (Portaria n.º 307-A/2024/1, de 28 de novembro).

Os trabalhos em curso no novo Sistema de Sinalização Ferroviária e no projeto de expansão da Linha Circular, obrigaram a uma diminuição da oferta com impacto na procura. Verificaram-se encerramentos de troços e estações nas linhas Verde e Amarela durante o período de 3 a 19 de agosto. Os constrangimentos associados ao desenvolvimento destes investimentos levaram a que os valores de procura não fossem mais expressivos.

Nos últimos dois meses do ano, verificaram-se três greves parciais com impacto no serviço e consequentemente nos valores de procura. As greves de 6 de novembro, 14 de novembro e 3 de dezembro, iniciaram-se com a abertura da exploração tiveram duração até as 10h00.

De forma positiva, destacam-se os seguintes acontecimentos:

- Na noite das Festas de Sto. António, de 12 para 13 de junho, as linhas Azul e Verde estiveram abertas até às 03h00;
- Nos dias 15, 16, 22 e 23 de junho, realizou-se o Rock in Rio 2024, este ano localizado no Parque Tejo. O Metropolitano de Lisboa prolongou o horário de funcionamento das linhas Vermelha e Verde até às 02h30 com comboios de 6 carruagens;
- Nos dias 29, 30 e 31 de agosto realizou-se no Parque da Bela Vista o Festival MEO KALORAMA. O horário de funcionamento das linhas Vermelha e Verde foi prolongado até às 03h00 com comboios de 6 carruagens;
- No período de 11 a 14 de novembro, decorreu a Web Summit que teve lugar no Altice Arena e na Feira Internacional de Lisboa;
- Na noite de 31 de dezembro para 1 de janeiro, o serviço foi prolongado até às 03h00, nas linhas Azul e Verde, para dar resposta às necessidades de mobilidade dos lisboetas na noite de fim do ano.

Em resumo, a procura registou as seguintes variações:

- Face a 2024, verificou-se um acréscimo de 8,3% nos passageiros com título pago e de 6,5% nos passageiros totais;

Face à estimativa inscrita no PAO, registou-se um acréscimo de 3,1% nos passageiros com título pago e de 1,4% nos passageiros totais.

## Quadro 17 - Evolução da Procura

Passageiros	Execução 2024	Execução 2023	PAO 2024	Var. 2024/2023		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
<b>Títulos ocasionais</b>	<b>31 566 202</b>	<b>34 679 484</b>	<b>34 238 550</b>	<b>( 3 113 282)</b>	<b>(8,98)</b>	<b>( 2 672 348)</b>	<b>(7,81)</b>
Bilhete Viagem Carris   Metro	10 596 223	13 300 773	13 546 168	( 2 704 550)	(20,33)	( 2 949 945)	(21,78)
Zapping	9 164 920	10 856 057	9 692 879	( 1 691 137)	(15,58)	( 527 959)	(5,45)
EMV	5 355 114	1 835 949	3 500 000	3 519 165	191,68	1 855 114	53,00
Bilhete 24 Horas Carris/Metro	4 337 140	4 628 262	4 956 383	( 291 122)	(6,29)	( 619 243)	(12,49)
Bilhete 24 Horas Carris/Metro/TT	159 082	160 321	173 708	( 1 239)	(0,77)	( 14 626)	(8,42)
Bilhete 24 Horas Carris/Metro/CP	586 121	580 428	552 887	5 693	0,98	33 234	6,01
Outros	1 367 602	3 317 694	1 816 525	( 1 950 092)	(58,78)	( 448 923)	(24,71)
<b>Passes</b>	<b>137 467 547</b>	<b>121 418 404</b>	<b>129 665 743</b>	<b>16 049 143</b>	<b>13,22</b>	<b>7 801 804</b>	<b>6,02</b>
<b>Passes Navegante - Programa Incentiva mais TP</b>	<b>103 660 832</b>	<b>112 072 438</b>	<b>119 457 578</b>	<b>( 8 411 606)</b>	<b>(7,51)</b>	<b>( 15 796 746)</b>	<b>(13,22)</b>
Navegante Metropolitano	78 909 299	85 554 557	90 365 174	( 6 645 258)	(7,77)	( 11 455 875)	(12,68)
Navegante Lisboa	17 141 547	18 217 873	20 244 149	( 1 076 326)	(5,91)	( 3 102 602)	(15,33)
Navegante Amadora	2 039	6 128	7 009	( 4 089)	(66,73)	( 4 970)	(70,91)
Navegante Odivelas	3 167	7 213	9 037	( 4 046)	(56,09)	( 5 870)	(64,95)
Navegante Metropolitano Família	2 433 157	3 507 598	3 771 017	( 1 074 441)	(30,63)	( 1 337 860)	(35,48)
Navegante Municipal Família	223 632	277 018	321 246	( 53 386)	(19,27)	( 97 614)	(30,39)
Navegante +65	4 857 204	4 421 358	4 652 532	435 846	9,86	204 672	4,40
Navegante Metropolitano Comb -65	90 787	80 693	87 413	10 094	12,51	3 374	3,86
<b>Outros passes</b>	<b>1 534 161</b>	<b>1 740 226</b>	<b>1 883 143</b>	<b>( 206 065)</b>	<b>(11,84)</b>	<b>( 348 982)</b>	<b>(18,53)</b>
Navegante Urbano	188 177	225 078	266 466	( 36 901)	(16,39)	( 78 289)	(29,38)
Navegante Rede	10 166	11 988	14 730	( 1 822)	(15,20)	( 4 564)	(30,98)
L/Operadores	1 065 290	1 285 755	1 375 852	( 220 465)	(17,15)	( 310 562)	(22,57)
Combinados	270 528	217 405	226 096	53 123	24,44	44 432	19,65
<b>Passes sujeitos a compensações <sup>1</sup></b>	<b>32 272 554</b>	<b>7 605 740</b>	<b>8 325 022</b>	<b>24 666 814</b>	<b>324,32</b>	<b>23 947 532</b>	<b>287,66</b>
Navegante Gratuito 4_18/sub23	27 829 340	0	0	27 829 340	-	27 829 340	-
L/ Operadores Gratuito 4_18/sub23	547 115	0	0	547 115	-	547 115	-
Navegante Urbano Gratuito (3 idade GL)	2 756 375	2 344 639	2 421 688	411 736	17,56	334 687	13,82
Navegante Lisboa Gratuito 4_18/S23	0	4 192 026	4 775 780	( 4 192 026)	(100,00)	( 4 775 780)	(100,00)
Navegante Combatentes	1 139 724	1 069 075	1 127 553	70 649	6,61	12 171	1,08
<b>Total passageiros c/ Título Pago</b>	<b>169 033 749</b>	<b>156 097 888</b>	<b>163 904 293</b>	<b>12 935 861</b>	<b>8,29</b>	<b>5 129 456</b>	<b>3,13</b>
<b>Gratuitos</b>	<b>2 864 369</b>	<b>5 687 004</b>	<b>5 851 281</b>	<b>( 2 822 635)</b>	<b>(49,63)</b>	<b>( 2 986 912)</b>	<b>(51,05)</b>
Antigo Navegante 12	0	2 816 937	2 799 337	( 2 816 937)	(100,00)	( 2 799 337)	(100,00)
Gratuitos	2 864 369	2 870 067	3 051 944	( 5 698)	(0,20)	( 187 575)	(6,15)
<b>Total de Passageiros c/ Título Válido</b>	<b>171 898 118</b>	<b>161 784 892</b>	<b>169 755 574</b>	<b>10 113 226</b>	<b>6,25</b>	<b>2 142 544</b>	<b>1,26</b>
Fraude	4 829 166	4 089 593	4 511 799	739 573	18,08	317 367	7,03
<b>Total transportados</b>	<b>176 727 284</b>	<b>165 874 485</b>	<b>174 267 373</b>	<b>10 852 799</b>	<b>6,54</b>	<b>2 459 911</b>	<b>1,41</b>
Percurso médio por passageiro	5,22	5,28	4,78	( 0,06)	(1,13)	0,44	9,15
Passageiro x km transportados	922 918 550	876 126 315	832 624 424	46 792 235	5,34	90 294 125	10,84

<sup>1</sup> Passes gratuitos para o cliente, mas que contribuem para o apuramento das compensações tarifárias.

Pelo facto das validações de alguns passes gratuitos originarem compensações tarifárias, as validações foram consideradas nos passageiros com título pago, no Quadro 17 - Evolução da Procura. Nas validações de títulos gratuitos figuram todos os títulos grátis que não são objeto de compensação.

### Atividades Complementares

Relativamente aos Cartões Lisboa Viva/Navegante, foram personalizados cerca de 137 mil cartões, dos quais 72,4% foram urgentes. Face ao ano de 2023 a variação foi desfavorável em 8,9% (menos 13,5 mil personalizações).

Em março de 2023, o ML disponibilizou uma plataforma específica para a aquisição *online* do cartão Navegante, permitindo que o processo seja realizado sem a necessidade de deslocação dos clientes às estações. Em 2024, foram produzidos 19 mil cartões por esta via. Este serviço representou cerca de 14% da produção total de cartões.

Quadro 18 – Produção de cartões Lisboa Viva (inclui canal *online*)

Produção cartões LV 2024		Metro
	Normal	25 873
10 dias	4_18	7 207
	Sub23	3 886
<b>Sub-Total</b>		<b>36 966</b>
	Normal	73 085
Urgentes	4_18	14 747
	Sub23	11 633
<b>Sub-Total</b>		<b>99 465</b>
Trabalhadores		888
<b>TOTAL</b>		<b>137 319</b>

Nos dois quiosques para emissão de cartões Lisboa viva no momento (Kiosks Viva), instalados na estação Alameda em outubro de 2020, foram produzidos um total de 16.321 até ao final de 2024. Embora não sejam cartões produzidos pelo ML, uma parcela do valor pago pelo cliente representa receita da empresa.

## 6. A atividade comercial

### Metrocom, S.A.

A Metrocom, S.A. explora, em regime de concessão em exclusividade, a promoção e a comercialização de lojas, vitrinas e espaços comerciais existentes ou a criar nas estações do ML, bem como nas demais instalações ou espaços sob a sua jurisdição, quer existentes quer futuros. Paralelamente, a empresa assegura a manutenção dos espaços das estações da rede do ML.

O ano de 2024 foi fortemente influenciado pela limitação decorrente do final do prazo da subconcessão em 30 de junho de 2024. Esta situação condicionou a entrada de novos negócios na rede, levando a que a empresa, nos meses imediatamente anteriores aquela data, pudesse oferecer cada vez menores prazos de comercialização dos espaços comerciais disponíveis, tornando-os menos atrativos no mercado.

Atualmente a Metrocom já se encontra formalmente capacitada para a continuação da sua atividade, com a renovação da subconcessão até 30 de junho de 2030.

O Volume de Negócios (VN) manteve-se abaixo das expectativas, ao registar uma evolução de apenas 0,8% face ao de 2023 e inferior em 10,5% ao de 2019, melhor ano de atividade.

Para o triénio 2025–2027 perspetivam-se melhores resultados, já que a Metrocom tem condições para oferecer prazos mais alargados, em consonância com as expectativas do mercado, para a cedência dos espaços em comercialização, resultado da extensão do prazo da subconcessão.

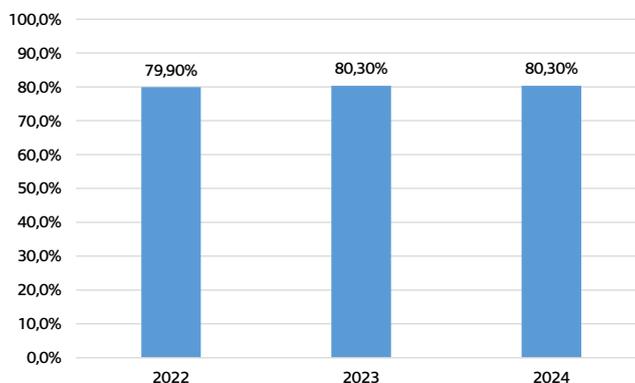
## Quadro 19 – Metrocom – Indicadores de Atividade

INDICADORES DE ATIVIDADE	Un.	2024	2023	Var. 2024/2023	
				Abs	%
<b>Atividade Comercial</b>					
Volume de Negócios (Linha Azul)	€	930 860	897 498	33.362,5	3,7
Volume de Negócios (Linha Amarela)	€	914 736	955 783	(41.047,5)	(4,3)
Volume de Negócios (Linha Verde)	€	186 168	185 004	1.164,7	0,6
Volume de Negócios (Linha Vermelha)	€	542 074	513 925	28.149,1	5,5
<b>INDICADORES DE RH</b>					
Volume de Emprego (RCM n.º 16/2012)	Un.	6	6	0,0	-
Número médio de efetivos	Un.	6	6	0,0	-
Massa Salarial	€	205 088	195 761	9.327,2	4,8
<b>ESTRUTURA ACIONISTA</b>					
Total do Capital Social	€	750 000	750 000	0,0	-
Cap. Social detido pelo METRO	%	100	100	-	0,0 p.p.
<b>SITUAÇÃO PATRIMONIAL</b>					
Ativo não corrente	€	364 482	423 918	( 59 436)	(14,0)
Ativo corrente	€	3 802 443	3 585 541	216 902	6,0
<b>Total Ativo</b>	€	<b>4 166 925</b>	<b>4 009 459</b>	<b>157 465</b>	<b>3,9</b>
Capital Próprio	€	3 543 205	3 454 899	88 306	2,6
Passivo	€	623 720	554 560	69 160	12,5
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	€	<b>4 166 925</b>	<b>4 009 459</b>	<b>157 465</b>	<b>3,9</b>
<b>INDICADORES DE ESTRUTURA</b>					
Autonomia Financeira %	%	85,0	86,2	-	( 1,1) p.p.
Solvabilidade %	%	568,1	623,0	-	( 54,9) p.p.
<b>INDICADORES FINANCEIROS</b>					
Volume de Negócios	€	2 573 839	2 552 210	21 629	0,8
EBITDA (Corrigido)*	€	127 428,9	207 864,7	(80.435,8)	(38,7)
Margem do EBITDA (Corrigido)	%	5,0	8,1	-	( 3,2) p.p.
Rendimentos Operacionais (corrigidos)	€	2 672 141	2 658 874	13 267	0,5
Gastos Operacionais (corrigidos)	€	2 544 712	2 451 009	93 703	3,8
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (corrigidos)	%	105,01	108,48	-	( 3,5) p.p.

\* Valor corrigido de Imparidades e outras rubricas non-cash.

A taxa de ocupação global média (Utilização Fixa e Temporária) manteve-se em 80,3%, sem variação face ao ano anterior. Em 2020 atingiu a sua maior expressão, 83,2%, apresentando reduções nos dois anos seguintes.

Gráfico 6 – Taxa de ocupação global



Em termos globais, e apesar da entrada de novos lojistas, destaca-se a redução do número de lojas físicas ocupadas (-6), passando de 174 em dezembro de 2023 para 168 em dezembro de 2024, num total de 210 lojas.

Em termos de ocupação de espaço com carácter temporário, o período em análise fica marcado pelo ligeiro aumento de stands temporários (+1), comparativamente com os resultados verificados no ano anterior, passando de 22 para 23 em dezembro de 2024.

O número de feiras reduziu-se para 2 unidades face às 4 do ano anterior. O número de ATM na rede manteve-se em 54 e o número de equipamentos de  *vending*  instalados na rede cresceu em 8 unidades, evoluindo de 121 unidades em 2023 para 129 unidades em dezembro de 2024.

Os Rendimentos Operacionais aumentaram 1,0% face ao ano anterior, correspondendo a cerca de 13,3 milhares de euros, contudo os Gastos Operacionais cresceram 3,8%, o que se traduziu num aumento de cerca de 93,7 mil euros, pelo que o EBIT apresentou uma redução de cerca 79,6 mil euros face a 2023. O Resultado antes de Impostos registou uma redução de cerca de 35 mil euros e o Resultado líquido do período cifrou-se em 88,3 mil euros, representando uma redução de 26,9 mil euros face ao ano anterior, Assim, o ano de 2024 caracterizou-se por resultados líquidos positivos mas inferiores em 23,4% aos registados no ano anterior.

### Quadro 20 - EBITDA e Resultado Operacional da Metrocom

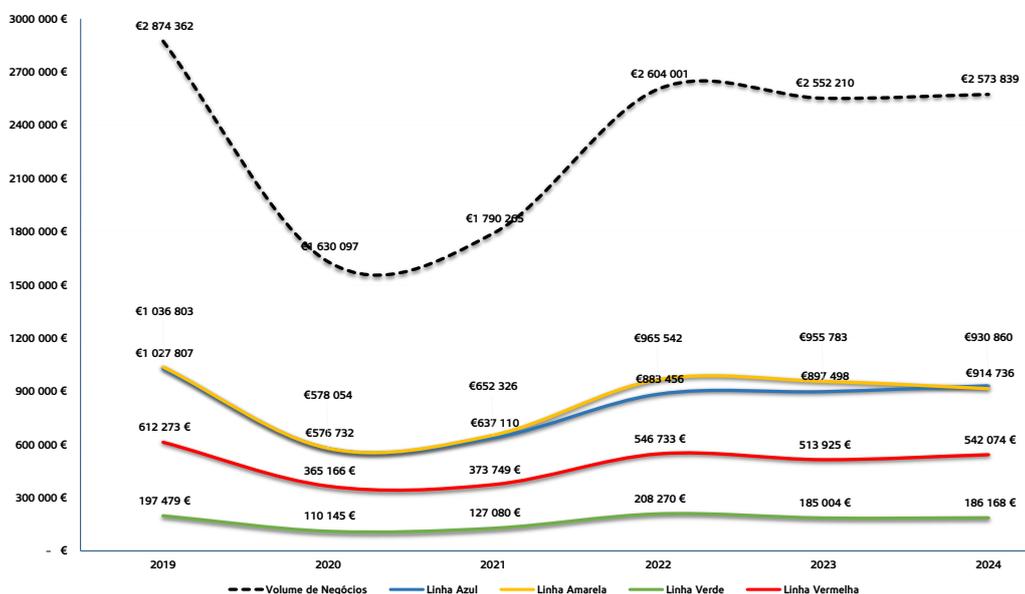
RUBRICAS	2024	2023	2024/2023	
			Abs	%
Prestação de Serviços	2.573.839	2.552.210	21.629	0,8%
Outros Rendimentos	98.302	106.664	-8.362	-7,8%
<b>Total Rendimentos Operacionais [1]</b>	<b>2.672.141</b>	<b>2.658.874</b>	<b>13.267</b>	<b>0,5%</b>
Fornecimentos e serviços externos	2.265.565	2.179.331	86.234	4,0%
Gastos com o pessoal	260.108	247.356	12.752	5,2%
Outros gastos e perdas	19.040	24.323	-5.283	-21,7%
<b>Gastos Operacionais (sem depreciações e amortizações) [2]</b>	<b>2.544.712</b>	<b>2.451.009</b>	<b>93.703</b>	<b>3,8%</b>
<b>EBITDA [3] = [1] - [2]</b>	<b>127.429</b>	<b>207.865</b>	<b>-80.436</b>	<b>-38,7%</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização [4]	59.436	60.290	-854	-1,4%
<b>Total Gastos Operacionais [5] = [2] + [4]</b>	<b>2.604.148</b>	<b>2.511.300</b>	<b>92.849</b>	<b>3,7%</b>
<b>Resultado Operacional [1] - [5]</b>	<b>67.993</b>	<b>147.574</b>	<b>-79.582</b>	<b>-53,9%</b>

Un. €

### Quadro 21 - Faturação Metrocom

Ano	Faturação METROCOM	Valor entregue ao acionista (72% do VN)
2023	2 539 525 €	1 828 458 €
2024	2 572 855 €	1 852 456 €

### Gráfico 7 - Evolução das receitas por linha



## Ferconsult, S.A.

A Ferconsult, S.A. é uma empresa multidisciplinar e especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, que atuou nos mercados nacional e internacional desde 1991. A empresa tem como acionista único o ML.

Face ao acumulado de resultados deficitários que a Ferconsult reuniu nos últimos anos, fruto de constrangimentos relacionados com questões de organização e gestão interna, designadamente a existência de uma estrutura de custos desajustada face aos proveitos, foi desenvolvido pelo Conselho de Administração um plano de reestruturação da empresa.

Concretizadas as medidas do Plano de Reorganização da Ferconsult apresentado em Dezembro de 2017 (N/ref.1262910, de 05/05/2017), e na sequência da análise da informação da UTAM n.º 4/2019, relativa à proposta de Fusão da Ferconsult com o Metropolitano de Lisboa, objeto do Despacho do Senhor SET n.º461/19-SET, foi reavaliada a sua atividade, e apresentada uma nova proposta, em setembro de 2019, de integração imediata dos trabalhadores da Ferconsult no ML, o que aconteceu no final de 2020, mantendo-se a empresa apenas como veículo instrumental que constitui parte integrante do ACE (Agrupamento Complementar de Empresas) dos TREM – Aluguer de Material Circulante.

### Quadro 22 - Ferconsult – Indicadores de Atividade

INDICADORES DE ATIVIDADE	Un.	2024	2023	Var. 2024/2023	
				Abs	%
<b>Atividade Comercial</b>					
Volume de Negócios (Mercado Nacional)	€	0	0	0	-
Volume de Negócios (Mercado Internacional)	€	0	0	0	-
<b>Indicadores de Produção</b>					
Horas trabalhadas (Mercado Nacional)	%	0,0	0,0	-	0,0 p.p.
Horas trabalhadas (Mercado Internacional)	%	0,0	0,0	-	0,0 p.p.
<b>INDICADORES DE RH</b>					
Volume de Emprego (RCM n.º 16/2012) <sup>1</sup>	n.º	0	0	0	-
Número médio de efetivos	n.º	0	0	0	-
Massa Salarial	€	0	0	0	-
<b>ESTRUTURA ACIONISTA</b>					
Total do Capital Social	€	5 295 310	5 295 310	0	-
Cap. Social detido pelo METRO	%	100	100	-	0,0 p.p.
<b>SITUAÇÃO PATRIMONIAL</b>					
Ativo não corrente	€	88 349	117 799	( 29 450)	(25,0)
Ativo corrente	€	459 363	432 597	26 766	6,2
<b>Total Ativo</b>	<b>€</b>	<b>547 712</b>	<b>550 396</b>	<b>( 2 684)</b>	<b>(0,5)</b>
Capital Próprio	€	(1 151 989)	(1 124 108)	( 27 881)	2,5
Passivo	€	1 699 700	1 674 503	25 197	1,5
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>€</b>	<b>547 712</b>	<b>550 396</b>	<b>( 2 684)</b>	<b>(0,5)</b>
<b>INDICADORES DE ESTRUTURA</b>					
Autonomia Financeira %	%	( 210,3)	( 204,2)	(6,1)	3,0
Solvabilidade %	%	( 67,8)	( 67,1)	-	( 0,6) p.p.
<b>INDICADORES FINANCEIROS</b>					
Volume de Negócios	€	0	0	0	-
EBITDA (corrigido)	€	2 473	( 19 402)	21 875	(112,7)
Margem do EBITDA (corrigido)	%	-	-	-	-
Rendimentos Operacionais (corrigidos) <sup>2</sup>	€	15 319	6 000	9 319	155,3
Gastos Operacionais (corrigidos) <sup>2</sup>	€	12 846	25 402	( 12 556)	(49,4)
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (corrigidos)	%	119,25	23,62	-	95,6 p.p.

<sup>1</sup> Conforme alínea n.º 6 da RCM n.º 16/2012, são considerados os trabalhos colocados fora do território nacional e os prestadores de serviços com trabalho efetivo superior a 3 meses

<sup>2</sup> Rendimentos e Gastos Operacionais corrigidos de provisões, imparidades e ganhos/perdas de subsidiárias.

## Quadro 23 – EBITDA e Resultado Operacional da Ferconsult

RUBRICAS	2024	2023	2024/2023	
			Abs	%
Prestação de Serviços	0	0	0	-
Ganhos imputados a subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	0	512	( 512)	( 100,0)
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0	170 532	( 170 532)	( 100,0)
Provisões (reduções)	0	0	0	-
Outros Rendimentos	15 415	6 000	9 415	156,9
<b>Total Rendimentos Operacionais [1]</b>	<b>15 415</b>	<b>177 044</b>	<b>( 161 628)</b>	<b>( 91,3)</b>
Fornecimentos e serviços externos	8 563	10 188	( 1 625)	( 16,0)
Perdas imputadas a subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	30	0	30	-
Gastos com o pessoal	0	0	0	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	0	0	0	-
Provisões (aumentos)	30 420	22 616	7 804	34,5
Outros Gastos	4 284	15 230	( 10 946)	( 71,9)
<b>Gastos Operacionais (sem depreciações e amortizações) [2]</b>	<b>43 296</b>	<b>48 034</b>	<b>( 4 737)</b>	<b>( 9,9)</b>
<b>EBITDA [3] = [1] - [2]</b>	<b>( 27 881)</b>	<b>129 010</b>	<b>( 156 891)</b>	<b>( 121,6)</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização [4]	0	0	0	-
<b>Total Gastos Operacionais [5] = [2] + [4]</b>	<b>43 296</b>	<b>48 034</b>	<b>( 4 737)</b>	<b>( 9,9)</b>
<b>Resultado Operacional [1] - [5]</b>	<b>( 27 881)</b>	<b>129 010</b>	<b>( 156 891)</b>	<b>( 121,6)</b>

Un. €

## TREM, A.C.E.

O TREM – Aluguer de material Circulante, ACE (TREM) foi constituído em 02 de março de 2000, tendo como objeto principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, viessem a ser necessárias ou a ter relação com o objeto principal.

As relações contratuais estabelecidas em 2000 pelo TREM, nomeadamente o contrato de aluguer de carruagens celebrado com o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e o contrato de financiamento celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, S.A (CGD), o Banco Santander Totta, S.A. (BST) e o Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSNP) – que em maio de 2010 foi incorporado por fusão no BST, passando este a assumir todos os ativos e passivos do BSNP enquanto sociedade incorporada – foram mantidas sem qualquer alteração.

Em 2014 ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o ACE, nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8 dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.

A 29 de Dezembro de 2014, o Agrupamento passa a ter a seguinte composição e estrutura:

- 1) Metropolitano de Lisboa, E.P.E. com a participação no capital de 90%
- 2) Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. com uma contribuição de 10%.

## Quadro 24 – TREM Situação patrimonial em 31 de dezembro

Situação Patrimonial (€)	2024	2023	Var. 2024/2023	
			V.Abs.	%
<b>Total Ativo</b>	<b>34 539</b>	<b>38 758</b>	<b>( 4 219)</b>	<b>( 10,9)</b>
Capital Próprio	(49 697 721)	(49 693 503)	( 4 219)	0,0
Passivo	49 732 260	49 732 260	0	0,0
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>34 539</b>	<b>38 758</b>	<b>( 4 219)</b>	<b>( 10,9)</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>( 4 219)</b>	<b>( 5 298)</b>	<b>1 080</b>	<b>( 20,4)</b>

## TREM II, A.C.E.

O TREM II – Aluguer de material Circulante, ACE (TREM II) foi constituído em 21 de setembro de 2001, tendo como objeto principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, viessem a ser necessárias ou a ter relação com o objeto principal.

As relações contratuais estabelecidas entre 2001 e 2002 pelo TREM II, nomeadamente os contratos de aluguer de carruagens celebrados com o Metropolitano de Lisboa, EPE e os contratos de financiamento celebrados com a Caixa Geral de Depósitos, SA (CGD), o Caixa – Banco de Investimentos, SA (CaixaBI) e o Crédito Predial Português, SA, que em dezembro de 2004 alterou a denominação social para Banco Santander Totta, SA, foram mantidas sem qualquer alteração.

Em 2015 ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o ACE, nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8º dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.

A 29 de dezembro de 2015, o Agrupamento passa a ter a seguinte composição e estrutura:

- 1) Metropolitano de Lisboa, E.P.E. com a participação no capital de 90%
- 2) Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. com uma contribuição de 10%.

Quadro 25 – TREM II Situação patrimonial em 31 de dezembro

Situação Patrimonial (€)	2024	2023	Var. 2024/2023	
			V.Abs.	%
Total Ativo	51 855	56 673	( 4 819)	( 8,5)
Capital Próprio	(105 237 653)	(105 232 835)	( 4 819)	0,0
Passivo	105 289 508	105 289 508	0	0,0
Total Capital Próprio e Passivo	51 855	56 673	( 4 819)	( 8,5)
Resultado Líquido	( 4 819)	( 5 898)	1 080	( 18,3)

## Ensitrans

O Ensitrans, A.E.I.E (agrupamento europeu de interesse económico) é detido em 45% pela Ferconsult, S.A. e em 5% pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E., sendo as restantes empresas participadas o Metro de Barcelona e a SENER (empresa de consultoria e projetos de engenharia). Embora já sem projetos ativos, o Ensitrans ainda não dissolveu a sociedade por ter verbas a receber dos contratos celebrados com a EMA – *Entreprise du Métro d’Alger* (apesar da maioria dessas verbas em dívida ao Ensitrans pela EMA pertencerem à Ferconsult por trabalhos que desenvolveu).

## VII. DESEMPENHO

### 1. Capital financeiro

#### Receitas Tarifárias e Complementares

As receitas tarifárias em 2024 foram influenciadas pelos seguintes fatores:

- Entrada em vigor, em 1 de janeiro de 2024, de um novo modelo de repartição de receitas, compensações e pagamentos por conta para os Passes Navegante (Regulamento n.º 1362-C/2023 de 27 de dezembro de 2023);
- Aumento tarifário, em 01 de janeiro de 2024, dos Títulos Ocasiais, nomeadamente o Zapping, o Cartão Bancário (EMV), o Viva Go, o Bilhete 24 Horas CA/ML, o Bilhete 24 Horas CA/ML/TT e o Bilhete 24 Horas CA/ML/CP;
- Atribuição de gratuidade para todos os estudantes até aos 23 anos de idade, nas modalidades sub 18+TP e estudante sub 23+TP, a partir de 1 de janeiro de 2024, tendo o passe Navegante 12 passado a incorporar o cálculo das compensações tarifárias. Este modelo foi alargado, a 1 de dezembro, a todos os indivíduos até aos 23 anos.

O Regulamento n.º 1362-C/2023, que procedeu à 6.ª alteração ao Regulamento n.º 278-A/2019, introduziu modificações significativas na metodologia de repartição de receitas dos passes Navegante, que considera:

- Distribuição da receita gerada pela venda dos passes Navegante e a respetiva compensação tarifária, de acordo com a utilização mensal dos serviços de cada operador, medida em passageiros quilómetros (Pass.km), o número de quilómetros que um determinado número de passageiros percorre em cada operador de transporte público;
- A receita proveniente dos passes Navegante passou a ser autónoma, separada das receitas de outros passes e títulos ocasionais (Autonomização da Receita);
- A receita dos passes Navegante ficou associada à venda conseguida por cada operador, dependendo diretamente do comportamento da procura (Associação à Venda por Operador).

No referido indicador (Pass.km), foi aplicado um peso diferenciado por operador, com o intuito de que, com a aplicação da nova metodologia ao cenário de procura e oferta verificado de abril a dezembro de 2019, resultasse, para todos os operadores a mesma receita da verificada naquele período.

A receita dos passes Navegante passou assim a estar dependente dos montantes e quantidades vendidas no sistema e do comportamento da procura, em passageiros x km de cada operador face ao total de passageiros x km do sistema de transportes da AML.

As modificações referidas visavam uma repartição mais transparente e equitativa das receitas dos passes Navegante entre os operadores de transporte público, baseada na utilização real e nas vendas individuais de cada um, contudo o peso diferenciador por operador altera a real valorização do Pass.km por operador.

Assim, as receitas de Títulos Ocasiais e Passes de 2024 registaram as seguintes variações:

- Em relação a 2023, verificou-se um decréscimo de 17,7% na receita de Títulos Ocasiais e Passes. Mesmo considerando as compensações e pagamentos por conta, verificou-se um decréscimo de 0,4% no total da receita tarifária;
- Comparando com a receita inscrita no PAO, verificou-se um decréscimo de 22,1% nos Títulos Ocasiais e Passes. Considerando a receita total, com as já referidas compensações e pagamentos por conta, verificou-se um decréscimo de 2,9%.

Quadro 26 - Receitas de títulos de transporte

Un: €

Receitas de títulos de transporte (sem IVA)	Execução 2024	Execução 2023	PAO 2024	Var. 2024/2023		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
<b>Títulos ocasionais</b>	<b>48 392 867</b>	<b>47 262 202</b>	<b>49 419 793</b>	<b>1 130 665</b>	<b>2,4</b>	<b>( 1 026 926)</b>	<b>(2,1)</b>
Bilhete Viagem Carris   Metro	16 759 455	19 354 303	19 630 828	( 2 594 848)	(13,4)	( 2 871 373)	(14,6)
Zapping	14 033 766	16 264 007	14 072 021	( 2 230 241)	(13,7)	( 38 255)	(0,3)
EMV	8 819 751	2 800 342	5 448 113	6 019 409	215,0	3 371 638	61,9
Bilhete 24 Horas Carris/Metro	5 167 011	5 215 548	5 602 929	( 48 537)	(0,9)	( 435 918)	(7,8)
Bilhete 24 Horas Carris/Metro/TT	204 850	200 879	214 839	3 971	2,0	( 9 989)	(4,6)
Bilhete 24 Horas Carris/Metro/CP	673 509	604 074	611 178	69 435	11,5	62 331	10,2
Outros	2 734 526	2 823 050	3 839 886	( 88 524)	(3,1)	( 1 105 360)	(28,8)
<b>Passes</b>	<b>39 516 968</b>	<b>59 496 038</b>	<b>63 431 361</b>	<b>( 19 979 071)</b>	<b>(33,6)</b>	<b>( 23 914 393)</b>	<b>(37,7)</b>
<b>Passes Navegante - Programa Incentiva mais TP</b>	<b>38 944 914</b>	<b>58 852 255</b>	<b>62 623 976</b>	<b>( 19 907 341)</b>	<b>(33,8)</b>	<b>( 23 679 062)</b>	<b>(37,8)</b>
Navegante Metropolitano	27 546 247	42 081 460	44 345 703	( 14 535 213)	(34,5)	( 16 799 456)	(37,9)
Navegante Lisboa	8 833 827	13 155 316	14 426 946	( 4 321 489)	(32,8)	( 5 593 119)	(38,8)
Navegante Metropolitano Família	666 573	1 414 569	1 389 308	( 747 996)	(52,9)	( 722 734)	(52,0)
Navegante Municipal Família	85 668	148 487	159 946	( 62 818)	(42,3)	( 74 277)	(46,4)
Navegante +65	1 793 004	1 883 281	2 077 656	( 90 277)	(4,8)	( 284 652)	(13,7)
Navegante Metropolitano Comb -65	14 179	14 288	14 630	( 108)	(0,8)	( 451)	(3,1)
Outros Navegantes	5 415	154 854	209 787	( 149 439)	(96,5)	( 204 372)	(97,4)
<b>Outros Passes</b>	<b>572 054</b>	<b>643 783</b>	<b>807 385</b>	<b>( 71 729)</b>	<b>(11,1)</b>	<b>( 235 331)</b>	<b>(29,1)</b>
Navegante Urbano	129 179	171 828	205 240	( 42 650)	(24,8)	( 76 062)	(37,1)
Navegante Rede	4 424	5 490	6 291	( 1 066)	(19,4)	( 1 867)	(29,7)
L/Operadores - Outros	311 364	351 419	482 658	( 40 055)	(11,4)	( 171 294)	(35,5)
Combinados	127 088	115 046	113 196	12 041	10,5	13 892	12,3
<b>Receita de Títulos Ocasionais e Passes</b>	<b>87 909 835</b>	<b>106 758 241</b>	<b>112 851 154</b>	<b>( 18 848 406)</b>	<b>(17,7)</b>	<b>( 24 941 319)</b>	<b>(22,1)</b>
<b>Compensações</b>	<b>36 958 735</b>	<b>13 783 355</b>	<b>10 828 952</b>	<b>23 175 380</b>	<b>168,1</b>	<b>26 129 783</b>	<b>241,3</b>
Congelamento Passes Navegante	2 504 158	0	0	2 504 158	-	2 504 158	-
Compensação Tarifaria - COSP	17 192 738	0	0	17 192 738	-	17 192 738	-
Comparticipações 4-18 / sub23	13 260 432	2 593 454	2 593 454	10 666 978	411,3	10 666 978	411,3
Congelamento Passes sub 18+TP e sub23+TP	852 646	0	0	852 646	-	852 646	-
Compensação Passe Social+	433 099	912 091	912 091	( 478 992)	(52,5)	( 478 992)	(52,5)
Congelamento Passes Social +	27 848	0	0	27 848	-	27 848	-
Gratuidade CML	1 849 388	5 636 839	6 199 494	( 3 787 451)	(67,2)	( 4 350 106)	(70,2)
Antigos Combatentes	838 425	1 686 569	1 123 913	( 848 144)	(50,3)	( 285 488)	(25,4)
Jornadas Mundiais da Juventude <sup>1</sup>	0	2 954 402	0	( 2 954 402)	(100,0)	0	-
<b>Pagamentos por Conta</b>	<b>0</b>	<b>4 867 366</b>	<b>4 867 366</b>	<b>( 4 867 366)</b>	<b>-</b>	<b>( 4 867 366)</b>	<b>-</b>
Pagamento por Conta (PART)	0	4 867 366	4 867 366	( 4 867 366)	(100,0)	( 4 867 366)	(100,0)
<b>Total</b>	<b>124 868 570</b>	<b>125 408 961</b>	<b>128 547 472</b>	<b>( 540 391)</b>	<b>(0,4)</b>	<b>( 3 678 902)</b>	<b>(2,9)</b>

<sup>1</sup> Em cumprimento do disposto no Despacho n.º 294/2023-SET, de 13 de julho, do Secretário de Estado do Tesouro

Gráfico 8 - Receitas de títulos de transporte

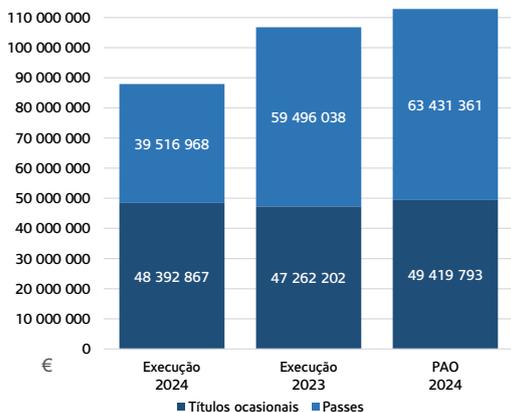
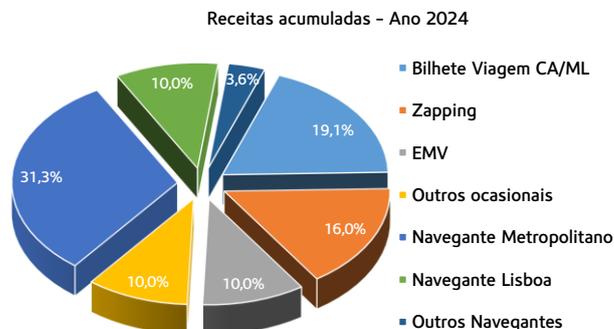


Gráfico 9 - Detalhe receitas de títulos de transporte



Relativamente à receita complementar, o ano de 2024 apresentou um decréscimo de 5,8%, face a 2023.

As rubricas relacionadas com o serviço de personalização de cartões Navegante, nomeadamente a Taxa de urgência e o Fee de Personalização, apresentaram decréscimos na receita de 12% e 24,4%, respetivamente, em relação ao ano anterior.

O valor das receitas complementares não tarifárias manteve-se quase inalterado face ao ano de 2023, no entanto, registou-se um incremento de 63,3% nas receitas com o aluguer de espaços, quando comparado com o ano anterior, a que corresponde um acréscimo de 54,1 mil euros. Destaca-se:

- O aluguer do Auditório da estação do Alto dos Moinhos, que registou uma receita de 61,5 mil euros, correspondendo a um incremento de 60,1%, face a 2023.
- A oficina desativada do PMO-II nas Calvanas, que continuou a ter papel de destaque na obtenção de novos recordes de faturação face período homólogo, ao apresentar uma evolução positiva de 67,8%, assente na realização de grandes eventos corporativos “Premium”.

Em sentido contrário, a receita relativa à realização de filmagens e sessões fotográficas apresentou um decréscimo de 49,1%, expectável pelo facto de em 2023 se terem realizado produções internacionais de valor anormalmente alto. Apesar da diminuição de receita, em 2024, a realização de filmagens e sessões fotográficas, entrou em novos mercados, sendo exemplo disso a rodagem de um *videoclip* internacional numa estação ou as filmagens para uma série televisiva produzidas na estação Olaias.

Relativamente às Subconcessões, verifica-se uma variação positiva na Metrocom (1,3%) e na Publímetro uma variação positiva (3,3%) em relação a 2023.

### Quadro 27 – Receitas complementares

Un: €

Receitas Complementares (sem IVA)	Execução 2024	Execução 2023	PAO 2024	Var. 2024/2023		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
<b>Receitas Complementares Tarifárias</b>	<b>3 362 550</b>	<b>3 850 757</b>	<b>3 408 116</b>	<b>( 488 206)</b>	<b>(12,7)</b>	<b>(45 565)</b>	<b>(1,3)</b>
Cartões Navegante Ocasional e Taxa de Urgência	2 942 592	3 344 811	2 912 187	( 402 220)	(12,0)	30 405	1,0
Fee de Personalização	262 904	347 782	353 402	( 84 877)	(24,4)	( 90 498)	(25,6)
Comissões	156 121	156 944	141 723	( 823)	(0,5)	14 398	10,2
Outras receitas complementares tarifárias	934	1 220	804	( 286)	(23,4)	130	16,2
<b>Receitas Complementares não Tarifárias</b>	<b>4 025 428</b>	<b>3 988 973</b>	<b>3 455 163</b>	<b>36 455</b>	<b>0,9</b>	<b>570 265</b>	<b>16,5</b>
Subconcessões	3 450 483	3 375 212	2 911 689	75 271	2,2	538 795	18,5
Outros (Aluguer espaços, filmagens, merchandising...)	574 945	613 761	543 474	( 38 816)	(6,3)	31 471	5,8
<b>Total das receitas complementares</b>	<b>7 387 979</b>	<b>7 839 730</b>	<b>6 863 279</b>	<b>( 451 751)</b>	<b>(5,8)</b>	<b>524 700</b>	<b>7,6</b>

### Resultados

O Resultado Líquido apresenta uma melhoria de 4,2 milhões de euros, face ao ano anterior, e um desvio negativo, face ao orçamento, de 7,1 milhões de euros.

O Resultado Financeiro teve uma evolução positiva, com uma variação de 151 mil euros, embora o desvio seja negativo em 85 mil euros.

O Resultado Operacional, melhorou em 4,0 milhões de euros, de -22,9 milhões de euros, em 2023, para -18,9 milhões de euros, em 2024 mas o desvio, em relação ao PAO, foi negativo em 7,0 milhões de euros.

O EBITDA apresenta uma variação positiva de 3,5 milhões de euros e um desvio negativo de 6,1 milhões de euros. Considerando o EBITDA, ajustado dos valores *non-cash*, a variação é positiva em 58 mil euros e o desvio positivo de 3,5 milhões de euros.

## Quadro 28 – Resultados – Contas individuais

Resultados (€)	Execução 2024	Execução 2023	PAO 2024	Var. 2024/2023		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Volume de Negócios	132 256 549	133 248 691	135 410 752	( 992 142)	( 0,7)	(3 154 203)	( 2,3)
<i>Rendimento do Serviço Público*</i>	124 868 570	125 408 961	128 547 473	( 540 391)	( 0,4)	(3 678 903)	( 2,9)
<i>Receitas complementares</i>	7 387 979	7 839 730	6 863 279	( 451 751)	( 5,8)	524 700	7,6
Subsídios à Exploração	6 214 575	535 446	4 259 786	5 679 128	1 060,6	1 954 789	45,9
<i>Remuneração da Concessão</i>	6 161 922	0	4 259 786	6 161 922	-	1 902 136	44,7
<i>Outros Sub. Exploração</i>	52 653	535 446	0	( 482 794)	( 90,2)	52 653	-
Outros rendimentos	12 247 860	11 021 584	9 023 498	1 226 277	11,1	3 224 362	35,7
Custo das Matérias Vendidas e das Matérias Consumidas	(3 097 100)	(2 861 925)	(3 486 419)	( 235 175)	( 8,2)	389 318	11,2
Fornecimentos e Serviços Externos	(38 198 439)	(38 003 510)	(42 133 344)	( 194 929)	( 0,5)	3 934 904	9,3
Gastos com Pessoal	(102 288 041)	(99 286 012)	(100 657 333)	(3 002 029)	( 3,0)	(1 630 708)	( 1,6)
Outros Gastos	(13 477 394)	(14 472 247)	(2 645 209)	994 853	6,9	(10 832 185)	( 409,5)
<b>EBITDA</b>	<b>(6 341 990)</b>	<b>(9 817 974)</b>	<b>( 228 269)</b>	<b>3 475 984</b>	<b>35,4</b>	<b>(6 113 722)</b>	<b>( 2 678,3)</b>
<b>EBITDA Corrigido **</b>	<b>(5 807 072)</b>	<b>(5 864 679)</b>	<b>(9 294 309)</b>	<b>57 607</b>	<b>1,0</b>	<b>3 487 237</b>	<b>37,5</b>
Total de Rendimentos Operacionais	150 749 472	145 609 806	148 694 036	5 139 666	3,5	2 055 436	1,4
Total de Gastos Operacionais	(169 664 669)	(168 530 615)	(160 651 730)	(1 134 054)	( 0,7)	(9 012 939)	5,6
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(18 915 197)</b>	<b>(22 920 809)</b>	<b>(11 957 694)</b>	<b>4 005 612</b>	<b>17,5</b>	<b>(6 957 503)</b>	<b>( 58,2)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>( 909 000)</b>	<b>(1 060 382)</b>	<b>( 823 930)</b>	<b>151 382</b>	<b>14,3</b>	<b>( 85 070)</b>	<b>( 10,3)</b>
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>(19 824 197)</b>	<b>(23 981 191)</b>	<b>(12 781 625)</b>	<b>4 156 994</b>	<b>17,3</b>	<b>(7 042 572)</b>	<b>( 55,1)</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(19 841 311)</b>	<b>(23 999 579)</b>	<b>(12 781 625)</b>	<b>4 158 269</b>	<b>17,3</b>	<b>(7 059 686)</b>	<b>( 55,2)</b>

\* Inclui receita de venda de bilhetes, passes e compensações tarifárias.

\*\* EBITDA corrigido (sem Equiv. Patrimonial/Subsidiárias, TPE, Imparidades, Provisões, Justo valor, Subsídios ao investimento e outras rubricas non-cash).

## Quadro 29 – Resultados – Contas consolidadas e individuais do Grupo de Empresas do ML

Resultados (€)	Contas Consolidadas	Contas Individuais				
		ML	Ferconsult	Metrocom	TREM	TREM II
Volume de Negócios	132 970 029	132 256 549	0	2 573 839	0	0
<b>EBITDA</b>	<b>4 104 767</b>	<b>(6 341 990)</b>	<b>( 27 881)</b>	<b>127 429</b>	<b>( 4 219)</b>	<b>( 4 819)</b>
<b>EBITDA corrigido *</b>	<b>(5 371 079)</b>	<b>(5 807 072)</b>	<b>2 473</b>	<b>127 429</b>	<b>( 4 219)</b>	<b>( 4 819)</b>
Rendimentos Operacionais	151 685 860	150 749 472	15 385	2 672 141	0	0
Gastos Operacionais	(170 560 380)	(169 664 669)	( 43 296)	(2 604 148)	( 4 219)	( 4 819)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(18 874 520)</b>	<b>(18 915 197)</b>	<b>( 27 881)</b>	<b>67 993</b>	<b>( 4 219)</b>	<b>( 4 819)</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(19 844 593)</b>	<b>(19 841 311)</b>	<b>( 27 881)</b>	<b>88 306</b>	<b>( 4 219)</b>	<b>( 4 819)</b>

\* Exclui efeitos de equivalência patrimonial/subsidiárias, TPE, imparidades, provisões, aumentos/reduções de justo valor, diferenças cambiais e subsídios ao investimento.

## Quadro 30 – Resultados – Contas consolidadas

Resultados (€)	Contas Consolidadas		Variação 2024/2023	
	2024	2023	Abs.	%
Volume de Negócios	132 970 029	133 966 189	-996 161	(0,7)
<b>EBITDA</b>	<b>4 104 767</b>	<b>848 123</b>	<b>3 256 643</b>	<b>384,0</b>
<b>EBITDA corrigido *</b>	<b>(5 371 079)</b>	<b>(5 484 242)</b>	<b>113 164</b>	<b>2,1</b>
Rendimentos Operacionais	151 685 860	146 426 880	5 258 981	3,6
Gastos Operacionais	(170 560 380)	(169 312 126)	(1 248 255)	(0,7)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(18 874 520)</b>	<b>(22 885 246)</b>	<b>4 010 726</b>	<b>17,5</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(19 844 593)</b>	<b>(24 002 041)</b>	<b>4 157 448</b>	<b>17,3</b>

\* Exclui efeitos de equivalência patrimonial/subsidiárias, TPE, imparidades, provisões, aumentos/reduções de justo valor, diferenças cambiais e subsídios ao investimento.

## Rendimentos Operacionais – Contas Individuais

O Volume de Negócios, apresenta uma ligeira diminuição de 0,7% face a 2023, ficando 2,3% abaixo do orçamentado. Esta diferença é essencialmente explicada pelas alterações descritas no ponto: *Receitas Tarifárias e Complementares*, em VII. DESEMPENHO, pág.<sup>a</sup> 48.

O Rendimento do Serviço Público (inclui receitas tarifárias e compensações) registou uma redução de 0,4% em relação a 2023 e ficou 2,9% aquém do orçamento.

As Receitas complementares totais diminuiram 5,8% face a 2023, mas superaram o orçamento em 7,6%.

Os Subsídios à Exploração apresentaram uma variação significativa. Em 2024, atingiram 6 214 575 €, um aumento expressivo face aos 535 446 € de 2023 e consideravelmente acima do orçamento de 4 259 786 €.

O valor da Remuneração da Concessão (C<sub>OSP</sub>), 6 161 922 €, contribuiu substancialmente para este aumento em 2024. (Vide ponto: 1. *Objetivos de gestão e Plano de Atividades e Orçamento, d) Contrato de prestação de serviço público ou de interesse económico geral celebrado com o Estado*, na pág.<sup>a</sup> 78).

Por outro lado, os Outros Subsídios à Exploração diminuíram de 535 446 € para 52 653 € em 2024, pelo facto de em 2023 ter existido despesa de exploração associada a projetos de investimento financiada por fundos comunitários (PRR) e nacionais (Fundo Ambiental) enquanto em 2024 apenas foram recebidas subvenções para pequenos projetos (Mobil.T e AEROSOLFD).

O total de Outros rendimentos aumentou 49,6% em relação a 2023, de 12 361 115 € para 18 492 923 €, e superou o orçamento de 2024 em 39,2%. Este aumento resulta da Remuneração da Concessão, 6 161 921,98€, do crescimento de Trabalhos para a Própria Empresa, 292 570 €, Justo Valor, 191 748 € e de Outros Rendimentos 741 959 €, de onde se destacam as diferenças de câmbio favoráveis.

O Total de Rendimentos Operacionais apresentou um aumento 3,5% face a 2023 e superou o orçamento em 1,4%. Este crescimento é impulsionado principalmente pelo aumento dos Subsídios à Exploração, por via da remuneração da concessão, e dos Outros rendimentos, compensando a ligeira diminuição do Volume de Negócios.

### Quadro 31 – Rendimentos Operacionais – Contas individuais

Rendimentos Operacionais Individuais (€)	Execução 2024	Execução 2023	PAO 2024	Var. 2024/2023		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Vendas de Passes e Bilhetes	87 909 835	106 758 241	112 851 154	(18 848 405)	( 17,7)	(24 941 319)	( 22,1)
Compensação 4_18/sub_23/Social+ e Compensação PART (AML)	36 958 735	18 650 721	15 696 318	18 308 014	98,2	21 262 417	135,5
<b>Receita Serviço público</b>	<b>124 868 570</b>	<b>125 408 961</b>	<b>128 547 473</b>	<b>( 540 391)</b>	<b>( 0,4)</b>	<b>(3 678 903)</b>	<b>( 2,9)</b>
Receitas complementares	7 387 979	7 839 730	6 863 279	( 451 751)	( 5,8)	524 700	7,6
<b>Volume de negócios</b>	<b>132 256 549</b>	<b>133 248 691</b>	<b>135 410 752</b>	<b>( 992 142)</b>	<b>( 0,7)</b>	<b>(3 154 203)</b>	<b>( 2,3)</b>
Subsídios à exploração	6 214 575	535 446	4 259 786	5 679 128	1 060,6	1 954 789	45,9
Remuneração da Concessão	6 161 922	0	4 259 786	6 161 922	-	1 902 136	44,7
Outros Sub. Exploração	52 653	535 446	0	( 482 794)	( 90,2)	52 653	-
Trabalhos p/ Própria Empresa	6 716 249	6 423 680	6 832 034	292 570	4,6	( 115 784)	( 1,7)
Justo valor (aumentos)	1 527 650	1 335 902	1 125 872	191 748	14,4	401 778	35,7
Outros rendimentos	4 003 961	3 262 002	1 065 593	741 959	22,7	2 938 368	275,7
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (reversões)	30 488	804 085	0	( 773 597)	( 96,2)	30 488	-
<b>Total de Outros rendimentos</b>	<b>18 492 923</b>	<b>12 361 115</b>	<b>13 283 284</b>	<b>6 131 808</b>	<b>49,6</b>	<b>5 209 639</b>	<b>39,2</b>
<b>Total dos Rendimentos Operacionais</b>	<b>150 749 472</b>	<b>145 609 806</b>	<b>148 694 036</b>	<b>5 139 666</b>	<b>3,5</b>	<b>2 055 436</b>	<b>1,4</b>

### Quadro 32 – Rendimentos operacionais – Contas consolidadas

Rendimentos Operacionais Consolidados (valores em milhões de euros)	Contas Consolidadas		Variação 2024/2023	
	2024	2023	Abs.	%
Vendas e serviços prestados	132 970 029	133 966 189	( 996 161)	(0,74)
Subsídios à exploração	6 214 575	535 446	5 679 128	1.060,63
Ganhos Subsid., assoc. e emp. conjuntos	77 760	0	77 760	-
Trabalhos para a própria entidade	6 716 249	6 423 680	292 570	4,55
Aumentos de justo valor	1 527 650	1 335 902	191 748	14,35
Outros rendimentos	4 149 110	3 361 577	787 532	23,43
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (reversões)	30 488	804 085	( 773 597)	(96,21)
<b>Total dos Rendimentos Operacionais</b>	<b>151 685 860</b>	<b>146 426 880</b>	<b>5 258 981</b>	<b>3,6</b>

### Gastos Operacionais – Contas Individuais

O Custo das Matérias Vendidas e das Matérias Consumidas aumentou 8,2% em relação a 2023, mas ficou 11,2% abaixo do orçamento. Os gastos desta rubrica incidem, em grande parte, sobre os materiais usados na manutenção.

Os Fornecimentos e Serviços Externos mantiveram-se em linha com 2023 mas ficaram 9,3% abaixo do orçamento. As rubricas que mais contribuíram para a execução ter ficado aquém do previsto foram as de trabalhos especializados, manutenção e conservação e energia.

Os Gastos com Pessoal aumentaram 3,0% em relação a 2023, de 99 286 012 € para 102 288 041 €, e superaram o orçamento de 2024 em 1,6%, a que corresponde 1 630 708 €.

Os Outros Gastos diminuíram significativamente, menos 46,6% face a 2023, ano em que ocorreram diferenças de câmbio desfavoráveis significativas, e ficaram abaixo do orçamento de 2 645 209 €, com um desvio de 28,7%.

O Total de Gastos Operacionais aumentou 0,7% em relação a 2023 de 168 530 615 € para 169 664 669 € e superou o orçamento de 2024 em 5,6% (160 651 730 €). Este aumento global dos gastos operacionais, foi impulsionado principalmente pelo aumento dos Gastos com Pessoal e pelo reconhecimento de imparidade de investimentos, apesar de ter sido possível reduzir algumas rubricas de gastos, com destaque para os Outros Gastos e Gastos de Depreciação e Amortização.

### Quadro 33 – Gastos Operacionais – Contas Individuais

Gastos Operacionais Individuais (€)	Execução 2024	Execução 2023	PAO 2024	Var. 2024/2023		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Perdas imputadas subsidiárias	9 963 415	10 157 642	0	( 194 228)	( 1,9)	9 963 415	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 097 100	2 861 925	3 486 419	235 175	8,2	( 389 318)	( 11,2)
Fornecimentos e serviços externos	38 198 439	38 003 510	42 133 344	194 929	0,5	(3 934 904)	( 9,3)
Gastos com o pessoal	102 288 041	99 286 012	100 657 333	3 002 029	3,0	1 630 708	1,6
Imparidades de dívidas a receber (perdas)	35 306	231 586	0	( 196 280)	( 84,8)	35 306	-
Provisões (aumentos)	592 250	553 209	0	39 040	7,1	592 250	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas)	1 000 000	0	0	1 000 000	-	1 000 000	-
Outros gastos	1 886 423	3 529 809	2 645 209	(1 643 386)	( 46,6)	( 758 786)	( 28,7)
Gastos de Depreciação e Amortização	12 603 695	13 906 920	11 729 426	(1 303 226)	( 9,4)	874 269	7,5
<b>Total dos Gastos Operacionais</b>	<b>169 664 669</b>	<b>168 530 615</b>	<b>160 651 730</b>	<b>1 134 054</b>	<b>0,7</b>	<b>9 012 939</b>	<b>5,6</b>

### Quadro 34 – Gastos operacionais – Contas consolidadas

Gastos Operacionais Consolidados (€)	Contas Consolidadas		Variação 2024/2023	
	2024	2023	Abs.	%
Perdas imp. Subsid., assoc. e emp. conjuntos	0	( 19 817)	19 817	100,0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(3 097 100)	(2 861 925)	( 235 175)	( 8,2)
Fornecimentos e serviços externos	(38 337 618)	(38 153 303)	( 184 315)	( 0,5)
Gastos com o pessoal	(102 548 149)	(99 533 368)	(3 014 781)	( 3,0)
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	( 35 306)	( 61 054)	25 748	42,2
Provisões (aumentos)	( 622 670)	( 575 826)	( 46 844)	( 8,1)
Outros gastos	(1 909 763)	(3 569 379)	1 659 616	46,5
Gastos de depreciação e de amortização	(23 009 774)	(24 537 455)	1 527 680	6,2
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas)	0	0	0	-
<b>Total dos Gastos Operacionais</b>	<b>(170 560 380)</b>	<b>(169 312 126)</b>	<b>(1 248 255)</b>	<b>( 0,7)</b>

### EBITDA – Contas Individuais

O EBITDA apresentou uma melhoria, passando de -9 817 974 € em 2023 para -6 341 990 € em 2024, o que representa uma variação positiva de 35,4%. No entanto, ficou abaixo do orçamento, que previa 228 269 €. A melhoria face a 2023 reflete o crescimento dos rendimentos operacionais, especialmente por via da remuneração das obrigações de serviço público, que superou o aumento dos gastos operacionais.

O EBITDA Corrigido apresenta uma variação positiva de 58 mil euros, passando de -5 864 679 € em 2023 para -5 807 072 € em 2024, com um desvio positivo de 1,9 milhões de euros, o que representa uma melhoria, em relação ao orçamento de -7 670 018€. O maior impacto deve-se à ausência de estimativa de equivalência patrimonial e provisões e às previsões para imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis e diferenças cambiais.

## Quadro 35 – EBITDA corrigido – Contas individuais

EBITDA corrigido – Contas Individuais (€)	Execução 2024	Execução 2023	PAO 2024	Variação 2024/2023		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
<b>EBITDA DRN</b>	<b>(6 341 990)</b>	<b>(9 817 974)</b>	<b>( 228 269)</b>	<b>3 475 984</b>	<b>35,4</b>	<b>(6 113 722)</b>	<b>( 2 678,3)</b>
Equiv. Patrimonial / Subsidiárias	(9 963 415)	(10 157 642)	0	194 228	1,9	(9 963 415)	-
Trabalhos para a própria entidade	6 716 249	6 423 680	6 832 034	292 570	4,6	( 115 784)	( 1,7)
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	( 35 306)	( 231 586)	0	196 280	84,8	( 35 306)	-
Provisões (aumentos)	( 592 250)	( 553 209)	0	( 39 040)	( 7,1)	( 592 250)	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas)	(1 000 000)	0	0	(1 000 000)	-	(1 000 000)	-
Aumentos de justo valor	1 527 650	1 335 902	1 125 872	191 748	14,4	401 778	35,7
Subsídios ao investimento	135 988	1 112 335	271 975	( 976 347)	( 87,8)	( 135 988)	( 50,0)
Ganhos em Inventários	85 364	96 574	0	( 11 210)	( 11,6)	85 364	-
Perdas em Inventários	( 107 906)	( 103 332)	( 278 991)	( 4 574)	( 4,4)	171 085	61,3
Diferenças cambiais (Favoráveis)	2 702 994	379	0	2 702 614	712 282,7	2 702 994	-
Diferenças cambiais (Desfavoráveis)	( 4 286)	(1 876 395)	( 509 141)	1 872 109	99,8	504 855	99,2
<b>EBITDA Corrigido</b>	<b>(5 807 072)</b>	<b>(5 864 679)</b>	<b>(7 670 018)</b>	<b>57 607</b>	<b>1,0</b>	<b>1 862 945</b>	<b>24,3</b>

## Quadro 36 – EBITDA corrigido – Contas consolidadas

EBITDA Corrigido – Consolidado (€)	Contas consolidadas		Variação 2024/2023	
	2024	2023	Abs.	%
<b>EBITDA DRN – Consolidado</b>	<b>4 104 767</b>	<b>848 123</b>	<b>3 256 643</b>	<b>384,0</b>
Equiv. Patrimonial / Subsidiárias	77 760	( 19 817)	97 577	492,4
Trabalhos para a própria entidade	6 716 249	6 423 680	292 570	4,6
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	( 35 306)	( 61 054)	25 748	42,2
Provisões (aumentos)	( 622 670)	( 575 826)	( 46 844)	( 8,1)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas)	(1 000 000)	0	(1 000 000)	-
Aumentos de justo valor	1 527 650	1 335 902	191 748	14,4
Subsídios ao investimento	135 988	1 112 335	( 976 347)	( 87,8)
Ganhos em Inventários	85 364	96 574	( 11 210)	( 11,6)
Perdas em Inventários	( 107 906)	( 103 332)	( 4 574)	( 4,4)
Diferenças cambiais (Favoráveis)	2 703 090	379	2 702 711	712 308,1
Diferenças cambiais (Desfavoráveis)	( 4 374)	(1 876 476)	1 872 102	99,8
<b>EBITDA Corrigido – Consolidado</b>	<b>(5 371 079)</b>	<b>(5 484 242)</b>	<b>113 164</b>	<b>2,1</b>

## Gastos com Pessoal – Contas Individuais

Os Gastos com Pessoal apresentam uma variação de 3 002 029 €, o que corresponde a mais 3,0% em relação a 2023, e um desvio de 1 630 708 €, mais 1,6% do que o estimado no PAO 2024.

O acréscimo em relação a 2023 resulta essencialmente dos seguintes fatores:

- Aumento das remunerações, atualizadas em 2,8%, com um impacto de 1,7 milhões de euros, no âmbito do disposto no Despacho do Ministro do Estado e das Finanças de 29 de dezembro de 2023, que permitiu o aumento da massa salarial até ao limite de 5%;
- Dinâmica salarial decorrente da aplicação dos Acordos de Empresa, no montante de 1,6 milhões de euros;
- Variação desfavorável das responsabilidades com pensões na sequência da atualização do estudo atuarial de 2024 (rubrica *non cash*), no montante de 1,4 milhões de euros;
- Em sentido contrário, a variação, essencialmente, das rubricas de trabalho suplementar, adicionais de eventos especiais e feriados, fardamento e seguro de acidentes de trabalho, apresentam no global, uma redução de 1,6 milhões de euros.

O desvio em relação ao PAO 2024 é justificado pela subavaliação das responsabilidades com pensões.

(Vide IV. ANÁLISE DE CONTEXTO, 2. Análise Interna, Recursos Humanos, pág.<sup>a</sup> 21; VII. DESEMPENHO, 3. Capital humano, pág.<sup>a</sup> 62; 15. Eficiência Operacional e evolução dos gastos operacionais, pág.<sup>a</sup> 92; 16. Recursos Humanos e Massa Salarial, pág.<sup>a</sup> 93.).

### Quadro 37 - Gastos com pessoal - Contas individuais

Gastos com Pessoal (€)	Execução 2024	Execução 2023	PAO 2024	Var. 2024/2023		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Remunerações	69 827 726	68 305 147	70 909 057	1 522 579	2,2	(1 081 331)	( 1,5)
Complemento de Pensões	12 884 740	12 594 043	13 190 443	290 697	2,3	( 305 703)	( 2,3)
Responsabilidades c/ Pensões	12 026 688	10 602 851	8 034 061	1 423 838	13,4	3 992 628	49,7
Anulação dos Complementos Pensões	(12 880 077)	(12 599 279)	(13 195 673)	( 280 798)	( 2,2)	315 596	2,4
Outros gastos	20 428 964	20 383 250	21 719 445	45 714	0,2	(1 290 481)	( 5,9)
<b>TOTAL</b>	<b>102 288 041</b>	<b>99 286 012</b>	<b>100 657 333</b>	<b>3 002 029</b>	<b>3,0</b>	<b>1 630 708</b>	<b>1,6</b>

### Resultados Financeiros

Os resultados financeiros, que correspondem a juros relativos a contratos de financiamento e suprimentos celebrados com a DGTf, não relacionados com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD) totalizam 909 mil euros, apresentando uma variação favorável de 151 mil euros em relação a 2023.

### Quadro 38 - Resultados financeiros - Contas individuais

Resultados financeiros (€)	Execução 2024	Execução 2023	PAO 2024	Var. 2024/2023		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Juros suportados c/ financiamentos bancários (DGTf)	909 000	1 060 382	823 930	(151 382)	( 14,3)	85 070	10,3
Gastos financeiros de exploração	909 000	1 060 382	823 930	(151 382)	( 14,3)	85 070	10,3

### Fluxos Financeiros

#### Atividades Operacionais

O fluxo de caixa da atividade operacional foi negativo em 9,4 milhões de euros, o que representa uma variação desfavorável de 17,5 milhões de euros e um desvio de cerca de 3 milhões de euros em relação ao previsto no PAO, devido à diminuição dos recebimentos, nomeadamente de clientes, no aumento de pagamentos a fornecedores e ao pessoal.

#### Atividades de Investimento

Os recebimentos para projetos cofinanciados apresentam uma diminuição considerável em relação a 2023, reflexo do atraso que os grandes projetos de investimento apresentam, pelo que a variação corresponde a menos 34,8 milhões de euros do Fundo Ambiental e menos 22,8 milhões de euros relativamente a fundos comunitários, maioritariamente do PACS2030. A variação dos pagamentos de investimento corresponderam a menos 2 milhões de euros.

#### Atividades de Financiamento

Foram realizados 369,6 milhões de euros de dotações de capital, para amortização de financiamento, serviço da dívida e investimento e 7,5 milhões de euros relativos a suprimentos, para pagamento de contratos de derivados financeiros (*swaps*), défice de tesouraria operacional e financiamento do projeto de investimento da aquisição de 24 UT. Os pagamentos, no valor de 359,6 milhões de euros, corresponderam a amortização de financiamento (300 milhões de euros), juros (55,4 milhões de euros, dos quais 43,5 milhões de euros correspondem a juros de empréstimos obrigacionistas e 11,9 milhões de euros a juros do financiamento *Schuldschein* que atingiu a maturidade em julho de 2024), aval (2,4 milhões de euros) e comissões (91 mil euros).

### Quadro 39 - Demonstração de fluxos de caixa - Contas individuais

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (€)	Execução 2024	Execução 2023	PAO 2024	Var. 2024/2023		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Fluxo das Atividades Operacionais	(9 360 916)	8 167 688	(6 387 780)	(17 528 604)	(214,6)	(2 973 136)	46,5
Fluxo das Atividades Investimento	(54 525 543)	444 121	(105 203 072)	(54 969 664)	(12.377,2)	50 677 529	(48,2)
Fluxo das Atividades Financiamento	17 603 069	14 074 513	54 379 591	3 528 556	25,1	(36 776 521)	(67,6)
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(46 283 389)</b>	<b>22 686 322</b>	<b>(57 211 261)</b>	<b>(68 969 712)</b>	<b>(304,0)</b>	<b>10 927 872</b>	<b>(19,1)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	184 936 697	162 250 374	184 936 697	22 686 322	14,0	0	0,0
Caixa e seus equivalentes no fim do período	138 653 307	184 936 697	127 725 436	(46 283 389)	(25,0)	10 927 872	8,6

## Quadro 40 – Atividades de financiamento (ótica dos Fluxos de Caixa) – Contas individuais

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (€)	Execução 2024	Execução 2023	PAO 2024	Var. 2024/2023		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
<b>Recebimentos respeitantes a:</b>							
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	369 652 488	57 511 019	394 044 634	312 141 469	542,8	(24 392 146)	(100,0)
Empréstimos Bancários - DGTF	7 520 109	9 024 285	27 965 067	(1 504 176)	(16,7)	(20 444 958)	1.221,8
<b>Financiamento</b>	<b>377 172 597</b>	<b>66 535 304</b>	<b>422 009 701</b>	<b>310 637 293</b>	<b>466,9</b>	<b>(44 837 104)</b>	<b>(98,2)</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>							
Financiamentos Bancários	300 000 000	0	300 000 000	300 000 000	-	0	(100,0)
Juros e gastos similares	59 569 528	52 460 791	67 630 110	7 108 737	13,6	(8 060 583)	343,6
<b>Pagamentos</b>	<b>359 569 528</b>	<b>52 460 791</b>	<b>367 630 110</b>	<b>307 108 737</b>	<b>585,4</b>	<b>(8 060 583)</b>	<b>(83,8)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>17 603 069</b>	<b>14 074 513</b>	<b>54 379 591</b>	<b>3 528 556</b>	<b>25,1</b>	<b>(36 776 521)</b>	<b>561,2</b>

## Estrutura Patrimonial

## Ativo

## Quadro 41 – Ativo total – Contas individuais

Ativo (€)	Execução 2024	Execução 2023	PAO 2024	Var. 2024/2023		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Não corrente	5 496 169 211	5 426 679 188	5 579 045 744	69 490 023	1,3	(82 876 534)	( 1,5)
Corrente	0	0	0	0	-	0	-
<b>ILD</b>	<b>5 496 169 211</b>	<b>5 426 679 188</b>	<b>5 579 045 744</b>	<b>69 490 023</b>	<b>1,3</b>	<b>(82 876 534)</b>	<b>( 1,5)</b>
Não corrente	206 518 868	239 284 520	276 734 804	(32 765 652)	( 13,7)	(70 215 936)	( 25,4)
Corrente	223 164 603	237 231 182	188 284 761	(14 066 579)	( 5,9)	34 879 842	18,5
<b>ML</b>	<b>429 683 471</b>	<b>476 515 703</b>	<b>465 019 564</b>	<b>(46 832 232)</b>	<b>( 9,8)</b>	<b>(35 336 093)</b>	<b>( 7,6)</b>
<b>Ativo Total</b>	<b>5 925 852 682</b>	<b>5 903 194 890</b>	<b>6 044 065 309</b>	<b>22 657 792</b>	<b>0,4</b>	<b>(118 212 627)</b>	<b>( 2,0)</b>

Detalhe de variações e desvio no ativo:

## Quadro 42 – Ativo – Variações/Desvios

ILD	Variação	Desvio	ML	Variação	Desvio	Unidade: €	
<b>Ativo não corrente</b>	<b>69 490 023</b>	<b>(82 876 534)</b>	<b>Ativo não corrente</b>	<b>(32 765 652)</b>	<b>(70 215 935)</b>		
- Ativos Fixos Tangíveis	5 538 404	(3 344 573)	- Ativos Fixos Tangíveis	9 655 549	16 106 287		
- Investimentos em Curso	86 936 463	(93 934 146)	- Investimentos em Curso	6 777 483	(39 652 560)		
- Estado Conta a Receber	49 040 962	86 427 992	- Propriedades de Investimentos	( 425 701)	30 033		
- Recebimentos Subsídios Investimento	(71 838 306)	(71 838 306)	- Ativos intangíveis	( 427 562)	( 593 553)		
- Justo valor instrumentos financeiros	( 187 501)	( 187 501)	- Participações financeiras - MEP	(26 897 952)	(26 897 952)		
			- Outros ativos financeiros	(21 447 469)	(19 208 191)		
			<b>Ativo corrente</b>	<b>(14 066 579)</b>	<b>34 879 842</b>		
			- Inventários	( 383 137)	( 311 974)		
			- Clientes	( 126 147)	( 126 147)		
			- Estado e outros entes públicos	1 730 754	(6 605 247)		
			- Outros créditos a receber	9 486 761	9 486 761		
			- Diferimentos	(1 259 336)	(1 259 336)		
			- Outros ativos financeiros	22 767 914	22 767 914		
			- Caixa e Depósitos bancários	(46 283 389)	10 927 872		

## Passivo e Capital Próprio

## Quadro 43 – Capital Próprio e Passivo – Contas individuais ML

Capital Próprio e Passivo (€)	Execução 2024	Execução 2023	PAO 2024	Var. 2024/2023		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
<b>Capital próprio</b>	<b>2 290 046 721</b>	<b>1 947 318 717</b>	<b>2 517 752 108</b>	<b>342 728 005</b>	<b>17,6</b>	<b>( 227 705 387)</b>	<b>(9,0)</b>
Passivo Não corrente	922 123 686	1 136 618 704	931 454 888	( 214 495 018)	(18,9)	( 9 331 202)	(1,0)
Passivo Corrente	1 491 714 765	1 633 936 175	1 441 439 140	( 142 221 410)	(8,7)	50 275 625	3,5
<b>Passivo - ILD</b>	<b>2 413 838 451</b>	<b>2 770 554 879</b>	<b>2 372 894 029</b>	<b>( 356 716 428)</b>	<b>(12,9)</b>	<b>40 944 423</b>	<b>1,7</b>
Passivo Não corrente	332 366 948	355 287 601	321 894 266	( 22 920 653)	(6,5)	10 472 682	3,3
Passivo Corrente	889 600 561	830 033 693	831 524 905	59 566 868	7,2	58 075 656	7,0
<b>Passivo - ML</b>	<b>1 221 967 509</b>	<b>1 185 321 294</b>	<b>1 153 419 171</b>	<b>36 646 215</b>	<b>3,1</b>	<b>68 548 338</b>	<b>5,9</b>
<b>Passivo total</b>	<b>3 635 805 961</b>	<b>3 955 876 173</b>	<b>3 526 313 200</b>	<b>( 320 070 213)</b>	<b>(8,1)</b>	<b>109 492 761</b>	<b>3,1</b>
<b>Total de Capital Próprio e Passivo</b>	<b>5 925 852 682</b>	<b>5 903 194 890</b>	<b>6 044 065 309</b>	<b>22 657 792</b>	<b>0,4</b>	<b>( 118 212 627)</b>	<b>(2,0)</b>

## Detalhe de variações/desvios no Capital Próprio e Passivo:

## Quadro 44 – Capital Próprio e Passivo – Variações/desvios

	Variação		Desvio		ILD	Variação		Desvio		ML	Variação		Desvio	
Capital Próprio	342 728 005	(227 705 387)			Passivo não corrente	(214 495 018)	(9 331 202)	Passivo não corrente	(22 920 653)		10 472 682			
Capital subscrito	369 652 488	(69 313 104)			Provisões ILD	(1 280 000)	(1 280 000)	Provisões	615 697		615 697			
Resultados transitados	(23 999 579)	0			Financiamentos obtidos ILD	(208 086 829)	(5 630 975)	Financiamentos obtidos	(36 634 625)		(8 402 902)			
Ajust./outras variações no CP	(7 083 173)	(151 332 597)			Outros passivos financ. ILD	(5 128 190)	(2 420 227)	Respons. benef. pós-emprego	13 098 275		18 259 887			
Resultado líquido do período	4 158 269	(7 059 686)			Passivo Corrente	(142 221 410)	50 275 625	Passivo Corrente	42 579 451		41 088 239			
					Fornecedores	329 058	2 527 120	Fornecedores	(145 469)		(721 068)			
					Financiamentos obtidos	(90 230 683)	101 101 670	Estado e outros entes públicos	252 675		252 675			
					Outras dívidas a pagar	(52 319 785)	(53 353 166)	Financiamentos obtidos	42 472 245		41 556 632			
								Outras dívidas a pagar	15 512 799		15 512 799			
								Diferimentos	1 474 618		1 474 618			

## Gestão de Risco Financeiro

O ML tem vindo a consolidar a sua estrutura de capitais através do permanente reforço promovido pelo acionista, com a consequente redução do endividamento.

## Rating do Metropolitano de Lisboa

## Quadro 45 – Rating do ML

Rating Metro	Standard & Poor's	
	Rating	Outlook
6 de março de 2024	A-	Positivo

## Passivo Remunerado

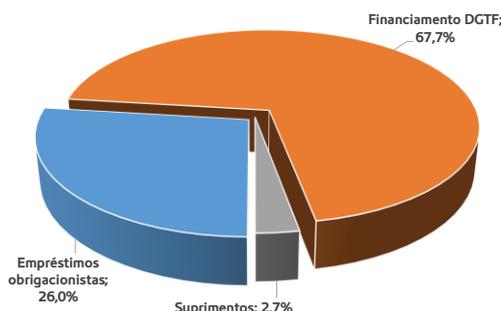
O passivo remunerado reflete o recebimento de suprimentos no valor de 7,5 milhões de euros, dos quais 4,5 milhões de euros se destinaram ao financiamento da aquisição de 24 UT (RCM 122/2023), 1,3 milhões de euros à cobertura do défice de tesouraria operacional e 1,7 milhões de euros ao pagamento de juros swap.

O desvio de 128,6 milhões de euros deve-se, essencialmente à não execução da conversão de dívida vencida, afeta a ILD, por integração no ativo do Estado (Estado – Conta a receber).

## Quadro 46 – Passivo Remunerado ML – Contas individuais

Passivo remunerado (€)	Execução 2024	Execução 2023	PAO 2024	Var. 2024/2023		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
Empréstimos obrigacionistas	800 000 000	910 000 000	800 000 000	(110 000 000)	(12,1)	0	0,0
Financiamento DGTF	147 378 083	288 115 598	167 428 022	(140 737 515)	(48,8)	(20 049 938)	(12,0)
Suprimentos	15 040 346	9 024 285	9 024 285	6 016 061	66,7	6 016 061	66,7
<b>Dívida de médio e longo prazo</b>	<b>962 418 430</b>	<b>1 207 139 883</b>	<b>976 452 307</b>	<b>(244 721 454)</b>	<b>(20,3)</b>	<b>(14 033 877)</b>	<b>(1,4)</b>
Empréstimos obrigacionistas	110 000 000	0	110 000 000	110 000 000	-	0	0,0
Financiamento DGTF	1 935 893 662	1 795 156 147	1 791 252 784	140 737 515	7,8	144 640 879	8,1
Schuldschein	0	300 000 000	0	(300 000 000)	(100,0)	0	-
Suprimentos	69 135 871	67 631 823	71 118 447	1 504 048	2,2	(1 982 577)	(2,8)
<b>Dívida de curto prazo</b>	<b>2 115 029 533</b>	<b>2 162 787 970</b>	<b>1 972 371 231</b>	<b>(47 758 437)</b>	<b>-</b>	<b>142 658 302</b>	<b>7,2</b>
<b>Total</b>	<b>3 077 447 962</b>	<b>3 369 927 854</b>	<b>2 948 823 537</b>	<b>(292 479 891)</b>	<b>-</b>	<b>128 624 425</b>	<b>4,4</b>

## Gráfico 10 – Passivo remunerado



## Quadro 47 – Passivo Remunerado – Contas consolidadas

Passivo remunerado (€)	2024	2023	Var. 2024/2023	
			Abs.	%
Empréstimos obrigacionistas	800 000 000	910 000 000	( 110 000 000)	( 12,1)
Financiamento DGTF	147 378 083	288 115 598	( 140 737 515)	( 48,8)
Suprimentos	15 040 346	9 024 285	6 016 061	66,7
<b>Dívida de médio e longo prazo</b>	<b>962 418 430</b>	<b>1 207 139 883</b>	<b>( 244 721 454)</b>	<b>( 20,3)</b>
Empréstimos obrigacionistas	110 000 000	0	110 000 000	-
Financiamento DGTF	1 935 893 662	1 795 156 147	140 737 515	7,8
Schuldschein	0	300 000 000	( 300 000 000)	( 100,0)
Suprimentos	69 135 871	67 631 823	1 504 048	2,2
<b>Dívida de curto prazo</b>	<b>2 115 029 533</b>	<b>2 162 787 970</b>	<b>( 47 758 437)</b>	<b>( 2,2)</b>
<b>Total</b>	<b>3 077 447 962</b>	<b>3 369 927 854</b>	<b>( 292 479 891)</b>	<b>( 8,7)</b>

## Investimento

## FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

A Formação Bruta de Capital Fixo registou um valor de 97,2 milhões de euros, o qual compreende o montante de investimentos que foi capitalizado nas contas do Ativo Fixo do ML.

## Quadro 48 – Investimento ML – 2024

Despesa de investimento 2024 (Unid.: €)	PAO 2024	Executado 2024	Receitas próprias	Orçamento do Estado	Endividam.	Fundos comunitários	PRR	Outras	Desvio (PAO vs Executado)
1. Prolongamento Rato / Cais do Sodré	81 101 310	56 857 598	0	37 864 928	0	18 992 671	0	0	(24 243 711)
2. Prolongamento S.Sebastião / Alcântara	70 000 000	18 497 212	0	0	0	0	18 497 212	0	(51 502 788)
3. Projeto Modernização do Sistema Sinalização e Material Circulante: Linhas A, E	32 349 904	6 863 789	42 986	6 820 803	0	0	0	0	(25 486 115)
4. Metro Ligeiro de Superfície Odiveiras-Loures	10 204 280	324 732	0	0	0	0	324 732	0	(9 879 548)
5. Máquina Esmeriladora	2 215 000	0	0	0	0	0	0	0	(2 215 000)
6. Remodelação da estação Cais do Sodré	1 069 920	0	0	0	0	0	0	0	(1 069 920)
7. Plano de Promoção de Acessibilidades (PNPA)	8 496 341	5 222 429	0	5 222 429	0	0	0	0	(3 273 912)
8. Aplicações de Suporte ao Negócio, Hardware e Software	602 542	724 358	0	724 358	0	0	0	0	121 816
9. Renovação de Sistemas de Conforto (Esc.mecânicas, Tapetes rolantes e Elevadores)	4 617 727	1 926 648	0	1 926 648	0	0	0	0	(2 691 080)
10. Renov. sist. vídeo e comunic.+SADI nas carruagens (ML90,ML95,ML97 e ML99)	1 598 400	0	0	0	0	0	0	0	(1 598 400)
11. Beneficiação geral de portas das frota ML95, ML97 e ML99	195 484	195 484	0	195 484	0	0	0	0	0
12. Sistema de Informação ao Cliente	1 999 500	389 979	0	389 979	0	0	0	0	(1 609 521)
13. Upgrade tecnológico do sistema de acionamento de portas da série ML90	1 758 780	939 964	0	939 964	0	0	0	0	( 818 816)
14. Torno rodas PMO3 + Sistema de medida automática de rodas	1 038 945	0	0	0	0	0	0	0	(1 038 945)
15. Remodelação e Renovação de Instalações	62 190	1 947	0	1 947	0	0	0	0	( 60 243)
16. Remodelação Geral de MAVT	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17. Aquisição de 24 UT – SCEP n.º 13/2022	8 864 865	20 790	0	20 790	0	0	0	0	(8 844 075)
18. Central Fotovoltaica PMO II	13 400	5 944	0	5 944	0	0	0	0	( 7 456)
19. Substituição travessas de pinho – PMO II	117 693	0	0	0	0	0	0	0	( 117 693)
20. Aquisição Draisine Grua	0	0	0	0	0	0	0	0	0
21. Posto de Comando de Central	0	0	0	0	0	0	0	0	0
22. Empreitada de Manutenção dos Sistemas de Iluminação das estações	181 466	40 581	0	40 581	0	0	0	0	( 140 886)
23. Remodelação da Estação Marquês de Pombal	400 104	203 634	0	203 634	0	0	0	0	( 196 470)
24. Remodelação e ampliação estação Arroios	1 126 386	267 415	0	267 415	0	0	0	0	( 858 971)
25. Foles de intercirculação – ML97 e ML99	0	0	0	0	0	0	0	0	0
26. Projeto Normalização Imagem ML	646 030	0	0	0	0	0	0	0	( 646 030)
27. SADI – Estações + Edifícios	729 442	674 176	0	674 176	0	0	0	0	( 55 266)
28. Substituição de circuitos de via FS2500 em fim de vida (obsoletos)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29. Upgrade unidades remotas de telecomando – Subestações de Tração	440 247	392 197	0	392 197	0	0	0	0	( 48 050)
30. Outros Investimentos	4 510 583	3 633 047	2 127 102	1 505 945	0	0	0	0	(1 677 536)
<b>Valor total do investimento</b>	<b>234 340 540</b>	<b>97 181 924</b>	<b>2 170 088</b>	<b>57 197 222</b>	<b>0</b>	<b>18 992 671</b>	<b>18 821 944</b>	<b>0</b>	<b>(137 958 616)</b>

Justificação dos principais desvios verificados:

## Prolongamento Rato/Cais do Sodré

Relativamente ao valor previsto, 81,1 milhões de euros, foram executados 56,9 milhões de euros. As principais razões que impediram um nível de realização de acordo com a estimativa prevista foram:

- Lote 2 – Toscos entre a Estação de Santos e o Término da Estação Cais do Sodré:
  - a. Atrasos de anos anteriores motivados por questões relacionados com Arqueologia, alteração legal da classificação de solos e baixos rendimentos nas atividades de escavação. Estes atrasos obrigaram a prorrogar o período de expropriação para as frações dos edifícios existentes.

- b. Os trabalhos em curso no troço entre a estação Santos e a ligação ao término do Cais do Sodré e última fase do acesso CP/APL integram o caminho crítico do cronograma do projeto.
- A consignação parcial do Lote 4 (Acabamentos e Sistemas), no troço do Lote 1 (Toscas entre o término da Estação Rato e a Estação Santos), ocorreu após a receção provisória da empreitada de toscos, como previsto, mas questões relacionadas com a ANEPC (Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil) e correções do projeto de execução do Lote 4, contribuíram para o desvio. Ainda relativamente ao Lote 4, os atrasos que se verificaram na execução dos trabalhos dos toscos do Lote 2 tiveram uma implicação significativa no desenvolvimento dos trabalhos de acabamentos e sistemas.

### **Prolongamento S. Sebastião / Alcântara**

O desvio negativo de 51,5 milhões de euros é assenta, essencialmente:

- No atraso do início do contrato de empreitada, com um impacto na ordem de 30 milhões de euros. O lapso temporal associado à obtenção de visto prévio do Tribunal de Contas e ao efeito suspensivo automático decorrente da imprevisível propositura das ações de contencioso pré-contratual, bem como o período de tempo associado à apreciação dos pedidos de levantamentos de tal efeito pelos tribunais em ambas as ações, provocou demora no início das atividades contratuais, cujo orçamento se baseava na previsão de que em 2024 estariam concluídas a fase de conceção e uma parcela da fase de construção.
- Na ausência de realização dos gastos previstos com expropriações, na ordem de 17 milhões de euros, decorrente das negociações e aprovações necessárias para conclusão dos processos indemnizatórios.

### **Metro Ligeiro de Superfície Loures / Odivelas**

Foram apenas executados 324,7 mil euros dos 10,2 milhões de euros orçamentados uma vez que a empreitada da Linha Violeta não foi adjudicada dado o primeiro concurso ter sido anulado pelo facto das propostas apresentadas terem excedido o preço base.

A previsão de execução, até ao final do ano de 2024, considerava a conclusão da fase de anteprojecto bem como a execução de verbas associadas a assessorias ao projeto e expropriações.

### **Remodelação estação Cais do Sodré**

Foram previstos 1,07 milhões de euros para a Remodelação da estação Cais do Sodré, que não se concretizaram pelo facto do concurso público só ter sido lançado em dezembro, dado a Portaria de Extensão de Encargos 408/2024/2 ter sido publicada em março. Foi ainda necessário efetuar correções às especificações técnicas alterar o preço base. A abertura de propostas está prevista para o segundo trimestre de 2025.

### **Plano Nacional de Acessibilidades**

Dos 8,5 milhões de euros previstos apenas foram executados 5,2 milhões de euros.

O desvio justifica-se com o facto de não ter sido iniciada a empreitada de instalação de ascensores nas estações Praça de Espanha e Anjos. Também contribuíram para este desvio os atrasos na execução das empreitadas de Execução de Intervenções para a Garantia de Acessibilidades a Pessoas de Mobilidade Reduzida das Estações Campo Pequeno e Picoas e de Intervenções para a Garantia de Acessibilidades a Pessoas de Mobilidade Reduzida das Estações Intendente e Martim Moniz.

### **Renovação de Sistemas de Conforto (Escadas mecânicas, Tapetes rolante e Elevadores)**

Apesar de previstos 4,6 milhões de euros apenas foram executados 1,9 milhões de euros devido a atrasos, em especial, na execução das empreitadas de Substituição dos ascensores 1, 2 e 3 da estação Baixa Chiado e Modernização das escadas mecânicas 2, 4 e 6 no acesso ao Largo do Chiado e da substituição das escadas mecânicas 9 a 12 no acesso à Rua do Crucifixo da estação Baixa-Chiado;

### **Central Fotovoltaica PMO II**

Dos 13,4 mil euros para trabalhos relativos a assistência técnica e instrumentação para a instalação de uma central fotovoltaica no PMO II foram executados 5,9 mil euros no âmbito da revisão do projeto da cobertura sobre a área de estacionamento das composições e da Central Fotovoltaica.

### **Remodelação da Estação Marquês de Pombal**

O orçamento previsto considerava o tratamento de patologias e renovação de instalações, como o cais de manobra das estações Marquês de Pombal I e II. Para o fornecimento e montagem, e respetiva fiscalização, foi

considerado um orçamento anual de 400,1 mil euros, para as duas estações, mas só foi lançado concurso para a estação MP II. A execução associada à obra e fiscalização foi de 203,6 mil euros.

### Remodelação e ampliação estação Arroios

O orçamento de 1,13 milhões de euros previa a realização do fecho de contas do contrato de remodelação da estação mas só foram 267 mil euros pois, apesar de realizado o fecho de contas mas não houve acordo com a entidade executante tendo o processo sido enviado para os serviços jurídicos.

### Projeto Normalização Imagem ML

O orçamento anual de 646 mil de euros para o projeto da normalização da imagem ML de vários lotes não foi concretizado devido ao facto de se aguardar aprovação da CML. O ML solicitou a redução do âmbito do procedimento para 6 estações, o qual obteve parecer favorável da CML. Foi realizada consulta preliminar ao mercado para atualização do preço base concurso.

### Outros Investimentos

Nesta rubrica incluem-se projetos relacionados com a remodelação da rede e equipamentos nas estações, edifícios, PMO II e PMO III, dos quais se destacam:

#### Bilhética e Telemática

- Aquisição de 60 concentradores de supervisão para as estações (52 mil euros);
- Implementação de concentrador para plataforma de Bilhética (190,4 mil euros);
- Renovação Sistema Central Bilhética (256,7 mil euros);
- Implementação da API – APEX (134 mil euros);
- Aquisição de MSAVT POS Estações, (8,2 mil euros);

A realização não acompanhou a previsão principalmente por se ter verificado atraso no lançamento dos concursos e assinaturas dos contratos relativos à aquisição de concentradores de supervisão para as Estações e à implantação da API APEX.

#### Teleindicações para passageiros

- A aquisição e instalação de equipamentos e sistema central de gestão da informação ao cliente, foi adjudicado à empresa Hitachi Rail, pelo preço contratual de 3,9 milhões. Este projeto tem um cronograma de implementação previsto em 12 meses, esperando-se que findo este prazo o Metro garanta uma nova plataforma integrada de gestão de todos os meios de informação ao cliente na totalidade da rede, e equipamento atualizado para 10 das suas estações. Estão planeadas novas fases para este projeto, nomeadamente o fornecimento de novos equipamentos para todas as estações, para o interior dos comboios e à superfície junto aos acessos. A taxa de realização de 58,9% deveu-se a um atraso na adjudicação da proposta. O contrato foi assinado em setembro de 2024 e de acordo com as condições de pagamento definidas no contrato, foi apenas pago 10% do valor contratual, com a assinatura do contrato).

#### Equipamentos de Fiscalização

- A taxa de execução de 43,3% na aquisição de terminais de fiscalização e novas funcionalidades, deveu-se ao atraso no desenvolvimento as aplicações leitura e integração com a API APEX, dada a necessidade de articulação prévia dos diversos operadores com a TML, e desenvolvimento de tarefas específicas.

## INVESTIMENTOS FINANCEIROS

## Quadro 49 – Investimentos Financeiros ML

Investimento (€)	Execução		PAO 2024	Var. 2024/2023		Desvio	
	2024	2023		Abs.	%	Abs.	%
Investimentos financeiros – Participação de capital – Emp. Conjuntos <sup>1)</sup>	1 000 000	0	0	1 000 000	-	1 000 000	-
Investimentos financeiros – Participação de capital – Emp. Subsidiárias <sup>2)</sup>	88 306	115 243	0	( 26 937)	( 23,4)	88 306	-
Investimentos financeiros – Participação de capital – Emp. Associadas <sup>3)</sup>	59 817	( 19 658)	0	79 475	( 404,3)	59 817	-
Investimentos financeiros – Empréstimos financeiros – Emp. Grupo <sup>4)</sup>	(27 046 074)	(10 381 567)	0	(16 664 507)	160,5	(27 046 074)	-
Reconhecimento, no ativo ML, do Material Circulante <sup>5)</sup>	16 944 444	0	0	16 944 444	-	16 944 444	-
	(8 953 508)	(10 285 982)	0	1 332 475	( 13,0)	(8 953 508)	-

<sup>1)</sup> Assoc. Competências Ferroviárias. Reforço de participação financeira ML (RCM 14/2023)

<sup>2)</sup> Método da Equivalência Patrimonial – Metrocom

<sup>3)</sup> Método da Equivalência Patrimonial – Publmetro

<sup>4)</sup> Método da Equivalência Patrimonial – TREM e TREMI (Transferência de bens imobilizado)

<sup>5)</sup> Reconhecimento contabilístico do Material Circulante que estava afeto ao TREM, A.C.E.

## 2. Capital intelectual

Em 2024 o ML intensificou a colaboração com instituições de ensino superior, promovendo projetos académicos que abordaram áreas cruciais como acessibilidade, sustentabilidade, sensorização e análise de dados. Através do acompanhamento técnico e da partilha de conhecimento, o Metro apoiou estudantes de licenciatura e mestrado em universidades como a Universidade de Aveiro, a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT/UNL) e a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL). Entre os projetos desenvolvidos, destacam-se estudos como a Análise da Acessibilidade para Pessoas com Mobilidade Reduzida, a Modelação de Fluxos de Passageiros durante Eventos Especiais e a monitorização das condições operacionais das vias e comboios. Além dos projetos académicos, o ML participou em programas de inovação aberta, como *The Journey* e *DATA4ALL*, que promoveram o envolvimento com *startups* e PME no desenvolvimento de tecnologias emergentes, tendo em alguns casos dado origem a provas de conceito (PoC).

O ML realizou também diversas provas de conceito, pilotos e projetos que exploram novas tecnologias para melhorar a eficiência operacional, a sustentabilidade e a experiência do utilizador, destacando-se soluções em áreas como inteligência artificial (IA), digitalização e ambiente. Exemplos incluem um *chatbot* interno para gestão do conhecimento e o piloto de digitalização de processos e realidade aumentada na estação da Reboleira. O projeto *AEROSOLFD*, cofinanciado pela União Europeia, ilustra o compromisso do ML com a sustentabilidade ambiental, ao focar-se na melhoria da qualidade do ar em estações de metro.

Ao fomentar colaborações com instituições de ensino, *startups* e parceiros internacionais, o ML testa e integra tecnologias emergentes e soluções sustentáveis. Estes esforços não só melhoram a eficiência operacional e a experiência dos clientes, como também consolidam a cultura de inovação dentro da organização, capacitando os trabalhadores e fortalecendo o papel do ML como referência no setor de mobilidade urbana.

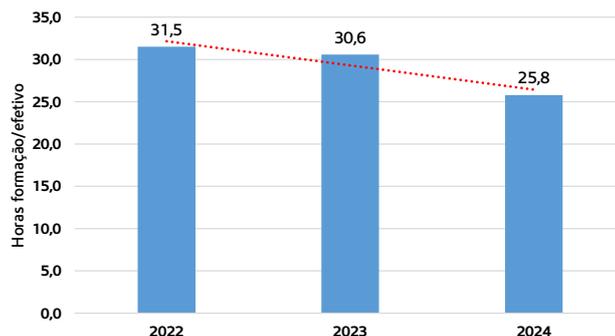
Em matéria de capacitação do capital intelectual o ML manteve o foco no desenvolvimento de um modelo digital de formação, com incidência nos vetores de tecnologia e inovação.

As iniciativas abrangeram desde o desenvolvimento de literacia digital inicial até à criação de competências de cibersegurança, inteligência artificial, análise e interpretação de dados, essenciais na atual fase de modernização e expansão da Empresa. Destaca-se em especial a capacitação digital através da utilização de plataformas digitais, com objetivo de prevenir a exclusão tecnológica e digital.

Promoveu-se o reforço da cultura de segurança, com o desenvolvimento de programas no âmbito da Segurança e Saúde no trabalho, reforçando competências de Segurança e Bem-Estar e Saúde no trabalho.

Observou-se uma redução na taxa de crescimento do número total de horas de formação em relação aos anos anteriores, 2022 e 2023, (-15,86%) justificada pela não realização das formações iniciais previstas associadas ao projeto de expansão da rede, nomeadamente de maquinistas.

Gráfico 11 – Horas de formação/efetivo



Em contrapartida, o ano de 2024 refletiu não apenas um crescimento do número de participantes, mas também uma maior abrangência e alargamento na participação do efetivo total da empresa, em ações de formação (15,36%), com especial incidência nas áreas operacionais (Manutenção e Exploração), destacando-se ainda um crescimento de 38,31% do número de ações realizadas entre 2023 e 2024.

As soluções formativas desenvolvidas procuraram dar continuidade às linhas de orientação e tendências previstas no Plano de Formação 2023-2025, das quais se salientam:

- O Cliente como foco central;
- Promover e desenvolver a mobilidade urbana por via da utilização do transporte público;
- Reforço da vertente inovação e de sustentabilidade ambiental;
- Envolvimento, motivação e qualificação dos trabalhadores, com o alargamento tendencial da formação a todos os trabalhadores, com prioridade a áreas e a populações estratégicas;
- Promoção do princípio da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens, designadamente no que respeita às oportunidades de qualificação.

No âmbito das linhas de orientação referidas, destacam-se:

- Renovação da certificação dos trabalhadores para operarem com DAE.
- Organização e promoção de Encontro de Quadros com diversos operadores de transportes públicos, subordinado ao tema Rede de Transportes Públicos Metropolitanos de Lisboa, Satisfação do Cliente – Perspetivas Futuras, com o objetivo de favorecer a partilha de conhecimento e boas práticas na satisfação do cliente da Rede de Transportes Públicos Metropolitanos de Lisboa;
- Programa de Desenvolvimento de Competências de Mobilidade Sustentável e de Intermodalidade, em parceria com ISCTE/INDEG.
- Programa de formação no novo sistema de sinalização CBTC a todos os maquinistas, no âmbito do projeto de modernização e expansão da rede.

### 3. Capital humano

O modelo de gestão do Capital Humano está ancorado nos mesmos princípios de sustentabilidade integrados na estratégia do negócio e focado na valorização do conhecimento. É entendimento do ML que são as pessoas que permitem a concretização do propósito da empresa de ser o operador de transporte público estruturante da mobilidade em Lisboa, pelo que as políticas de desenvolvimento são orientadas para a promoção de competências, para o reconhecimento do desempenho e para a manutenção de um bom ambiente e clima social. É reconhecida a necessidade permanente de otimização e adequação equilibrada do capital humano às efetivas necessidades de uma organização eficiente no cumprimento da missão de serviço público que lhe está confiada e à necessidade de responder à evolução e aos desafios que se perspetivam para a mobilidade do futuro.

No âmbito da gestão do capital humano, em 2024 tiveram destaque:

- Os acordos com as associações sindicais representativas dos trabalhadores do AE I e do AE II, em sede de negociação coletiva, para atualização das tabelas salariais em 2,8%, mantendo o empenho demonstrado na valorização da importância da contratação coletiva, enquanto instrumento indispensável à promoção da paz social e à melhoria do bem-estar dos trabalhadores;

- O acordo do pagamento de variáveis relativas a 2023 na retribuição de férias, por referência aos valores médios do ano civil anterior desde que percebidas pelo menos onze vezes nesse período, das seguintes expressões: Subsídio de Assiduidade, Subsídio de Prevenção, Subsídio de Quilometragem, Subsídio de Transporte, Subsídio de Turno, Trabalho Noturno e Trabalho Suplementar;
- O reforço do quadro de pessoal com vista a assegurar a oferta e a qualidade de serviço, com especial relevo para as contratações para as estações, de técnicos de várias especialidades para a área da manutenção e de Técnicos Superiores para reforço do *know-how* instalado, nomeadamente nas áreas de Tecnologias de Informação, Novos Empreendimentos, Engenharia, Capital Humano, Auditoria, e Contabilidade;
- O reforço da transição da formação para o formato *online*, com aumento da oferta de conteúdos formativos, mantendo o foco na valorização do conhecimento e na melhoria das qualificações e competências dos trabalhadores, em especial no desenvolvimento de competências técnicas e de liderança, em linha com o valor estratégico assumido para o Capital Humano. Relevo ainda para as iniciativas de promoção de uma cultura de inovação na empresa;
- A continuidade da intervenção junto da comunidade e contributo para causas solidárias, de acordo com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade social assumidos na Carta de Responsabilidade Social;
- A adoção, promoção e divulgação consolidada de valores e práticas de acordo com os princípios orientadores do compromisso de gestão para a promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação.

## Trabalhadores

Quadro 50 – Efetivo do grupo de empresas do ML

Efetivo por tipo de contrato	2024	2023	Var. 2024/2023
Contratos a termo	3	3	0
Contrato sem termo	1 570	1 578	( 8)
<b>TOTAL</b>	<b>1 573</b>	<b>1 581</b>	<b>( 8)</b>

Considerando o efetivo global do grupo de empresas onde se inclui a METROCOM, o efetivo do Metropolitano de Lisboa, a 31 de Dezembro de 2024, era de 1573 trabalhadores. Destes, 3 têm contrato a termo, oriundo de contratações efetuadas no âmbito da execução do PRR, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho e do Despacho n.º 11 888-B/2021.

Quadro 51 – Dados do efetivo do grupo de empresas do ML, por género

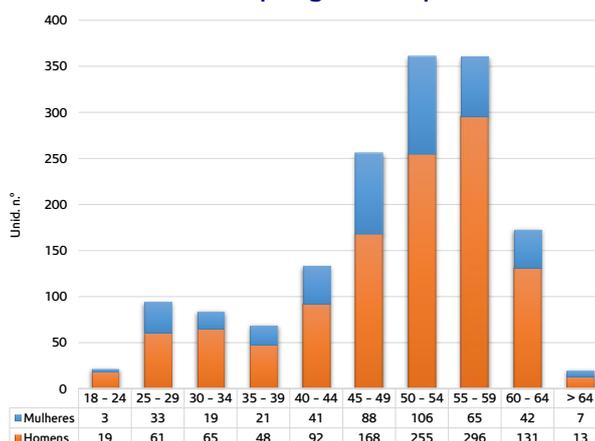
	2024		TOTAL	2023		TOTAL
	Mulheres	Homens		Mulheres	Homens	
Efetivo global (n.º)	425	1 148	1 573	419	1 162	1 581
Peso do efetivo global (%)	27	7	34	26	74	100
Idade média (anos)	49	50	49	48	49	49
Antiguidade média (anos)	20	23	22	20	23	21

Na análise por género, existem 425 mulheres (26%) e 1.148 homens (74%). O efetivo caracteriza-se ainda por uma idade média elevada (49,4 anos), sendo que 58,3% do efetivo total está acima dos 50 anos idade. Analisando o indicador por género, verifica-se que os homens apresentam uma idade mais elevada (49,9) face à média (49,4) quando comparados com as mulheres (48,8).

Adicionalmente, em áreas *core* para o negócio do grupo de empresas do ML, o envelhecimento dos trabalhadores é ainda mais significativo, apresentando idades médias superiores, que ultrapassam os 52 anos no caso dos oficiais de manutenção e os 54,5 nos maquinistas.

O gráfico seguinte espelha a distribuição do efetivo por género e faixa etária, onde se evidenciam os intervalos de idade entre os 45 e os 59 anos de idade:

Gráfico 12 – Efetivo por género e por faixa etária



Quadro 52 – N.º total de recursos humanos do grupo de empresas do ML

N.º total de RH (OS + Cargos direção + Trabalhadores)	2024	2023	PAO 2024	Var. 2024/2023		Desvio PAO	
				Abs.	%	Abs.	%
N.º Órgãos Sociais (OS)	6	7	6	( 1)	( 14,3)	0	0,0
N.º de Cargos de Direção s/ OS	23	22	21	1	4,5	2	9,5
N.º de trabalhadores s/ OS e s/ Cargos de Direção	1 544	1 553	1 560	( 9)	( 0,6)	( 16)	( 1,0)
<b>TOTAL</b>	<b>1 573</b>	<b>1 582</b>	<b>1 587</b>	<b>( 9)</b>	<b>( 0,6)</b>	<b>( 14)</b>	<b>( 0,9)</b>

A dimensão, complexidade e notoriedade pública das missões no domínio da empresa, criaram a necessidade de adequar as áreas de comunicação interna e externa, numa ótica de comunicação integrada. Assim, em 2024, o número de cargos direção passou para 23 elementos através da criação de um novo órgão: a Direção de Comunicação e Informação.

Relativamente aos Órgãos Sociais, em junho de 2024 passaram de 7 a 6 elementos, não tendo sido até à data nomeado um novo membro para o Conselho de Administração.

No que concerne ao número de trabalhadores, a variação foi de menos 9, face ao ano anterior (-1%) e menos 90 face ao previsto no PAO (-6%). Estes dados evidenciam o desfasamento entre as admissões e as saídas, refletindo os desafios inerentes à reposição de efetivos.

## Remuneração

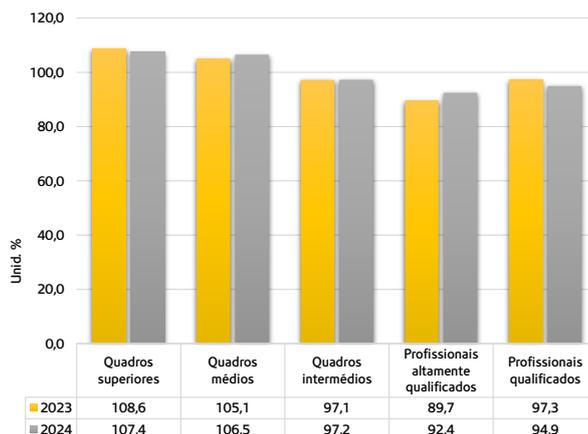
Quadro 53 – Rácio do salário base entre mulheres e homens do grupo de empresas do ML,

	Unid. %	
	2024	2023
Quadros superiores	107,4	108,6
Quadros médios	106,5	105,1
Quadros intermédios	97,2	97,1
Profissionais altamente qualificados	92,4	89,7
Profissionais qualificados	94,9	97,3

A análise dos salários base das mulheres face aos homens, por nível de qualificação, destaca que nos rácios dos profissionais altamente qualificados, profissionais qualificados e quadros intermédios as mulheres têm um salário base mais elevado. Nos restantes níveis de qualificação, quadros superiores e quadros médios, os rácios indicam um salário superior para os homens.

As diferenças registadas entre salários de homens e mulheres resultam de aspetos como a antiguidade e a avaliação do desempenho, que influenciam o posicionamento e a progressão no nível de categoria profissional, não existindo qualquer diferença na atribuição do salário base entre géneros.

Gráfico 13 – Rácio do salário base entre mulheres e homens do grupo de empresas do ML



### Segurança e saúde no trabalho

No âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho deu-se continuidade à atividade focada na melhoria para as condições de prestação de trabalho para promoção das condições de saúde, bem como nos programas para prevenção dos acidentes e doenças profissionais e melhoria da qualidade de vida.

No âmbito da prevenção, o grupo de empresas do ML deu continuidade ao programa de sensibilização sobre segurança no trabalho com a realização de iniciativas e semanas temáticas como a "SOS Segurança", onde os trabalhadores tiveram oportunidade de participar em *workshops*, palestras, *shots* formativos e experiências interativas, que visaram destacar a importância da prevenção e da segurança e saúde no trabalho. Realce ainda para a continuidade do programa de formação em Riscos Químicos e o reforço muito significativo na formação nos novos regulamentos de segurança.

Todos os trabalhadores exercem as suas funções em condições de vigilância médica adequada, tendo sido realizados 94,23% dos exames periódicos previstos, uma melhoria de 1 pp face aos exames realizados no ano anterior.

Registaram-se um total de 97 acidentes de trabalho, mais um relativamente a 2023, correspondendo a uma variação de 1,0%. Apesar deste ligeiro acréscimo no número de acidentes, verificou-se uma redução no total de dias perdidos, que passaram de 4.778 em 2023 para 4.412 em 2024, representando uma diminuição de 366 dias, ou seja, menos 7,7%. Esta redução sugere uma menor gravidade dos acidentes ocorridos ou uma gestão mais eficaz da recuperação dos trabalhadores.

Quadro 54 – Acidentalidade do grupo de empresas do ML

Acidentalidade	2024	2023	Variação 2024/2023	
			Abs.	%
Acidentes de trabalho (n.º)	97	96	1	1,0
Dias perdidos (n.º)	4 412	4 778	( 366)	( 7,7)
Taxa de absentismo (%)	7,8	7,9	-	-0,1 p.p.

Na expressividade por género, os dados revelam uma maior incidência de acidentes entre os homens, com 80 ocorrências, face a apenas 17 registadas entre as mulheres. Esta tendência mantém-se em linha com os dados de 2023, onde os homens representaram a maioria dos casos, 83, enquanto as mulheres contabilizaram apenas 13. Este padrão reflete a predominância masculina na estrutura de efetivos do grupo de empresas do ML e a menor expressividade das mulheres em funções de maior risco.

Quadro 55 – Acidentalidade por género do grupo de empresas do ML

Acidentalidade	2024		TOTAL	2023		TOTAL
	Mulheres	Homens		Mulheres	Homens	
Acidentes de trabalho (n.º)	17	80	97	13	83	96
Dias perdidos (n.º)	335	4 077	4 412	523	4 255	4 778

A taxa de absentismo situou-se nos 7,8%, apresentando uma ligeira redução de 0,1 p.p. face a 2023. As ausências por doença continuam a ser o motivo com maior expressão neste indicador, representando 54,4%, seguindo-se os acidentes de trabalho com 16,61%.

Quadro 56 – Taxa de absentismo do grupo de empresas do ML

Absentismo	2024	2023	Variação 2023/2022	
			Abs.	Abs.
Taxa de absentismo (%)	7,8	7,9	-	-0,1 p.p.

## 4. Capital social

### Responsabilidade Social

No ano de 2024 o Metropolitano de Lisboa manteve o compromisso com as partes interessadas, quer junto dos trabalhadores, suportando medidas tendentes à conciliação com a vida familiar e proteção da parentalidade, quer junto da comunidade e reforçando o seu contributo para causas solidárias.

No contexto ESG no ML, a dimensão Social (S) foca-se em objetivos e compromissos de sustentabilidade com a comunidade, promovendo a responsabilidade social coletiva e individual, incentivando os trabalhadores a envolverem-se em causas sociais e criando uma cultura de inclusão essencial para o bem-estar.

De acordo com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade social assumidos na Carta de Responsabilidade Social, o ML desenvolveu várias iniciativas ao longo do ano, no apoio à comunidade, com vista a contribuir para uma sociedade mais justa, diversa e inclusiva.

Como reforço da importância da dimensão da igualdade de género no contexto da sustentabilidade social foi renovado o compromisso com o Fórum Empresas para a Igualdade de Género, para a promoção de uma cultura coletiva e princípios de igualdade de oportunidades entre mulheres e homens e o combate a todas as formas de discriminação de género.

Foi igualmente mantido o compromisso e colaboração no apoio a causas sociais a instituições como o "COMPANHEIRO", o C.A.S.A. – Centro de Apoio ao Sem-Abrigo, CVP – Comunidade Vida e Paz, a Kanimambo – Associação de Apoio ao Albinismo, o Banco Alimentar Contra a Fome e o Banco de Bens Doados da ENTRAJUDA, APPACD CAO da Ajuda – Lisboa, Fundação AFID Diferenças, entre outras IPSS, ONG e ONGD.

Continuou o apoio a várias causas e campanhas, como a inclusão social com a "Campanha o Pirlampo Mágico/24", saúde e bem-estar com "Vamos conversar sobre obesidade", "Corrida sempre Mulher" (Cancro da Mama) e a campanha anual de apelo à doação de sangue do IPST.

Estas ações demonstram o compromisso com a responsabilidade social e a criação de um impacto positivo na atuação do ML na comunidade, definindo-se como uma organização que procura na sua atividade respeitar, valorizar e melhorar a diversidade, equidade e inclusão (DEI) dentro e fora da empresa.

### Igualdade e não discriminação

O grupo de empresas do ML assumiu um compromisso para com o Desenvolvimento Sustentável, integrando na sua estratégia quatro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU:

- ODS5 – Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.
- ODS9 – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- ODS13 – Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
- ODS16 – Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas. Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes.

(<https://www.metrolisboa.pt/institucional/conhecer/sustentabilidade/>)

Neste sentido, em convergência com a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018–2030 (ENIND) – Portugal Mais Igual, o Metropolitano promoveu valores e práticas de acordo com os princípios orientadores do compromisso de gestão para a promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação, salientando-se:

- Enquanto associada do BCSD (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável), o ML integra o conjunto das grandes empresas preocupadas com as temáticas da sustentabilidade e empenhadas numa abordagem comprometida com os direitos humanos, tornando-se signatária do Guia do CEO sobre Direitos Humanos;
- O ML subscreveu também a Carta de Princípios do BCSD Portugal comprometendo-se, desta forma, com a Agenda 2030 das Nações Unidas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Como membro da “*Union Internationale des Transports Publics*” (UITP), o ML aderiu em 2021 à declaração sobre igualdade de oportunidades para mulheres e homens no setor dos transportes públicos/“*Women in Transport-EU Platform for Change*”, identificando boas práticas de igualdade entre géneros, seguidas no ML, para integração na plataforma com o mesmo tema coordenada pela UITP;
- Enquanto membro do iGen-Fórum Organizações para a Igualdade, a empresa manteve a associação à CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego na divulgação de campanhas nacionais de sensibilização em matérias como a violência (racial, orientação sexual ou outra) e violência doméstica, igualdade salarial, igualdade e não discriminação, reafirmando a importância de relevar a igualdade de oportunidades no desempenho de diferentes papéis, junto do maior número possível de trabalhadores;
- O ML é umas das organizações subscritoras do Pacto contra a Violência (PcV), desde 2020, sendo a violência um dos eixos de trabalho da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação – Portugal + Igual (ENIND). Em 2024, o ML renovou a subscrição deste pacto, reafirmando-se como entidade parceira com vista ao desenvolvimento de práticas organizacionais de prevenção à violência contra as mulheres e a violência doméstica e dar suporte às práticas de responsabilidade social no que respeita a sensibilizar e a informar sobre o crime público de violência doméstica.
- Ainda no âmbito da igualdade, o ML inclui no Manual de Acolhimento um capítulo destinado ao tema da iGen e não discriminação, num compromisso claro com a promoção da igualdade profissional e com o fim de todos os processos discriminatórios de género no trabalho;
- O ML obriga-se à promoção de uma política remuneratória transparente, assente na avaliação das componentes dos postos de trabalho e com base em critérios objetivos. Simultaneamente, repudia a desvantagem generalizada e estrutural das mulheres no mercado de trabalho em matéria de remunerações assente num contexto mais abrangente de desigualdades entre os géneros.
- Nos termos do nº 1, do artigo 7º, da Lei nº 62/2017, de 1 de agosto, o Metropolitano remeteu à CITE – Comissão para Igualdade no Trabalho e Emprego, o Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens para 2025.

## Cientes

Foi mantida a dinâmica de renovação e rejuvenescimento do efetivo nas estações, com a entrada de 13 novos Agentes de Tráfego, que praticarão um novo horário de trabalho, coincidente com a totalidade do período de exploração da rede, o que permitirá alargar o período de guarnecimento das estações por agentes ML.

Dando cumprimento a legislação em vigor, foi contratualizado um novo serviço de locação e assistência técnica de equipamentos DAE. No âmbito deste contrato, foram instalados equipamentos DAE em 34 estações da rede, com procura média diária superior a 10.000 passageiros:

- Linha azul – Reboleira, Pontinha, Colégio Militar, Jardim Zoológico, São Sebastião I, Marquês de Pombal I, Avenida, Restauradores, Terreiro do Paço e Santa Apolónia;
- Linha Amarela – Odivelas, Senhor Roubado, Lumiar, Cidade Universitária, Entrecampos, Campo Pequeno, Saldanha I, Picoas, Marquês de Pombal II e Rato;
- Linha Verde – Campo Grande, Alvalade, Areeiro, Alameda I, Arroios, Anjos, Intendente, Martim Moniz, Rossio, Baixa Chiado e Cais do Sodré;
- Linha Vermelha – Aeroporto, Moscavide e Oriente.

No âmbito da atividade de fiscalização manteve-se o desenvolvimento do projeto de desmaterialização dos autos de fiscalização e disponibilização de novas formas de pagamento, sendo já possível disponibilizar a versão desmaterializada.

#### Atividades a destacar no âmbito da melhoria do serviço

- **Melhoria das acessibilidades**
  - Estação Alameda: Projeto de modernização dos 5 elevadores concluído em dezembro de 2024;
  - Estações Campo Pequeno e Picoas: Processo de construção civil e de instalação de equipamentos para a colocação em serviço de três elevadores, iniciado em dezembro de 2023. Prevê-se a conclusão no 1º semestre de 2025;
  - Estações Intendente e Martim Moniz: Processo de construção civil e de instalação de equipamentos para a colocação em serviço de cinco elevadores iniciado em janeiro de 2024. Prevê-se a conclusão no 2º semestre de 2025;
  - Estação Baixa-Chiado: Projeto para a instalação de elevadores (cais-átrio) concluído em janeiro de 2025;
  - Estação Campo Grande: Instalação de quatro novos elevadores e substituição das escadas mecânicas concluída em junho de 2024;
  - Estação Cidade Universitária: Projeto de modernização das escadas rolantes concluído em julho de 2024.
- **Trabalhos de Reabilitação**
  - Estação Avenida: Átrio norte encerrado no dia 22 de abril a partir das 21h até ao final do serviço;
  - Estação Jardim Zoológico: Acesso ao Terminal Rodoviário encerrado de 16 a 18 de dezembro;
  - Estação Rato: Acesso à Rua da Escola Politécnica e à Rua Braamcamp esteve encerrado 2 dias;
  - Estação Picoas: Estrutura metálica do acesso Guimard/RATP foi alvo de uma intervenção profunda, atendendo ao seu estado de degradação, o que obrigou à sua retirada até dezembro de 2024.
- **Disponibilização de *smartphones* em todas as estações**

Com esta medida pretendeu-se que cada estação disponha de um *smartphone* para uso do Agente ML responsável pela estação. O equipamento permitirá a digitalização de muita da informação produzida diariamente na estação (boletins de estação, verificação de limpeza, reporte de ocorrências, etc.), o acesso a documentação de apoio (Manuais, Instruções de Trabalho, etc.) e ainda o apoio à resolução de avarias em equipamentos através do recurso a aplicações de realidade aumentada.

#### Provedor do Cliente

O Provedor do Cliente do Metropolitano de Lisboa, José Vieira da Silva, analisou e respondeu a 96 reclamações, promoveu diversas reuniões com serviços internos da Empresa, de forma a inteirar-se dos constrangimentos que estejam na origem de diversas reclamações. Apresentou à empresa sugestões de melhoria dos serviços.

## Apoio ao Cliente e Marketing

### Destacam-se as seguintes ações neste âmbito:

- Reabertura de um **posto temporário na estação Saldanha**, para reforçar a oferta, no que respeita aos pedidos de atualização/renovação dos perfis Sub18 e Sub23, com o objetivo de responder ao aumento de procura verificado nos meses de setembro e outubro, devido ao início do ano escolar. Em 2024 a procura foi especialmente desafiante, tendo em consideração a gratuidade dos títulos para os referidos perfis;
- Prolongamento do serviço do ML, de 12 para 13 de junho, em algumas estações das linhas Azul e Verde, no âmbito da **Noite de Santo António**;
- Durante o evento **Rock in Rio 2024**, nos dias 15, 16, 22 e 23 de junho, o ML prolongou o serviço em algumas estações das linhas Vermelha até às 02h30. A empresa marcou presença no recinto do evento, coordenando o espaço dedicado aos transportes públicos, onde os festivaleiros podiam obter informação sobre os TP e comprar títulos. Foi realizada campanha de comunicação de incentivo à utilização do Metro nas deslocações de e para o evento;
- Nos dias do Festival MEO KALORAMA, 29, 30 e 31 de agosto de 2024, evento que decorreu no Parque Bela Vista, o ML prolongou o horário de funcionamento em algumas estações das linhas Vermelha e Verde até às 03h00, com comboios de 6 carruagens. Foi realizada uma campanha de comunicação de incentivo à utilização do Metro nas deslocações de e para o evento;
- Entre 11 e 14 de novembro, a **WebSummit 2024** decorreu no Altice Arena e na Feira Internacional de Lisboa. O Metro reforçou a oferta nos períodos de maior procura e, em articulação com a organização do evento e em parceria com a Carris e CP, disponibilizou a venda de títulos especiais – *Web Summit Transport Pass* – através da venda *online*. O ML coordenou as equipas que estiveram junto ao Aeroporto e que prestaram informação e venda de títulos aos participantes deste evento;
- Na noite de **Passagem de Ano** o ML prolongou o serviço em algumas estações das linhas Azul e Verde até às 03h00, para dar resposta às necessidades de mobilidade dos lisboetas;
- No âmbito dos trabalhos na estação **Cais do Sodré** para a construção de um novo posto de tração e a integração do túnel de Santos, a estação Cais do Sodré funcionou com um cais único para entrada e saída de passageiros do comboio, entre 13 e 27 de maio, existindo **alterações de percurso na estação**. Os circuitos de circulação foram claramente indicados e a equipa de agentes do ML apoiou na gestão do fluxo de pessoas;
- No período de 3 a 19 de agosto, devido aos trabalhos de **modernização do novo sistema de sinalização** e de **expansão da rede** do Metro de Lisboa (Linha Circular) verificaram-se vários constrangimentos que resultaram no encerramento de troços e estações nas linhas Verde e Amarela. Foi criada uma campanha de informação ao cliente e foram implementadas várias medidas de mitigação, nomeadamente: aumento da frequência de comboios na linha Verde, de modo a reduzir os tempos de espera; disponibilização de um serviço rodoviário alternativo entre Telheiras / Campo Grande e entre Telheiras / Alvalade e Lumiar / Cidade Universitária; reforço da oferta da Carris;
- O **serviço de apoio interno às estações**, que visa a resolução rápida de problemas com Cartões Navegante Personalizados e de enganos na aquisição de títulos de transporte, passou a ser garantido todos os dias da semana (das 7:30 às 24h). Anteriormente o serviço funcionava apenas nos dias úteis e entre 07h30 às 20h00;
- Foi criado um serviço especial de apoio a entidades externas (IPSS, estabelecimentos de ensino e entidades privadas), promotoras de **deslocações de grupos** por períodos superiores a 15 dias, destinado a agilizar os processos de requisição e produção de Cartões Navegante Personalizados, bem como a venda de títulos mensais, evitando a deslocação aos postos de venda;
- O Metro apoiou, através de **parcerias comerciais**, algumas provas desportivas que se realizaram na cidade:
  - EDP Meia Maratona de Lisboa – 17 de março
  - EDP Corrida da Mulher “EDP Pela Vida “ – 12 de maio
  - EDP Maratona de Lisboa – 6 de outubro
  - 65º Grande Prémio de Natal

- **Interrupção da circulação de comboios da CP** – no âmbito das obras de modernização da Linha de Cascais e da Expansão da rede do Metropolitano de Lisboa, a circulação de comboios da CP entre Cais do Sodré e Algés esteve interrompida nos fins-de-semana de 24 e 25 de fevereiro e 2 e 3 de março. Para minimizar os transtornos foi assegurado um serviço rodoviário de substituição entre Cais do Sodré e Algés. O ML coordenou toda a comunicação desta interrupção, em articulação com a CP e a IP.
- Os principais motivos de **reclamações** estiveram relacionados com a avaria ou inoperacionalidade dos equipamentos mecânicos, 982 processos, assim como o modo de pagamento por Contactless (EMV), por duplicação de pagamento da viagem, 914 processos.

### Combate à fraude

O número de abordagens efetuadas pela atividade de fiscalização situou-se próximo das 242 mil, o que representa uma quebra de 7,1%, face aos valores de 2023.

Os principais motivos para a redução de fiscalização referem-se a fatores associados ao absentismo, relacionado com motivos de saúde e/ou acidentes de trabalho, bem como alguma perda de produtividade por obsolescência dos equipamentos de fiscalização.

Para a mitigar o número de incidentes verificados durante os atos de fiscalização, e permitir maior atenção das equipas no apoio ao cliente e na efetiva atividade de fiscalização, o ML manteve o acompanhamento das suas equipas por empresas de vigilantes.

Como reflexo do decréscimo dos níveis de abordagem verificou-se uma redução do número de coimas emitidas (6,2%), mantendo-se praticamente inalterada a Taxa de Fraude Detetada.

A percentagem de pagamento voluntário das coimas emitidas em 2024 manteve-se idêntica à de 2023.

A consciencialização por parte dos clientes autuados das implicações das cobranças coercivas, por parte da Autoridade Tributária, é o principal motivo para a sua realização.

De entre as coimas não pagas voluntariamente (3.737 em 2024), que transitaram para o IMT, tendo em vista a cobrança coerciva das elegíveis, pela Autoridade Tributária, foram rececionados até ao momento 25 pedidos de esclarecimento pela AT, tendo sido dado provimento a 7, por dizerem respeito a coimas emitidas para NIF errados/falsos, ou erros na elaboração dos respetivos autos de notícia.

**Quadro 57 – Atividade de fiscalização**

	Un.	2024	2023
Taxa de fraude detetada	%	2,77	2,75
Abordagens	n.º	241 587	260 112
Coimas Aplicadas	n.º	6 708	7 146
Coimas pagas ao ML	n.º	2 962	3 170*
Coimas pagas ao ML a)	%	44,08	44,36*
Valor pago ao ML b)	€	181 440	190 200*

a) Pagamentos efetuados ao fiscal, por referência Multibanco ou no Posto de cobrança de coimas

b) Distribuição do valor: 30% para o ML, 60% para o Estado e 10% para o Serviço Público de Transportes

\* Valores atualizados, uma vez que houve pagamentos realizados em 2024 referentes a coimas aplicadas em dezembro de 2023.

## Outros indicadores de atividade

Destacam-se ainda alguns indicadores de atividade relacionados com o serviço ao cliente:

**Quadro 58 – Outros indicadores de atividade**

Indicadores de Atividade	2024	2023
Índice de Satisfação do Cliente	7,35	7,18
Absentismo Operacional (média mensal)	% 6,1%	6,4%
Taxa de cumprimento do plano de guarnecimento das estações	% 82,2%	81,5%
Nível de serviço do Centro de Atendimento Telefónico	% 76,7%	75,9%
Número de chamadas atendidas	un. 35 769	39 239
Número de chamadas recebidas	un. 46 641	51 691
Site ML – Visualizações	un. 4 384 764	6 090 349
Site ML – Utilizadores ativos	un. 2 256 459	3 686 169
Reclamações	un. 4 762	5 213
Resposta no prazo de 30 dias (média mensal)	% 86,3%	94,3%*

\* O indicador de 2023 foi corrigido de acordo com o prazo legal de 15 dias úteis.

## Comunicação Comercial e de Marca – Eventos e Ações Culturais

### Celebração do 76.º Aniversário do Metropolitano de Lisboa

No dia 26 de janeiro, a estação Cais do Sodré (Linha Verde) acolheu um concerto da *Lisbon Film Orchestra*, com a apresentação de bandas sonoras de filmes, seguido de um momento de parabéns e partilha de bolo. Este evento destacou o papel do Metro como espaço para eventos culturais.

### Programa Cultural "12 meses/12 ações"

Ao longo do ano foi desenvolvido um programa cultural com ações mensais em diversas estações, abrangendo música, teatro, dança e outras manifestações artísticas, com o objetivo de envolver os clientes nas celebrações.

### Dia Mundial da Poesia

No dia 21 de março as estações Cais do Sodré, São Sebastião e Baixa-Chiado foram palco de momentos de poesia, com distribuição de postais exclusivos com poemas de Alexandre O'Neill, numa parceria com a editora Assírio & Alvim.

### Exposição "Casa Quente Para Toda a Gente"

Entre 24 de abril e 3 de maio as estações Amadora-Este e Baixa-Chiado receberam uma exposição com o objetivo de sensibilizar para a questão da pobreza energética, promovendo soluções sustentáveis.

### Comemoração dos 50 anos do 25 de Abril

No dia 25 de abril a estação Marquês de Pombal foi palco de um concerto do grupo "POVO", com oferta de cravos aos clientes para assinalar a efeméride.

### Exposição Fotográfica sobre a Guerra na Ucrânia

Inaugurada a 11 de abril, a exposição "24-02-2022 O DIA MAIS LONGO QUE NUNCA MAIS ACABOU", em parceria com o repórter David Araújo e a jornalista Cândida Pinto, da RTP, apresentou um retrato da realidade do conflito na Ucrânia.

### Dia Mundial da Dança

A 29 de abril a estação Oriente acolheu performances da *Quórum Dance Company*, Projeto Role Zouk e Forró no Miradouro, celebrando a diversidade da dança.

### Lisboa dá música. A VISA dá viagens a 1 cêntimo

Em parceria com a VISA, entre 3 e 30 de junho, os clientes que utilizaram o pagamento NFC (*smartphone* ou *smartwatch*) puderam viajar por apenas 1 cêntimo.

### Exposição Fotográfica "Dinâmicas I"

De 4 de junho a 4 de julho a estação Alameda exibiu a exposição "Dinâmicas I", do trabalhador José Fiães, com imagens dos bastidores do Metro.

### Semana Europeia da Mobilidade

Em setembro foram apresentadas as novas carruagens do Metro (ML20), com acompanhamento nas redes sociais.

**Exposição "A Sustentabilidade anda de Metro"**

Entre 25 de setembro e 22 de outubro as estações Baixa-Chiado e Alameda acolheram uma exposição sobre os projetos de responsabilidade social e ambiental do ML.

**Exposição "O Futuro é a Próxima Estação"**

A exposição sobre projetos de expansão e modernização do Metro esteve nas estações Rato e Sebastião até 15 de novembro.

**Iniciativa "Piano para Tod@s"**

A 1 de outubro, Dia Mundial da Música, foi inaugurado um piano na estação S. Sebastião, com programação de concertos, proporcionando momentos musicais aos passageiros.

**"Há música ao fundo do túnel 2024"**

A 4ª edição desta iniciativa de promoção da Saúde Mental, apoiada pelo Metro, decorreu nos dias 24 e 25 de outubro nas estações Cais do Sodré, Marquês de Pombal e Jardim Zoológico.

**Programa de Concertos de Natal**

De 5 de dezembro a 6 de janeiro o Metro ofereceu uma vasta programação de concertos de Natal em várias estações.

**Peça de Teatro "As cores do Metro"**

Foram realizadas diversas sessões de teatro para crianças e escolas no Auditório Alto dos Moinhos, com a participação de 1.500 crianças, que utilizaram o Metro para chegar ao espetáculo.

**Segurança das instalações**

O Metropolitano de Lisboa continuou o plano de ação conjunta com o Regimento de Sapadores Bombeiros, Bombeiros Voluntários de Amadora e Odivelas, o que permitiu a execução de exercícios semanais nas estações e de simulacros na rede.

Promoveu-se a renovação do plano de Segurança Interno, com medidas de autoproteção de acordo com modelo previamente discutido com a ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Na vertente da vigilância, e tendo em conta as novas realidades securitárias, foram melhorados novos serviços com um maior enfoque na visibilidade e segurança das instalações e criado serviço considerando a linha circular. Estes serviços concretizaram-se com rondas duplas, durante um período mais alargado, e em circulação no interior dos comboios e nos cais das estações, com vista a melhorar os níveis do sentimento de segurança dos clientes e trabalhadores.

Ao nível securitário foi possível melhorar, com a Divisão de Segurança a Transportes Públicos da PSP, a coordenação nas ações de segurança, de mitigação de riscos de insegurança (carteiristas e venda ambulante), de apoio à fiscalização e de preparação de planos de segurança dos principais eventos com impacto na rede.

Foi implementado procedimento, desenhado com as áreas internas e com a PSP, para efetuar o transporte em segurança de grupos de adeptos de clubes, garantindo o pagamento dos títulos de transporte e permitindo a redução de reclamações de clientes habituais, por tratamento diferenciado.

O projeto para renovação e melhoria das instalações da esquadra na estação Marquês de Pombal foi concluído, prevendo-se a contratação de empreiteiro em breve.

Através da implementação das metodologias adequadas, o ML deu cumprimento ao requisito legal SCIE, relativo à manutenção anual dos extintores, da rede húmida de carretéis e da rede de coluna seca.

De realçar também o desenvolvimento dos trabalhos de instalação de novo Sistema de Supervisão da Infraestrutura Técnica da rede (SSIT) e da renovação do sistema de circuito interno de televisão (CITV), com a instalação, em 18 estações, de sistema de deteção de descida à via e intrusão no túnel.

Foi dada continuidade ao programa a 4 anos de atualização dos sistemas automáticos de deteção de incêndios nos edifícios e estações da rede.

Nas renovações das estações, e em novas construções, introduziu-se a utilização de sistemas de extinção de incêndio por sais minerais em ativos estratégicos da estação.

Foi colocado em serviço o sistema de mestragem de fechaduras, com uso de chaves mecatrónicas, nas estações das linhas Vermelha, Verde e Amarela. Este sistema permite melhorar o controlo de acesso às instalações das estações.

Foram desenvolvidos procedimentos para renovação e melhoria dos sistemas de CITV nas carruagens e nos PMO, com aumento do número de câmaras (no interior e exterior) e utilização de analítica de vídeo, para análise e processamento de imagens.

Com vista à entrada em exploração do sistema CBTC, foram revistos e aprovados os regulamentos de segurança de circulação de comboios e de sinalização, com entrada em vigor no início de 2025.

### Comunicação institucional

O ML marcou presença em diversos eventos institucionais que assinalaram os momentos mais marcantes da evolução e crescimento da empresa.

Em 2024 foram organizadas cerimónias institucionais que contaram com a presença da Tutela, nomeadamente, assinaturas de contratos, lançamento de concursos públicos, receção da primeira unidade tripla ML20, apresentação das novas carruagens ML24, demolição do tímpano que separava a futura estação Estrela da estação Santos, assinatura do protocolo para a realização dos estudos para o prolongamento da rede do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica, sondagens para expansão da linha Vermelha a Alcântara, assinatura do aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de transporte de passageiros, entre outras iniciativas de cariz institucional.

No que se refere à divulgação de conteúdos no *microsite*, sobre a expansão e modernização da rede, foi dada continuidade à disponibilização de informação atualizada, possibilitando o acompanhamento da evolução das diferentes frentes de obra, bem como a sinalização das várias etapas alcançadas em todos os projetos que se encontram em execução e em estudo.

Importa referir que a implementação dos planos de comunicação para os vários projetos de expansão e modernização levaram ao incremento dos contactos institucionais com órgãos autárquicos, meios de comunicação social e outros *stakeholders*, que continuarão a ser desenvolvidos até à conclusão dos projetos.

Foi ainda dada continuidade ao procedimento implementado em 2021, relativamente ao atendimento ao público de todas as matérias relacionadas com a expansão da rede, incluindo dúvidas, reclamações e sugestões, através de endereços de *email* (para cada uma das empreitadas), de contactos telefónicos, assim como através do atendimento presencial no Posto ML Informa.

O ML Informa, disponibilizado ao público a 1 de setembro de 2023, é um posto de atendimento presencial ao público, localizado no Largo Vitorino Damásio, com horário de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 09h30 às 18h00, dedicado ao esclarecimento de dúvidas e à partilha de informação sobre o Plano de Expansão da Rede, em particular sobre o prolongamento das linhas Amarela e Verde, do Rato ao Cais do Sodré; sobre o prolongamento da linha Vermelha, de São Sebastião a Alcântara e ainda sobre o Metro Ligeiro de Superfície (linha Violeta).

No que diz respeito à análise da imprensa, a informação veiculada sobre o ML esteve focada maioritariamente nas obras da linha Circular com vários movimentos a favor e outros contra o projeto, que geraram os mais diversos cenários mediáticos. Em foco ainda as várias greves convocadas pelos sindicatos dos trabalhadores do Metro e as interrupções na circulação devido a avarias na sinalização.

Contudo, as notícias publicadas durante o ano 2024 aumentaram o sentimento positivo relativamente à empresa. Em 2024 o sentimento positivo atingiu 39%, enquanto em 2023 foi de 35%. Este resultado advém dos grandes momentos institucionais que assinalaram fases importantes dos projetos do ML, nomeadamente, a referência a greves desconvocadas, à linha Circular, à prorrogação da concessão até 2030, ao investimento em material circulante, ao recorde de passageiros em 2024, à disponibilização das estações e oferta de refeições a pessoas sem-abrigo, à previsão de resultados do próximo ano e ao apoio a ações desenvolvidas pela empresa em datas comemorativas, como o dia mundial da Poesia, o dia mundial do Livro e outras comemorações de efemérides.

Por sua vez, o meio *online* continuou a ser o veículo privilegiado na divulgação de informação noticiosa sobre o Metropolitano de Lisboa, ao representar 66% do volume de artigos veiculados. Contudo, TV e Rádio foram os meios que deram mais alcance potencial ao ML, podendo a sua informação ter tido mais de 500MM de contactos, cada um.

Os artigos sobre o Metro de Lisboa registados em 2024 correspondem a um alcance potencial de 1 299 200 811 pessoas e a um *Advertising Value Equivalent* (AVE) no valor de 49 753 178 €.

Ainda a nível institucional, decorreram as filmagens para o documentário sobre o Metropolitano de Lisboa, o qual deverá ser lançado no decorrer do ano 2025.

Acresce que o ano 2024 também ficou marcado pelo falecimento, em junho, do Presidente do Conselho de Administração da empresa, Senhor Eng.º Vitor Domingues dos Santos, vítima de doença.

Do ponto de vista da organização interna, o final do ano foi ainda marcado pela reestruturação interna das várias áreas de comunicação da empresa, integrando, a partir de 1 de dezembro, as diversas valências de comunicação numa só área. Assim, foi criada a Direção de Comunicação e Informação (DCI) com o objetivo de unificar a estratégia de comunicação da empresa, facilitando os processos de comunicação entre as áreas em prol da junção de sinergias para uma comunicação forte, coesa e eficaz.

### Participação em atividades de organismos nacionais e internacionais

Durante o mês de fevereiro foi implementado o Regulamento de Deslocações e Estadas ao Serviço do Metropolitano de Lisboa para estabelecer normas e procedimentos claros para as deslocações em serviço. Este regulamento veio racionalizar custos, simplificar processos e eliminar ineficiências, permitindo à empresa alcançar importantes poupanças financeiras e ganhos de tempo. A sua aplicação reflete um compromisso com a modernização e a estabilidade organizacional.

O ML reforçou a sua presença em eventos e atividades de carácter internacional, consolidando o seu papel de referência no sector dos transportes e ampliando a sua rede de contactos com parceiros estratégicos em várias áreas. Este envolvimento refletiu-se na participação em eventos organizados pelas principais entidades do sector, assim como em projetos colaborativos e feiras especializadas.

No âmbito da UITP, o ML continuou a desempenhar um papel ativo em diversos comités e reuniões estratégicas. Entre os eventos mais relevantes, destaca-se a participação no Congresso MENA e na Comissão de Segurança, em fevereiro, no Dubai, que sublinhou a importância da segurança em redes de transporte público. A empresa marcou igualmente presença em reuniões regulares do Comité União Europeia, do *Research in Mobility Committee* e do Comité de Gestão e Recursos Humanos, espalhadas ao longo do ano em cidades como Bruxelas, Dublin, Milão e Washington. Em dezembro, o ML integrou, pela primeira vez, o recém-criado Comité de Cibersegurança da UITP, participando na reunião inaugural em Roma, reforçando o compromisso com a proteção digital.

Na Associação Latino-Americana de Metros e Subterrâneos (ALAMYS), a presença do ML manteve-se ao mais alto nível, com participação nas reuniões do Comité de Direção em formato virtual, em março, e nos Comités Técnicos, em junho, realizados em Granada.

A nível da atividade de *benchmarking*, o envolvimento do ML no grupo CoMET destacou-se pela presença na reunião anual em Washington, em junho, e nas reuniões de gestão e *CEO Day*, realizadas em outubro.

Além disso, o ML desempenhou um papel relevante em projetos de cooperação internacional. No Projeto *SHIELDACROWD*, dedicado à segurança em espaços públicos, participou nas reuniões de maio e julho. No Projeto *PREVENT*, que aborda medidas preventivas contra atos ilícitos em transportes, o ML esteve presente em todas as reuniões anuais, desde Lecce, em janeiro, até Bruxelas, em dezembro, onde ocorreu o encerramento do projeto. O envolvimento do ML no Projeto *AEROSOLFD*, focado na modelagem de aerossóis em ambientes fechados, incluiu a reunião de maio, em Barcelona.

A presença em feiras e congressos internacionais foi igualmente notável, com destaque para a *IFEMA SICUR 2024*, em Madrid, e a Feira *IT-TRANS 2024*, em Karlsruhe, ambas centradas em inovações tecnológicas. Na *INNOTRANS 2024*, em Berlim, o ML teve uma oportunidade única de explorar tendências globais em transporte ferroviário. O ML também marcou presença no *European Risk Management Forum*, em outubro, em Madrid, e participou no *ISAFT 2024 - 20th International Symposium Aerodynamics, Ventilation and Fire in Tunnels*, um importante simpósio sobre aerodinâmica, ventilação e incêndios em túneis, realizado em Copenhaga.

Por fim, o ML participou na qualidade orador no evento *RAIL LIVE 2024*, em novembro, abordando o tema da neutralidade carbónica nas redes de metro, demonstrando o compromisso com a sustentabilidade e a inovação.

Este envolvimento internacional reflete o compromisso do ML em reforçar a cooperação global e a troca de conhecimento, contribuindo para o avanço do sector dos transportes públicos.

## 5. Capital natural

Desde maio de 2022 que o ML tem zero emissões indiretas de gases com efeito de estufa (GEE), provenientes do fornecimento de energia elétrica exclusivamente por fontes renováveis verdes. Para compensar as emissões diretas de GEE emitidas pelos consumos de gás natural, combustíveis líquidos e fugas de gases fluorados, a empresa tem vindo a contribuir com ações de plantação de árvores em território nacional. Desta forma, o ML atinge a neutralidade carbónica das suas operações, concretizando um dos grandes objetivos de

desenvolvimento sustentável da empresa e reforçando a sua contribuição para a descarbonização da economia a melhoria da mobilidade sustentável na Área Metropolitana de Lisboa.

O ML assume-se como ator relevante para a descarbonização da economia ao contribuir na minimização dos impactos ambientais. Nesse âmbito, e para além do esforço no sentido da transferência modal de meios de mobilidade mais poluentes para o ML, existe uma monitorização constante do desempenho ambiental da organização que implementou e certificou o Sistema de Gestão Ambiental pela NP EN ISO 14001 como referencial para o efeito.

Anualmente é feita uma análise dos impactos ambientais significativos, positivos e negativos, resultantes das atividades desenvolvidas pelo grupo de empresas ML, sendo estes:

Impactes ambientais significativos positivos:

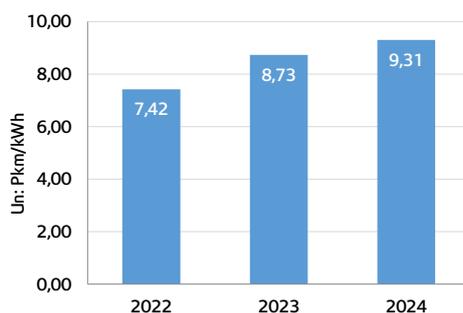
- Oferta de transporte público;
- Descongestionamento das vias públicas.

Impactes ambientais significativos negativos:

- Consumo de papel;
- Consumo de energia elétrica;
- Produção de resíduos não perigosos nas estações.

A subida de 6,6% nos passageiros x km por unidade de energia consumida (kWh), em comparação com o ano anterior, é um indicador positivo de melhoria na eficiência do transporte metro. Os fatores que contribuíram para esta melhoria foram o crescimento da procura (+5,3%) e a redução dos consumos de energia (-2,1%), o que indica uma utilização mais eficiente dos recursos energéticos com o aumento da procura, o que demonstra que o sistema operou de forma mais eficaz, consumindo menos energia para transportar mais passageiros.

Gráfico 14 – Eficiência energética



Em 2020, e no âmbito da assunção do compromisso com “Lisboa – Capital Verde”, o ML elaborou um Plano Integrado de Sustentabilidade Ambiental que se propõe implementar até 2030, e cujas ações incidem ao nível da energia, água, papel, qualidade do ar e ruído, economia circular, comunicação e cidadania.

Assim, durante os últimos quatro anos de vigência do PISA 2030, das ações previstas, foram concluídas com sucesso as seguintes medidas:

- Aumento da quantidade de resíduos enviados para valorização;
- Instalação de sistemas de rega inteligentes nos PMO (Calvanas e Pontinha);
- Divulgação de eventos e metas definidas no âmbito de Lisboa Capital Verde através dos meios de divulgação do ML;
- Informação sobre transportes multimodais no site do Metro;
- Instalação de equipamentos de monitorização da qualidade do ar nas estações e edifícios administrativos;
- Aumento do número de carregadores para veículos elétricos nos parques de estacionamento dos edifícios administrativos da empresa;
- Melhoria da eficiência energética e redução do coeficiente de emissão da energia consumida por via de aquisição de energia mais limpa e de produção própria;
- Redução do consumo de papel, com a digitalização dos processos internos.

Apresentam-se de seguida os trabalhos realizados nas ações ao longo de 2024:

AÇÕES / PROJETOS	TRABALHOS REALIZADOS
Adoção do uso de água reutilizada para lavagens e rega nas estações e no PMO III	<i>Foram estabelecidos contactos exploratórios com a Águas do Tejo e Atlântico para análise da viabilidade da medida.</i>
Substituição integral da iluminação nas estações por tecnologia LED	<i>A iluminação integral a LED está completa em 63% das estações de metro. O Plano da Manutenção prevê intervir seis estações/ano, encontrando-se três em execução e outras oito em preparação.</i>
Instalação de central fotovoltaica no PMO II	<i>Em fase final de elaboração do caderno de encargos para o lançamento do procedimento.</i>
Alteração das regras de estacionamento dando prioridade aos veículos elétricos	<i>Em estudo a distribuição equilibrada de marcação de lugares, atribuindo lugares específicos a veículos elétricos nos parques de estacionamento dos edifícios administrativos da empresa.</i>
Garantia de um conjunto de lugares reservados para veículos elétricos	<i>Os lugares para os veículos elétricos (visitantes e funcionários) serão marcados para o efeito. A área responsável está a estudar a distribuição equilibrada de marcação de lugares atribuindo lugares específicos destinados a veículos elétricos.</i>
Promoção da aquisição de materiais e produtos sustentáveis através do uso de critérios ambientais no processo aquisitivo	<i>Estão em curso a preparação de várias ações de comunicação e formação internas, além da elaboração de diretrizes para procedimentos internos.</i>
Divulgação do presente compromisso pelas partes interessadas e do grau de implementação das ações definidas	<i>A divulgação interna do PISA 2030 é feita aos trabalhadores pela intranet da empresa, bem como junto dos clientes através dos meios digitais e comunicado de imprensa.</i>

## VIII. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS

### 1. Objetivos de gestão e Plano de Atividades e Orçamento

(artigo 38.º do RJSPE e Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro)

#### a) Objetivos definidos pelo acionista

Quadro 59 – Objetivos de gestão

Princípios Financeiros de Referência	ANO 2024		Grau de Execução	Observações/Justificação desvios		
	PAO	Execução				
Prever um crescimento gradual do volume de negócios (vendas e prestações de serviços) e a maximização das receitas mercantis	139 670 538	138 418 471	99%	Considerado COSP, conforme Anexo I – Cumprimento das orientações e disposições legais. Rendimentos Operacionais, pág.º 51		
Melhorar o resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor	(13 083 566)	(19 815 291)	151%	Resultados, pág.º 50		
Melhorar o resultado líquido em execução da proposta de PAO	(12 781 625)	(19 841 311)	155%	Resultados, pág.º 50		
Realizar apenas os novos investimentos (que não de substituição) que viabilizem um aumento do resultado operacional ou necessários à prestação de serviço público ou de serviço de interesse geral contratualizados	234 340 540	97 181 924	41%	Investimento, pág.º 58		
Otimizar a utilização dos recursos humanos, prevendo as ações de formação que permitam melhorar a produtividade, assegurando em cada ano que é melhorado o rácio do resultado operacional pelo número de trabalhadores, que constitui condição sine qua non para a autorização do aumento do número de trabalhadores ao serviço da empresa	(7 190)	(12 071)	168%	Gastos com Pessoal, pág.º 54		
Desenvolver planos financeiros que sustentem a atividade da empresa, incluindo os investimentos, com a apresentação das fontes de financiamento e a menção clara de que ações ou investimentos estão contingentes na concretização de financiamentos (v.g., de candidaturas aos fundos estruturais). O plano financeiro deve separar claramente o financiamento da atividade operacional do investimento e o endividamento da empresa deve, como orientação geral, diminuir em termos nominais.	Tesouraria Operacional	Suprimentos – Acionista – DGTF	3 486 624	1 300 000	37%	Fluxos Financeiros, pág.º 55
		Fundo Ambiental – RA/CS	50 826 191	37 864 928	74%	
		Fundo Ambiental – Modernização	32 349 904	6 820 803	21%	
		Fundo Ambiental – Aquisição 24 UT	1 336 695	20 790	2%	
		Fundo de Coesão (PACS2030)	32 596 869	18 992 671	58%	
	Necessidades Investimentos	PIDDAC	800 000	800 000	100%	Investimento, pág.º 58
		PRR – Linha Vermelha	71 357 822	18 497 212	26%	
		PRR – TCSP – Odivelas/Loures	11 128 484	324 732	3%	
		Empréstimos DGTF	13 294 293	0	0%	
		Dotação de capital	34 697 517	11 690 701	34%	
	Receitas próprias	0	2 170 088	-		
	Encargos financeiros – SWAP	Empréstimos DGTF	8 282 993	1 682 489	20%	Passivo Remunerado, pág.º 57
	Encargos financeiros – ML	Dotação de capital – Numerário	59 347 117	59 569 528	100%	Passivo Remunerado, pág.º 57
	Reembolsos de financiamentos	Dotação de capital – Numerário	300 000 000	300 000 000	100%	
Reduzir o endividamento, em termos reais, líquido de investimento;	2 948 823 537	3 077 447 962	104%	Var. endividamento 2024/2023: 1,06% Limite de crescimento do endividamento, pág.º 81		
Reduzir o volume dos “pagamentos em atraso” (arrears).	0	0	-	Prazo médio de pagamentos, pág.º 82		

## b) Execução do Plano de Atividades e Orçamento

Quadro 60 – Execução do Plano de Atividades e Orçamento

Indicadores	PAO 2024	Executado 2024	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	(12 781 625 €)	(19 841 311 €)	(7 059 686 €)	Resultados, pág.º 50
EBITDA	(228 269 €)	(6 341 990 €)	(6 113 722 €)	EBITDA, pág.º 53
Resultado Operacional <sup>1)</sup> (EBIT)	(13 083 566 €)	(18 845 779 €)	(5 762 213 €)	Resultados, pág.º 50
Volume de Negócios <sup>2)</sup>	135 410 752 €	132 256 549 €	( 3 154 203 €)	Rendimentos Operacionais, pág.º 51
Gastos Operacionais <sup>3)</sup>	146 277 095 €	143 583 580 €	(2 693 515 €)	Gastos Operacionais, pág.º 52
Gastos Operacionais / Volume de Negócios	108 %	109 %	0,5 p.p.	Rendimentos Operacionais, pág.º 51
Endividamento <sup>4)</sup>	2 948 823 537 €	3 077 447 962 €	128 624 425 €	Passivo Remunerado, pág.º 57
Dívida Financeira Líquida <sup>5)</sup> / EBITDA	(1 235 867 %)	(46 339 %)	1 189 528,3 p.p.	Passivo Remunerado, pág.º 57; EBITDA, pág.º 53
Disponibilidades <sup>6)</sup>	127 725 436 €	138 653 307 €	10 927 872 €	Fluxos Financeiros, pág.º 55

<sup>1)</sup> Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

<sup>2)</sup> Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de Vendas e Serviços Prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios

<sup>3)</sup> CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal

<sup>4)</sup> Passivo remunerado

<sup>5)</sup> Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento reduzido das disponibilidades.

<sup>6)</sup> Caixa, conforme Balanço

## c) Investimento

Quadro 61 – Investimento

Plano de Investimento (€)	PAO 2024	Executado 2024							Desvio (PAO vs Executado)	Observações /medidas
		Total	Receitas próprias	Orçamento de Estado	Endividamento	Fundos comunitários	PRR	Outras		
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	81 101 310	56 857 598	0	37 864 928	0	18 992 671	0	0	(24 243 711)	
Prolongamento S.Sebastião / Alcântara	70 000 000	18 497 212	0	0	0	0	18 497 212	0	(51 502 788)	
Metro Ligeiro de Superfície Loures / Odivelas	10 204 280	324 732	0	0	0	0	324 732	0	(9 879 548)	
Projeto Modern. Sistema Sinalização e Mat. Circulante	32 349 904	6 863 789	42 986	6 820 803	0	0	0	0	(25 486 115)	Pág.º 58
Aquisição de 24 UT	8 864 865	20 790	0	20 790	0	0	0	0	(8 844 075)	
Outros investimentos	31 820 181	14 617 803	2 127 102	12 490 701	0	0	0	0	(17 202 378)	
Valor total do Investimento	234 340 540	97 181 924	2 170 088	57 197 222	0	18 992 671	18 821 944	0	(137 158 616)	

## d) Contrato de prestação de serviço público ou de interesse económico geral celebrado com o Estado

A concessão atribuída ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E, remonta a 25 de julho de 1949, data em que foi celebrado o contrato para instalação e exploração, em regime de exclusivo, de um sistema de transporte coletivo subterrâneo na cidade de Lisboa, com um prazo de 75 anos, vigorando até 1 de julho de 2024.

Em 23 de março de 2015 foi celebrado um novo contrato de concessão entre o Estado Português e o ML, no âmbito da unificação do quadro jurídico do serviço público de transporte por metropolitano, conforme o Decreto-Lei n.º 175/2014. Este contrato englobava os direitos e deveres do concessionário e incluía a universalidade dos bens afetos à concessão, especialmente os ativos contabilizados a 31 de dezembro de 2014.

Contudo, ao longo dos anos, tornou-se evidente a necessidade de atualizar o contrato de 2015, que se revelou desadequado da Concessão, nomeadamente:

- No regime aplicável ao investimento e financiamento das Infraestruturas Ferroviárias e do Material Circulante;
- Na inexistência de um mecanismo de monitorização do contrato que fosse ao encontro das exigências estabelecidas na legislação europeia e nacional aplicável;
- Na premência de prorrogação do prazo da concessão, dado o planeamento estratégico do acionista ao nível do plano de investimentos do ML, salientando-se os projetos de expansão da rede.

Face a esta realidade, e à importância estratégica da continuidade dos investimentos planeados, o Estado Português e o ML celebraram, em 27 de março de 2024, um Aditamento ao Contrato de Concessão, prorrogando o prazo de vigência da concessão até 1 de julho de 2030. O Tribunal de Contas concedeu o respetivo visto prévio em 15 de julho de 2024, validando juridicamente a sua entrada em vigor.

O aditamento introduziu alterações significativas no modelo de remuneração do concessionário, com o objetivo de garantir maior previsibilidade, eficiência e equidade na compensação pelos serviços prestados. A remuneração do Concessionário compreende as seguintes componentes:

- Receitas tarifárias, provenientes diretamente dos utilizadores do serviço;
- Receitas não tarifárias, como publicidade, concessões comerciais, entre outras;
- Compensação por Obrigações de Serviço Público (COSP)
- Remunerações autónomas, destinadas a compensar atividades realizadas por conta do Estado (como investimentos, grandes reparações, serviço da dívida e derivados, benefícios pós-emprego), as quais apenas produzem efeitos financeiros após aprovação expressa do Concedente, nos termos legais.

Relativamente às remunerações Autónomas, a cláusula 32.2 refere que “o Concessionário elabora, até ao final de outubro de cada ano, uma estimativa trimestral do valor de Remuneração Autónoma para o ano seguinte, que submeterá à aprovação do Concedente”. Dada a incerteza da aprovação e da entrada em vigor deste aditamento, aquando da apresentação do Orçamento de Estado e do Plano de Atividades e Orçamento de 2024, não foram previamente estimados os montantes destas remunerações, que deveriam incluir, conforme se apresenta no quadro abaixo (considerado apenas o período após entrada em vigor do aditamento ao contrato de concessão), valores relativos a investimento e grandes reparações em Infraestruturas Ferroviárias e Material Circulante, serviço da dívida e derivados, benefícios pós-emprego, tendo as mesmas sido financiadas por receita própria e dotações de capital.

**Quadro 62 – Remunerações Autónomas de 2024**

Remuneração Autónoma	3.º Trimestre agosto-setembro	4.º Trimestre
Benefícios Pós emprego (+)	1 767 142	4 074 551
Investimento (+)	13 547 932	42 634 868
Investimento Financiado (-)	12 118 902	37 647 746
Serviço da Dívida (+)	-	45 233 785
<b>Total</b>	<b>3 196 172</b>	<b>54 295 458</b>

Destaca-se a introdução da Compensação por Obrigações de Serviço Público (COSP), que visa equilibrar financeiramente a operação do serviço. Esta compensação é calculada com base nos custos relacionados com a atividade operacional da empresa, os quais estão na esfera de ação do operador (Concessionário), e aos quais são deduzidos as receitas de operação (receitas tarifárias), posteriormente corrigidos pelo fator de eficiência (no caso de perda de eficiência), obtido através do quociente entre os rácios de Gastos Operacionais sobre o número de passageiros.km realizados no período.

Adicionalmente, o segundo termo da fórmula de cálculo do COSP pretende constituir um prémio de eficiência pelo melhor desempenho na gestão, sendo o eventual incremento desse resultado operacional partilhado em partes iguais.

Resulta ainda do Modelo de Remuneração proposto que seja aplicada uma penalização à variação do prémio de eficiência, resultado dos valores díspares que este pode vir a assumir, de acordo com o estimado pelo modelo financeiro proposto. Dessa forma, será subtraída ao prémio uma parcela constituída por 3% do quadrado da variação do resultado operacional, indexado à unidade de milhão, com o objetivo de uniformizar o prémio de incentivo.

A metodologia de cálculo da COSP está definida no Anexo 4 do Aditamento, e contempla, por um lado a correção da compensação financeira por ineficiências da empresa, nomeadamente pela taxa de crescimento de gastos operacionais se poder superiorizar à taxa de crescimento do indicador de passageiros.km e, por outro lado, a atribuição de um incentivo à gestão e à eficiência, adequadamente partilhados.

O quadro abaixo detalha os valores que contribuem para o cálculo da Cosp de 2024.

Quadro 63 – Cálculo C<sub>OSP</sub> 2024

Rubrica (€)	Execução	
	08 a 12-2023	08 a 12-2024
Gastos Operacionais	-63 085 167	-61 152 308
Receita Operacional	57 881 769	54 870 386
"Resultado Operacional"	-5 203 398	-6 281 922
Fator de Eficiência		0
Correção do fator de eficiência	0	0
Prémio de Eficiência		-0
<b>Valor da compensação Serviço Público</b>		<b>-6 281 922</b>
<b>Penalidades *</b>		<b>-120 000</b>
<b>Valor após Penalidades</b>		<b>-6 161 922</b>

\* Valor passível de revisão no âmbito do Relatório Anual do Cumprimento Contratual

Em 2024, foi estimada uma C<sub>OSP</sub> no valor de 4 259 786 €, conforme definido na RCM n.º 57-D/2024, refletindo o compromisso do Estado em garantir a sustentabilidade financeira do serviço prestado. Aplicando a metodologia e fórmula de cálculo constante no Anexo 4 do Aditamento, o valor apurado para o presente exercício foi de 6 161 922 €, conforme detalhado no quadro acima, carecendo o mesmo ainda da respetiva validação pelo Gestor do Contrato.

## Quadro 64 – Remuneração da concessão

	PAO	Execução	Desvio	
	2024	2024	Abs.	%
Remuneração da Concessão (C <sub>OSP</sub> ) (€)	4 259 786 *	6 161 922	1 902 136	44,7

\* RCM n.º 57-D/2024

O novo enquadramento contratual impõe também a obrigatoriedade da produção periódica de relatórios de monitorização do desempenho do ML – nomeadamente, o Relatório Trimestral da Eficácia do Cumprimento Contratual e o Relatório Anual do Cumprimento Contratual – reforçando os mecanismos de controlo e transparência. A submissão do Relatório Anual do Cumprimento Contratual, poderá ainda implicar a revisão dos valores de eficácia, que em conformidade com o definido na cláusula 33.1 “sem prejuízo de outros mecanismos de monitorização previstos no Contrato, tais como o grau de cumprimento das obrigações contratuais, a monitorização do desempenho do Metropolitano ou das entidades que atuem sobre a sua orientação ou por sua conta, incluindo subcontratados, deve ser feita em conformidade com os Indicadores constantes do Anexo 5, com as modificações que venham a resultar da sua revisão”, podendo resultar numa variação do valor das penalidades a incluir no resultado da C<sub>OSP</sub> para 2024, de acordo com a data legal de aplicabilidades do Aditamento ao Contrato de Concessão de 2015.

Em suma, o aditamento ao contrato de concessão do ML representa um passo decisivo na modernização do serviço público de transporte, garantindo estabilidade contratual, sustentabilidade financeira e rigor na avaliação do desempenho, em consonância com os objetivos de mobilidade urbana sustentável da cidade e da Área Metropolitana de Lisboa.

## e) Orçamento financeiro (carregado no SIGO/SOE)

## Quadro 65 – Grau de execução do orçamento financeiro

Rubrica	Orçamento	Realização	Grau de execução	Justificação
R05.03 REM. CAPITAIS – RECEITAS GERAIS	34 911 €	34 911 €	100,0%	
R06.03 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5 239 537 €	3 872 064 €	73,9%	
R06.09 UE-INSTITUIÇÕES-OUT. FUNDOS	43 247 €	43 246 €	100,0%	Parte de uma subvenção atribuída pela Comissão Europeia, através da Agência de Execução para a Inovação e as Redes (INEA), à ação intitulada "MOBILT – Mobilidade e Bihética para Transportes Multimodais em Lisboa
R07.02 SERVIÇOS	145 864 345 €	136 494 856 €	93,6%	
R07.03 EDIFÍCIOS – RENDAS	643 618 €	400 403 €	62,2%	O desvio está relacionado com a redução de rendimento devido transferência dos serviços da PCM que se encontravam no edifício da Av. Barbosa du Bocage
R08.01 OUTRAS	8 399 676 €	2 267 481 €	27,0%	Considerando a baixa execução nos projetos não houve lugar a reembolso de IVA
R09.03 EDIFÍCIOS	€	€	-	
R09.04 OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	18 648 €	18 647 €	100,0%	Liquidação Transpolis – Partilha ativo restante
R10.03 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	28 098 057 €	17 273 908 €	61,5%	O concurso internacional para a empreitada do Metro Ligeiro de Superfície (MLS) não obteve propostas para o valor considerado e só em 2025 foi atualizado o montante total para lançamento de novo concurso.
R10.09 UNIÃO EUROPEIA	119 748 053 €	34 705 290 €	29,0%	O desvio está relacionado com o atraso na obtenção favorável da Declaração de Conformidade Ambiental favorável condicionada do Projeto de Execução (DCAPE), emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), para permitir a consignação da empreitada que irá acontecer no primeiro semestre de 2025 para a expansão da Linha vermelha que só aconteceu em fevereiro de 2025.
R11.02 TÍT. CP – CEDIC	65 600 002 €	65 600 000 €	100,0%	
R11.03 TÍT. MLP – ENTIDADES INTERNACIONAIS	2 901 156 €	2 901 156 €	100,0%	
R12.06 APOIO FINANCEIRO	51 915 901 €	7 520 109 €	14,5%	O desvio deve-se, essencialmente, pela variação favorável dos instrumentos financeiros (swaps).
R12.07 OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	379 658 692 €	369 652 488 €	97,4%	
R15.01 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	11 000 €	10 330 €	93,9%	
R16.01 SALDO GERÊNCIA	51 548 901 €	51 548 893 €	100,0%	
R17.02 OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA	€	54 974 176 €	-	Registo das transferências do PRR, a transitarem para 2025, nos termos do art.º 8º do DL 53-B/2021, de 23 de junho – PRR.

Rubrica	Orçamento	Realização	Grau de execução	Justificação
D01.01 REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	66 787 450 €	63 143 657 €	94,5%	
D01.02 ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	6 094 495 €	5 717 417 €	93,8%	
D01.03 SEGURANÇA SOCIAL	29 409 482 €	29 037 112 €	98,7%	
D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS	7 133 699 €	5 258 431 €	73,7%	O desvio está relacionado com a aplicação de cativação pela DGO em €1 109 063
D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	70 493 577 €	51 021 745 €	72,4%	O desvio está relacionado com a aplicação de cativação pela DGO em €13 930 434
D03.01 JUROS DIVIDA PÚBLICA	67 508 751 €	59 478 274 €	88,1%	O desvio deve-se, essencialmente, pela variação favorável dos instrumentos financeiros (swaps).
D03.06 OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	121 154 €	91 254 €	75,3%	
D06.02 DIVERSAS	1 343 118 €	1 187 819 €	88,4%	
D07.01 INVESTIMENTOS	71 919 448 €	10 419 457 €	14,5%	O desvio está essencialmente relacionado com a falta de realização de investimentos não cofinanciados pela demora na aprovação de Portarias de Extensão de Encargos e processos de contratação pública demorados.
D07.03 BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	169 857 452 €	82 308 407 €	48,5%	O desvio está relacionado com o atraso na obtenção favorável da Declaração de Conformidade Ambiental favorável condicionada do Projeto de Execução (DCAPE), emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), para permitir a consignação da empreitada que irá acontecer no primeiro semestre de 2025 para a expansão da Linha vermelha que só aconteceu em fevereiro de 2025. O concurso internacional para a empreitada do Metro Ligeiro de Superfície (MLS) não obteve propostas para o valor considerado e só em 2025 foi atualizado o montante total para lançamento de novo concurso.
D09.02 ATIVOS FINANCEIROS	68 057 118 €	65 600 000 €	96,4%	
D09.08 ATIVOS FINANCEIROS – CCF	1 000 000 €	1 000 000 €	100,0%	
D10.06 EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	300 000 000 €	300 000 000 €	100,0%	
D12.02 OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA	€	€	-	

## 2. Gestão do risco financeiro

## Quadro 66 – Evolução da taxa média anual de financiamento e juros suportados

Anos	2024	2023	2022	2021	2020
Encargos Financeiros (€)	59 569 528	52 460 791	75 697 764	141 972 295	206 705 313
Taxa Média de Financiamento (%)	2,60	2,69	2,56	3,93	5,61

## 3. Limite de crescimento do endividamento

## Quadro 67 – Variação do endividamento

Variação do Endividamento (execução)	2024	2023	Variação 2024/2023	
	Valores (€)		Valor	%
Capital estatutário ou social realizado e outros instrumentos de capital próprio	4 276 458 143	3 906 805 655	369 652 488	9,5
Financiamento Remunerado	3 077 447 962	3 369 927 854	( 292 479 891)	-8,7
Novos Investimentos no ano com expressão material em 2023	0	0		
<b>Variação do endividamento</b>	<b>1,06%</b>			

## 4. Prazo médio de pagamentos

Quadro 68 – Prazo médio de pagamentos

PMP	2024	2023	Variação 2024/2023	
			Valor	%
Prazo (dias)	18	19	-1	-5,26

Quadro 69 – Dívidas vencidas

PAGAMENTOS EM ATRASO					
Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º do DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do artigo 4.º do DL 127/2012					
Dívidas Vencidas (valores em euros)	2024				2023
	90-180 dias	180-365 dias	>365 dias	Total	Total
1 -Aquisição de Bens e Serviços	0	0	2 714	2 714	25 225
2 - Aquisições de Capital	0	0	26 691	26 691	177 207
3 - Total de dívida vencida >90 dias (1 + 2)	0	0	29 405	29 405	202 432
4 - Situações excluídas (n.º 2 art.º 4 DL 127/2012)	0	0	29 405	29 405	202 432
4.1 - Obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória	0	0	0	0	0
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor *	0	0	29 405	29 405	202 432
4.3 - Montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados	0	0	0	0	0
5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3)-(4)	0	0	0	0	0

\* A regularização está dependente da emissão de nota de crédito pelo fornecedor

Quadro 70 – Pagamentos em atraso nos termos do n.º 1 do artigo 40.º da LOE 2024

Pagamentos em atraso nos termos do n.º 1 do artigo 40.º da LOE 2024	Saldo
1 - Pagamentos em atraso 2023 (>90 dias) <sup>1</sup>	0
2 - Pagamentos em atraso 2024 (>90 dias) <sup>1</sup>	0
3 - Δ Pagamentos em atraso (2-1)	0
4 - Dotações orçamentais em 2024	0
5 - Saldo (3+4)	0

<sup>1</sup> - Nos termos do artigo 1.º do DL n.º 65-A/2011

## 5. Recomendações do acionista

Com a aprovação dos documentos de prestação de contas de 2023, foi recomendado ao Conselho de Administração que diligencie pela:

- “Implementação de um Sistema que permita a obtenção e validação de forma automática das demonstrações orçamentais, em cumprimento do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, bem como da observação do cumprimento das regras de movimentação contabilística aplicáveis ao reconhecimento e mensuração das transações e outros acontecimentos inerentes à contabilidade orçamental.”

O ML tem projetado desenvolver através do seu ERP novas funcionalidades que permitam dar cumprimento aos requisitos legais relativos à contabilidade orçamental.

No entanto, dada a complexidade técnica inerente, não é possível nesta data apresentar um prazo para que esta implementação esteja em pleno funcionamento.

Atualmente a elaboração das demonstrações orçamentais é realizada tendo por base a informação registada no ERP da empresa, a qual é extraída e tratada para dar cumprimento a todas as obrigações de reporte do ML. Assim, embora ainda não disponha de um sistema que permita a obtenção e validação automática das

demonstrações orçamentais, a preparação das mesmas considera a informação reportada em SIGO e demais reportes na DGO *online*.

No apuramento da conta de gerência, a execução orçamental é apresentada por programa, entidade financiadora e rubricas de classificação económica, assim como todas as alterações orçamentais realizadas, que conduziram ao apuramento do saldo de gerência a transitar, o que permite replicar o reportado às entidades externas nos quadros que compõem as demonstrações orçamentais.

## 6. Diligências para solucionar reservas emitidas na última CLC

1. Na sequência da “atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML”, através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa cujo prazo de vigência finda em 1 de julho de 2024. Este contrato compreende os direitos e obrigações inerentes à referida prestação de serviço público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo da Entidade em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. Foi, entretanto, celebrado em 27 de março de 2024, entre o Estado Português e o ML, um “Aditamento” ao contrato de concessão, que na presente data ainda carece de visto do Tribunal de Contas para se tornar eficaz. As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos ativos, bem como outras eventuais consequências da celebração do contrato de concessão, não nos tendo sido possível obter informações suficientes que nos permitissem concluir sobre os respetivos efeitos nas demonstrações financeiras do Grupo em 31 de dezembro de 2023. A entrada em vigor do “Aditamento” celebrado em 27 de março de 2024, criará condições para que as políticas contabilísticas necessárias possam vir a ser estabelecidas.
2. Conforme divulgado nas notas 3.3 e 5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração (“ILD”) do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Não obstante a celebração, em 23 de março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o Grupo continua a registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas da demonstração consolidada da posição financeira denominadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2023, o ativo não corrente compreende o montante de 5.426.679.188 euros referente a (i) créditos a receber do Estado (3.226.923.229 euros), (ii) a derivados mensurados ao justo valor em outros ativos financeiros (2.957.885 euros) e a (iii) ativos fixos tangíveis, intangíveis ou propriedades de investimento, os quais totalizam 2.196.798.074 euros e correspondem a custos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (líquidos de subsídios recebidos); o passivo engloba financiamentos, derivados mensurados ao justo valor, provisões e outras contas a pagar relacionados com os ILD, num total de 2.770.554.879 euros, do qual 1.136.616.704 euros está considerado como não corrente. De salientar ainda que, em consequência da referida omissão contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados, respetivamente. Desta forma, face à indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada pelo Grupo relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras consolidadas em apreço.

A entrada em vigor do “Aditamento” ao contrato de concessão celebrado em 27 de março de 2024, criará condições para que as políticas contabilísticas necessárias possam vir a ser estabelecidas.

3. Conforme divulgado na nota 15 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a demonstração consolidada da posição financeira inclui em 31 de dezembro de 2023, na rubrica “Diferimentos ativos

– trabalhos por conta de terceiros”, o montante de 29.686.056 euros, líquido de perdas por imparidade, relativo a obras efetuadas no passado pelo ML por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à adequada mensuração daqueles ativos.

### 1ª Diligência

A entrada em vigor do Aditamento ao Contrato de Concessão, ocorrida em 15 de julho de 2024, após a atribuição do visto do Tribunal de Contas, implica um conjunto significativo de alterações a efetuar no tratamento contabilístico seguido pela Empresa, nomeadamente ao nível da classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, bem como a necessidade de obter a aprovação do Estado relativamente ao montante a reembolsar pelas despesas e encargos com atividades desenvolvidas por sua conta até à referida data.

O ML tem vindo, desde então, a desenvolver esforços no sentido de apurar todas as implicações decorrentes do Aditamento e de obter o necessário acordo do Estado, nomeadamente através do recurso a um consultor externo e de interações com a ETF. Dado até à data de emissão deste relatório ainda não ter sido possível finalizar todo este processo, o ML optou por não apresentar nas suas demonstrações financeiras as necessárias alterações, com exceção para a estimativa da Compensação por Obrigações de Serviço Público (COSP).

### 2ª Diligência

Na sequência do referido na 1ª diligência, assim que estiver concluído o apuramento de todas as implicações decorrentes do Aditamento, será possível adotar uma política contabilística adequada à administração das atividades de investimento em infraestruturas de longa duração.

### 3ª Diligência

Em 2024 foi possível obter os seguintes desenvolvimentos nos processos incluídos na rubrica “Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros”:

- No processo com a Infraestruturas de Portugal (7,2 M €), referente à construção do Terminal Fluvial e do Interface do Cais do Sodré, foi trocada correspondência com vista à obtenção de um acerto final de contas, estando em vias de ser sanada a divergência que se encontrava pendente (cerca de 1 M€).
- No processo com a Águas do Tejo Atlântico (0,6 M€), referente à construção do “Sistema Elevatório e Câmara de Válvulas de Maré da Estação Fluvial do Terreiro do Paço”, foi possível chegar a um entendimento com a Águas do Tejo Atlântico, tendo sido elaborada a Conta Final e faturado o montante que estava pendente.
- No processo com a Transtejo (22,5 M€), referente à construção do Interface do Terreiro do Paço, foram iniciadas conversações com o Acionista no sentido de englobar este montante no acerto a efetuar por conta da dívida histórica relacionada com as ILD.

## 7. Remunerações/honorários dos Órgãos Sociais e Auditor Externo

### a) Órgãos Sociais

#### Conselho de Administração

Quadro 71 – Remuneração mensal fixada – Estatuto do Gestor Público

Membro do CA	Remuneração mensal fixada – EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€) <sup>(1)</sup>	
			Vencimento mensal	Despesas de Representação
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	S	B	4 962,48	1 984,99
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	B	3 969,98	1 587,99
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	S	B	3 969,98	1 587,99
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	S	B	3 969,98	1 587,99

(1) Os valores de remuneração mensal bruta incluem a aplicação da redução de 5% do vencimento mensal ilíquido dos gestores públicos executivos, conforme disposto no n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Quadro 72 – Identificação dos membros do Conselho de Administração

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos				N.º de mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e forma	
2022-2024	Presidente	Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	Despacho n.º 9167,	27/07/2022	Não	n.a.	D	-	3
2022-2024	Vogal	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	Despacho n.º 9167,	27/07/2022	Não	n.a.	D	-	4
2022-2024	Vogal	Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	Despacho n.º 9167,	27/07/2022	Não	n.a.	D	-	1
2022-2024	Vogal	Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	Despacho n.º 8113,	25/07/2023	Não	n.a.	D	-	1

Quadro 73 – Acumulação de funções até 22/junho

Membro do CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Data de autorização e forma
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	FERCONSULT	Presidente	Público	Ata AG n.º 72 de 31/05/2021
	METROCOM	Presidente	Público	Ata AG n.º 54 de 13/07/2020
	TREM A.C.E.	Presidente	Público	Ata AG n.º 34 de 29/04/2022
	TREM II A.C.E.	Presidente	Público	Ata AG n.º 31 de 29/04/2022
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	FERCONSULT	Administrador	Público	Ata AG n.º 72 de 31/05/2021
	METROCOM	Administrador	Público	Ata AG n.º 54 de 13/07/2020
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	METROCOM	Administrador	Público	Ata AG n.º 57 de 18/08/2022
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	FERCONSULT	Administrador	Público	Ata AG n.º 76 de 11/09/2023

Quadro 74 – Acumulação de funções após 26/junho (cf RCA 2190-20)

Membro do CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Data de autorização e forma
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	FERCONSULT	Presidente	Público	Ata n.º 79 de 17/07/2024
	METROCOM	Presidente	Público	Ata n.º 71 de 17/07/2024
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	FERCONSULT	Administrador	Público	Ata n.º 79 de 17/07/2024
	METROCOM	Administrador	Público	Ata n.º 71 de 17/07/2024
	TREM A.C.E.	Presidente	Público	Ata n.º 37 de 17/07/2024
	TREM II A.C.E.	Presidente	Público	Ata n.º 34 de 17/07/2024
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	FERCONSULT	Administrador	Público	Ata n.º 79 de 17/07/2024
	METROCOM	Administrador	Público	Ata n.º 71 de 17/07/2024

## Quadro 75 – Remuneração anual auferida

Membro do CA	Remuneração Anual Auferida – 2024 (€)				
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Valor Bruto Final
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)=(3)-(4)
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	60 717,05	0,00	60 717,05	2 927,00	57 790,05
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos *	78 969,58	0,00	78 969,58	3 948,55	75 021,03
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	78 563,86	0,00	78 563,86	3 719,31	74 844,55
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	78 563,86	0,00	78 563,86	3 719,31	74 844,55
			<b>296 814,35</b>	<b>14 314,17</b>	<b>282 500,18</b>

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(2) Prémios de Gestão

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

\* A diferença do valor bruto refere-se a subsídio de férias gozadas fora da época normal, conforme cláusula 13.ª do IRCT

## Quadro 76 – Benefícios sociais

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	10,35	1 283,40	SS	14 219,92	428,75	0,00	Seguro acid. Trab.	492,70
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	10,35	2 442,60	CGA	17 725,98	902,64	0,00	Seguro acid. Trab.	698,65
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	10,35	2 370,15	SS	18 589,73	902,64	0,00	Seguro acid. Trab.	698,04
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	10,35	2 163,15	SS	18 393,08	902,64	0,00	Seguro acid. Trab.	695,84
		<b>8 259,30</b>		<b>68 928,71</b>	<b>3 136,67</b>	<b>0,00</b>		<b>2 585,23</b>

NOTA: Nos valores anuais relativos ao Sr. Eng.º Vítor Domingues dos Santos estão incluídos os montantes pagos pela cessação do mandato devida ao óbito ocorrido em 22-06-2024.

## Quadro 77 – Encargos com viaturas até 22/junho

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	(€)				(€)	(€)	(n.º)
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	S	S	48 327,55	AOV	2023	2026	769,92	4 619,52	24
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	S	40 288,77	AOV	2023	2026	678,99	4 073,94	27
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	S	S	48 127,97	AOV	2023	2026	755,19	4 531,14	25
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	S	S	41 401,00	AOV	2017	2024	532,57	3 195,42	0

## Quadro 78 – Encargos com viaturas após 26/junho

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	(€)				(€)	(€)	(n.º)
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	S	48 327,55	AOV	2023	2026	769,92	4 619,52	18
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	S	S	48 127,97	AOV	2023	2026	755,19	4 531,14	19
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	S	S	40 288,77	AOV	2023	2026	678,99	2 715,96	21
			39 524,15	AOV	2024	2027	787,00	1 574,00	34

1) Até Outubro

2) De Novembro a Dezembro

## Quadro 79 – Gastos anuais associados a deslocações em serviço

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	698,29	540,00	625,42	-	0,00	1 863,71
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	234,62	96,00	125,10	-	0,00	455,72
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	13 243,14	5 874,50	2 672,43	-	0,00	21 790,07
						<b>24 109,50</b>

## Fiscalização

## Conselho Fiscal

## Quadro 80 – Identificação dos membros do Conselho Fiscal e estatuto remuneratório

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de mandatos
			Forma <sup>(1)</sup>	Data		
2023-2025	Presidente	Dr. José Henrique Rodrigues Polaco	DC SET e SEMB	25/10/2023	1 462,34	1
2023-2025	Vogal Efetivo	Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	DC SET e SEMB	25/10/2023	1 096,75	2
2023-2025	Vogal Efetivo	Dr.ª Maria Teresa Figueiredo Alves Carvalho	DC SET e SEMB	25/10/2023	1 096,75	1
2023-2025	Vogal Suplen	Dr. Nelson Manuel Costa dos Santos	DC SET e SEMB	25/10/2023	-	1

(1) De acordo com o Despacho Conjunto de 25 de outubro de 2023 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e do senhor Secretário de Estado da Mobilidade Urbana.

## Quadro 81 – Remuneração anual auferida

Nome	Remuneração Anual auferida
Dr. José Henrique Rodrigues Polaco	20 472,72
Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	15 354,60
Dr.ª Maria Teresa Figueiredo Alves Carvalho	15 354,60
Dr. Nelson Manuel Costa dos Santos	0,00

## Revisor Oficial de Contas

## Quadro 82 – Identificação do Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data	Data do contrato		
2023-2025	ROC Efetivo	João Cipriano & Associados, SROC, Lda.	119	20161438	Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e Secretário de Estado da Mobilidade Urbana	03/10/2023	06/12/2023	1	1
		Dr. João Amaro Santos Cipriano	631	20160277					
	ROC Suplente	Baker Tilly, PG & Associados, SROC, SA	235	20161528					
	Dr. Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André	779	20160596						

## Quadro 83 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços – 2024 (€)		Valor Anual de Serviços Adicionais – 2024 (€)	
	Valor anual (€)	Identificação do serviço	Valor anual (€)	Identificação do Serviço

## b) Auditor externo

## Quadro 84 – Identificação do Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N.º CMVM				
KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, LDA	104	20161426	27/12/2023	3 anos	1	1
Dr. Pedro Alexandre Morais dos Santos	1865	20180006				

## Quadro 85 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Auditor Externo

Nome do Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços (€)		Valor Anual de Serviços Adicionais (€)	
	Valor anual (€)	Identificação do serviço	Valor anual (€)	Identificação do serviço
KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, LDA	33 371,00	Serviços de auditoria às contas individuais e consolidadas do exercício de 2024	0,00	-

## 8. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

Em 2024:

- Nos termos dos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, não houve lugar à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento pelos membros do Conselho de Administração, tendo por objetivo a realização de despesas ao serviço da Empresa;
- Não houve lugar a qualquer reembolso de despesas no âmbito do conceito de representação pessoal;
- Valor de despesas associadas a comunicações:

**Quadro 86 – Gastos com comunicações**

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	80,00	110,84	Voz
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	80,00	112,28	Voz
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	80,00	143,32	Voz
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	80,00	579,21	Voz
		<b>945,65</b>	

- Valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

**Quadro 87 – Gastos anuais associados a viaturas até 22/junho**

Membro do CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens e Parques	Total	
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	481,79	316,10	175,51	491,61	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	385,44	1 874,86	1 082,85	2 957,71	
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	385,44	409,07	319,16	728,23	
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	385,44	1 202,11	649,78	1 851,89	
				<b>6 029,44</b>	

**Quadro 88 – Gastos anuais associados a viaturas após 26/junho**

Membro do CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens e Parques	Total	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	385,44	966,88	839,38	1 806,26	
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	385,44	214,11	106,81	320,92	
Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa	385,44	1 692,75	624,35	2 317,10	
				<b>4 444,28</b>	

## 9. Despesas não documentadas ou confidenciais

O ML cumpriu o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, Regime Jurídico do Sector Público Empresaria (RJSPE), e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público (EGP), não tendo realizado despesas não documentadas ou confidenciais.

## 10. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

O ML está comprometido com a promoção de uma política remuneratória transparente, assente na avaliação das componentes dos postos de trabalho e com base em critérios objetivos. Simultaneamente, repudia a desvantagem generalizada e estrutural das mulheres no mercado de trabalho em matéria de remunerações assente num contexto mais abrangente de desigualdades entre os géneros.

Assim, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, o Metropolitano de Lisboa, elaborou e divulgou internamente e disponibilizou no seu *site* o “Relatório sobre Remunerações por Género 2021”, visando diagnosticar e prevenir qualquer diferença remuneratória injustificada que se comprovasse existir na estrutura remuneratória da empresa e nas remunerações pagas a mulheres e a homens.

A elaboração deste relatório foi também uma medida de promoção da igualdade de género na empresa, de eliminação definitiva de qualquer forma de discriminação e para alcançar a plena igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.

Neste relatório o ML concluiu que não se verificam situações de discriminação salarial por motivos de género. Os critérios de retribuição são comuns a mulheres e a homens, e as diferenças de remuneração não constituem discriminação por se considerarem assentes em critérios objetivos, comuns a mulheres e a homens, nomeadamente, baseados no desenvolvimento de carreira, desempenho, produtividade, assiduidade ou antiguidade.

[https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2022/04/MetropolitanoDeLisboa\\_RelatorioRemuneracoesPorGenero2021.pdf](https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2022/04/MetropolitanoDeLisboa_RelatorioRemuneracoesPorGenero2021.pdf)

## 11. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade

O ML renovou em maio de 2024 o compromisso iGen – Fórum Empresas para a Igualdade de Género.

Criado em 2013 com 20 organizações, o iGen é composto atualmente por 73 entidades, nacionais e multinacionais, dos setores público, privado e da economia social, que operam em Portugal e representam, no seu conjunto, cerca de 2% do PIB português. Constituído há 11 anos, pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) o Fórum iGen integra organizações que, anualmente, renovam e assumem o compromisso de reforçar e evidenciar na sua cultura de responsabilidade social, nas suas estratégias e modelos de gestão, os princípios da igualdade, entre mulheres e homens, no trabalho e no emprego.

A empresa promove uma cultura coletiva de responsabilidade social e princípios de igualdade de oportunidades, entre mulheres e homens, num compromisso com a igualdade e o combate a todas as formas de discriminação de género, no trabalho e no emprego. Compromisso que se traduz na aplicação de políticas internas que visam implementar e aperfeiçoar a nossa atividade diária no plano da sustentabilidade social, da justiça organizacional e da satisfação dos trabalhadores e trabalhadoras, através do desenvolvimento de ações de promoção de igualdade e de não discriminação.

Plano de Ação para a Igualdade entre mulheres e homens – 2024

[https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2024/03/Igualdade\\_de\\_genero\\_2024.pdf](https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2024/03/Igualdade_de_genero_2024.pdf)

## 12. Relatório anual prevenção da corrupção e Plano Prevenção Riscos e Infrações Conexas

O Relatório anual sobre prevenção de corrupção é uma das obrigações do Programa Cumprimento Normativo imposto pelo Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo [DL n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro](#).

Em 2024, foram aprovados e divulgados, nos termos legais, os relatórios de avaliação anual e intercalar decorrentes da aplicação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR). Estes documentos foram remetidos para os órgãos competentes e não só se encontram disponíveis na *intranet* e *site* da empresa (no separador próprio que cumpre o artigo 12.º do RGPC) mas também foram carregados na plataforma do MENAC em dezembro de 2024.

Assim, o ML reforçou a sua cultura de ética empresarial, cumprindo as obrigações previstas no RGPC, monitorizando as mesmas através do seu sistema de *Compliance*, reportando-as mensalmente ao MENAC a partir junho de 2024, de acordo com a sua [Recomendação n.º 7/2024](#).

## Quadro 89 – Obrigações RGPC

Obrigações RGPC	Artigo	Observações
Programa de Cumprimento Normativo (PCN)	5.º/1	
Nomeação do Responsável pelo Programa de Cumprimento normativo	5.º/2	Diretora do Gabinete de Auditoria Interna, Risco e Compliance (GAI)
Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)	6.º/1	O PPR encontra-se disponível no <a href="#">site</a> e na <i>intranet</i>
Relatório de avaliação anual do PPR	6.º/4.b)	O relatório anual encontra-se disponível no <a href="#">site</a> e na <i>intranet</i>
Relatório de avaliação intercalar do PPR	6.º/4.a)	O relatório intercalar encontra-se disponível no <a href="#">site</a> e na <i>intranet</i>
Código de Ética e de Conduta	7.º	O CEC encontra-se disponível no <a href="#">site</a> e na <i>intranet</i> , tendo sido revisto em 2024 para incluir a expressa aplicação aos membros do CA, em cumprimento da <a href="#">Recomendação n.º 1/2024</a> do MENAC Conforme art. 7.º/n.º 3 e 6 do RGPC, foi realizada a monitorização trimestral das infrações. Em 2024 foi elaborado e remetido às Entidades Competentes um Relatório de Infração.
Canal de denúncia	8.º	a) Reformulado em 2022, de forma a incluir as previsões do RGPC e da Lei n.º 93/2021, 18 de dezembro. Otimizado em 2023 e em agosto de 2024 foi reforçada a informação constante da plataforma, sobre a necessidade de consulta da mesma pelo denunciante. Acresce que é feita a monitorização regular do funcionamento da mesma, mediante a realização de testes, o último dos quais de dezembro 2024. b) Divulgados filmes para a TV Corporativa para divulgação do Canal a partir de março 2024. c) Em 2024, foram recebidas 7 denúncias no Canal de Ética, uma das quais se encontrava fora de âmbito (assédio no trabalho) d) Em dezembro de 2024 foi elaborado o Relatório com a informação estatística das denúncias apresentadas nesse ano, nos termos do n.º 8 do Regulamento do Canal de Ética.
Formação e comunicação		Formação: i. Curso de <i>e-learning</i> sobre ética e integridade/programa de cumprimento normativo no SAP Success Factors e em 2024 foi: - Reformulado, os conteúdos produzidos pelo GAI, para incluir a revisão do CEC - Reforçada a necessidade de realização do curso - Concluído por 513 trabalhadores ii. Formação presencial em ética Empresarial realizada pelo GAI a 13 novos trabalhadores admitidos para a função de Agente de Tráfego (03.09.2024). iii. Formação sobre práticas de conluio na contratação pública (promovida pela AdC) em 29.05.2024. Comunicação: i. Foram divulgadas internamente, via <i>intranet</i> , 12 notícias sobre a ética empresarial <sup>10</sup> e remetidos vários <i>e-mails</i> visando a sensibilização dos trabalhadores para a prevenção da corrupção. Relativamente à comunicação externa, foram publicadas 2 notícias no <i>LinkedIn</i> <sup>11</sup> e enviado <i>e-mail</i> aos principais parceiros comerciais, neste caso com informação sobre políticas anticorrupção e respetivos controlos implementados na Empresa com referência expressa à política de ofertas e pedido de informação sobre as políticas implementadas.
Transparência administrativa	12.º	Cumpridas as obrigações de publicitação com a atualização da informação colocada no separador específico para o RGPC, quer no <a href="#">site</a> quer na <i>intranet</i> . Na <i>intranet</i> , encontram-se ainda divulgados os documentos relacionados com o canal de denúncias, com as declarações de inexistência de conflitos de interesse e com o registo de ofertas, em vigor na Empresa.
Promoção da concorrência na contratação pública	15.º	A Direção de Logística (DLO), enquanto área responsável pela contratação de bens, serviços e empreitadas de obras públicas (EOP) no ML <sup>12</sup> , e com serviços partilhados com a Ferconsult e a Metrocom, pugna pelo cumprimento do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, bem como de toda a legislação regulamentar, realidade essa refletida nos diversos relatórios de gestão do ML.

<sup>10</sup> Reforço da realização do curso *e-learning* no SAP SuccessFactors (18.01); Índice de Perceção da Corrupção (08.02); Relatório de Avaliação Anual do PPR 2023 – 14.05; Atualização do CEC e declarações de conflitos de interesse (21.05); Segregação de funções (04.06); Formação em Ética Empresarial – 29.07; Comunicação com o denunciante no canal de ética (14.08); Nova Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses (13.09); Eurobarómetro sobre as "atitudes dos cidadãos face à corrupção na UE em 2024" (27.09); Relatório de Avaliação Intercalar do PPR 2024 (24.10); Formação em Ética Empresarial: Curso SAP SuccessFactors (05.11); Dia Internacional contra a corrupção – A defesa da ética empresarial no ML (09.12).

<sup>11</sup> Canal de denúncias do ML - divulgação da plataforma utilizada e customizada pelo ML (27.09); Dia Internacional contra a corrupção: A defesa da ética empresarial no Metro de Lisboa, com a divulgação da política de ofertas (09.12).

<sup>12</sup> Missão da DLO no Manual de Organização do ML, em vigor à data de elaboração do presente relatório: "Desenvolver e implementar os processos de aquisição de bens, de serviços e de empreitadas de obras públicas, nos termos das disposições legais em vigor visando um serviço de qualidade para a atividade dos clientes internos. Promover a adoção das boas práticas visando a agilização, a uniformização e a agregação dos procedimentos de compra, numa ótica de otimização de processos e de recursos. Assegurar o aprovisionamento e a gestão dos stocks dos armazéns. Assegurar a gestão de contratos no âmbito de apoio à exploração das instalações por forma a garantir a sua adequação preservação e níveis de desempenho ajustados às necessidades da utilização."

### 13. Contratação pública

O ML aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

O ML respeitou igualmente as orientações constantes da Recomendação n.º 1/2015, de 7 de janeiro, do Conselho de Prevenção contra a Corrupção (Tribunal de Contas), transmitidas através do ofício circular n.º 4766, de 10 de agosto, bem como do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitidas através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010.

A empresa cumpriu ainda todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2014, de 31 de dezembro, bem como nos pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, deu ainda cumprimento ao disposto no artigo 42.º da LOE 2024 (Lei n.º 82/2023 de 29 de dezembro), conjugado com artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 10/2023 de 8 de fevereiro, referente à comunicação da contratação de serviços jurídicos externos à JurisAPP.

Internamente, o ML cumpriu o previsto no Manual do Processo de Compras, tendo ainda sido tramitadas, de forma a promover maior transparência, as pequenas aquisições através de uma aplicação *web* desenvolvida para o efeito que assegura a confidencialidade das propostas até ao termo do prazo para a sua apresentação.

O ML dispõe de uma plataforma de registo e gestão dos procedimentos de contratação. Esta plataforma permite o acompanhamento efetivo do estado e o registo das informações relevantes dos procedimentos de contratação tramitados pelo ML (excluindo as pequenas aquisições). Foi igualmente desenvolvido um relatório que permite a consulta e o reporte de indicadores de gestão e de cumprimento de obrigações desses procedimentos.

Para além do cumprimento das regras de contratação, procedeu-se ainda à elaboração e envio de relatórios estatísticos sobre esta matéria para as entidades competentes e outros relatórios de contratação no âmbito de auditorias.

Em 2024 foram celebrados quatro contratos com valor superior a 5.000.000€. Dois destes contratos são para fornecimento de serviços de limpeza e um para aquisição de serviços de vigilância, guardaria e portaria para as instalações do Metropolitano, ambos estão isentos de fiscalização prévio do Tribunal de Contas, de acordo com al. c) do n.º 1 do art.º 47 da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC),

Foi ainda celebrado um contrato, para aquisição de Material Circulante para a Rede do Metropolitano de Lisboa (24 Unidades de Tração, com opção de mais 12), que foi sujeito à fiscalização prévio do Tribunal de Contas de acordo com a da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

### 14. Sistema Nacional de Compras Públicas

Nesta matéria, desde 2010 que o Metropolitano de Lisboa implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010–2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

De referir que, no âmbito do novo modelo organizacional, a área de Gestão Corporativa responsável pela Logística passou a centralizar os procedimentos de contratação, procurando, sempre que possível, obter as melhores condições na aquisição de bens e serviços, procedendo à contratação com recurso à modalidade de agregação de entidades adjudicantes.

## 15. Eficiência Operacional e evolução dos gastos operacionais

O ML melhorou o rácio de eficiência operacional em 1,4 pontos percentuais, face a 2023 e 1,0, face ao orçamento. Apesar do incremento dos Gastos com Pessoal (+3,0 milhões de euros), o incremento do Volume de Negócios (incluindo C<sub>OSP</sub>) (+5,2 milhões de euros) permitiu compensar o aumento de gastos, permitindo melhorar a eficiência operacional.

Quadro 90 – Eficiência operacional

EFICIÊNCIA OPERACIONAL (€)	Execução 2024	Orçamento 2024	Execução 2023	Var. 2024/2023		2024/2024 (Orç)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) CMVMC	3 097 100	3 486 419	2 861 925	235 175	8,2	( 389 318)	( 11,2)
(2) FSE	38 198 439	42 133 344	38 003 510	194 929	0,5	(3 934 904)	( 9,3)
(3) Gastos com o pessoal	102 288 041	100 657 333	99 286 012	3 002 029	3,0	1 630 708	1,6
(4) Impactos nos gastos decorrentes de imposições legais	0	0	0	0	-	0	-
(5) Gastos operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4)	143 583 580	146 277 095	140 151 448	3 432 133	2,4	(2 693 515)	( 1,8)
(6) Volume de negócios	138 418 471	139 670 538	133 248 691	5 169 780	3,9	(1 252 067)	( 0,9)
Vendas	11 924	33 500	21 203	( 9 279)	( 43,8)	( 21 577)	( 64,4)
Prestações de Serviços	132 244 626	135 377 252	133 227 488	( 982 863)	( 0,7)	(3 132 626)	( 2,3)
Outros Rendimentos que concorrem para o VN:							
Compensação por cumprimento de Obrigações de Serviço Público (C <sub>OSP</sub> )	6 161 922	4 259 786	0	6 161 922	-	1 902 136	44,7
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	-	0	-
(7) Impactos no VN decorrentes de imposições legais	0	0	0	0	-	0	-
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	138 418 471	139 670 538	133 248 691	5 169 780	3,9	(1 252 067)	( 0,9)
(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)	103,7%	104,7%	105,2%	-	(1,4) p.p.	-	(1,0) p.p.

O quadro abaixo detalha os gastos, com incidência nos Gastos com Pessoal, cujo âmbito se encontra analisado em 2. Análise Interna, Recursos Humanos, pág.<sup>a</sup> 21. Merece especial destaque a redução de 286 mil euros na contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

Quadro 91 – Eficiência operacional – Informação adicional

Informação adicional (€)	Execução 2024	Orçamento 2024	Execução 2023	Var. 2024/2023		2024/2024 (Orç)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) Gastos com o pessoal	102 288 041	100 657 333	99 286 012	3 002 029	3,0	1 630 708	1,6
i. (-) Gastos relativos aos órgãos sociais	413 712	455 848	397 834	15 877	4,0	( 42 136)	( 9,2)
ii. (-) Efeito do cumprimento de disposições legais <sup>a)</sup>	0	0	0	0	-	0	-
iii. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes do acordo para a melhoria do rendimento (Despacho de 29/12/2023-MF) <sup>a)</sup>	1 682 999	2 993 688	2 263 141	( 580 142)	( 25,6)	(1 310 689)	( 43,8)
iv. (-) Valoriz. remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT	1 577 826	1 940 327	1 456 136	121 690	8,4	( 362 501)	( 18,7)
v. (+) Efeito do Absentismo	1 363 635	0	1 344 920	18 715	1,4	1 363 635	-
vi. (-) Efeito indemniz. pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo) <sup>a)</sup>	0	0	0	0	-	0	-
(2) Gastos com pessoal sem os impactos i. a vi	99 977 140	95 267 470	96 513 821	3 463 318	3,6	4 709 669	4,9
(3) Gastos com deslocações e alojamento	74 481	174 357	101 577	( 27 096)	( 26,7)	( 99 876)	( 57,3)
(4) Gastos com ajudas de custo	27 311	10 819	20 318	6 993	34,4	16 492	152,4
(5) Gastos associados à frota automóvel <sup>b)</sup>	447 784	426 872	353 606	94 177	26,6	20 912	4,9
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	1 204 830	2 919 003	1 491 249	( 286 419)	( 19,2)	(1 714 172)	( 58,7)
(7) Total dos gastos (3) a (6)	1 754 406	3 531 051	1 966 750	( 212 344)	( 10,8)	(1 776 644)	( 50,3)
(8) N.º de Viaturas (operacional)	23	23	23	0	0,0	0	0,0
(9) N.º de viaturas (não operacional)	24	24	24	0	0,0	0	0,0

a) Despacho do Senhor Ministro das Finanças, de 29-12-2023, no âmbito do acordo de médio prazo de melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, celebrado a 7 de outubro de 2023.

b) Os gastos com as viaturas incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

## 16. Recursos Humanos e Massa Salarial

### Quadro 92 – Recursos Humanos e Massa Salarial

	Execução	PAO	Execução	Var. 2024/2023	
	2024	2024	2023	Δ Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	6	6	7	-1	( 14,3)
N.º Cargos de Direção (CD)	22	23	22	0	0,0
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1.545	1.686	1.553	-8	( 0,5)
<b>TOTAL</b>	<b>1.573</b>	<b>1.715</b>	<b>1.582</b>	<b>-9</b>	<b>( 0,6)</b>
N.º Trabalhadores / N.º CD	70	73	71	0	( 0,5)
Gastos com Pessoal / Total (OS+CD+T)	65 027 €	58 692 €	62 760 €	2 268 €	3,6
Massa Salarial global	70 343 400 €	72 990 400 €	68 056 385 €	2 287 016 €	3,4
Massa Salarial sem os efeitos de volume	70 067 974 €	72 244 989 €	67 717 300 €	2 350 674 €	3,5

A evolução da massa salarial situou-se nos 3,4%, face a 2023, cumprindo o estabelecido de 5%, apesar do pagamento da retribuição de variáveis no montante de 387 788 euros. Foi produzido Despacho relativo a pedido do ML (Despacho n.º 78/2024/SEM): “nada há a obstar à autorização extraordinária para o aumento da massa salarial global acima de 5%, até ao limite de 500.000 euros”.

### Quadro 93 – Movimentos de Pessoal em 2024

Grupo profissional	Movimentos de Pessoal em 2024							Situação a 31/12/2024
	Situação a 31/12/2023	Saídas (reformas/ outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/ cedência/licença	Contratações para substituição de saídas	Novas contratações *	Nomeações/ Reclassificações	Entradas ao abrigo do (normativo legal, despacho, etc) **	
	(1)	(2)		(3)	(4)	(5)	(6)	(6)=(1)-(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
Órgãos Sociais (OS)	7	1	0	0	0	0	0	6
Cargos de Direção (s/ OS)	22	0	0	0	0	1	0	22
Dirigente Intermédio de 2.º Grau e seguintes	48	3	0	0	0	-1	0	45
Dirigente Intermédio de 3.º Grau e seguintes	36	1	0	0	0	0	0	35
Técnico Superior	160	6	0	6	7	2	2	169
Assist. técnico, Técn. nível intermédio, Pessoal admin.	247	6	0	2	0	10	0	243
Assistente operacional, Operário, Auxiliar	1.062	35	0	7	18	-12	1	1.053
<b>Total (OS+CD+Trabalhadores)</b>	<b>1.582</b>	<b>52</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>1.573</b>
<b>Impacto nos Gastos com Pessoal</b>	<b>99.286.012 €</b>	<b>1.183.241 €</b>	<b>0 €</b>	<b>243.038 €</b>	<b>352.099 €</b>	<b>174.321 €</b>	<b>154.988 €</b>	<b>99.027.216 €</b>

\* n.º 1 do art.º 133.º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro

\*\* 3 Regressos: 1 Técnico Superiores e 1 Operário por Fim da Licença sem Vencimento + 1 Técnico Superior por Fim de Requisição ao Exterior

Nota: A diferença entre os gastos com pessoal a 31/12/2024 e os valores totais de gastos com pessoal deste quadro corresponde a valorizações remuneratórias, conforme Quadro 90 (informação adicional ao quadro de Eficiência Operacional)

## 17. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

### Quadro 94 – Disponibilidades no IGCP

IGCP	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
	€	€	€	€
Disponibilidades	166 402 802	147 114 528	139 225 252	18 947 704
Aplicações financeiras	0	0	0	117 700 000
<b>Total</b>	<b>166 402 802</b>	<b>147 114 528</b>	<b>139 225 252</b>	<b>136 647 704</b>

### Quadro 95 – Disponibilidades na Banca Comercial

Banca Comercial	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
	€	€	€	€
Wilmington Trust	21.115.565	21.115.565	21.115.565	22.767.914
Wells Fargo	23.128.595	21.028.310	21.028.310	22.805.365
Banco Português de Investimento	2.432.770	1.250.784	2.009.352	1.955.132
Banco Santander Totta	27.100	29.254	31.857	32.318
Caixa Banco Investimento	7.462	7.462	7.462	2.262
Caixa Geral de Depósitos	1.940	1.868	1.856	1.831
<b>Total</b>	<b>46.713.432</b>	<b>43.433.244</b>	<b>44.194.402</b>	<b>47.564.823</b>
Juros auferidos	0	0	0	0

O documento 0796/2024, emitido pelo IGCP, exceciona o ML do cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE), para os anos de 2024 e 2025, somente nos valores inerentes às operações de financiamento contratualizados com a banca.

As disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP representaram 74,2% do total, contudo 45,6 milhões de euros dos 47,6 milhões de disponibilidades na Banca Comercial referem-se a depósitos colaterais constituídos no âmbito das operações americanas de *leasing* operacional de material circulante.

## 18. Auditorias conduzidas pelo tribunal de contas nos últimos três anos

N/A

## 19. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira

Vide páginas 15 e 248.

## 20. Divulgação de informação no sítio da internet do SEE

Quadro 96 - Informação divulgada no site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data atualização	
Estatutos	S	set/2022	
Caraterização da Empresa	S	set/2022	
Função de tutela e acionista	S	jan/2020	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S		
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	set/2022	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	set/2022	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	set/2022	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	set/2022	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	set/2022	
Esforço Financeiro Público	S	set/2022	
Ficha Síntese	S	set/2022	
Informação Financeira histórica e atual	S	jul/2021	
Princípios de Bom Governo	S		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	set/2022	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	set/2022	
- Outras transações	S	set/2022	
- Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	set/2022	
Económico	S	set/2022	
Social	S	set/2022	
Ambiental	S	set/2022	
- Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	S	set/2022	
- Código de ética	S	set/2022	

## 21. Quadro resumo – Cumprimento das orientações legais

### Quadro 97 – Quadro resumo – Cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações Legais – 2023	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação/ Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
<b>Objetivos de gestão</b>			
Objetivos de gestão definidos para 2024			Pág.ª 77
<b>Metas a atingir constantes no PAO 2024</b>			
Investimento	N	Grau exec.: 41,5%	Pág.ª 58
Nível de endividamento	S	Var. endivid.: 1,1%	Pág.ª 81
<b>Grau de execução do orçamento carregado em SIGO/SOE</b>			
Receita:	S	86,9%	Pág.ª 81
Despesa	S	78,4%	Pág.ª 81
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	S	2,6%	Pág.ª 81
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>	S	1,1%	Pág.ª 81
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>	S	-1 dia	Pág.ª 82
<b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>	S	0	Pág.ª 82
<b>Recomendações do acionista na última prestação de contas</b>	N	2	Pág.ª 82
<b>Reservas emitidas na última CLC</b>	N	3	Pág.ª 83
<b>Remunerações/honorários</b>			
CA – reduções remuneratórias vigentes em 2024	S	14.314 €	Pág.ª 86
<b>EGP – artigo 32.º e 33.º do EGP</b>			
Não utilização de cartões de crédito	S	-	Pág.ª 88
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	-	Pág.ª 88
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	-	Pág.ª 88
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	-	Pág.ª 88
<b>Despesas não documentadas ou confidenciais – n.º 2 do art.º 16.º do RJSPE e art.º 11.º do EGP</b>			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	-	Pág.ª 88
<b>Promoção da igualdade entre mulheres e homens – n.º 2 da RCM n.º 18/2014</b>			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	<a href="#">Link</a>	Pág.ª 88
<b>Elaboração de relatório anual sobre prevenção da corrupção</b>	S	<a href="#">Link</a>	Pág.ª 89
<b>Contratação Pública</b>			
Aplicação das normas de contratação pública pela Empresa	S	-	Pág.ª 91
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S	-	Pág.ª 91
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	1	Pág.ª 91
<b>Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas</b>	S	-	Pág.ª 91
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>	S	-5,2 p.p.	Pág.ª 92
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)</b>			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	136 647 704 €	Pág.ª 93
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	47 564 823 €	Pág.ª 93
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.	-	Pág.ª 93
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>	N.A.	-	Pág.ª 94
<b>Elaboração do plano para a igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto</b>	S	<a href="#">Link</a>	Pág.ª 88
<b>Apresentação da demonstração não financeira</b>	S	-	Pág.ª 15 e 248

## IX. SÍNTESE DE RESULTADOS

### 1. Eventos subsequentes

Na sequência da dissolução da Assembleia da República, tiveram lugar eleições legislativas antecipadas a 18 de maio de 2025. A composição pós-eleitoral do Parlamento saída das eleições é marcada por bastante complexidade, tendo os partidos que compõem o governo saído vitoriosos, contudo sem maioria absoluta. Este cenário político fragmentado impõe desafios adicionais à governação, exigindo negociações constantes e compromissos entre as diversas forças partidárias. Adicionalmente, o contexto internacional permanece volátil, com tensões geopolíticas e desafios económicos globais que influenciam diretamente a economia portuguesa. Neste ambiente, é expectável que as decisões estratégicas, tanto no setor público como no privado, sejam tomadas com prudência acrescida, visando assegurar a resiliência e sustentabilidade das organizações.

### 2. Perspetivas futuras

A estratégia de desenvolvimento do ML viu já frutos ao longo do ano de 2024 e deixa antever marcos importantes para o futuro próximo. Com efeito, são objetivos da empresa:

- Promover e desenvolver a mobilidade urbana através da utilização do transporte público;
- Melhorar os níveis de serviço prestados ao Cliente;
- Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente;
- Promover a sustentabilidade ambiental e energética;
- Assegurar o equilíbrio financeiro da empresa;
- Assegurar o bem-estar e motivação das trabalhadoras e dos trabalhadores.

O ML continuará comprometido na prossecução dos objetivos traçados, contando para isso com o empenho dos seus trabalhadores e *stakeholders*, pretendendo-se colocar na vanguarda da mobilidade urbana na AML, apostando numa forte interação com as autoridades competentes, operadores e clientes.

Importa assinalar a importância da celebração do Aditamento ao Contrato de Concessão, visto tratar-se de um marco de estabilidade para que a empresa possa desenvolver a sua estratégia, acrescentando-lhe o fator de estabilidade e previsibilidade, necessários para a execução dos projetos de investimento do ML.

O projeto da Linha Circular, que figura como o principal que o ML tem vindo a desenvolver nos últimos anos, decorre a bom ritmo, antevendo-se a conclusão para o ano de 2026. Já durante o ano de 2024, a 13 de março, a ligação entre a futura estação Santos e o novo túnel Rato/Santos tornou-se uma realidade com a demolição do tímpano que separava a nova estação Santos desse novo túnel. Em 2024 foi também aprovado o novo financiamento do projeto pelo Sustentável 2030, que contará com a dotação de 94 M€. As estações Rato, Estrela e Santos já se encontram ligadas, marcando assim uma etapa histórica na construção da linha Circular. Este prolongamento, para além de servir áreas da cidade de Lisboa anteriormente não cobertas pelo Metropolitano de Lisboa, reforça, de uma forma expressiva, a oferta dos atuais e potenciais utilizadores de transporte coletivo que se deslocam entre Lisboa e Cascais, na margem Norte da Área Metropolitana de Lisboa, e entre Lisboa e Almada/Seixal/Montijo, por estes concelhos disporem de ligações diretas ferroviárias e fluviais ao Cais do Sodré.

Aliado ao projeto da Linha Circular, a modernização do sistema de sinalização impõe-se como um projeto essencial à melhoria do serviço de transporte público, que permitirá reduzir tempos de espera, aumentar a segurança e consequentemente a disponibilidade de material circulante em operação. No dia 9 de agosto de 2024, o Metropolitano de Lisboa recebeu a primeira das 14 unidades triplas. Estima-se que até final de 2025 o ML receba a totalidade das 14 UT.

Integrado no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), importa destacar o Prolongamento da Linha Vermelha entre S. Sebastião e Alcântara, cujo contrato referente à execução da Empreitada de Conceção e Construção recebeu o visto prévio do Tribunal de Contas no 1º trimestre de 2024. Adicionalmente, já em 2025 teve lugar uma reprogramação do PRR promovida pelo Estado Português junto da União Europeia que reduziu para 285M€ a subvenção ao abrigo do PRR, sendo a restante verba colmatada pelo Orçamento de Estado. O prolongamento da linha Vermelha a Alcântara irá servir zonas com forte atração e geração de viagens, com significativa densidade habitacional e de emprego, escolas, comércio e serviços, assim como alvo de grande reabilitação

urbanística, como é exemplo a zona de Alcântara. Terá uma extensão de cerca de 4 km e quatro novas estações: Campolide/Amoreiras, Campo de Ourique, Infante Santo e Alcântara, esta última fará a ligação à futura Linha Intermodal Sustentável, promovendo a ligação ao Concelho de Oeiras (LIOS Ocidental).

A construção da Linha Violeta em Metro Ligeiro de Superfície (MLS), que ligará os Municípios de Loures e Odivelas deverá tornar-se uma realidade no 2º semestre de 2026. O ML lançou, dia 15 de março de 2024, um concurso público internacional para contratação das seguintes componentes do empreendimento: conceção e construção da infraestrutura do Sistema de Metro Ligeiro e do reordenamento urbano envolvente, fornecimento de veículos tipo *LRV-Light Rail Vehicle* e prestação de serviços de manutenção da infraestrutura ferroviária e dos veículos. A Linha Violeta contará com um total de 17 estações e cerca de 11,5 km de extensão. Este concurso resultou na exclusão de todas as propostas apresentadas pelos operadores económicos, por excederem o preço base do concurso, em média cerca de 46%. No dia 15 de abril de 2025 teve lugar o lançamento de um segundo concurso público para a construção da futura linha Violeta. Este novo procedimento de contratação pública implicou uma atualização do custo total do investimento num acréscimo 150,2 milhões de euros, valor este já aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2025, de 25 de março.

O atraso na contratação da empreitada não permite a sua execução e conclusão no período de programação do PRR, inviabilizando grande parte do financiamento desta fonte (na modalidade empréstimo), tendo sido autorizada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2025, de 25 de março, a extensão do prazo de execução da obra até 2029.

Em paralelo com os investimentos de expansão de rede, continuarão a ser desenvolvidos projetos para dotar todas as estações da rede com acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida, em linha com o Plano Nacional de Promoção de Acessibilidades (PNPA).

Dado o aumento da extensão da rede do ML em exploração, para que a empresa possa cumprir com as obrigações de serviço público contratadas e prestar o melhor serviço de qualidade aos seus clientes, No dia 22 de outubro de 2024 foi assinado o contrato para a aquisição de 24 unidades triplas (72 carruagens), com a opção de mais 12 unidades triplas (36 carruagens), pelo valor de 134 milhões de euros. Assim, o ML estará pronto para responder ao aumento expectável da procura nos próximos anos, enquanto acautela a necessidade de vir a substituir material circulante que se encontra em fim de vida. Este contrato obteve o visto prévio do Tribunal de Contas em maio de 2025.

O ML continuará a sua política de investimentos de recuperação e substituição de ativos em fim de vida, como equipamentos oficinais (nova esmeriladora, novo torno), equipamentos de conforto das estações (escadas e elevadores), recuperação material circulante (renovação de portas e sistemas embarcados), e os mais variados sistemas da infraestrutura existente.

### 3. Proposta de aplicação de resultados

No exercício de 2024, o grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, apresentou resultados líquidos consolidados negativos de 19.844.593,38€ (dezanove milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa e três euros e trinta e oito cêntimos), e resultados líquidos negativos nas contas individuais de 19.841.310,63€ (dezanove milhões, oitocentos e quarenta e um mil, trezentos e dez euros e sessenta e três cêntimos).

Para efeitos do cumprimento da alínea e) do n.º 2 do art.º 7.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o Conselho de Administração propõe que o prejuízo apurado nas contas individuais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no valor de 19.841.310,63€ (dezanove milhões, oitocentos e quarenta e um mil, trezentos e dez euros e sessenta e três cêntimos., seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

#### O Conselho de Administração

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

Lisboa, 27 de junho de 2025

## X. ANEXOS

## 1. Declarações Finais

Nos termos da Lei, cumpre ao Conselho de Administração declarar que:

1. Para além dos factos acima referidos, e daqueles que, em maior detalhe, constam da documentação que acompanha as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2024, não tem conhecimento da ocorrência, após o termo do exercício, de outras situações que, pela sua especial relevância, mereçam ser destacadas;
2. Nos termos do artigo 228.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro), não existem dívidas em mora à Segurança Social;
3. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais, não houve movimento de compras e vendas de ações próprias ou outras no corrente exercício;
4. Não ocorreram quaisquer negócios entre os administradores e a sociedade no período em análise.

O Conselho de Administração

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

Lisboa, 27 de junho de 2025

## 2. Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho de Administração, n.º 5, art.º 447 CSC)

Cumprindo o disposto no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração não eram, à data de 31 de dezembro de 2024, detentores de quaisquer ações representativas do capital social da sociedade.

O Conselho de Administração

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

Lisboa, 27 de junho de 2025

### 3. Anexo ao Relatório de Gestão (Conselho Fiscal, n.º 5, art.º 447 CSC)

Cumprindo o disposto no n.º5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Fiscal não eram, à data de 31 de dezembro de 2024, detentores de quaisquer ações representativas do capital social da sociedade.

O Conselho Fiscal

Dr. José Henrique Rodrigues Polaco

Dr.ª Margarida Carla Campos Freitas Taborda

Dr.ª Maria Teresa Figueiredo Alves Carvalho

Lisboa, 27 de junho de 2025

## 4. Demonstrações Financeiras Individuais e Anexo

## Demonstrações Financeiras Individuais

### BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

		Unid. monetária (Euro)	
Rubricas	Notas	31 dezembro 2024	31 dezembro 2023
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	5 496 169 211	5 426 679 188
Ativos fixos tangíveis	6	117 340 249	100 907 217
Propriedades de investimento	7	14 374 082	14 799 783
Ativos intangíveis	8	1 909 559	2 337 121
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	9	49 972 581	76 870 533
Outros ativos financeiros	10	22 922 397	44 369 866
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>5 702 688 079</b>	<b>5 665 963 708</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	11	9 998 665	10 381 802
Clientes	12	701 471	827 618
Estado e outros entes públicos	13	3 304 017	1 573 263
Outros créditos a receber	14	17 817 939	8 331 178
Diferimentos	15	29 921 290	31 180 625
Outros ativos financeiros	10	22 767 914	-
Caixa e depósitos bancários	16	138 653 307	184 936 697
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>223 164 603</b>	<b>237 231 182</b>
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração		5 496 169 211	5 426 679 188
Total do ativo afeto à operação		429 683 471	476 515 703
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>5 925 852 682</b>	<b>5 903 194 890</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	17	4 276 458 143	3 906 805 655
Reservas legais		21 597	21 597
Outras reservas		1 501 878	1 501 878
Resultados transitados	17	(2 008 841 945)	(1 984 842 365)
Excedentes de revalorização		37 234 076	37 234 076
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	17	3 514 283	10 597 455
		<b>2 309 888 032</b>	<b>1 971 318 296</b>
Resultado líquido do período		(19 841 311)	(23 999 579)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>2 290 046 721</b>	<b>1 947 318 717</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	922 123 686	1 136 618 704
Provisões	18	4 888 198	4 272 501
Financiamentos obtidos	19	47 579 121	84 213 746
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	20	279 899 630	266 801 355
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>1 254 490 634</b>	<b>1 491 906 306</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	1 491 714 765	1 633 936 175
Fornecedores	21	2 554 510	2 699 979
Estado e outros entes públicos	13	3 616 051	3 363 376
Financiamentos obtidos	19	787 148 310	744 676 065
Outras dívidas a pagar	22	90 292 891	74 780 092
Diferimentos	23	5 988 798	4 514 180
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>2 381 315 326</b>	<b>2 463 969 868</b>
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração		2 413 838 451	2 770 554 879
Total do passivo afeto à operação		1 221 967 509	1 185 321 294
<b>Total do passivo</b>		<b>3 635 805 961</b>	<b>3 955 876 173</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>5 925 852 682</b>	<b>5 903 194 890</b>

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

**O CONTABILISTA CERTIFICADO**

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2024**

Unid. monetária (Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2024	2023
Vendas e serviços prestados	24	132.256.549	133.248.691
Subsídios à exploração	25	6.214.575	535.446
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	26	(9.963.415)	(10.157.642)
Trabalhos para a própria entidade	5.1 e 6	6.716.249	6.423.680
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(3.097.100)	(2.861.925)
Fornecimentos e serviços externos	27	(38.198.439)	(38.003.510)
Gastos com o pessoal	20 e 28	(102.288.041)	(99.286.012)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	12 e 14	(35.306)	(231.586)
Provisões (aumentos / reduções)	18	(592.250)	(553.209)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	10	(1.000.000)	-
Aumentos / reduções de justo valor	4.11 e 10	1.527.650	1.335.902
Outros rendimentos	29	4.003.961	3.262.002
Outros gastos	30	(1.886.423)	(3.529.809)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>(6.341.990)</b>	<b>(9.817.974)</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 a 8	(12.603.695)	(13.906.920)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	6 a 8	30.488	804.085
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(18.915.197)</b>	<b>(22.920.809)</b>
Juros e gastos similares suportados	31	(909.000)	(1.060.382)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(19.824.197)</b>	<b>(23.981.191)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	32	(17.114)	(18.388)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(19.841.311)</b>	<b>(23.999.579)</b>

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Eng.<sup>a</sup> Maria Helena Arranhado Carrasco CamposEng.<sup>o</sup> João Paulo de Figueiredo Lucas SaraivaDr.<sup>a</sup> Sónia Alexandra Martins Páscoa**O CONTABILISTA CERTIFICADO**

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**  
 PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
Unid. monetária (Euro)										
Posição em 1 de janeiro de 2023		3.849.294.636	21.597	1.501.878	(1.963.706.965)	37.234.076	41.396.395	(21.135.400)	1.944.606.216	1.944.606.216
<b>Alterações no período</b>										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2022					(21.135.400)			21.135.400	-	-
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais							(27.367.419)		(27.367.419)	(27.367.419)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							(3.431.520)		(3.431.520)	(3.431.520)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(21.135.400)</u>	<u>-</u>	<u>(30.798.939)</u>	<u>21.135.400</u>	<u>(30.798.939)</u>	<u>(30.798.939)</u>
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2023								(23.999.579)	(23.999.579)	(23.999.579)
Resultado integral								(54.798.519)	(54.798.519)	(54.798.519)
<b>Operações com detentores de capital no período</b>										
Subscrições de capital		57.511.019							57.511.019	57.511.019
		<u>57.511.019</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>57.511.019</u>	<u>57.511.019</u>
Posição em 31 de dezembro de 2023		<u>3.906.805.655</u>	<u>21.597</u>	<u>1.501.878</u>	<u>(1.984.842.365)</u>	<u>37.234.076</u>	<u>10.597.455</u>	<u>(23.999.579)</u>	<u>1.947.318.717</u>	<u>1.947.318.717</u>
Posição em 1 de janeiro de 2024		3.906.805.655	21.597	1.501.878	(1.984.842.365)	37.234.076	10.597.455	(23.999.579)	1.947.318.717	1.947.318.717
<b>Alterações no período</b>										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2023	17				(23.999.579)			23.999.579	-	-
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	20						(13.951.664)		(13.951.664)	(13.951.664)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17						6.868.491		6.868.491	6.868.491
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(23.999.579)</u>	<u>-</u>	<u>(7.083.173)</u>	<u>23.999.579</u>	<u>(7.083.173)</u>	<u>(7.083.173)</u>
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2024								(14.688.315)	(14.688.315)	(14.688.315)
Resultado integral								(21.771.488)	(21.771.488)	(21.771.488)
<b>Operações com detentores de capital no período</b>										
Subscrições de capital	17	369.652.488							369.652.488	369.652.488
		<u>369.652.488</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>369.652.488</u>	<u>369.652.488</u>
Posição em 31 de dezembro de 2024		<u>4.276.458.143</u>	<u>21.597</u>	<u>1.501.878</u>	<u>(2.008.841.945)</u>	<u>37.234.076</u>	<u>3.514.283</u>	<u>(14.688.315)</u>	<u>2.295.199.717</u>	<u>2.295.199.717</u>

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

**O CONTABILISTA CERTIFICADO**

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA**  
PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2024

		Unid. monetária (Euro)	
	Notas	2024	2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		151.834.823	152.615.340
Pagamentos a fornecedores		(56.280.176)	(51.353.953)
Pagamentos ao pessoal		(97.957.191)	(95.155.861)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(2.402.544)</b>	<b>6.105.526</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		1.123.446	2.269.943
Outros recebimentos / pagamentos		(8.081.819)	(207.781)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]</b>		<b>(9.360.916)</b>	<b>8.167.688</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros		18.647	-
Outros ativos		44.588	-
Subsídios ao investimento		39.080.082	96.075.730
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(92.324.769)	(94.586.681)
Ativos intangíveis		(344.091)	(1.044.928)
Investimentos financeiros		(1.000.000)	-
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]</b>		<b>(54.525.543)</b>	<b>444.121</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		7.520.109	9.024.285
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		369.652.488	57.511.019
<b>Pagamentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		(300.000.000)	-
Juros e gastos similares		(59.569.528)	(52.460.791)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]</b>		<b>17.603.069</b>	<b>14.074.513</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>		<b>(46.283.389)</b>	<b>22.686.322</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	16	<b>184.936.697</b>	<b>162.250.374</b>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	<b>138.653.307</b>	<b>184.936.697</b>

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

**O CONTABILISTA CERTIFICADO**

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

## Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2024

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

#### 1.1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por “ML” ou “Empresa”) é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015, com a redação dada pelo Aditamento celebrado em 27 de março de 2024.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 27 de junho de 2025, estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pelas tutelas setorial e financeira, nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

O Conselho de Administração declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nestas demonstrações financeiras foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do ML em 31 de dezembro de 2024 e do seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, na sua redação atual, para além das presentes demonstrações financeiras individuais, a Empresa está sujeita à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas.

#### 1.2. CONTRATO DE CONCESSÃO

Em 01 de julho de 1949, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e o Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L., celebraram uma escritura de concessão da instalação e exploração, em regime de exclusivo, de um sistema de transporte coletivo fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa, aprovada por Decreto do Governo, de 25 de julho de 1949. Esta concessão foi atribuída por um prazo de 75 anos, a contar da data de escritura pública, com termo a 01 de julho de 2024.

O contexto da prestação deste transporte público sofreu, ao longo do tempo, diversas alterações, entre as quais se destacam a nacionalização da empresa e a sua transformação em empresa pública, operadas, respetivamente, através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de junho, e do Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de dezembro, a aprovação da Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres (Lei n.º 10/90, de 17 de março) e, posteriormente, a evolução legislativa a nível europeu no setor dos transportes.

Na sequência da aprovação do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, que procedeu à atualização do quadro jurídico geral da Concessão de Serviço Público atribuída ao ML, foi celebrado, entre o Estado Português (“Concedente”) e o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (“Concessionário”), em 23 de março de 2015, o Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte por Metropolitano de Passageiros (doravante designado por “Contrato de Concessão”). Da celebração do Contrato de Concessão não resultou qualquer alteração ao prazo de concessão inicialmente atribuído, no entanto, ficou prevista a possibilidade de prorrogação do mesmo, por razões de interesse público e/ou em função do tempo necessário para a amortização e remuneração, em normais condições de rendibilidade da exploração, do capital investido pelo Concessionário.

Entre 2015 e 2023, o Estado Português aprovou a realização pelo ML de um conjunto de investimentos de médio-longo prazo, tendo reconhecido a existência de interesse público em cometer ao Concessionário a continuidade da execução do plano de investimentos para a consolidação da rede de Metropolitano de Lisboa, uma vez que, atendendo às especificidades da Concessão e do serviço público de transporte por metropolitano de passageiros, é do interesse público que o ML, pela experiência, *know-how* e o corpo técnico

(estrutura de recursos humanos) adquiridos enquanto operador, continue a executar os investimentos previstos para os próximos anos.

Desta forma, em 27 de março de 2024, o Estado Português e o ML celebraram um Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte por Metropolitano de Passageiros (doravante designado “Aditamento”), estabelecendo:

- A prorrogação do prazo de concessão atribuído até 01 de julho de 2030; e
- A modificação do clausulado, no sentido da regulamentação de outras matérias carentes de atualização, designadamente no que se refere ao regime financeiro das Infraestruturas Ferroviárias, aos mecanismos de monitorização e controlo do desempenho da concessão e ao modelo de remuneração.

A entrada em vigor do Aditamento, ocorrida em 15 de julho de 2024 após a atribuição do visto do Tribunal de Contas, implica a existência de um conjunto significativo de alterações a efetuar no tratamento contabilístico seguido pela Empresa, nomeadamente ao nível da classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, bem como a necessidade de obter a aprovação do Estado relativamente ao montante a reembolsar pelas despesas e encargos com atividades desenvolvidas por sua conta até à referida data.

Dada a complexidade envolvida neste processo, e do facto de até à data de emissão deste relatório ainda não ter sido possível apurar todas as implicações decorrentes do Aditamento, o ML optou por não apresentar nas suas demonstrações financeiras as necessárias alterações, com exceção para a estimativa do rendimento decorrente da Compensação por Obrigações de Serviço Público (COSP).

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a republicação efetuada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

O ML não tem obrigatoriedade de aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), uma vez que de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 3º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, o subsistema da contabilidade financeira do SNC-AP não se aplica às entidades públicas reclassificadas (EPR) supervisionadas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), sem prejuízo do cumprimento dos requisitos legais relativos à contabilidade orçamental e à utilização do plano de contas multidimensional, para efeitos de integração da informação no Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas.

### 2.2. DERROGAÇÕES AO SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

### 2.3. COMPARABILIDADE

A informação constante nas demonstrações financeiras é integralmente comparável com a do período anterior.

## 3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

A Empresa efetuou a transição para as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) em 1 de janeiro de 2009, tendo as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF sido apresentadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

## 4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

### 4.1. BASES DE MENSURAÇÃO

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### 4.2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros, fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, e dado que essa revisão não ocorreu, a partir daquela data os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Setor Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, conseqüentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos a ILD em consonância com a interpretação do Decreto-Lei n.º 196/1980, de 20 de junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD realizados até 31 de dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011, a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos a ILD, pelo que o total do balanço da Empresa naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, no seguimento do Despacho n.º 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados a ILD no balanço da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados no balanço nas rubricas de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem os seguintes itens:

**No ativo:**

- As ILD do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de "Transporte de passageiros" e "Gestão de infraestruturas";
- As despesas de investigação e desenvolvimento e de instalação afetas à atividade de ILD;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo dos ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis apresentados na rubrica ILD não se encontram a ser depreciados/amortizados.

**No passivo:**

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é negativo;
- As provisões para processos judiciais em curso relacionados com atividade de ILD.

Os gastos com a manutenção e reparação destes ativos são registados na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

**4.3. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados à data de balanço. Caso existam alterações às vidas úteis, as mesmas são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	
Material circulante de exploração	15 - 28
Material circulante de serviço	20
Outro equipamento básico	4 - 20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Ferramentas e utensílios	4 - 8
Outros ativos tangíveis	3 - 4

Os gastos com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que ocorrem.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate de um ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber, quando aplicável, e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados como outros rendimentos/gastos.

#### 4.4. LOCAÇÕES

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as respetivas responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e dedução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período de locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com a locação igualmente numa base linear durante o período de locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

#### 4.5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear, de acordo com a seguinte vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Propriedade industrial e outros direitos	3 - 10

#### 4.6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Outros equipamentos	4 - 20

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

#### 4.7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidas pelo custo e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor ou do empreendedor nos ativos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição ao valor do investimento financeiro.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha efetuado pagamentos a favor da participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a participada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

#### 4.8. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e

quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

#### 4.9. GASTOS COM FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### 4.10. INVENTÁRIOS

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

#### 4.11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) custo amortizado menos perdas por imparidade e (ii) justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

##### (i) Custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados “ao custo amortizado menos perdas por imparidade” os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de “Outras dívidas a pagar”.

(ii) **Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados**

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.

Nesta categoria incluem-se os colaterais dados como garantia dos financiamentos, registados na rubrica do ativo ‘Outros ativos financeiros’.

#### 4.12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica de ‘Financiamentos obtidos’.

#### 4.13. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

As compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público são reconhecidas na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos, exceto se existirem fundadas dúvidas sobre a sua quantificação ou sobre o seu recebimento, situação em que apenas são reconhecidas no período em que se tornam recebíveis, o que se verifica com a respetiva validação pelo Gestor do Contrato. Estas compensações financeiras são objeto de dois pagamentos por conta, a realizar em 1 de fevereiro e 1 de julho de cada ano, correspondendo, o primeiro, a 50% (cinquenta por cento) do valor total da compensação e, o segundo, a 40% (quarenta por cento) do mesmo. O valor remanescente resultará do apuramento do valor real da COSP para esse ano, sendo a sua estimativa reconhecida na demonstração de resultados, independentemente de ainda não ter sido obtida a respetiva validação pelo Gestor do Contrato.

#### 4.14. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

#### 4.15. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

##### Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data de balanço e o gasto com pensões a registar no período.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço, representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- Complementos de pensões de reforma por velhice;
- Complementos de reforma por invalidez; e
- Complementos de reforma por sobrevivência no ativo e na reforma.

##### Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2024. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos compartilhados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do período em que são pagos.

#### 4.16. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público resulta da repartição das receitas provenientes da venda dos títulos que permitem o acesso ao modo operado pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E.. É reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

O sistema tarifário em vigor na Área Metropolitana de Lisboa (AML) encontra-se definido no Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março, na sua redação atual, nele estando definidas as regras de cálculo das compensações financeiras devidas aos Operadores pelo cumprimento das obrigações de serviço público.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

#### 4.17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A Empresa não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e a imparidades e provisões não aceites fiscalmente, não sendo reconhecidos por não existir segurança razoável de que serão gerados lucros futuros.

Os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e a mais-valias fiscais com tributação diferida, não sendo reconhecidos por não haver expectativa que venha a ser gerado um exfluxo de recursos, em resultado do efeito fiscal relacionado com os subsídios ao investimento.

#### 4.18. CLASSIFICAÇÃO DO BALANÇO

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de relato são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

#### 4.19. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

País	Moeda	Cotação média		Cotação final	
		2024	31/12/2024	2023	31/12/2023
Estados Unidos da América	USD	1,08	1,04	1,08	1,11
Reino Unido	GBP	0,85	0,83	0,87	0,87

Fonte: Banco de Portugal

#### 4.20. REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

#### 4.21. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

No desenvolvimento da sua atividade a Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

##### a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional da Empresa é desenvolvida em Portugal e conseqüentemente a grande maioria das suas transações são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por evitar, na medida, do possível, a contratação de serviços expressos em divisas estrangeiras.

##### b) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas de forma adequada, gerindo os excessos e défices de liquidez, sendo cobertas por financiamentos avalizados pelo Estado Português ou por estes concedidos através de indemnizações compensatórias não reembolsáveis e dotações de capital.

##### c) Risco de taxa de juro

As receitas e “cash-flows” da Empresa são influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades da Empresa e os eventuais financiamentos obtidos, se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

#### Análise de sensibilidade da taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros derivados existentes à data de relato. Para os ativos e passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o montante de juros a receber ou a pagar, dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis e, no caso de taxas fixas contratadas no período em análise, as alterações da taxa de juro afetam também esta componente;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante de juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o justo valor dos derivados;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros é estimado descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano; e,
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

As análises de sensibilidade pressupõem a alteração de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar correlacionadas.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% nas taxas de mercado para os instrumentos financeiros derivados, a 31 de dezembro de 2024, resultaria num aumento de cerca de 3,3 milhões de euros

e numa diminuição de aproximadamente 14,9 milhões de euros, respetivamente, no resultado antes de imposto e antes da afetação à rubrica de ILD.

#### 4.22. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das presentes demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- a) Registo das atividades de investimento em ILD;
- b) Vidas úteis e análise de imparidade dos ativos fixos tangíveis;
- c) Perdas por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – no final de cada exercício é determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados;
- e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário;
- f) Constituição de provisões – análise das obrigações que resultem de acontecimentos passados e determinação da probabilidade e montante do exfluxo financeiro necessário para o respetivo pagamento.

#### 4.23. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data de relato (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 5. INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO

O saldo apresentado na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, tendo a seguinte decomposição por rubricas de ativos e passivos:

	Notas	31-dez-2024	31-dez-2023
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5.1	3.447.864.385	3.355.620.894
Propriedades de investimento	5.2	1.804.209	1.804.209
Ativos intangíveis	5.3	7.955.924	7.724.548
Outros ativos financeiros	5.4	2.770.384	2.957.885
Conta a receber do Estado	5.5	3.275.964.191	3.226.923.229
Subsídios	5.6	(1.240.189.883)	(1.168.351.577)
		<b>5.496.169.211</b>	<b>5.426.679.188</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5.496.169.211</b>	<b>5.426.679.188</b>
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	5.7	3.782.500	5.062.500
Financiamentos obtidos	5.8	914.839.309	1.122.926.137
Outros passivos financeiros	5.4	3.501.878	8.630.067
		<b>922.123.686</b>	<b>1.136.618.704</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Financiamentos obtidos	5.8	1.327.881.223	1.418.111.905
Fornecedores	5.9	440.455	111.397
Outras dívidas a pagar	5.10	163.393.088	215.712.873
		<b>1.491.714.765</b>	<b>1.633.936.175</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2.413.838.451</b>	<b>2.770.554.879</b>
<b>Total ILD líquido</b>		<b>3.082.330.759</b>	<b>2.656.124.308</b>

### 5.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	31 de dezembro de 2024					Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	
<b>Ativos</b>						
Saldo inicial	13.511.055	2.677.389.944	470.214.028	184.888.125	10.312.594	3.356.315.746
Aquisições	800.000	334.367	1.703.071	79.171.266	11.358.251	93.366.955
Transferências	-	776.627	1.927.025	(2.739.408)	(1.085.023)	(1.120.780)
Abates	-	-	(5.685)	-	-	(5.685)
<b>Saldo final</b>	<b>14.311.055</b>	<b>2.678.500.938</b>	<b>473.838.439</b>	<b>261.319.983</b>	<b>20.585.822</b>	<b>3.448.556.237</b>
<b>Perdas por imparidade</b>						
Saldo inicial	-	694.852	-	-	-	694.852
Aumentos	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	(3.000)	-	-	-	(3.000)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>691.852</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>691.852</b>
<b>Total do ativo fixo tangível líquido (ILD)</b>	<b>14.311.055</b>	<b>2.677.809.086</b>	<b>473.838.439</b>	<b>261.319.983</b>	<b>20.585.822</b>	<b>3.447.864.385</b>

31 de dezembro de 2023						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>						
Saldo inicial	13.511.055	2.675.222.631	469.081.327	99.046.302	9.030.278	3.265.891.592
Aquisições	-	1.418.548	354.138	87.370.216	9.715.221	98.858.123
Transferências	-	748.765	779.628	(1.528.393)	(8.432.905)	(8.432.905)
Abates	-	-	(1.065)	-	-	(1.065)
<b>Saldo final</b>	<b>13.511.055</b>	<b>2.677.389.944</b>	<b>470.214.028</b>	<b>184.888.125</b>	<b>10.312.594</b>	<b>3.356.315.746</b>
<b>Perdas por imparidade</b>						
Saldo inicial	-	694.852	-	-	-	694.852
Aumentos	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>694.852</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>694.852</b>
<b>Total do ativo fixo tangível líquido (ILD)</b>	<b>13.511.055</b>	<b>2.676.695.092</b>	<b>470.214.028</b>	<b>184.888.125</b>	<b>10.312.594</b>	<b>3.355.620.894</b>

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 79.171.266 euros, referem-se essencialmente ao empreendimento da Linha Circular (60.017.030 euros) e ao prolongamento de São Sebastião a Alcântara (9.388.819 euros).

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na sub-rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 11.358.251 euros, referem-se essencialmente à concessão de adiantamento no âmbito do prolongamento de São Sebastião a Alcântara (10.924.722 euros).

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na sub-rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 1.085.023 euros, referem-se essencialmente à regularização de adiantamentos concedidos no âmbito do empreendimento da Linha Circular (655.497 euros).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 6.550.656 euros e 6.308.640 euros, respetivamente.

## 5.2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2024					31 de dezembro de 2023				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Praça Marechal Humberto Delgado	1.804.209	-	-	1.804.209	7.646.660	1.804.209	-	-	1.804.209	7.545.202
	<b>1.804.209</b>			<b>1.804.209</b>	<b>7.646.660</b>	<b>1.804.209</b>			<b>1.804.209</b>	<b>7.545.202</b>

## 5.3. ATIVO INTANGÍVEL

	31 de dezembro de 2024			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>				
Saldo inicial		5.138.543	2.019.827	7.724.548
Aquisições		-	-	231.376
<b>Saldo final</b>		<b>5.138.543</b>	<b>2.019.827</b>	<b>7.955.924</b>
<b>Total do ativo intangível (ILD)</b>		<b>5.138.543</b>	<b>2.019.827</b>	<b>7.955.924</b>

31 de dezembro de 2023				
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>				
Saldo inicial	5.138.543	2.019.827	273.585	7.431.955
Aquisições	-	-	292.593	292.593
Saldo final	5.138.543	2.019.827	566.178	7.724.548
<b>Total do ativo intangível (ILD)</b>	<b>5.138.543</b>	<b>2.019.827</b>	<b>566.178</b>	<b>7.724.548</b>

#### 5.4. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nesta rubrica incluem-se os *swaps* de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos para fazer face aos investimentos em infraestruturas de longa duração. A discriminação por contrato de *swap* é a seguinte:

##### Outros ativos financeiros

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2024	31-dez-2023
66#METLIS CGDBI Dez2026	CGDBI	04/12/2026	100.000.000	100.000.000	2.770.384	2.957.885
					<b>2.770.384</b>	<b>2.957.885</b>

##### Outros passivos financeiros

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2024	31-dez-2023
52#METLIS BSN Jul2024	BSN	22/07/2024	100.000.000	100.000.000	-	1.721.537
58#METLIS ML Dez2026	ML	04/12/2026	30.000.000	30.000.000	1.751.955	3.465.053
59#METLIS CGD Dez2026	CGD	04/12/2026	30.000.000	30.000.000	1.749.922	3.443.478
					<b>3.501.878</b>	<b>8.630.067</b>

#### 5.5. CONTA A RECEBER DO ESTADO

Esta rubrica inclui os gastos, deduzidos de eventuais rendimentos, associados às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, tendo a seguinte decomposição:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289.555.301	289.555.301
Juros, taxa de aval e imposto do selo	2.957.591.965	2.902.327.314
Gastos de emissão	20.230.150	20.230.150
Instrumentos financeiros derivados	731.493	5.672.182
Fornecimentos e serviços externos	2.563.836	2.563.836
Provisões	8.094.809	9.374.809
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	691.852	694.852
Alienação terreno	(3.495.216)	(3.495.216)
	<b>3.275.964.191</b>	<b>3.226.923.229</b>

#### Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF

Os encargos financeiros suportados com ILD que não foram passíveis de ser capitalizados até 31 de dezembro de 2008, encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Na transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de ILD seguindo o princípio descrito na Nota 4.2. Relativamente aos encargos financeiros incorridos entre

1995 e 2008, no montante de aproximadamente 1.017.000.000 euros, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. No que respeita aos encargos financeiros incorridos até 31 de dezembro de 1994, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros, correspondente ao saldo líquido entre as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009.

### Fornecimentos e serviços externos

Na sequência de um processo que decorreu num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira ao Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com advogados relativos aos instrumentos financeiros derivados que se encontravam afetos à atividade de ILD, no montante global de 2.563.836 euros.

### Alienação de terreno

Esta sub-rubrica inclui o rendimento registado com a transferência para o Estado Português, através de dação em cumprimento, da parcela de terreno integrada no Terminal Fluvial do Cais do Sodré.

## 5.6. SUBSÍDIOS

	31-dez-2024	31-dez-2023
Fundo Coesão	(505.634.485)	(487.412.442)
FEDER	(229.464.397)	(229.464.397)
PIDDAC	(187.039.717)	(186.239.717)
Fundo Ambiental	(96.186.968)	(60.132.843)
PRR	(17.298.920)	(536.782)
Subsídios diversos	(204.565.396)	(204.565.396)
	<b>(1.240.189.883)</b>	<b>(1.168.351.577)</b>

## 5.7. PROVISÕES

	31 de dezembro de 2024				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	5 062 500	70 000	(1 350 000)	-	3 782 500
	<b>5 062 500</b>	<b>70 000</b>	<b>(1 350 000)</b>	<b>-</b>	<b>3 782 500</b>

	31 de dezembro de 2023				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	6 022 500	40 000	-	(1 000 000)	5 062 500
	<b>6 022 500</b>	<b>40 000</b>	<b>-</b>	<b>(1 000 000)</b>	<b>5 062 500</b>

## 5.8. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

	Entidade financiadora	31 de dezembro de 2024				31 de dezembro de 2023			
		Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
<b>Empréstimos obrigacionistas:</b>									
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110 000 000	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000
Emissão Metro 2026	JP Morgan	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000
Emissão Metro 2027	BNPP	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000
			110 000 000	800 000 000	910 000 000		-	910 000 000	910 000 000
<b>Empréstimos bancários:</b>									
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507 957 564	253 978 782	-	253 978 782	507 957 564	253 978 782	-	253 978 782
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237 747 877	178 310 908	-	178 310 908	237 747 877	178 310 908	-	178 310 908
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282 974 244	282 974 244	-	282 974 244	282 974 244	282 974 244	-	282 974 244
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF (parte)	17 158 204	17 158 204	-	17 158 204	17 158 204	17 158 204	-	17 158 204
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF (parte)	262 008 399	262 008 399	-	262 008 399	262 008 399	218 340 332	43 668 066	262 008 399
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF (parte)	108 328 053	90 273 377	18 054 676	108 328 053	108 328 053	72 218 702	36 109 351	108 328 053
Emp. LP 154,51 M EUR	DGTF (parte)	137 118 041	91 412 027	45 706 014	137 118 041	137 118 041	68 559 020	68 559 020	137 118 041
Emp. LP 100,86 M EUR	DGTF (parte)	71 615 776	35 807 888	35 807 888	71 615 776	71 615 776	23 871 925	47 743 850	71 615 776
Emp. LP 35,19 M EUR	DGTF (parte)	16 198 725	5 399 575	10 799 150	16 198 725	16 198 725	2 699 788	13 498 938	16 198 725
Suprimentos 9,02 M EUR	DGTF (parte)	3 346 911	557 819	2 789 093	3 346 911	3 346 911	-	3 346 911	3 346 911
Suprimentos 1,68 M EUR	DGTF	1 682 489	-	1 682 489	1 682 489	-	-	-	-
			1 217 881 223	114 839 309	1 332 720 531		1 118 111 905	212 926 137	1 331 038 042
<b>Outros empréstimos obtidos:</b>									
Schuldschein	ABN AMRO	-	-	-	-	300 000 000	300 000 000	-	300 000 000
			-	-	-		300 000 000	-	300 000 000
<b>Total de empréstimos obtidos</b>			<b>1 327 881 223</b>	<b>914 839 309</b>	<b>2 242 720 531</b>		<b>1 418 111 905</b>	<b>1 122 926 137</b>	<b>2 541 038 042</b>

O empréstimo por obrigações “Metro 2025” foi contraído a 23 de dezembro de 2010 por um período de quinze anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Frankfurt Stock Exchange.

O empréstimo por obrigações “Metro 2026” foi contraído a 4 de dezembro de 2007 por um período de vinte anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon e na Frankfurt Stock Exchange.

O empréstimo por obrigações “Metro 2027” foi contraído a 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos “bullet”, à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon e na Frankfurt Stock Exchange.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 32.584.270 euros, dos quais 17.158.204 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2019.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 421.973.931 euros, dos quais 262.008.399 euros estão associados a

responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2020.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 131.884.780 euros, dos quais 108.328.053 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2021.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 154.513.049 euros, dos quais 137.118.041 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2022.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 100.855.699 euros, dos quais 71.615.776 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2023.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 35.197.631 euros, dos quais 16.198.725 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2024.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa contratou com a DGTF um empréstimo, sob a forma de suprimento, no montante de 9.024.285 euros, dos quais 3.346.911 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2025.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa contratou com a DGTF um empréstimo, sob a forma de suprimento, no montante de 1.682.489 euros, associado a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2026.

Desde 30 de novembro de 2014, tem sido sucessivamente autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos contraídos com a DGTF acima enunciados, sem cobrança de juros, tendo a última moratória sido autorizada ao abrigo do Despacho do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, de 27 de dezembro de 2024, com diferimento para até 31 de maio de 2025.

Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos classificados como não corrente, têm o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2026	456.381.666
2027	438.326.990
2028	15.473.983
2029 e seguintes	4.656.669
	<b>914.839.309</b>

Em 31 de dezembro de 2024, os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao *rating* da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, são os seguintes:

CONTRATO	Montante em dívida a 31-12-2024 (€)	DATA VENCIMENTO	NEGATIVE PLEDGE (SIM/NÃO)	PARI PASSU (SIM/NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM/NÃO)	RATING DOWNGRADE (SIM/NÃO)	GROSS UP (SIM/NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS / IMPOSTO DO SELO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁRIOS
EUR 110.000.000,00 7,30% Guaranteed Notes due 2025 - Deutsche Bank AG / Dezembro 2010, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	110.000.000,00	23 de dezembro de 2025	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026 - JP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	4 de dezembro de 2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027 - BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	7 de dezembro de 2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
<b>TOTAL</b>	<b>910.000.000</b>									

## 5.9. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito das obras de expansão e modernização/remodelação da rede.

## 5.10. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de outras dívidas a pagar é composta pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do período seguinte, bem como pela parte dos subsídios ao investimento recebidos ainda sem despesa executada.

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

31 de dezembro de 2024

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo</b>									
Saldo inicial	20.967.185	217.176.309	522.780.485	129.208	23.603.175	4.321.004	28.977.198	3.514.443	821.469.007
Aquisições	-	20.025	1.176.622	-	611.671	64.623	6.228.853	2.929.665	11.031.459
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	35.757	19.194.721	-	500	-	(2.250.276)	(130.759)	16.849.942
Abates	-	-	(1.541.691)	-	(84.795)	(2.504)	-	-	(1.628.991)
<b>Saldo final</b>	<b>20.967.185</b>	<b>217.232.091</b>	<b>541.610.136</b>	<b>129.208</b>	<b>24.130.550</b>	<b>4.383.122</b>	<b>32.955.775</b>	<b>6.313.349</b>	<b>847.721.416</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>									
Saldo inicial	-	(209.513.342)	(484.834.108)	(129.208)	(22.625.633)	(3.459.499)	-	-	(720.561.789)
Depreciações do período	-	(334.954)	(10.466.309)	-	(402.868)	(59.499)	-	-	(11.263.630)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	(59)	-	-	-	(59)
Abates	-	-	1.376.268	-	65.538	2.504	-	-	1.444.311
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>(209.848.296)</b>	<b>(493.924.149)</b>	<b>(129.208)</b>	<b>(22.963.021)</b>	<b>(3.516.493)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(730.381.167)</b>
<b>Perdas por imparidade</b>									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>20.967.185</b>	<b>7.383.795</b>	<b>47.685.988</b>	<b>-</b>	<b>1.167.529</b>	<b>866.629</b>	<b>32.955.775</b>	<b>6.313.349</b>	<b>117.340.249</b>

31 de dezembro de 2023

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo</b>									
Saldo inicial	20.967.185	217.142.581	518.162.004	129.208	23.305.442	4.254.193	29.212.124	5.258.039	818.430.776
Aquisições	-	4.760	599.990	-	311.303	67.318	5.612.075	1.110.791	7.706.237
Alienações	-	-	-	-	(105)	-	-	-	(105)
Transferências	-	28.969	5.818.034	-	-	-	(5.847.002)	(2.854.387)	(2.854.387)
Abates	-	-	(1.799.542)	-	(13.466)	(508)	-	-	(1.813.516)
<b>Saldo final</b>	<b>20.967.185</b>	<b>217.176.309</b>	<b>522.780.485</b>	<b>129.208</b>	<b>23.603.175</b>	<b>4.321.004</b>	<b>28.977.198</b>	<b>3.514.443</b>	<b>821.469.007</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>									
Saldo inicial	-	(209.173.773)	(474.443.635)	(129.208)	(22.316.644)	(3.401.720)	-	-	(709.464.981)
Depreciações do período	-	(339.569)	(11.898.624)	-	(322.423)	(58.286)	-	-	(12.618.903)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	1.508.152	-	13.434	508	-	-	1.522.094
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>(209.513.342)</b>	<b>(484.834.108)</b>	<b>(129.208)</b>	<b>(22.625.633)</b>	<b>(3.459.499)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(720.561.789)</b>
<b>Perdas por imparidade</b>									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	20.967.185	7.662.967	37.946.378	-	977.542	861.505	28.977.198	3.514.443	100.907.217

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 6.228.853 euros, referem-se essencialmente à aquisição de 4 Unidades Triplas da série ML20 (2.354.786 euros) e aos equipamentos de controlo e vendas de títulos das novas estações do empreendimento da Linha Circular (1.013.509 euros).

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na sub-rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 2.929.665 euros, referem-se essencialmente à concessão de adiantamentos no âmbito da Modernização dos Sistemas de Sinalização nos PMO (1.533.051 euros) e dos novos equipamentos de sinalização embarcada para 70 Unidades Triplas do material circulante de exploração (1.321.336 euros).

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na sub-rubrica “Equipamento básico”, no montante de 19.194.721 euros, refletem essencialmente a operação de reconhecimento de 18 Unidades Triplas da série ML97 no ativo fixo tangível do ML (16.944.444 euros), na sequência da transferência definitiva para a sua propriedade e através da transferência do montante que já estava reconhecido como investimento financeiro no TREM, ACE.

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 2.250.276 euros, referem-se essencialmente à entrada em funcionamento de novos equipamentos do sistema de videovigilância e de deteção de descida à via nas estações do ML (1.355.673 euros).

Os abates ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na sub-rubrica “Equipamento básico”, no montante de 1.541.691 euros, referem-se essencialmente ao desconhecimento de um equipamento de reperfilagem de rodas em fossa (1.039.729 euros).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 120.883 euros e 45.743 euros, respetivamente.

## 7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2024					31 de dezembro de 2023				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	22.134.855	11.312.982	38.005	10.783.868	12.650.163	22.134.855	10.870.240	68.493	11.196.122	12.079.700
Praça Marechal Humberto Delgado	22.309.373	18.719.159	-	3.590.214	94.552.340	22.309.373	18.705.712	-	3.603.661	93.297.798
	<b>44.444.229</b>	<b>30.032.142</b>	<b>38.005</b>	<b>14.374.082</b>	<b>107.202.503</b>	<b>44.444.229</b>	<b>29.575.953</b>	<b>68.493</b>	<b>14.799.783</b>	<b>105.377.498</b>

Os imóveis arrendados a terceiros detidos pela Empresa referem-se a 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de

expansão da rede e por edifício de escritórios em Lisboa, os quais se encontram a ser depreciados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31 de dezembro de 2024				31 de dezembro de 2023			
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	498.584	168.389	442.742	(112.547)	580.441	130.502	442.078	7.862
Praça Marechal Humberto Delgado	-	242.909	13.447	(256.356)	-	123.581	13.447	(137.028)
	<b>498.584</b>	<b>411.298</b>	<b>456.189</b>	<b>(368.903)</b>	<b>580.441</b>	<b>254.082</b>	<b>455.525</b>	<b>(129.166)</b>

## 8. ATIVOS INTANGÍVEIS

	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo</b>						
Saldo inicial	5.039.622	-	5.039.622	4.224.966	-	4.224.966
Aquisições	322.755	134.000	456.755	880.206	-	880.206
Transferências	(500)	-	(500)	-	-	-
Abates	-	-	-	(65.550)	-	(65.550)
<b>Saldo final</b>	<b>5.361.877</b>	<b>134.000</b>	<b>5.495.877</b>	<b>5.039.622</b>	<b>-</b>	<b>5.039.622</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>						
Saldo inicial	(2.702.501)	-	(2.702.501)	(1.920.993)	-	(1.920.993)
Amortizações do período	(883.876)	-	(883.876)	(832.493)	-	(832.493)
Transferências	59	-	59	-	-	-
Abates	-	-	-	50.985	-	50.985
<b>Saldo final</b>	<b>(3.586.318)</b>	<b>-</b>	<b>(3.586.318)</b>	<b>(2.702.501)</b>	<b>-</b>	<b>(2.702.501)</b>
<b>Perdas por imparidade</b>						
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-
Aumentos	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>1.775.559</b>	<b>134.000</b>	<b>1.909.559</b>	<b>2.337.121</b>	<b>-</b>	<b>2.337.121</b>

## 9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	31 de dezembro de 2024					
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participação	Investimento financeiro
<b>Subsidiárias</b>						
Ferconsult	547.712	1.699.700	(1.151.989)	(27.881)	100%	- (a)
Metrocom	4.166.925	623.720	3.543.205	88.306	100%	3.543.205
TREM	34.539	49.732.260	(49.697.721)	(4.219)	90%	302.279 (b)
TREM II	51.855	105.289.508	(105.237.653)	(4.819)	90%	46.058.643 (c)
<b>Associadas</b>						
Publimetro	3.258.226	3.087.090	171.136	147.718	40%	68.454
<b>Empreendimentos conjuntos</b>						
Ensitrans	141.254	154.725	(13.471)	(13.471)	5%	- (a)
						<b>49.972.581</b>

31 de dezembro de 2023

	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participação	Investimento financeiro
<b>Subsidiárias</b>						
Ferconsult	550.396	1.674.503	(1.124.108)	129.010	100%	-
Metrocom	4.009.459	554.560	3.454.899	115.243	100%	3.454.899
TREM	38.758	49.732.260	(49.693.503)	(5.298)	90%	20.306.497
TREM II	56.673	105.289.508	(105.232.835)	(5.898)	90%	53.100.499
<b>Associadas</b>						
Publimetro	2.904.229	2.882.636	21.594	(49.145)	40%	8.638
<b>Empreendimentos conjuntos</b>						
Ensitrans	140.964	154.367	(13.403)	(13.403)	5%	-
						<b>76.870.533</b>

**Notas:**

- (a) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo reconhecida na rubrica 'Provisões'.
- (b) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo, assumida a 100% na empresa-mãe, ajustada do reconhecimento de uma perda por imparidade de uma conta a receber de 50 M€ relativa ao reembolso pelo ML, enquanto fiador das obrigações do TREM, da última prestação do contrato de mútuo celebrado pelo ACE com entidades bancárias.
- (c) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo, assumida a 100% na empresa-mãe, ajustada do reconhecimento de uma perda por imparidade de uma conta a receber de 105 M€ relativa ao reembolso pelo ML, enquanto fiador das obrigações do TREM II, das últimas prestações dos contratos de mútuo (1.ª e 2.ª tranche) celebrados pelo ACE com entidades bancárias, e da uniformização das demonstrações financeiras do TREM II com as políticas contabilísticas do Grupo, nomeadamente quanto à depreciação do material circulante registado no seu ativo pelo método das quotas constantes.

**10. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS**

	31-dez-2024	31-dez-2023
<b>Bank of America Leasing &amp; Capital, LCC – Colateral</b>		
Saldo inicial	23.128.595	33.664.694
Desembolso	(2.901.156)	(10.415.130)
Variação justo valor	1.218.778	1.005.971
Diferenças cambiais	1.359.148	(1.126.940)
Saldo final	22.805.365	23.128.595
<b>Wilmington Trust – Colateral</b>		
Saldo inicial	21.115.565	21.533.964
Variação justo valor	308.872	329.931
Diferenças cambiais	1.343.478	(748.330)
Saldo final	22.767.914	21.115.565
<b>Investimentos noutras empresas</b>		
Saldo inicial	-	-
Participação de capital CCF	2.000.000	1.000.000
Perdas por imparidade	(2.000.000)	(1.000.000)
Saldo final	-	-
<b>Fundo Compensação Trabalho</b>		
Saldo inicial	125.707	105.564
Aumentos	(8.674)	20.143
Variação justo valor	-	-
Saldo final	117.032	125.707
<b>Total</b>	<b>45.690.311</b>	<b>44.369.866</b>

Em resultado das descidas do *rating* atribuído à Empresa, foi necessária a constituição de dois colaterais em 2009 e 2013, o primeiro a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC e o segundo a favor da Wilmington Trust.

O depósito colateral Wilmington Trust tem como objetivo garantir o cumprimento das obrigações financeiras da Empresa no âmbito da operação *US Cross Border Lease* (USCBL). O termo desta operação ocorreu em 15 de dezembro de 2024, com a formalização da transferência definitiva da propriedade de 18 carruagens (unidades triplas) para o ML. Findas as obrigações inerentes à operação USCBL, foi efetuado o pedido de reembolso do colateral Wilmington Trust.

Na sequência da constituição da Associação Centro de Competências Ferroviário (CCF), e conforme previsto na RCM n.º 124/2023, de 10 de outubro, o ML efetuou em 2024 um investimento de 1 M€ referente ao reforço da sua participação financeira nesta associação. Após análise, e tendo em conta o objeto e a natureza jurídica da associação, entende-se que existem baixas probabilidades do ML recuperar o investimento em causa, pelo que se procedeu ao reforço da perda por imparidade reconhecida em 2022.

## 11. INVENTÁRIOS

	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
<b>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo</b>						
Materiais	8.576.355	-	8.576.355	8.890.679	-	8.890.679
Ferramentas	37.013	-	37.013	24.234	-	24.234
Produtos de limpeza	111.429	-	111.429	114.019	-	114.019
Material de escritório	64.928	-	64.928	54.057	-	54.057
Combustíveis	34.057	-	34.057	28.242	-	28.242
Títulos transporte	421.307	-	421.307	376.986	-	376.986
Outros materiais	719.704	-	719.704	861.364	-	861.364
Artigos promocionais/publicações	33.874	-	33.874	32.222	-	32.222
	<b>9.998.665</b>	<b>-</b>	<b>9.998.665</b>	<b>10.381.802</b>	<b>-</b>	<b>10.381.802</b>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2024	2023
Saldo inicial	10.381.802	9.811.593
Compras	3.185.058	4.057.137
Regularizações	(471.094)	(625.003)
Saldo final	9.998.665	10.381.802
	<b>3.097.100</b>	<b>2.861.925</b>

## 12. CLIENTES

	31-dez-2024	31-dez-2023
Ar Telecom	463.383	463.383
Publimetro	349.669	501.360
Associação de Turismo de Lisboa	289.522	159.784
Outros	227.009	469.263
	<b>1.329.583</b>	<b>1.593.790</b>
Perdas por imparidade	(628.112)	(766.172)
	<b>701.471</b>	<b>827.618</b>

Perdas por imparidade clientes	31-dez-2024	31-dez-2023
Saldo inicial	(766.172)	(793.109)
Aumentos	(12.337)	(62.841)
Reversões	47.954	6.204
Utilizações	102.443	83.574
Saldo final	<b>(628.112)</b>	<b>(766.172)</b>

## 13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	573.794	125	1.184.609	250
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	12.855	1.243.660	7.971	1.163.227
Imposto sobre o valor acrescentado	2.717.368	-	380.683	-
Contribuições para a Segurança Social	-	1.873.362	-	1.691.699
Outros impostos	-	498.904	-	508.200
	<b>3.304.017</b>	<b>3.616.051</b>	<b>1.573.263</b>	<b>3.363.376</b>

## 14. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	31-dez-2024	31-dez-2023
TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	105.555.556	105.555.556
TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	50.000.000	50.000.000
Acréscimo de rendimentos	13.074.353	4.255.673
Receitas de tráfego	2.196.194	2.229.115
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	961.038	961.038
Pessoal	205.812	324.820
Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	333.296	333.296
Outros	2.070.127	1.245.780
	<b>174.396.376</b>	<b>164.905.277</b>
Perdas por imparidade	(156.578.438)	(156.574.100)
	<b>17.817.939</b>	<b>8.331.178</b>

Perdas por imparidade outros créditos a receber	31-dez-2024	31-dez-2023
Saldo inicial	(156.574.100)	(156.423.289)
Aumentos	(5.333)	(175.676)
Reversões	995	727
Utilizações	-	24.139
Saldo final	<b>(156.578.438)</b>	<b>(156.574.100)</b>

## 15. DIFERIMENTOS ATIVOS

	31-dez-2024	31-dez-2023
<u>Trabalhos por conta de terceiros</u>	<u>29.686.055</u>	<u>30.320.639</u>
Transtejo	22.529.809	22.529.809
Infraestruturas de Portugal	7.156.247	7.156.247
Águas do Tejo Atlântico	-	634.584
<u>Outros</u>	<u>936.404</u>	<u>1.494.570</u>
	<b>30.622.459</b>	<b>31.815.209</b>
Perdas por imparidade	(701.169)	(634.584)
	<b>29.921.290</b>	<b>31.180.625</b>

A sub-rubrica 'Trabalhos por conta de terceiros' inclui os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do Setor Empresarial do Estado, encontrando-se o Conselho de Administração a promover diligências de forma a se proceder à regularização desta situação. De forma resumida:

- **Transtejo:** Na sequência do Despacho SET n.º 22-XII/93, de 24 de setembro, o ML foi incumbido de proceder ao estudo, conceção e construção do Interface do Terreiro do Paço. Os trabalhos foram

efetuados mas não chegou a ser assinado qualquer protocolo com a Transtejo relativo às despesas incorridas e à metodologia de repartição adotada.

- **Infraestruturas de Portugal:** Na sequência do Despacho n.º 75-XII/92, de 17 de dezembro, e Ofício n.º 420 de 10/02/2000, do Secretário de Estado dos Transportes, o ML e a então REFER, E.P., celebraram em 29/09/2004, o Protocolo para a construção do Terminal Fluvial e do Interface do Cais do Sodré. No exercício de 2024 mantiveram-se os contactos entre as duas entidades, estando eminente um acerto final de contas que permita regularizar os montantes que ainda se encontram pendentes.
- **Águas do Tejo Atlântico:** Em setembro de 2009, com base no Despacho SET n.º 22-XII/93, de 24 de setembro, o ML e a então Simtejo assinaram um Protocolo (em anexo) enquadrando o ML como dono de obra da “construção da câmara de válvulas enterrada e da estação elevatória”. No exercício de 2024, foi finalmente possível chegar a um entendimento com a Águas do Tejo Atlântico, tendo sido elaborada a Conta Final e faturado o montante que estava pendente.

## 16. CAIXA E EQUIVALENTES

	31-dez-2024	31-dez-2023
Caixa	14.059	20.888
Depósitos à ordem	20.939.248	21.271.165
Depósitos a prazo	117.700.000	163.644.643
<b>Caixa e depósitos bancários</b>	<b>138.653.307</b>	<b>184.936.697</b>

Em 31 de dezembro de 2024, o IGCP, E.P.E. executou, nos termos do n.º 5 do art.º 90º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro, uma operação de aplicação em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) das disponibilidades de tesouraria do ML no montante de cerca de 117 milhões de euros, com maturidade a 02 de janeiro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2024 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontravam-se disponíveis para uso, com exceção para o montante global de 299.903 euros que se encontra penhorado por via de um processo judicial intentado contra o ML.

## 17. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2024 o capital da Empresa, subscrito e realizado, ascendia a 4.276.458.143 euros, sendo detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram efetuados aumentos de capital no montante global de 369.652.488 euros.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados, o resultado líquido negativo do exercício de 2023, no montante de 23.999.579 euros, foi transferido para a rubrica ‘Resultados transitados’.

A variação registada na rubrica ‘Ajustamentos/outras variações no capital próprio’ deve-se fundamentalmente a: (i) reconhecimento de 5.554.494 euros relativos ao subsídio atribuído pelo Fundo Ambiental para o projeto «Modernização dos Sistemas de Sinalização – 1.ª Fase»; (ii) reconhecimento de 1.339.666 euros relativos ao subsídio atribuído pelo Fundo Ambiental para o projeto «Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa – Prolongamento das Linhas Amarela e Verde»; (iii) perdas atuariais nas responsabilidades com benefícios pós-emprego (Nota 20); e (iv) imputação de subsídios ao investimento (Nota 29).

## 18. PROVISÕES

31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	2.644.241	573.095	(38.796)	(4.437)	3.174.103
Cobertura de prejuízos					
Ferconsult	1.124.108	27.881	-	-	1.151.989
Publimetro	-	-	-	-	-
Ensitrans	670	674	-	(670)	674
Outras provisões	503.482	57.951	-	-	561.433
	<b>4.272.501</b>	<b>659.600</b>	<b>(38.796)</b>	<b>(5.107)</b>	<b>4.888.198</b>

31 de dezembro de 2023					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	2.134.116	605.867	(95.742)	-	2.644.241
Cobertura de prejuízos					
Ferconsult	1.253.118	-	(129.010)	-	1.124.108
Publimetro	-	-	-	-	-
Ensitrans	727	670	-	(727)	670
Outras provisões	460.397	43.085	-	-	503.482
	<b>3.848.358</b>	<b>649.622</b>	<b>(224.752)</b>	<b>(727)</b>	<b>4.272.501</b>

## 19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Entidade financiadora	31 de dezembro de 2024				31 de dezembro de 2023				
	Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total	
<b>Empréstimos bancários:</b>									
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	105 974 436	52 987 218	-	52 987 218	105 974 436	52 987 218	-	52 987 218
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	410 833 969	308 125 476	-	308 125 476	410 833 969	308 125 476	-	308 125 476
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	129 885 756	129 885 756	-	129 885 756	129 885 756	129 885 756	-	129 885 756
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF (parte)	15 426 066	15 426 066	-	15 426 066	15 426 066	15 426 066	-	15 426 066
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF (parte)	159 965 533	159 965 533	-	159 965 533	159 965 533	133 304 611	26 660 922	159 965 533
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF (parte)	23 556 727	19 630 606	3 926 121	23 556 727	23 556 727	15 704 485	7 852 242	23 556 727
Emp. LP 154,51 M EUR	DGTF (parte)	17 395 008	11 596 672	5 798 336	17 395 008	17 395 008	8 697 504	8 697 504	17 395 008
Emp. LP 100,86 M EUR	DGTF (parte)	29 239 923	14 619 962	14 619 962	29 239 923	29 239 923	9 746 641	19 493 282	29 239 923
Emp. LP 35,19 M EUR	DGTF (parte)	18 998 906	6 332 969	12 665 937	18 998 906	18 998 906	3 166 484	15 832 421	18 998 906
Suprimentos 49,3 M EUR	DGTF	49 300 000	49 300 000	-	49 300 000	49 300 000	49 300 000	-	49 300 000
Suprimentos 18,33 M EUR	DGTF	18 331 823	18 331 823	-	18 331 823	18 331 823	18 331 823	-	18 331 823
Suprimentos 9,02 M EUR	DGTF (parte)	5 677 374	946 229	4 731 145	5 677 374	5 677 374	-	5 677 374	5 677 374
Suprimentos 1,3 M EUR	DGTF	1 300 000	-	1 300 000	1 300 000	-	-	-	-
Suprimentos 24 UT 4,57 M EUR	DGTF	4 537 620	-	4 537 620	4 537 620	-	-	-	-
<b>Total de empréstimos obtidos</b>		<b>787 148 310</b>	<b>47 579 121</b>	<b>834 727 431</b>		<b>744 676 065</b>	<b>84 213 746</b>	<b>828 889 811</b>	

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa contratou com a DGTF suprimentos no montante de 49.300.000 euros para mitigar os efeitos da pandemia COVID-19, designadamente as despesas efetivas associadas à atividade operacional, pelo prazo de 1 ano, "bullet", tendo-se vencido em 31 de dezembro de 2021.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa contratou com a DGTF um suprimento no montante de 18.331.823 euros para mitigar os efeitos da pandemia COVID-19, designadamente as despesas efetivas associadas à atividade operacional, pelo prazo de 1 ano, "bullet", tendo-se vencido em 31 de dezembro de 2022.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa contratou com a DGTF um empréstimo, sob a forma de suprimento, no montante de 1.300.000 euros para cobrir despesas efetivas associadas à atividade operacional, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2026.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa contratou com a DGTF um suprimento no montante de 4.537.620 euros para cobrir os encargos orçamentais decorrentes da execução do contrato

de aquisição de 24 unidades triplas (UT), com direito de opção de aquisição de até 12 UT adicionais. As condições do empréstimo, sob a forma de suprimentos, preveem um montante de até 101.868.000 euros, a ser transferido através de diversas tranches, entre 2024 e 2027, com a opção de modalidade de pagamento “bullet”.

As restantes informações adicionais relativas aos financiamentos contraídos com a DGTf encontram-se divulgadas na Nota 5.8.

O Conselho de Administração entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos reembolsáveis a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos classificados como não corrente, têm o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2026	16.027.990
2027	12.101.869
2028 e seguintes	19.449.263
	<b>47.579.121</b>

## 20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Conforme mencionado na Nota 4.15, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2024, o número de empregados ativos e reformados/pensionistas ascendia a 880 e 1.232, respetivamente (920 e 1.309 em 31 de dezembro de 2023).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas com base no tempo de serviço e no salário pensionável (última remuneração mensal auferida pelo trabalhador).

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não seriam abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Trabalhadores ativos	133.628.963	128.481.182
Reformados	146.270.666	138.320.173
	<b>279.899.630</b>	<b>266.801.355</b>

O aumento verificado no total das Responsabilidades deve-se essencialmente ao incremento dos salários e das pensões, superior ao previsto para o respetivo ano.

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2024 foi efetuado utilizando o método denominado por “Projected Unit Credit” e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

	31-dez-2024	31-dez-2023
<b>Tábuas de mortalidade</b>		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV88/90	TV88/90
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
<b>Taxas</b>		
Taxa Técnica das Pensões	3,40%	3,00%
Taxa de Crescimento Salarial	3,00%	3,00%
Taxa de desconto	3,40%	3,00%

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões foi a seguinte:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Responsabilidades totais no início do período	266.801.355	241.430.364
Custos dos serviços correntes	4.153.546	3.496.482
Custo dos juros	7.873.143	7.106.369
Benefícios pagos no exercício	(12.880.077)	(12.599.279)
Perdas (ganhos) atuariais do exercício	13.951.664	27.367.419
<b>Reponsabilidades totais no fim do período</b>	<b>279.899.630</b>	<b>266.801.355</b>

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2024, nos montantes de 4.153.546 euros e 7.873.143 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos com o pessoal”.

A evolução dos ganhos/perdas atuariais, reconhecidos na rubrica ‘Ajustamentos/outras variações no capital próprio’ nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	31-dez-2024	31-dez-2023
<b>Outras variações no capital próprio</b>		
Saldo inicial	(48.612.964)	(21.245.545)
Ganho atuarial	-	-
Perda atuarial	(13.951.664)	(27.367.419)
<b>Saldo final</b>	<b>(62.564.628)</b>	<b>(48.612.964)</b>

Em 31 de dezembro de 2024, as perdas atuariais resultaram essencialmente do incremento dos salários e das pensões, superior ao previsto para o respetivo ano.

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

## 21. FORNECEDORES

	31-dez-2024	31-dez-2023
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	1.250.594	843.070
CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	391.221	332.546
Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda.	236.840	-
TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, EMT, S.A.	102.278	145.338
SAMSIIC Portugal - Facility Services, S.A.	85.231	-
Dellner Italy, S.R.L.	52.647	-
Transportes Rodrigues & Lourenço, Lda.	49.109	1.188
LIMPERSADO - Limpeza, Máquinas e Transportes, S.A.	41.817	-
Epal - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	38.310	-
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	32.137	-
VERVOER - Consulting and Trading, Lda.	28.410	-
Maxiglobal - Equipamentos e Serviços de Informática, S.A.	27.614	-
Consulgal Tecnoplano, A.C.E.	24.486	-
Eurest (Portugal) - Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.	1.469	30.829
Arcelormittal Espanha, S.A.	-	658.907
TK Elevadores Portugal, Unipessoal, Lda.	-	81.461
Wells Fargo	-	28.199
M.E.S.I. - Manutenção e Serviços Industriais, Lda.	-	22.680
Arrow Iberia Electronica, S.L.U.	-	20.743
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	-	20.635
Socomec Ibérica S.A. - Sucursal	-	20.258
J.L. Cancio Martins - Projectos De Estruturas, Lda.	-	12.825
Schmitt - Elevadores, Lda.	-	2.510
Outros	192.348	478.790
	<b>2.554.510</b>	<b>2.699.979</b>

## 22. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

	31-dez-2024	31-dez-2023
Acréscimo de gastos - Juros a liquidar	31.559.234	30.650.234
Subsídios - Fundo Ambiental	26.862.157	17.953.864
Acréscimo de gastos - Remunerações a liquidar	14.469.228	13.097.239
Fornecedores de investimentos	5.057.608	1.665.031
Títulos de transporte	3.309.907	2.586.753
Subsídios - Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)	2.357.446	2.371.696
Outros	6.677.311	6.455.276
	<b>90.292.891</b>	<b>74.780.092</b>

## 23. DIFERIMENTOS PASSIVOS

	31-dez-2024	31-dez-2023
Rendimentos a reconhecer - Indemnizações Compensatórias	3.561.855	1.903.548
Rendimentos a reconhecer - Protocolos	2.392.231	2.562.251
Rendimentos a reconhecer - Rendas	34.712	48.381
	<b>5.988.798</b>	<b>4.514.180</b>

**24. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS**

	2024	2023
Vendas	11.924	21.203
Prestação de serviços		
Bilhetes	48.392.867	47.262.202
Passes	39.516.968	59.496.038
Compensação tarifária AML	36.525.636	15.145.176
Cartões	2.942.592	3.344.811
Espaços comerciais	1.852.456	1.828.458
Exploração publicidade	1.598.028	1.546.754
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	433.099	3.505.545
Personalização Lisboa Viva	262.904	347.782
Outros	720.076	750.722
	<b>132.256.549</b>	<b>133.248.691</b>

**25. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO**

	2024	2023
COSP Concessão	6.161.922	-
Outros subsídios à exploração	52.653	535.446
MOBIL-T	43.246	-
AEROSOLFD	9.406	35.273
PRR - Metro Ligeiro de Superfície Loures-Odivelas	-	490.192
PRR - Prolongamento da Linha Vermelha Alcântara	-	9.331
Fundo Ambiental - Prolongamento Rato/Cais do Sodré	-	650
	<b>6.214.575</b>	<b>535.446</b>

A sub-rubrica 'COSP Concessão' corresponde à compensação por cumprimento de obrigações de serviço público para 2024, apurada através da metodologia e fórmula de cálculo constantes no Anexo 4 do Aditamento. Deste montante, já foram recebidos 3.872.064 euros, sendo o remanescente transferido após a respetiva validação pelo Gestor do Contrato.

**26. GANHOS / PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS**

	2024	2023
<b>Subsidiárias</b>		
Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	(27.881)	129.010
Metrocom - Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	88.306	115.243
TREM - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	(3.059.774)	(3.338.632)
TREM II - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	(7.041.856)	(7.042.935)
<b>Associadas</b>		
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	59.817	(19.658)
<b>Empreendimentos conjuntos</b>		
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	(674)	(670)
<b>Outras empresas</b>		
Transporlis	18.647	-
	<b>(9.963.415)</b>	<b>(10.157.642)</b>

**27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

	2024	2023
Eletricidade	(13.328.561)	(14.111.889)
Vigilância e segurança	(7.578.145)	(7.098.323)
Conservação e reparação	(6.090.127)	(5.697.755)
Limpeza, higiene e conforto	(5.559.070)	(4.941.320)
Trabalhos especializados	(1.204.830)	(1.491.249)
Rendas e alugueres	(404.707)	(313.989)
Outros	(4.032.999)	(4.348.985)
	<b>(38.198.439)</b>	<b>(38.003.510)</b>

**28. GASTOS COM O PESSOAL**

	2024	2023
Remunerações do pessoal	(69.489.325)	(67.981.718)
Encargos sobre remunerações	(15.935.299)	(15.481.235)
Benefícios pós-emprego	(12.031.351)	(10.597.615)
Seguros de saúde	(1.424.123)	(1.196.358)
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	(1.354.853)	(1.679.965)
Gastos de ação social	(1.329.611)	(1.435.642)
Remunerações dos órgãos sociais	(338.401)	(323.429)
Outros gastos com o pessoal	(385.076)	(590.050)
	<b>(102.288.041)</b>	<b>(99.286.012)</b>

O número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa no exercício de 2024 foi de 1.571 (1.571 em 2023). O número de efetivos em 31 de dezembro de 2024 era de 1.567 (1.575 em 2023).

**29. OUTROS RENDIMENTOS**

	2024	2023
Diferenças de câmbio favoráveis	2.702.994	379
Rendas de imóveis	512.593	594.584
Correções relativas a períodos anteriores	295.684	192.926
Cedência de energia	159.600	172.155
Subsídios ao investimento	135.988	1.112.335
Outros	197.102	1.189.622
	<b>4.003.961</b>	<b>3.262.002</b>

A sub-rubrica 'Diferenças de câmbio favoráveis' reflete essencialmente a valorização do dólar em relação ao euro, observada em 31 de dezembro de 2024, repercutindo-se na valorização dos dois colaterais constituídos em moeda USD, nos termos do referido na Nota 10.

### 30. OUTROS GASTOS

	2024	2023
Impostos	(1.098.409)	(718.379)
Perdas em investimentos não financeiros	(190.365)	(307.080)
Quotizações	(113.428)	(100.445)
Perdas em inventários	(107.906)	(103.332)
Correções relativas a períodos anteriores	(28.271)	(51.237)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(4.286)	(1.876.395)
Outros	(343.758)	(372.941)
	<b>(1.886.423)</b>	<b>(3.529.809)</b>

### 31. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

	2024	2023
Juros financiamentos obtidos	(909.000)	(1.060.382)
	<b>(909.000)</b>	<b>(1.060.382)</b>

### 32. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. O Conselho de Administração entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 são deduzidos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação posteriores, sem limite temporal. Esta regra aplica-se também aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso naquela data. Desta forma, os prejuízos fiscais dedutíveis do ML são os seguintes:

	2024		2023		
	Montante	Limite	Montante	Limite	
Gerados em 2014	3.496.721	-	3.496.721	-	
Gerados em 2017	39.093.595	-	39.093.595	-	
Gerados em 2018	21.012.509	-	21.012.509	-	
Gerados em 2019	12.972.374	-	12.972.374	-	
Gerados em 2020	39.341.592	-	41.815.801	-	
Gerados em 2021	16.408.154	-	16.408.154	-	
Gerados em 2022	15.266.924	-	18.895.541	-	(a)
Gerados em 2023	15.380.406	-	-	-	
	<b>162.972.274</b>		<b>153.694.693</b>		

**Notas:**

(a) Na sequência de ação inspetiva à declaração de IRC e IVA do exercício de 2022, foram efetuadas correções técnicas à matéria tributável no montante € 3.628.616,87, o que provocou a alteração do prejuízo fiscal declarado de € 18.895.540,82 para € 15.266.923,95.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto é a seguinte:

	2024	2023
Resultado antes de impostos	(19.824.197)	(23.981.191)
Diferenças permanentes	9.357.016	8.600.785
Resultado tributável	(10.467.181)	(15.380.406)
Prejuízos fiscais deduzidos	-	-
Matéria coletável	-	-
Taxa nominal de imposto	21%	21%
Coleta	-	-
Tributações autónomas	(17.114)	(18.388)
Imposto sobre o rendimento	(17.114)	(18.388)
Taxa efetiva de imposto	-	-

**33. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

2024	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
<b>Acionista</b>				
Estado Português	-	2.167.447.962	-	-
<b>Subsidiárias</b>				
Ferconsult	333.296	-	-	-
Metrocom	2.317	-	1.866.839	(7.408)
TREM	-	269.490	-	-
TREM II	-	267.948	-	-
<b>Associadas</b>				
Publimetro	349.669	-	1.742.609	-
<b>Empreendimentos conjuntos</b>				
Ensitrans	6.197	-	-	-
<b>Pessoal chave da gestão</b>				
Conselho de Administração	-	-	-	(371.397)

2023	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
<b>Acionista</b>				
Estado Português	-	2.159.927.854	-	-
<b>Subsidiárias</b>				
Ferconsult	333.296	-	-	-
Metrocom	-	-	1.842.572	(6.022)
TREM	-	269.490	-	-
TREM II	-	267.948	-	-
<b>Associadas</b>				
Publimetro	501.360	-	1.698.589	-
<b>Pessoal chave da gestão</b>				
Conselho de Administração	-	-	-	(353.439)

As transações registadas com o Conselho de Administração em 2024 e 2023 referem-se às respetivas remunerações, contribuições e benefícios não monetários, não tendo sido concedidos benefícios pós-emprego, de longo prazo, de cessação de emprego ou de remuneração em capital próprio.

### 34. GARANTIAS PRESTADAS

Entidade	Data Início	Beneficiário	31-dez-2024	31-dez-2023
			Montante	Montante
Banco BPI	10-03-2006	TRIB.ADM.F.LX-2ºJUÍZO	7.494	7.494
Banco BPI	11-05-2006	FINANÇAS 4ºBAIRRO FISCAL	95.482	95.482
Banco BPI	17-08-2011	MUNICÍPIO DE LISBOA	7.661	7.661
Banco BPI	17-06-2014	PETROGAL	7.500	7.500
Banco BPI	03-07-2015	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab	438.047	438.047
			<b>556.184</b>	<b>556.184</b>

### 35. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pela sociedade de revisores oficiais de contas ascenderam a 28.683 euros, dos quais 27.683 euros relativamente à revisão legal das contas anuais e 1.000 euros relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade.

### 36. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Até à data de emissão deste relatório, não foram recebidas informações acerca de condições que existiam à data do balanço e que pudessem afetar materialmente a posição financeira e os resultados da Empresa.

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

#### O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

## 5. Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexo

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unid. monetária (Euro)					
Rubricas	Notas	31 dezembro 2024	31 dezembro 2023		
<b>ATIVO</b>					
<b>Ativo não corrente</b>					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	5.496.169.211	5.426.679.188		
Ativos fixos tangíveis	6	163.445.472	174.108.914		
Ativos sob direito de uso	7	562.888	309.956		
Propriedades de investimento	8	14.374.082	14.799.783		
Ativos intangíveis	9	1.909.559	2.337.121		
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10	68.454	8.638		
Outros ativos financeiros	11	23.010.746	44.487.665		
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>5.699.540.413</b>	<b>5.662.731.263</b>		
<b>Ativo corrente</b>					
Inventários	12	9.998.665	10.381.802		
Clientes	13	796.366	947.836		
Estado e outros entes públicos	14	3.880.789	2.122.409		
Outros créditos a receber	15	47.486.800	39.191.100		
Outros ativos financeiros	11	22.767.914	-		
Caixa e depósitos bancários	16	142.172.787	188.294.440		
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>227.103.321</b>	<b>240.937.587</b>		
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração		5.496.169.211	5.426.679.188		
Total do ativo afeto à operação		430.474.523	476.989.663		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>5.926.643.734</b>	<b>5.903.668.850</b>		
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>					
<b>Capital próprio</b>					
Capital subscrito	17	4.276.458.143	3.906.805.655		
Reservas legais		21.597	21.597		
Outras reservas		1.501.878	1.501.878		
Resultados transitados		(2.008.841.945)	(1.984.842.365)		
Excedentes de revalorização		37.234.076	37.234.076		
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	17	(29.683.010)	(15.731.346)		
		<b>2.276.690.739</b>	<b>1.944.989.495</b>		
Resultado líquido do período		(19.844.593)	(24.002.041)		
<b>Total do capital próprio</b>		<b>2.256.846.146</b>	<b>1.920.987.453</b>		
<b>Passivo</b>					
<b>Passivo não corrente</b>					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	922.123.686	1.136.618.704		
Provisões	18	4.309.099	3.690.833		
Financiamentos obtidos	19	47.579.121	84.213.746		
Passivos de locação	7	336.716	70.661		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	20	279.899.630	266.801.355		
Outros passivos financeiros	21	33.061.305	26.192.814		
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>1.287.309.557</b>	<b>1.517.588.113</b>		
<b>Passivo corrente</b>					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	1.491.714.765	1.633.936.175		
Fornecedores	22	3.329.172	3.401.539		
Estado e outros entes públicos	14	3.739.492	3.489.248		
Financiamentos obtidos	19	787.148.310	744.676.065		
Passivos de locação	7	229.455	241.756		
Outras dívidas a pagar	23	96.326.837	79.348.501		
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>2.382.488.031</b>	<b>2.465.093.284</b>		
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração		2.413.838.451	2.770.554.879		
Total do passivo afeto à operação		1.255.959.137	1.212.126.518		
<b>Total do passivo</b>		<b>3.669.797.588</b>	<b>3.982.681.397</b>		
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>5.926.643.734</b>	<b>5.903.668.850</b>		

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

## O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unid. monetária (Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2024	2023
Vendas e serviços prestados	24	132.970.029	133.966.189
Subsídios à exploração	25	6.214.575	535.446
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	26	77.760	(19.817)
Trabalhos para a própria entidade	5.1 e 6	6.716.249	6.423.680
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(3.097.100)	(2.861.925)
Fornecimentos e serviços externos	27	(38.337.618)	(38.153.303)
Gastos com o pessoal	20 e 28	(102.548.149)	(99.533.368)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13 e 15	(35.306)	(61.054)
Provisões (aumentos / reduções)	18	(622.670)	(575.826)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	11	(1.000.000)	-
Aumentos / reduções de justo valor	11 e 21	1.527.650	1.335.902
Outros rendimentos	29	4.149.110	3.361.577
Outros gastos	30	(1.909.763)	(3.569.379)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>4.104.767</b>	<b>848.123</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 a 9	(23.009.774)	(24.537.455)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	6 a 9	30.488	804.085
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(18.874.520)</b>	<b>(22.885.246)</b>
Juros e gastos similares suportados	31	(927.954)	(1.065.282)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(19.802.474)</b>	<b>(23.950.528)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	32	(42.119)	(49.714)
Imposto diferido		-	(1.799)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(19.844.593)</b>	<b>(24.002.041)</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores de capital da empresa-mãe		(19.844.593)	(24.002.041)
Interesses que não controlam		-	-
		<b>(19.844.593)</b>	<b>(24.002.041)</b>

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

**O CONTABILISTA CERTIFICADO**

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
Unid. monetária (Euro)										
Posição em 1 de janeiro de 2023		3.849.294.636	21.597	1.501.878	(1.963.706.965)	37.234.076	11.636.073	(21.138.782)	1.914.842.512	1.914.842.512
<b>Alterações no período</b>										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2022					(21.138.782)			21.138.782	-	-
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	20						(27.367.419)		(27.367.419)	(27.367.419)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					3.382				3.382	3.382
		-	-	-	(21.135.400)	-	(27.367.419)	21.138.782	(27.364.037)	(27.364.037)
<b>Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2023</b>								(24.002.041)	(24.002.041)	(24.002.041)
<b>Resultado integral</b>					(21.135.400)		(27.367.419)	(2.863.259)	(51.366.078)	(51.366.078)
<b>Operações com detentores de capital no período</b>										
Realizações de capital		57.511.019							57.511.019	57.511.019
		57.511.019	-	-	-	-	-	-	57.511.019	57.511.019
<b>Posição em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>3.906.805.655</b>	<b>21.597</b>	<b>1.501.878</b>	<b>(1.984.842.365)</b>	<b>37.234.076</b>	<b>(15.731.346)</b>	<b>(24.002.041)</b>	<b>1.920.987.453</b>	<b>1.920.987.453</b>
Posição em 1 de janeiro de 2024		3.906.805.655	21.597	1.501.878	(1.984.842.365)	37.234.076	(15.731.346)	(24.002.041)	1.920.987.453	1.920.987.453
<b>Alterações no período</b>										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2023					(24.002.041)			24.002.041	(0)	(0)
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	20						(13.951.664)		(13.951.664)	(13.951.664)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					2.462				2.462	2.462
		-	-	-	(23.999.579)	-	(13.951.664)	24.002.041	(13.949.202)	(13.949.202)
<b>Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2024</b>								(19.844.593)	(19.844.593)	(19.844.593)
<b>Resultado integral</b>					(23.999.579)		(13.951.664)	4.157.448	(33.793.795)	(33.793.795)
<b>Operações com detentores de capital no período</b>										
Realizações de capital	17	369.652.488							369.652.488	369.652.488
		369.652.488	-	-	-	-	-	-	369.652.488	369.652.488
<b>Posição em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>4.276.458.143</b>	<b>21.597</b>	<b>1.501.878</b>	<b>(2.008.841.945)</b>	<b>37.234.076</b>	<b>(29.683.010)</b>	<b>(19.844.593)</b>	<b>2.256.846.146</b>	<b>2.256.846.146</b>

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

### O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL**  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unid. monetária (Euro)

	Notas	2024	2023
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(19.844.593)</b>	<b>(24.002.041)</b>
<b>Outro rendimento integral do período</b>			
Plano de benefícios definidos – perdas atuariais	20	(13.951.664)	(27.367.419)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		2.462	3.382
		<b>(13.949.202)</b>	<b>(27.364.037)</b>
<b>Total do rendimento integral do período</b>		<b>(33.793.795)</b>	<b>(51.366.078)</b>
<b>Atribuível a:</b>			
Detentores de capital da empresa-mãe		(33.793.795)	(51.366.078)
Interesses que não controlam		-	-
		<b>(33.793.795)</b>	<b>(51.366.078)</b>

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

**O CONTABILISTA CERTIFICADO**

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA**  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

		Unid. monetária (Euro)	
	Notas	2024	2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		152.730.553	153.465.546
Pagamentos a fornecedores		(56.632.882)	(51.782.748)
Pagamentos ao pessoal		(98.220.424)	(95.414.035)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(2.122.753)</b>	<b>6.268.762</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		1.640.700	3.036.000
Outros recebimentos / pagamentos		(8.717.223)	(715.096)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]</b>		<b>(9.199.277)</b>	<b>8.589.666</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros		18.647	-
Outros ativos		44.588	-
Subsídios ao investimento		39.080.082	96.075.730
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(92.324.769)	(94.586.681)
Ativos intangíveis		(344.091)	(1.044.928)
Investimentos financeiros		(1.000.000)	-
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]</b>		<b>(54.525.543)</b>	<b>444.121</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		7.520.109	9.024.285
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		369.652.488	57.511.019
<b>Pagamentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		(300.000.000)	-
Juros e gastos similares		(59.569.528)	(52.460.791)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]</b>		<b>17.603.069</b>	<b>14.074.513</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>		<b>(46.121.750)</b>	<b>23.108.300</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>96</b>	<b>(16)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	16	<b>188.294.440</b>	<b>165.186.156</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	16	<b>142.172.787</b>	<b>188.294.440</b>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

## Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2024

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO E PERÍODO DE RELATO

#### 1.1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por “ML” ou “Empresa”) é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015, com a redação dada pelo Aditamento celebrado em 27 de março de 2024.

O ML é a empresa-mãe do Grupo Metropolitano de Lisboa (“Grupo”) formado pelo ML e suas subsidiárias (Nota 3.2).

As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem a demonstração consolidada da posição financeira, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 27 de junho de 2025, estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pelas tutelas setorial e financeira, nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

O Conselho de Administração declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nestas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2024 e do seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data.

#### 1.2. CONTRATO DE CONCESSÃO

Em 01 de julho de 1949, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e o Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L., celebraram uma escritura de concessão da instalação e exploração, em regime de exclusivo, de um sistema de transporte coletivo fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa, aprovada por Decreto do Governo, de 25 de julho de 1949. Esta concessão foi atribuída por um prazo de 75 anos, a contar da data de escritura pública, com termo a 01 de julho de 2024.

O contexto da prestação deste transporte público sofreu, ao longo do tempo, diversas alterações, entre as quais se destacam a nacionalização da empresa e a sua transformação em empresa pública, operadas, respetivamente, através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de junho, e do Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de dezembro, a aprovação da Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres (Lei n.º 10/90, de 17 de março) e, posteriormente, a evolução legislativa a nível europeu no setor dos transportes.

Na sequência da aprovação do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, que procedeu à atualização do quadro jurídico geral da Concessão de Serviço Público atribuída ao ML, foi celebrado, entre o Estado Português (“Concedente”) e o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (“Concessionário”), em 23 de março de 2015, o Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte por Metropolitano de Passageiros (doravante designado por “Contrato de Concessão”). Da celebração do Contrato de Concessão não resultou qualquer alteração ao prazo de concessão inicialmente atribuído, no entanto, ficou prevista a possibilidade de prorrogação do mesmo, por razões de interesse público e/ou em função do tempo necessário para a amortização e remuneração, em normais condições de rendibilidade da exploração, do capital investido pelo Concessionário.

Entre 2015 e 2023, o Estado Português aprovou a realização pelo ML de um conjunto de investimentos de médio-longo prazo, tendo reconhecido a existência de interesse público em cometer ao Concessionário a continuidade da execução do plano de investimentos para a consolidação da rede de Metropolitano de Lisboa, uma vez que, atendendo às especificidades da Concessão e do serviço público de transporte por metropolitano de passageiros, é do interesse público que o ML, pela experiência, *know-how* e o corpo técnico

(estrutura de recursos humanos) adquiridos enquanto operador, continue a executar os investimentos previstos para os próximos anos.

Desta forma, em 27 de março de 2024, o Estado Português e o ML celebraram um Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte por Metropolitano de Passageiros (doravante designado “Aditamento”), estabelecendo:

- A prorrogação do prazo de concessão atribuído até 01 de julho de 2030; e
- A modificação do clausulado, no sentido da regulamentação de outras matérias carentes de atualização, designadamente no que se refere ao regime financeiro das Infraestruturas Ferroviárias, aos mecanismos de monitorização e controlo do desempenho da concessão e ao modelo de remuneração.

A entrada em vigor do Aditamento, ocorrida em 15 de julho de 2024 após a atribuição do visto do Tribunal de Contas, implica a existência de um conjunto significativo de alterações a efetuar no tratamento contabilístico seguido pela Empresa, nomeadamente ao nível da classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, bem como a necessidade de obter a aprovação do Estado relativamente ao montante a reembolsar pelas despesas e encargos com atividades desenvolvidas por sua conta até à referida data.

Dada a complexidade envolvida neste processo, e do facto de até à data de emissão deste relatório ainda não ter sido possível apurar todas as implicações decorrentes do Aditamento, o ML optou por não apresentar nas suas demonstrações financeiras as necessárias alterações, com exceção para a estimativa do rendimento decorrente da Compensação por Obrigações de Serviço Público (COSP).

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade tal como adotadas na União Europeia, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2024. Estas normas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”).

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

### 3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Empresa e das suas subsidiárias (Nota 3.2), no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para a revalorização de certos ativos não correntes (propriedades de investimento) e de certos instrumentos financeiros, que se encontram registados pelo justo valor. O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras disponíveis sobre o futuro. Em resultado dessa avaliação concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo Grupo, no exercício de 2024, foram consistentes com os aplicados pelo Grupo na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos, exceto no que respeita às normas e interpretações cuja data de eficácia corresponde aos exercícios iniciados

em ou após 1 de janeiro de 2024, da adoção das quais não resultaram impactos significativos no rendimento integral ou na posição financeira do Grupo.

### 3.1.1. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pelo Grupo

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE	Data de emissão	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2822/2023	IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: i) Classificação de Passivos como correntes e não correntes (alterações); ii) Passivos Financeiros com Compromissos (covenants) (alterações)	janeiro e julho 2020, outubro 2022	1-jan-2024
Regulamento n.º 2579/2023	IFRS 16 Locações: Responsabilidade com locação resultante de uma venda e relocação (“sale and leaseback”) (alterações)	setembro 2022	1-jan-2024
Regulamento n.º 1317/2024	IAS 7 Demonstração de Fluxos de Caixa e IFRS 7 Instrumentos Financeiros – Divulgações: Requisitos adicionais para a divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (“reverse factoring”) (alterações)	maio 2023	1-jan-2024

O Grupo implementou as alterações acima, não tendo havido um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

### 3.1.2. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pela UE mas sem aplicação efetiva ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2024 e não aplicadas antecipadamente

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE	Data de emissão	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2862/2024	IAS 21 Os Efeitos das Alterações nas Taxas de Câmbio: i) Avaliação da permutabilidade de uma moeda (alterações); ii) Determinação da taxa de câmbio em situações de impermutabilidade duradoura (alterações)	agosto 2023	1-jan-2025

Estas alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025 e não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas. Não é expectável que estas alterações venham a ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

### 3.1.3. Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adotadas pela UE

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Data de emissão	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: i) Definição de uma estrutura para a Demonstração de Resultados; ii) Transparência no reporte de indicadores de desempenho e conciliação com informação financeira (alterações); iii) Requisitos de agregação e desagregação de informações financeiras (alterações)	abril 2024	1-jan-2027
IFRS 9 Instrumentos Financeiros e IFRS 7 Instrumentos Financeiros - Divulgações: Classificação, mensuração e divulgação de Instrumentos Financeiros (alterações)	maio 2024	1-jan-2026
IFRS 19 Subsidiárias não Sujeitas à Prestação Pública de Informação Financeira - Divulgações: Requisitos de divulgação de subsidiárias elegíveis de aplicação da IFRS 19	maio 2024	1-jan-2027
Ciclo anual de melhorias às normas IFRS - Volume 11: i) IFRS 1 Adoção pela primeira vez das IFRS; ii) IFRS 7 Instrumentos Financeiros - Divulgações; iii) IFRS 9 Instrumentos Financeiros ; iv) IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas; v) IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa	julho de 2024	1-jan-2026
IFRS 9 Instrumentos Financeiros e IFRS 7 Instrumentos Financeiros - Divulgações: Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fontes renováveis (alterações)	dezembro 2024	1-jan-2026

A Administração está a avaliar o impacte da adoção futura das alterações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacte significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

## 3.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

### Participações financeiras em empresas subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Os interesses nos ativos líquidos das subsidiárias que não pertencem ao Grupo (interesses que não controlam) são apresentados no capital próprio, separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe, na rubrica "Interesses sem controlo". Os interesses sem controlo consistem na quantia desses interesses na data de aquisição e na proporção dos mesmos nas alterações no capital próprio das subsidiárias adquiridas após a data da sua aquisição.

O resultado líquido e cada um dos componentes do rendimento integral são atribuídos ao Grupo e aos interesses sem controlo na proporção da sua detenção (interesse de propriedade), mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo. As transações (incluindo as eventuais mais ou menos valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As alterações no interesse de propriedade do Grupo na subsidiária que não resulte numa perda de controlo são registadas como transações de capital próprio.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. À data de referência destas demonstrações financeiras não existem entidades nesta situação.

As empresas que integram o perímetro de consolidação (método de consolidação integral), pela maioria dos direitos de voto, são as seguintes:

Empresa	Sede	% de capital detida	
		2024	2023
<b>Empresa-mãe:</b>			
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Lisboa	-	-
<b>Subsidiárias:</b>			
Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
Metrocom - Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
TREM - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Lisboa	100,00%	100,00% (a)
TREM II - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Lisboa	100,00%	100,00%

**Notas:**

(a) O TREM - Aluguer de Material Circulante, A.C.E. foi criado com o objetivo de adquirir e alugar 18 carruagens (unidades triplas) ao ML. Em 15 de dezembro de 2024, com a formalização da transferência definitiva da propriedade das 18 UT para o ML, o propósito da existência do agrupamento complementar de empresas extinguiu-se, pelo que é intenção do Conselho de Administração do TREM proceder à sua dissolução e liquidação no decorrer de 2025.

### Empreendimentos conjuntos e associadas

O controlo conjunto de uma entidade resulta de uma forma particular de empreendimento conjunto, o qual se traduz na criação de uma entidade que, por via contratual, é conjuntamente controlada pelos vários empreendedores.

A classificação dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto e exigem a unanimidade das decisões.

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce uma influência significativa, presumida quando os direitos de votos sejam superiores a 20%, ou quando o Grupo tem o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem todavia exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos e associadas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As entidades que se qualificam como empreendimentos conjuntos e associadas são as seguintes:

Empresa	Sede	% de capital detida	
		2024	2023
Publím metro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	40,00%
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	50,00%	50,00% (a)

**Notas:**

(a) Apesar da percentagem detida pelo Grupo ser de 50%, o Conselho de Administração entende que não detém o controlo da Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., pelo que a sua participação é reconhecida de acordo com o método de equivalência patrimonial.

### 3.3. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, e dado que essa revisão não ocorreu, a partir daquela data os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Setor Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, conseqüentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu na demonstração consolidada da posição financeira os ativos e passivos afetos a ILD em consonância com a interpretação do Decreto-Lei n.º 196/1980, de 20 de junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD realizados até 31 de dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011, a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos a ILD, pelo que o total na demonstração consolidada da posição financeira da Empresa naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, no seguimento do Despacho n.º 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados a ILD na demonstração consolidada da posição financeira da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados na demonstração consolidada da posição financeira nas rubricas de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem os seguintes itens:

**No ativo:**

- As ILD do domínio público construídas pela Empresa sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de "Transporte de passageiros" e "Gestão de infraestruturas";
- As despesas de investigação e desenvolvimento e de instalação afetas à atividade de ILD;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo dos ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis apresentados na rubrica ILD não se encontram a ser depreciados/amortizados.

**No passivo:**

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é negativo;
- As provisões para processos judiciais em curso relacionados com atividade de ILD.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração consolidada dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o Sistema de Normalização Contabilística, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

**3.4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que o Grupo espera incorrer.

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados à data da posição financeira. Caso existam alterações às vidas úteis, as mesmas são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	
Material circulante de exploração	15 - 28
Material circulante de serviço	20
Outro equipamento básico	4 - 20
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 10

Os gastos com manutenção programada são considerados como uma componente do custo de aquisição do ativo fixo tangível, sendo depreciados integralmente até à data prevista da próxima manutenção. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que ocorrem.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate de um ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo, líquida de depreciações acumuladas, sendo reconhecidos em resultados no período em que ocorrem.

### 3.5. LOCAÇÕES

Em conformidade com a IFRS 16, o Grupo avalia se um contrato contém uma locação, isto é, se o contrato prevê o direito de controlar o uso de um ativo específico, por um período de tempo definido em troca de uma retribuição.

#### Contabilização nos locatários:

##### *Ativos de locações*

Na data de início da locação, o Grupo reconhece um ativo de locação pelo valor do seu custo o qual corresponde ao montante inicial do passivo da locação ajustado de quaisquer pagamentos entretanto efetuados e de quaisquer incentivos à locação recebidos e acrescido dos custos diretos adicionais incorridos e de uma estimativa de remover e/ou restaurar o ativo subjacente e/ou o local onde se situa. O direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear a partir da data de início até ao termo da locação. Adicionalmente, o ativo de locação é periodicamente reduzido de perdas por imparidade, se existirem, e ajustado por eventuais remensurações do passivo de locação.

##### *Passivos de locações*

Na data de início da locação, o Grupo reconhece passivos de locação mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros da locação, os quais incluem pagamentos fixos deduzidos de quaisquer incentivos, de pagamentos variáveis da locação, e valores que se esperam pagar a título de valor residual garantido. Os pagamentos de locação incluem ainda o preço de exercício de opções de compra ou renovação razoavelmente certas de serem exercidas pelo Grupo ou pagamentos de penalidades de rescisão de locações, se o prazo da locação refletir a opção do Grupo de rescindir o contrato.

No cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação o Grupo usa a sua taxa incremental de financiamento se a taxa de juro implícita na locação não for facilmente determinável. Subsequentemente, o valor dos passivos de locação é incrementado pelo valor dos juros e diminuído pelos pagamentos de locação.

Nos contratos de locação em que o Grupo é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor e nos contratos de locação a curto prazo (12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuado através do acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres”.

#### Contabilização nos locadores:

A contabilização nos locadores não é alterada com a IFRS 16. Deste modo, as locações são contabilizadas como locação financeira ou locação operacional nos termos da anterior IAS 17:

- Locação financeira: se transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente;
- Locação operacional: se não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente.

Aos locadores não é permitido o expediente prático de tratar a componente não-locação como uma locação.

Numa locação financeira, o locador reconhece um ativo financeiro ao custo amortizado na demonstração consolidada da posição financeira e reconhece na demonstração dos resultados o proveito dos respetivos juros.

Numa locação operacional, o locador reconhece como um rendimento de forma linear os recebimentos da locação.

O Grupo é locador apenas em locações operacionais.

### 3.6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear, de acordo com a seguinte vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Programas de computador	3
Propriedade industrial e outros direitos	3 - 10

### 3.7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Outros equipamentos	4 - 20

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

### 3.8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos são registadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidas pelo custo e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor ou do empreendedor nos ativos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição ao valor do investimento financeiro.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha efetuado pagamentos a favor da participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a participada relatar lucros, o Grupo retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

### 3.9. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum

indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso do Grupo se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração consolidada dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

### 3.10. GASTOS COM FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### 3.11. INVENTÁRIOS

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio ponderado.

### 3.12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) custo amortizado menos perdas por imparidade e (ii) justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

#### (i) Custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados “ao custo amortizado menos perdas por imparidade” os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e

- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Cientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de “Outras dívidas a pagar”.

**(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados**

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.

Nesta categoria incluem-se os colaterais dados como garantia dos financiamentos, registados na rubrica do ativo ‘Outros ativos financeiros’.

### 3.13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica de ‘Financiamentos obtidos’.

### 3.14. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Grupo irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no passivo, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente

às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

As compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público são reconhecidas na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos, exceto se existirem fundadas dúvidas sobre a sua quantificação ou sobre o seu recebimento, situação em que apenas são reconhecidas no período em que se tornam recebíveis, o que se verifica com a respetiva validação pelo Gestor do Contrato. Estas compensações financeiras são objeto de dois pagamentos por conta, a realizar em 1 de fevereiro e 1 de julho de cada ano, correspondendo, o primeiro, a 50% (cinquenta por cento) do valor total da compensação e, o segundo, a 40% (quarenta por cento) do mesmo. O valor remanescente resultará do apuramento do valor real da COSP para esse ano, sendo a sua estimativa reconhecida na demonstração de resultados, independentemente de ainda não ter sido obtida a respetiva validação pelo Gestor do Contrato.

### 3.15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são registadas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração consolidada da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.16. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

#### Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data de balanço e o gasto com pensões a registar no período.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço, representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- Complementos de pensões de reforma por velhice;
- Complementos de reforma por invalidez; e
- Complementos de reforma por sobrevivência no ativo e na reforma.

#### Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2024. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos participados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do período em que são pagos.

### 3.17. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público resulta da repartição das receitas provenientes da venda dos títulos que permitem o acesso ao modo operado pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E.. É reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa; e
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

O sistema tarifário em vigor na Área Metropolitana de Lisboa (AML) encontra-se definido no Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março, na sua redação atual, nele estando definidas as regras de cálculo das compensações financeiras devidas aos Operadores pelo cumprimento das obrigações de serviço público.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

### 3.18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do Grupo.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O Grupo não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados.

Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e a imparidades e provisões não aceites fiscalmente, não sendo reconhecidos por não existir segurança razoável de que serão gerados lucros futuros. Os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e a mais-valias fiscais com tributação diferida, não sendo reconhecidos por não haver expectativa que venha a ser gerado um exfluxo de recursos, em resultado do efeito fiscal relacionado com os subsídios ao investimento.

### 3.19. CLASSIFICAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de relato, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

### 3.20. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração consolidada dos resultados do período em que são geradas.

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

País	Moeda	Cotação média		Cotação final	
		2024	31/12/2024	2023	31/12/2023
Estados Unidos da América	USD	1,08	1,04	1,08	1,11
Reino Unido	GBP	0,85	0,83	0,87	0,87
Brasil	BRL	5,83	6,43	5,40	5,36
Argélia	DZD	145,15	140,57	147,12	148,31

Fonte: Banco de Portugal / Exchange Rates UK

### 3.21. REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

O Grupo regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

### 3.22. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

No desenvolvimento da sua atividade o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

#### a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional do Grupo é desenvolvida em Portugal e conseqüentemente a grande maioria das suas transações são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por evitar na medida, do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

#### b) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas numa forma adequada, gerindo os excessos e défices de liquidez, sendo cobertas por financiamentos avalizados pelo Estado Português ou por estes concedidos através de indemnizações compensatórias não reembolsáveis e dotações de capital.

#### c) Risco de taxa de juro

As receitas e “cash-flows” do Grupo são influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo e os eventuais financiamentos obtidos, se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

#### Análise de sensibilidade da taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros derivados existentes à data de relato. Para os ativos e passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o montante de juros a receber ou a pagar, dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis e, no caso de taxas fixas contratadas no período em análise, as alterações da taxa de juro afetam também esta componente;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante de juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;

- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o justo valor dos derivados;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros é estimado descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano; e,
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

As análises de sensibilidade pressupõem a alteração de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar correlacionadas.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% nas taxas de mercado para os instrumentos financeiros derivados, a 31 de dezembro de 2024, resultaria num aumento de cerca de 3,3 milhões de euros e numa diminuição de aproximadamente 14,9 milhões de euros, respetivamente, no resultado antes de imposto e antes da afetação à rubrica de ILD.

### 3.23. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

- a) Registo das atividades de investimento em ILD;
- b) Vidas úteis e análise de imparidade dos ativos fixos tangíveis;
- c) Perdas por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – no final de cada exercício é determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados;
- e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário;
- f) Constituição de provisões – análise das obrigações que resultem de acontecimentos passados e determinação da probabilidade e montante do exfluxo financeiro necessário para o respetivo pagamento.

### 3.24. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data de relato que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data de relato (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data de relato (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

#### 4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com as divulgações exigidas pela IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Grupo Metropolitano de Lisboa identificou a área de negócio ‘Atividade de transporte de passageiros e gestão de infraestruturas’.

As informações sobre as outras áreas de negócio constam na categoria ‘Outros segmentos’.

As transações entre segmentos são realizadas em condições normais de mercado, seguindo as mesmas políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo no tratamento de transações com entidades não relacionadas.

A informação financeira por segmento de negócio do Grupo, relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é a seguinte:

##### EXERCÍCIO 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Vendas e serviços prestados	130 403 570	2 566 459	132 970 029
Subsídios à exploração	6 214 575	-	6 214 575
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empr. conjuntos	77 791	(30)	77 760
Trabalhos para a própria entidade	6 716 249	-	6 716 249
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(3 097 100)	-	(3 097 100)
Fornecimentos e serviços externos	(37 921 309)	(416 308)	(38 337 618)
Gastos com o pessoal	(102 288 041)	(260 108)	(102 548 149)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(35 306)	-	(35 306)
Provisões (aumentos / reduções)	(592 250)	(30 420)	(622 670)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	(1 000 000)	-	(1 000 000)
Aumentos / reduções de justo valor	1 527 650	-	1 527 650
Outros rendimentos	3 990 101	159 009	4 149 110
Outros gastos	(1 886 423)	(23 340)	(1 909 763)
Resultados operacionais intersegmentos	(8 181 773)	8 181 773	-
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>(6 072 268)</b>	<b>10 177 035</b>	<b>4 104 767</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(12 857 746)	(10 152 029)	(23 009 774)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	30 488	-	30 488
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>(18 899 526)</b>	<b>25 006</b>	<b>(18 874 520)</b>
Juros e gastos similares suportados	(927 954)	-	(927 954)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(19 827 480)</b>	<b>25 006</b>	<b>(19 802 474)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(17 114)	(25 006)	(42 119)
Imposto diferido	-	-	-
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(19 844 593)</b>	<b>-</b>	<b>(19 844 593)</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores de capital da empresa-mãe	(19 844 593)	-	(19 844 593)
Interesses que não controlam	-	-	-
	<b>(19 844 593)</b>	<b>-</b>	<b>(19 844 593)</b>

## EXERCÍCIO 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Vendas e serviços prestados	131.419.979	2.546.210	133.966.189
Subsídios à exploração	535.446	-	535.446
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empr. conjuntos	(20.328)	512	(19.817)
Trabalhos para a própria entidade	6.423.680	-	6.423.680
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2.861.925)	-	(2.861.925)
Fornecimentos e serviços externos	(37.795.177)	(358.126)	(38.153.303)
Gastos com o pessoal	(99.286.012)	(247.356)	(99.533.368)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(231.586)	170.532	(61.054)
Provisões (aumentos / reduções)	(553.209)	(22.616)	(575.826)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-
Aumentos / reduções de justo valor	1.335.902	-	1.335.902
Outros rendimentos	3.248.142	113.436	3.361.577
Outros gastos	(3.529.809)	(39.570)	(3.569.379)
Resultados operacionais intersegmentos	(8.300.764)	8.300.764	-
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>(9.615.662)</b>	<b>10.463.786</b>	<b>848.123</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(14.106.794)	(10.430.661)	(24.537.455)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	804.085	-	804.085
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>(22.918.371)</b>	<b>33.125</b>	<b>(22.885.246)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(1.065.282)	-	(1.065.282)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(23.983.653)</b>	<b>33.125</b>	<b>(23.950.528)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(18.388)	(31.326)	(49.714)
Imposto diferido	-	(1.799)	(1.799)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(24.002.041)</b>	<b>-</b>	<b>(24.002.041)</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores de capital da empresa-mãe	(24.002.041)	-	(24.002.041)
Interesses que não controlam	-	-	-
	<b>(24.002.041)</b>	<b>-</b>	<b>(24.002.041)</b>

31 DE DEZEMBRO DE 2024	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Ativos do segmento	5 876 177 594	50 466 140	5 926 643 734
Passivos do segmento	3 667 903 783	1 893 805	3 669 797 588

31 DE DEZEMBRO DE 2023	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Ativos do segmento	5.826.309.654	77.359.196	5.903.668.850
Passivos do segmento	3.980.719.860	1.961.538	3.982.681.397

## 5. INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO

O saldo apresentado na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, tendo a seguinte decomposição por rubricas de ativos e passivos:

	Notas	31-dez-2024	31-dez-2023
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5.1	3.447.864.385	3.355.620.894
Propriedades de investimento	5.2	1.804.209	1.804.209
Ativos intangíveis	5.3	7.955.924	7.724.548
Outros ativos financeiros	5.4	2.770.384	2.957.885
Conta a receber do Estado	5.5	3.275.964.191	3.226.923.229
Subsídios	5.6	(1.240.189.883)	(1.168.351.577)
		<b>5.496.169.211</b>	<b>5.426.679.188</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5.496.169.211</b>	<b>5.426.679.188</b>
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	5.7	3.782.500	5.062.500
Financiamentos obtidos	5.8	914.839.309	1.122.926.137
Outros passivos financeiros	5.4	3.501.878	8.630.067
		<b>922.123.686</b>	<b>1.136.618.704</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Financiamentos obtidos	5.8	1.327.881.223	1.418.111.905
Fornecedores	5.9	440.455	111.397
Outras dívidas a pagar	5.10	163.393.088	215.712.873
		<b>1.491.714.765</b>	<b>1.633.936.175</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2.413.838.451</b>	<b>2.770.554.879</b>
<b>Total ILD líquido</b>		<b>3.082.330.759</b>	<b>2.656.124.308</b>

### 5.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	31 de dezembro de 2024					Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	
<b>Ativos</b>						
Saldo inicial	13 511 055	2 677 389 944	470 214 028	184 888 125	10 312 594	3 356 315 746
Aquisições	800 000	334 367	1 703 071	79 171 266	11 358 251	93 366 955
Transferências	-	776 627	1 927 025	(2 739 408)	(1 085 023)	(1 120 780)
Abates	-	-	(5 685)	-	-	(5 685)
<b>Saldo final</b>	<b>14 311 055</b>	<b>2 678 500 938</b>	<b>473 838 439</b>	<b>261 319 983</b>	<b>20 585 822</b>	<b>3 448 556 237</b>
<b>Perdas por imparidade</b>						
Saldo inicial	-	694 852	-	-	-	694 852
Aumentos	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	(3 000)	-	-	-	(3 000)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>691 852</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>691 852</b>
<b>Total do ativo fixo tangível líquido (ILD)</b>	<b>14 311 055</b>	<b>2 677 809 086</b>	<b>473 838 439</b>	<b>261 319 983</b>	<b>20 585 822</b>	<b>3 447 864 385</b>

31 de dezembro de 2023						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>						
Saldo inicial	13 511 055	2 675 222 631	469 081 327	99 046 302	9 030 278	3 265 891 592
Aquisições	-	1 418 548	354 138	87 370 216	9 715 221	98 858 123
Transferências	-	748 765	779 628	(1 528 393)	(8 432 905)	(8 432 905)
Abates	-	-	(1 065)	-	-	(1 065)
<b>Saldo final</b>	<b>13 511 055</b>	<b>2 677 389 944</b>	<b>470 214 028</b>	<b>184 888 125</b>	<b>10 312 594</b>	<b>3 356 315 746</b>
<b>Perdas por imparidade</b>						
Saldo inicial	-	694 852	-	-	-	694 852
Aumentos	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>694 852</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>694 852</b>
<b>Total do ativo fixo tangível líquido (ILD)</b>	<b>13 511 055</b>	<b>2 676 695 092</b>	<b>470 214 028</b>	<b>184 888 125</b>	<b>10 312 594</b>	<b>3 355 620 894</b>

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 79.171.266 euros, referem-se essencialmente ao empreendimento da Linha Circular (60.017.030 euros) e ao prolongamento de São Sebastião a Alcântara (9.388.819 euros).

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na sub-rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 11.358.251 euros, referem-se essencialmente à concessão de adiantamento no âmbito do prolongamento de São Sebastião a Alcântara (10.924.722 euros).

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na sub-rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 1.085.023 euros, referem-se essencialmente à regularização de adiantamentos concedidos no âmbito do empreendimento da Linha Circular (655.497 euros).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 6.550.656 euros e 6.308.640 euros, respetivamente.

## 5.2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2024					31 de dezembro de 2023				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Praça Marechal Humberto Delgado	1.804.209	-	-	1.804.209	7.646.660	1.804.209	-	-	1.804.209	7.545.202
	<b>1.804.209</b>			<b>1.804.209</b>	<b>7.646.660</b>	<b>1.804.209</b>			<b>1.804.209</b>	<b>7.545.202</b>

## 5.3. ATIVO INTANGÍVEL

	31 de dezembro de 2024			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>				
Saldo inicial	5 138 543	2 019 827	566 178	7 724 548
Aquisições	-	-	231 376	231 376
<b>Saldo final</b>	<b>5 138 543</b>	<b>2 019 827</b>	<b>797 554</b>	<b>7 955 924</b>
<b>Total do ativo intangível bruto (ILD)</b>	<b>5 138 543</b>	<b>2 019 827</b>	<b>797 554</b>	<b>7 955 924</b>

	31 de dezembro de 2023			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>				
Saldo inicial	5 138 543	2 019 827	273 585	7 431 955
Aquisições	-	-	292 593	292 593
<b>Saldo final</b>	<b>5 138 543</b>	<b>2 019 827</b>	<b>566 178</b>	<b>7 724 548</b>
<b>Total do ativo intangível bruto (ILD)</b>	<b>5 138 543</b>	<b>2 019 827</b>	<b>566 178</b>	<b>7 724 548</b>

#### 5.4. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nesta rubrica incluem-se os *swaps* de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos para fazer face aos investimentos em infraestruturas de longa duração. A discriminação por contrato de *swap* é a seguinte:

##### Outros ativos financeiros

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2024	31-dez-2023
66#METLIS CGDBI Dez2026	CGDBI	04/12/2026	100.000.000	100.000.000	2.770.384	2.957.885
					<b>2.770.384</b>	<b>2.957.885</b>

##### Outros passivos financeiros

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-dez-2024	31-dez-2023
52#METLIS BSN Jul2024	BSN	22/07/2024	100.000.000	100.000.000	-	1.721.537
58#METLIS ML Dez2026	ML	04/12/2026	30.000.000	30.000.000	1.751.955	3.465.053
59#METLIS CGD Dez2026	CGD	04/12/2026	30.000.000	30.000.000	1.749.922	3.443.478
					<b>3.501.878</b>	<b>8.630.067</b>

#### 5.5. CONTA A RECEBER DO ESTADO

Esta rubrica inclui os gastos, deduzidos de eventuais rendimentos, associados às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, tendo a seguinte decomposição:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289.555.301	289.555.301
Juros, taxa de aval e imposto do selo	2.957.591.965	2.902.327.314
Gastos de emissão	20.230.150	20.230.150
Instrumentos financeiros derivados	731.493	5.672.182
Fornecimentos e serviços externos	2.563.836	2.563.836
Provisões	8.094.809	9.374.809
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	691.852	694.852
Alienação terreno	(3.495.216)	(3.495.216)
	<b>3.275.964.191</b>	<b>3.226.923.229</b>

##### Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF

Os encargos financeiros suportados com as ILD que não foram passíveis de ser capitalizados até 31 de dezembro de 2008, encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados. Na transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de ILD seguindo o princípio descrito na Nota 3.3. Relativamente aos encargos financeiros incorridos entre 1995 e 2008, no montante de aproximadamente 1.017.000.000 euros, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. No que respeita aos encargos financeiros incorridos até 31 de dezembro de 1994, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros, correspondente ao saldo líquido entre as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009.

##### Fornecimentos e serviços externos

Na sequência de um processo que decorreu num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira ao Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com advogados relativos aos instrumentos financeiros derivados que se encontravam afetos à atividade de ILD, no montante global de 2.563.836 euros.

## Alienação terreno

Esta sub-rubrica inclui o rendimento registado com a transferência para o Estado Português, através de dação em cumprimento, da parcela de terreno integrada no Terminal Fluvial do Cais do Sodré.

## 5.6. SUBSÍDIOS

	31-dez-2024	31-dez-2023
Fundo Coesão	(505.634.485)	(487.412.442)
FEDER	(229.464.397)	(229.464.397)
PIDDAC	(187.039.717)	(186.239.717)
Fundo Ambiental	(96.186.968)	(60.132.843)
PRR	(17.298.920)	(536.782)
Subsídios diversos	(204.565.396)	(204.565.396)
	<b>(1.240.189.883)</b>	<b>(1.168.351.577)</b>

## 5.7. PROVISÕES

31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	5 062 500	70 000	(1 350 000)	-	3 782 500
	<b>5 062 500</b>	<b>70 000</b>	<b>(1 350 000)</b>	<b>-</b>	<b>3 782 500</b>

31 de dezembro de 2023					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	6 022 500	40 000	-	(1 000 000)	5 062 500
	<b>6 022 500</b>	<b>40 000</b>	<b>-</b>	<b>(1 000 000)</b>	<b>5 062 500</b>

## 5.8. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

	Entidade financiadora	31 de dezembro de 2024				31 de dezembro de 2023			
		Límite	Corrente	Não corrente	Total	Límite	Corrente	Não corrente	Total
<b>Empréstimos obrigacionistas:</b>									
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110.000.000	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000
Emissão Metro 2026	JP Morgan	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2027	BNPP	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
			<b>110.000.000</b>	<b>800.000.000</b>	<b>910.000.000</b>			<b>-</b>	<b>910.000.000</b>
<b>Empréstimos bancários:</b>									
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507.957.564	253.978.782	-	253.978.782	507.957.564	253.978.782	-	253.978.782
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237.747.877	178.310.908	-	178.310.908	237.747.877	178.310.908	-	178.310.908
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282.974.244	282.974.244	-	282.974.244	282.974.244	282.974.244	-	282.974.244
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF (parte)	17.158.204	17.158.204	-	17.158.204	17.158.204	17.158.204	-	17.158.204
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF (parte)	262.008.399	262.008.399	-	262.008.399	262.008.399	218.340.332	43.668.066	262.008.399
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF (parte)	108.328.053	90.273.377	18.054.676	108.328.053	108.328.053	72.218.702	36.109.351	108.328.053
Emp. LP 154,51 M EUR	DGTF (parte)	137.118.041	91.412.027	45.706.014	137.118.041	137.118.041	68.559.020	68.559.020	137.118.041
Emp. LP 100,86 M EUR	DGTF (parte)	71.615.776	35.807.888	35.807.888	71.615.776	71.615.776	23.871.925	47.743.850	71.615.776
Emp. LP 35,19 M EUR	DGTF (parte)	16.198.725	5.399.575	10.799.150	16.198.725	16.198.725	2.699.788	13.498.938	16.198.725
Suprimentos 9,02 M EUR	DGTF (parte)	3.346.911	557.819	2.789.093	3.346.911	3.346.911	-	3.346.911	3.346.911
Suprimentos 2,98 M EUR	DGTF (parte)	1.682.489	-	1.682.489	1.682.489	-	-	-	-
			<b>1.217.881.223</b>	<b>114.839.309</b>	<b>1.332.720.531</b>		<b>1.118.111.905</b>	<b>212.926.137</b>	<b>1.331.038.042</b>
<b>Outros empréstimos obtidos:</b>									
Schuldschein	ABN AMRO	-	-	-	-	300.000.000	300.000.000	-	300.000.000
							<b>300.000.000</b>	<b>-</b>	<b>300.000.000</b>
<b>Total de empréstimos obtidos</b>		<b>1.327.881.223</b>	<b>914.839.309</b>	<b>2.242.720.531</b>		<b>1.418.111.905</b>	<b>1.122.926.137</b>	<b>2.541.038.042</b>	

O empréstimo por obrigações “Metro 2025” foi contraído a 23 de dezembro de 2010 por um período de quinze anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Frankfurt Stock Exchange.

O empréstimo por obrigações “Metro 2026” foi contraído a 4 de dezembro de 2007 por um período de vinte anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon e na Frankfurt Stock Exchange.

O empréstimo por obrigações “Metro 2027” foi contraído a 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos “bullet”, à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon e na Frankfurt Stock Exchange.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 32.584.270 euros, dos quais 17.158.204 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2019.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 421.973.931 euros, dos quais 262.008.399 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2020.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 131.884.780 euros, dos quais 108.328.053 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2021.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 154.513.049 euros, dos quais 137.118.041 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2022.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 100.855.699 euros, dos quais 71.615.776 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2023.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 35.197.631 euros, dos quais 16.198.725 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2024.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa contratou com a DGTF um empréstimo, sob a forma de suprimento, no montante de 9.024.285 euros, dos quais 3.346.911 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2025.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa contratou com a DGTF um empréstimo, sob a forma de suprimento, no montante de 1.682.489 euros, associado a responsabilidades

com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2026.

Desde 30 de novembro de 2014, tem sido sucessivamente autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos contraídos com a DGTF acima enunciados, sem cobrança de juros, tendo a última moratória sido autorizada ao abrigo do Despacho do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, de 27 de dezembro de 2024, com diferimento para até 31 de maio de 2025.

Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos classificados como não corrente, têm o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2026	456.381.666
2027	438.326.990
2028	15.473.983
2029 e seguintes	4.656.669
	<b>914.839.309</b>

Em 31 de dezembro de 2024, os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao *rating* da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, são os seguintes:

CONTRATO	Montante em Dívida a 31-12-2024 (€)	DATA VENCIMENTO	NEGATIVE PLEDGE (SIM / NÃO)	PARI PASSU (SIM / NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM / NÃO)	RATING DOWNGRADE (SIM/NÃO)	GROSS UP (SIM / NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS/IMPOSTO DO SELO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁRIOS
EUR 110.000.000,00 7.30% Guaranteed Notes due 2025. Deutsche Bank AG / Dezembro 2010, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	110.000.000,00	23 de dezembro de 2025	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026. JP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	4 de dezembro de 2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027. BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	7 de dezembro de 2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
<b>TOTAL</b>	<b>910.000.000</b>									

## 5.9. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito das obras de expansão e modernização/remodelação da rede.

## 5.10. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de outras dívidas a pagar é composta pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do período seguinte, bem como pela parte dos subsídios ao investimento recebidos ainda sem despesa executada.

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

31 de dezembro de 2024									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo</b>									
Saldo inicial	20.967.185	217.793.593	833.891.596	129.208	23.644.557	4.321.004	28.977.198	3.514.443	1.133.238.784
Aquisições	-	20.025	1.176.622	-	611.671	64.623	6.228.853	2.929.665	11.031.459
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	35.757	(80.805.279)	-	500	-	(2.250.276)	(130.759)	(83.150.058)
Abates	-	-	(1.541.691)	-	(84.795)	(2.504)	-	-	(1.628.991)
<b>Saldo final</b>	<b>20.967.185</b>	<b>217.849.375</b>	<b>752.721.247</b>	<b>129.208</b>	<b>24.171.933</b>	<b>4.383.122</b>	<b>32.955.775</b>	<b>6.313.349</b>	<b>1.059.491.194</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>									
Saldo inicial	-	(209.706.708)	(723.167.441)	(129.208)	(22.667.015)	(3.459.499)	-	-	(959.129.871)
Depreciações do período	-	(394.390)	(20.558.902)	-	(402.868)	(59.499)	-	-	(21.415.659)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	83.055.556	-	(59)	-	-	-	83.055.497
Abates	-	-	1.376.268	-	65.538	2.504	-	-	1.444.311
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>(210.101.098)</b>	<b>(659.294.519)</b>	<b>(129.208)</b>	<b>(23.004.403)</b>	<b>(3.516.493)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(896.045.722)</b>
<b>Perdas por imparidade</b>									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>20.967.185</b>	<b>7.748.277</b>	<b>93.426.728</b>	<b>-</b>	<b>1.167.529</b>	<b>866.629</b>	<b>32.955.775</b>	<b>6.313.349</b>	<b>163.445.472</b>
31 de dezembro de 2023									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo</b>									
Saldo inicial	20.967.185	217.758.717	829.273.115	129.208	23.346.572	4.254.193	29.212.124	5.258.039	1.130.199.154
Aquisições	-	4.760	599.990	-	311.303	67.318	5.612.075	1.110.791	7.706.237
Alienações	-	-	-	-	(105)	-	-	-	(105)
Transferências	-	30.116	5.818.034	-	253	-	(5.847.002)	(2.854.387)	(2.852.986)
Abates	-	-	(1.799.542)	-	(13.466)	(508)	-	-	(1.813.516)
<b>Saldo final</b>	<b>20.967.185</b>	<b>217.793.593</b>	<b>833.891.596</b>	<b>129.208</b>	<b>23.644.557</b>	<b>4.321.004</b>	<b>28.977.198</b>	<b>3.514.443</b>	<b>1.133.238.784</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>									
Saldo inicial	-	(209.305.701)	(702.406.598)	(129.208)	(22.357.773)	(3.401.720)	-	-	(937.601.001)
Depreciações do período	-	(399.860)	(22.268.994)	-	(322.423)	(58.286)	-	-	(23.049.563)
Alienações	-	(1.147)	-	-	-	-	-	-	(1.147)
Transferências	-	-	-	-	(253)	-	-	-	(253)
Abates	-	-	1.508.152	-	13.434	508	-	-	1.522.094
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>(209.706.708)</b>	<b>(723.167.441)</b>	<b>(129.208)</b>	<b>(22.667.015)</b>	<b>(3.459.499)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(959.129.871)</b>
<b>Perdas por imparidade</b>									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>20.967.185</b>	<b>8.086.885</b>	<b>110.724.155</b>	<b>-</b>	<b>977.542</b>	<b>861.505</b>	<b>28.977.198</b>	<b>3.514.443</b>	<b>174.108.914</b>

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 6.228.853 euros, referem-se essencialmente à aquisição de 4 unidades triplas (UT) da série ML20 (2.354.786 euros) e aos equipamentos de controlo e vendas de títulos das novas estações do empreendimento da Linha Circular (1.013.509 euros).

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na sub-rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 2.929.665 euros, referem-se essencialmente à concessão de adiantamentos no âmbito da Modernização dos Sistemas de Sinalização nos PMO (1.533.051 euros) e dos novos equipamentos de sinalização embarcada para 70 UT do material circulante de exploração (1.321.336 euros).

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na sub-rubrica “Equipamento básico” incluem a operação de reconhecimento de 18 UT da série ML97 no ativo fixo tangível do ML, na sequência da transferência definitiva para a sua propriedade.

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na sub-rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 2.250.276 euros, referem-se essencialmente à entrada em

funcionamento de novos equipamentos do sistema de videovigilância e de deteção de descida à via nas estações do ML (1.355.673 euros).

Os abates ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na sub-rubrica “Equipamento básico”, no montante de 1.541.691 euros, referem-se essencialmente ao desreconhecimento de um equipamento de reperfilagem de rodas em fossa (1.039.729 euros).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 120.883 euros e 45.743 euros, respetivamente.

## 7. LOCAÇÕES

### 7.1. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Equipamento de transporte	Total	Equipamento de transporte	Total
<b>Ativos</b>				
Saldo inicial	942.100	942.100	848.933	848.933
Aquisições / Adições	506.984	506.984	201.313	201.313
Alienações	-	-	(108.146)	(108.146)
<b>Saldo final</b>	<b>1.449.084</b>	<b>1.449.084</b>	<b>942.100</b>	<b>942.100</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Saldo inicial	(632.145)	(632.145)	(534.583)	(534.583)
Depreciações do período	(254.051)	(254.051)	(199.873)	(199.873)
Alienações	-	-	102.312	102.312
<b>Saldo final</b>	<b>(886.196)</b>	<b>(886.196)</b>	<b>(632.145)</b>	<b>(632.145)</b>
	<b>562.888</b>	<b>562.888</b>	<b>309.956</b>	<b>309.956</b>

### 7.2. PASSIVOS DA LOCAÇÃO

	31-dez-2024	31-dez-2023
<b>Locações não corrente</b>		
Viaturas	336.716	70.661
<b>Locações corrente</b>		
Viaturas	229.455	241.756
<b>Total</b>	<b>566.171</b>	<b>312.417</b>

	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Pagamentos mínimos locações	Valor presente dos pagamentos mínimos	Pagamentos mínimos locações	Valor presente dos pagamentos mínimos
<b>Futuros pagamentos mínimos</b>				
Até 1 ano	241.035	229.455	245.435	241.756
Entre 1 e 5 anos	344.090	336.716	71.883	70.661
<b>Total</b>	<b>585.125</b>	<b>566.171</b>	<b>317.318</b>	<b>312.417</b>
Efeito financeiro do desconto	(18.954)	-	(4.900)	-
<b>Valor presente dos pagamentos mínimos</b>	<b>566.171</b>	<b>566.171</b>	<b>312.417</b>	<b>312.417</b>

## 8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2024					31 de dezembro de 2023				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	22.134.855	11.312.982	38.005	10.783.868	12.650.163	22.134.855	10.870.240	68.493	11.196.122	12.079.700
Praça Marechal Humberto Delgado	22.309.373	18.719.159	-	3.590.214	94.552.340	22.309.373	18.705.712	-	3.603.661	93.297.798
	<b>44.444.229</b>	<b>30.032.142</b>	<b>38.005</b>	<b>14.374.082</b>	<b>107.202.503</b>	<b>44.444.229</b>	<b>29.575.953</b>	<b>68.493</b>	<b>14.799.783</b>	<b>105.377.498</b>



## 11. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	31-dez-2024	31-dez-2023
<b>Bank of America Leasing &amp; Capital, LCC - Colateral</b>		
Saldo inicial	23.128.595	33.664.694
Desembolso	(2.901.156)	(10.415.130)
Variação justo valor	1.218.778	1.005.971
Diferenças cambiais	1.359.148	(1.126.940)
<b>Saldo final</b>	<b>22.805.365</b>	<b>23.128.595</b>
<b>Wilmington Trust - Colateral</b>		
Saldo inicial	21.115.565	21.533.964
Variação justo valor	308.872	329.931
Diferenças cambiais	1.343.478	(748.330)
<b>Saldo final</b>	<b>22.767.914</b>	<b>21.115.565</b>
<b>Investimentos noutras empresas</b>		
Saldo inicial	-	-
Participação de capital CCF	2.000.000	1.000.000
Perdas por imparidade	(2.000.000)	(1.000.000)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fundo Compensação Trabalho</b>		
Saldo inicial	125.707	105.564
Aumentos	(8.674)	20.143
Variação justo valor	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>117.032</b>	<b>125.707</b>
<b>Cientes</b>		
Saldo inicial	117.799	-
Aumentos	(29.450)	117.799
Variação justo valor	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>88.349</b>	<b>117.799</b>
<b>Total</b>	<b>45.778.660</b>	<b>44.487.665</b>

Em resultado das descidas do rating atribuído à Empresa, foi necessária a constituição de dois colaterais em 2009 e 2013, o primeiro a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC e o segundo a favor da Wilmington Trust.

O depósito colateral Wilmington Trust tem como objetivo garantir o cumprimento das obrigações financeiras da Empresa no âmbito da operação US Cross Border Lease (USCBL). O termo desta operação ocorreu em 15 de dezembro de 2024, com a formalização da transferência definitiva da propriedade de 18 carruagens (unidades triplas) para o ML. Findas as obrigações inerentes à operação USCBL, foi efetuado o pedido de reembolso do colateral Wilmington Trust.

Na sequência da constituição da Associação Centro de Competências Ferroviário (CCF), e conforme previsto na RCM n.º 124/2023, de 10 de outubro, o ML efetuou em 2024 um investimento de 1 M€ referente ao reforço da sua participação financeira nesta associação. Após análise, e tendo em conta o objeto e a natureza jurídica da associação, entende-se que existem baixas probabilidades do ML recuperar o investimento em causa, pelo que se procedeu ao reforço da perda por imparidade reconhecida em 2022.

## 12. INVENTÁRIOS

	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
<b>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo</b>						
Materiais	8.576.355	-	8.576.355	8.890.679	-	8.890.679
Ferramentas	37.013	-	37.013	24.234	-	24.234
Produtos de limpeza	111.429	-	111.429	114.019	-	114.019
Material de escritório	64.928	-	64.928	54.057	-	54.057
Combustíveis	34.057	-	34.057	28.242	-	28.242
Títulos transporte	421.307	-	421.307	376.986	-	376.986
Outros materiais	719.704	-	719.704	861.364	-	861.364
Artigos promocionais/publicações	33.874	-	33.874	32.222	-	32.222
	<b>9.998.665</b>	<b>-</b>	<b>9.998.665</b>	<b>10.381.802</b>	<b>-</b>	<b>10.381.802</b>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2024	2023
Saldo inicial	10.381.802	9.811.593
Compras	3.185.058	4.057.137
Regularizações	(471.094)	(625.003)
Saldo final	9.998.665	10.381.802
	<b>3.097.100</b>	<b>2.861.925</b>

## 13. CLIENTES

	31-dez-2024	31-dez-2023
Ar Telecom	463.383	463.383
Publimetro	349.669	501.360
Associação de Turismo de Lisboa	289.522	159.784
GIBB Portugal	29.450	29.450
Outros	334.215	606.628
	<b>1.466.239</b>	<b>1.760.605</b>
Perdas por imparidade	(669.873)	(812.769)
	<b>796.366</b>	<b>947.836</b>
<b>Perdas por imparidade clientes</b>	<b>31-dez-2024</b>	<b>31-dez-2023</b>
Saldo inicial	(812 769)	(1 016 861)
Aumentos	(12 337)	(62 841)
Reversões	47 954	183 359
Utilizações	107 279	83 574
Saldo final	<b>(669 873)</b>	<b>(812 769)</b>

## 14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	1.064.758	125	1.650.888	250
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	12.855	1.362.891	7.971	1.284.200
Imposto sobre o valor acrescentado	2.803.176	-	463.550	-
Contribuições para a Segurança Social	-	1.877.572	-	1.696.597
Outros impostos	-	498.904	-	508.200
	<b>3.880.789</b>	<b>3.739.492</b>	<b>2.122.409</b>	<b>3.489.248</b>

## 15. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	31-dez-2024	31-dez-2023
Transtejo	22.529.809	22.529.809
Infraestruturas de Portugal	7.156.247	7.156.247
Acréscimo de rendimentos	13.091.069	4.260.234
Receitas de tráfego	2.196.194	2.229.115
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	961.038	961.038
Águas do Tejo Atlântico	-	634.584
Outros	3.339.534	3.142.273
	<b>49.273.890</b>	<b>40.913.298</b>
Perdas por imparidade	(1.787.090)	(1.722.198)
	<b>47.486.800</b>	<b>39.191.100</b>

Perdas por imparidade outros créditos a receber	31-dez-2024	31-dez-2023
Saldo inicial	(1.722.198)	(1.571.307)
Aumentos	(706.502)	(182.299)
Reversões	641.610	7.270
Utilizações	-	24.139
Saldo final	<b>(1.787.090)</b>	<b>(1.722.198)</b>

A rubrica “Outros créditos a receber” inclui os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do Setor Empresarial do Estado, encontrando-se o Conselho de Administração a promover diligências de forma a se proceder à regularização desta situação. De forma resumida:

- **Transtejo:** Na sequência do Despacho SET n.º 22-XII/93, de 24 de setembro, o ML foi incumbido de proceder ao estudo, conceção e construção do Interface do Terreiro do Paço. Os trabalhos foram efetuados mas não chegou a ser assinado qualquer protocolo com a Transtejo relativo às despesas incorridas e à metodologia de repartição adotada.
- **Infraestruturas de Portugal:** Na sequência do Despacho n.º 75-XII/92, de 17 de dezembro, e Ofício n.º 420 de 10/02/2000, do Secretário de Estado dos Transportes, o ML e a então REFER, E.P., celebraram em 29/09/2004, o Protocolo para a construção do Terminal Fluvial e do Interface do Cais do Sodré. No exercício de 2024 mantiveram-se os contactos entre as duas entidades, estando eminente um acerto final de contas que permita regularizar os montantes que ainda se encontram pendentes.
- **Águas do Tejo Atlântico:** Em setembro de 2009, com base no Despacho SET n.º 22-XII/93, de 24 de setembro, o ML e a então Simtejo assinaram um Protocolo (em anexo) enquadrando o ML como dono de obra da “construção da câmara de válvulas enterrada e da estação elevatória”. No exercício de 2024, foi finalmente possível chegar a um entendimento com a Águas do Tejo Atlântico, tendo sido elaborada a Conta Final e faturado o montante que estava pendente.

## 16. CAIXA E EQUIVALENTES

	31-dez-2024	31-dez-2023
Caixa	17.953	22.494
Depósitos à ordem	21.554.833	21.727.302
Depósitos a prazo	120.600.000	166.544.643
Caixa e depósitos bancários	<b>142.172.787</b>	<b>188.294.440</b>

Em 08 de novembro de 2024, o IGCP, E.P.E. executou, nos termos do n.º 5 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro, uma operação de aplicação em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) das disponibilidades de tesouraria da Metrocom no montante de 2,9 milhões de euros, com maturidade a 12 de maio de 2025.

Em 31 de dezembro de 2024, o IGCP, E.P.E. executou, nos termos do n.º 5 do art.º 90º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro, uma operação de aplicação em CEDIC) das disponibilidades de tesouraria do ML no montante de cerca de 117 milhões de euros, com maturidade a 02 de janeiro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2024 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontravam-se disponíveis para uso, com exceção para o montante global de 299.903 euros que se encontra penhorado por via de um processo judicial intentado contra o ML.

## 17. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2024 o capital da empresa-mãe, subscrito e realizado, ascendia a 4.276.458.143 euros, sendo detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram efetuados aumentos de capital na empresa-mãe no montante global de 369.652.488 euros.

A variação registada na rubrica 'Ajustamentos/outras variações no capital próprio' deve-se fundamentalmente a: (i) reconhecimento de 5.554.494 euros relativos ao subsídio atribuído pelo Fundo Ambiental para o projeto «Modernização dos Sistemas de Sinalização – 1.ª Fase»; (ii) reconhecimento de 1.339.666 euros relativos ao subsídio atribuído pelo Fundo Ambiental para o projeto «Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa – Prolongamento das Linhas Amarela e Verde»; (iii) perdas atuariais nas responsabilidades com benefícios pós-emprego (Nota 20); e (iv) imputação de subsídios ao investimento (Nota 29).

## 18. PROVISÕES

31 de dezembro de 2024

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	2.644.241	573.095	(38.796)	(4.437)	3.174.103
Impostos	272.118	-	-	-	272.118
Cobertura de prejuízos	6.702	6.735	-	(6.702)	6.735
Outras provisões	767.773	88.370	-	-	856.144
	<b>3.690.833</b>	<b>668.201</b>	<b>(38.796)</b>	<b>(11.139)</b>	<b>4.309.099</b>

31 de dezembro de 2023

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	2.134.116	605.867	(95.742)	-	2.644.241
Impostos	272.118	-	-	-	272.118
Cobertura de prejuízos	7.270	6.702	-	(7.270)	6.702
Outras provisões	702.072	65.701	-	-	767.773
	<b>3.115.576</b>	<b>678.269</b>	<b>(95.742)</b>	<b>(7.270)</b>	<b>3.690.833</b>

## 19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

	Entidade financiadora	31 de dezembro de 2024				31 de dezembro de 2023			
		Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
<b>Empréstimos bancários:</b>									
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	105.974.436	52.987.218	-	52.987.218	105.974.436	52.987.218	-	52.987.218
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	410.833.969	308.125.476	-	308.125.476	410.833.969	308.125.476	-	308.125.476
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	129.885.756	129.885.756	-	129.885.756	129.885.756	129.885.756	-	129.885.756
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF (parte)	15.426.066	15.426.066	-	15.426.066	15.426.066	15.426.066	-	15.426.066
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF (parte)	159.965.533	159.965.533	-	159.965.533	159.965.533	133.304.611	26.660.922	159.965.533
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF (parte)	23.556.727	19.630.606	3.926.121	23.556.727	23.556.727	15.704.485	7.852.242	23.556.727
Emp. LP 154,51 M EUR	DGTF (parte)	17.395.008	11.596.672	5.798.336	17.395.008	17.395.008	8.697.504	8.697.504	17.395.008
Emp. LP 100,86 M EUR	DGTF (parte)	29.239.923	14.619.962	14.619.962	29.239.923	29.239.923	9.746.641	19.493.282	29.239.923
Emp. LP 35,19 M EUR	DGTF (parte)	18.998.906	6.332.969	12.665.937	18.998.906	18.998.906	3.166.484	15.832.421	18.998.906
Suprimentos 49,3 M EUR	DGTF	49.300.000	49.300.000	-	49.300.000	49.300.000	49.300.000	-	49.300.000
Suprimentos 18,33 M EUR	DGTF	18.331.823	18.331.823	-	18.331.823	18.331.823	18.331.823	-	18.331.823
Suprimentos 9,02 M EUR	DGTF (parte)	5.677.374	946.229	4.731.145	5.677.374	5.677.374	-	5.677.374	5.677.374
Suprimentos 1,3 M EUR	DGTF	1.300.000	-	1.300.000	1.300.000	-	-	-	-
Suprimentos 24 UT 4,57 M EUR	DGTF	4.537.620	-	4.537.620	4.537.620	-	-	-	-
<b>Total de empréstimos obtidos</b>			<b>787.148.310</b>	<b>47.579.121</b>	<b>834.727.431</b>		<b>744.676.065</b>	<b>84.213.746</b>	<b>828.889.811</b>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa contratou com a DGTF suprimentos no montante de 49.300.000 euros para mitigar os efeitos da pandemia COVID-19, designadamente as despesas efetivas associadas à atividade operacional, pelo prazo de 1 ano, “bullet”, tendo-se vencido em 31 de dezembro de 2021.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa contratou com a DGTF um suprimento no montante de 18.331.823 euros para mitigar os efeitos da pandemia COVID-19, designadamente as despesas efetivas associadas à atividade operacional, pelo prazo de 1 ano, “bullet”, tendo-se vencido em 31 de dezembro de 2022.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa contratou com a DGTF um empréstimo, sob a forma de suprimento, no montante de 1.300.000 euros para cobrir despesas efetivas associadas à atividade operacional, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2026.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa contratou com a DGTF um suprimento no montante de 4.537.620 euros para cobrir os encargos orçamentais decorrentes da execução do contrato de aquisição de 24 UT, com direito de opção de aquisição de até 12 UT adicionais. As condições do empréstimo, sob a forma de suprimentos, preveem um montante de até 101.868.000 euros, a ser transferido através de diversas tranches, entre 2024 e 2027, com a opção de modalidade de pagamento “bullet”.

As restantes informações adicionais relativas aos financiamentos contraídos com a DGTF encontram-se divulgadas na Nota 5.8.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos reembolsáveis a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos classificados como não corrente, têm o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2026	16.027.990
2027	12.101.869
2028 e seguintes	19.449.263
	<b>47.579.121</b>

## 20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Conforme mencionado na Nota 3.16, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2024, o número de empregados ativos e reformados/pensionistas ascendia a 880 e 1.232, respetivamente (920 e 1.309 em 31 de dezembro de 2023).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas com base no tempo de serviço e no salário pensionável (última remuneração mensal auferida pelo trabalhador).

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não seriam abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Trabalhadores ativos	133.628.963	128.481.182
Reformados	146.270.666	138.320.173
	<b>279.899.630</b>	<b>266.801.355</b>

O aumento verificado no total das Responsabilidades deve-se essencialmente ao incremento dos salários e das pensões, superior ao previsto para o respetivo ano.

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2024 foi efetuado utilizando o método denominado por “Projected Unit Credit” e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

	31-dez-2024	31-dez-2023
<b>Tábuas de mortalidade</b>		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV88/90	TV88/90
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
<b>Taxas</b>		
Taxa Técnica das Pensões	3,40%	3,00%
Taxa de Crescimento Salarial	3,00%	3,00%
Taxa de desconto	3,40%	3,00%

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões foi a seguinte:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Responsabilidades totais no início do período	266.801.355	241.430.364
Custos dos serviços correntes	4.153.546	3.496.482
Custo dos juros	7.873.143	7.106.369
Benefícios pagos no exercício	(12.880.077)	(12.599.279)
Perdas (ganhos) atuariais do exercício	13.951.664	27.367.419
<b>Reponsabilidades totais no fim do período</b>	<b>279.899.630</b>	<b>266.801.355</b>

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2024, nos montantes de 4.153.546 euros e 7.873.143 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos com o pessoal”.

A evolução dos ganhos/perdas atuariais, reconhecidos na rubrica 'Ajustamentos/outras variações no capital próprio' nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	31-dez-2024	31-dez-2023
<b>Outras variações no capital próprio</b>		
Saldo inicial	(48.612.964)	(21.245.545)
Ganho atuarial	-	-
Perda atuarial	(13.951.664)	(27.367.419)
<b>Saldo final</b>	<b>(62.564.628)</b>	<b>(48.612.964)</b>

Em 31 de dezembro de 2024, as perdas atuariais resultaram essencialmente do incremento dos salários e das pensões, superior ao previsto para o respetivo ano.

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

## 21. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31-dez-2024	31-dez-2023
Subsídios ao investimento – Fundo Ambiental	32.971.777	26.056.826
Subsídios ao investimento – PRR-LV	89.528	-
Subsídios ao investimento – FEDER-QCA	-	135.988
	<b>33.061.305</b>	<b>26.192.814</b>

## 22. FORNECEDORES

	31-dez-2024	31-dez-2023
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	1.250.594	843.070
CJC Engenharia e Projectos, Lda.	690.500	690.500
CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	391.221	332.546
Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda.	245.396	31
TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, EMT, S.A.	102.278	145.338
Samsic Portugal – Facility Services, S.A.	85.231	-
Samsic Portugal – Gestão e Manutenção de Edifícios, Lda.	68.013	-
Dellner Italy, S.R.L.	52.647	-
LIMPERSADO – Limpeza, Máquinas e Transportes, S.A.	41.817	-
Epal – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	38.310	-
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	32.137	-
VERVOER – Consulting and Trading, Lda.	28.410	-
Eurest (Portugal) – Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.	1.469	30.829
Arcelormittal Espanha, S.A.	-	658.907
TK Elevadores Portugal, Unipessoal, Lda.	-	81.461
Wells Fargo	-	28.199
M.E.S.I. – Manutenção e Serviços Industriais, Lda.	-	22.680
Arrow Iberia Electronica, S.L.U.	-	20.743
Transtejo – Transportes Tejo, S.A.	-	20.635
Socomec Ibérica S.A. – Sucursal	-	20.258
J.L. Cancio Martins – Projectos De Estruturas, Lda.	-	12.825
Schmitt – Elevadores, Lda.	-	2.510
Outros	301.149	491.006
	<b>3.329.172</b>	<b>3.401.539</b>

**23. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR**

	31-dez-2024	31-dez-2023
Acréscimo gastos - Juros a liquidar	31.559.234	30.650.234
Acréscimo gastos - Remunerações a liquidar	14.498.724	13.129.861
Subsídios - Fundo Ambiental	26.862.157	17.953.864
Subsídios - Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)	2.357.446	2.371.696
Fornecedores de investimentos	5.057.608	1.665.031
Títulos de transporte	3.309.907	2.586.753
Rendimentos a reconhecer - Protocolos	2.392.231	2.592.552
Rendimentos a reconhecer - Indemnizações Compensatórias	3.561.855	1.903.548
Outros	6.727.674	6.494.962
	<b>96.326.837</b>	<b>79.348.501</b>

**24. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS**

	2024	2023
Vendas	11.924	21.203
Prestação de serviços		
Bilhetes	48.392.867	47.262.202
Passes	39.516.968	59.496.038
Compensação tarifária AML	36.525.636	15.145.176
Cartões	2.942.068	3.344.558
Contratos de exploração	2.566.459	2.546.210
Exploração publicidade	1.598.028	1.546.754
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	433.099	3.505.545
Outros	982.980	1.098.503
	<b>132.970.029</b>	<b>133.966.189</b>

**25. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO**

	2024	2023
COSP Concessão	6.161.922	-
Outros subsídios à exploração	52.653	535.446
MOBIL-T	43.246	-
AEROSOLFD	9.406	35.273
PRR - Metro Ligeiro de Superfície Loures-Odivelas	-	490.192
PRR - Prolongamento da Linha Vermelha Alcântara	-	9.331
Fundo Ambiental - Prolongamento Rato/Cais do Sodré	-	650
	<b>6.214.575</b>	<b>535.446</b>

A sub-rubrica 'COSP Concessão' corresponde à compensação por cumprimento de obrigações de serviço público para 2024, apurada através da metodologia e fórmula de cálculo constantes no Anexo 4 do Aditamento. Deste montante, já foram recebidos 3.872.064 euros, sendo o remanescente transferido após a respetiva validação pelo Gestor do Contrato.

**26. GANHOS / PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS**

	2024	2023
<b>Associadas</b>		
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	59.817	(19.658)
<b>Empreendimentos conjuntos</b>		
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	(704)	(158)
<b>Outras empresas</b>		
Transporlis	18.647	-
	<b>77.760</b>	<b>(19.817)</b>

**27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

	2024	2023
Eletricidade	(13.414.714)	(14.196.623)
Vigilância e segurança	(7.578.145)	(7.098.323)
Conservação e reparação	(6.371.970)	(5.912.139)
Limpeza, higiene e conforto	(5.559.075)	(4.941.320)
Trabalhos especializados	(1.237.989)	(1.533.449)
Outros	(4.175.725)	(4.471.449)
	<b>(38.337.618)</b>	<b>(38.153.303)</b>

**28. GASTOS COM O PESSOAL**

	2024	2023
Remunerações do pessoal	(69.694.413)	(68.177.479)
Encargos sobre remunerações	(15.981.277)	(15.525.547)
Benefícios pós-emprego	(12.031.351)	(10.597.615)
Seguro de saúde	(1.424.123)	(1.196.358)
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	(1.357.481)	(1.682.020)
Gastos de ação social	(1.329.611)	(1.435.642)
Remunerações dos órgãos sociais	(338.401)	(323.429)
Outros	(391.490)	(595.278)
	<b>(102.548.149)</b>	<b>(99.533.368)</b>

O número médio de trabalhadores ao serviço do Grupo no exercício de 2024 foi de 1.577 (1.577 em 2023). O número de efetivos em 31 de dezembro de 2024 era de 1.573 (1.581 em 2023).

**29. OUTROS RENDIMENTOS**

	2024	2023
Diferenças de câmbio favoráveis	2.702.994	379
Rendas de imóveis	498.733	580.724
Correções relativas a períodos anteriores	301.184	192.926
Cedência de energia	256.300	271.337
Subsídios ao investimento	135.988	1.112.335
Juros	45.319	-
Outros	208.593	1.203.876
	<b>4.149.110</b>	<b>3.361.577</b>

A sub-rubrica 'Diferenças de câmbio favoráveis' reflete essencialmente a valorização do dólar em relação ao euro, observada em 31 de dezembro de 2024, repercutindo-se na valorização dos dois colaterais constituídos em moeda USD, nos termos do referido na Nota 11.

**30. OUTROS GASTOS**

	2024	2023
Impostos	(1.104.052)	(723.720)
Perdas em investimentos não financeiros	(190.365)	(307.080)
Quotizações	(113.428)	(100.445)
Perdas em inventários	(107.906)	(103.332)
Correções relativas a períodos anteriores	(31.906)	(51.237)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(4.286)	(1.876.395)
Outros	(357.820)	(407.170)
	<b>(1.909.763)</b>	<b>(3.569.379)</b>

### 31. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

	2024	2023
Juros financiamentos obtidos	(909.000)	(1.060.382)
Juros de locações (Nota 7)	(18.954)	(4.900)
	<b>(927.954)</b>	<b>(1.065.282)</b>

### 32. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

As empresas do Grupo, com sede em Portugal, são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), com base nos seus resultados individuais, à taxa de 21%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), o Grupo encontra-se sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas do Grupo estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. O Conselho de Administração entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024.

Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 são deduzidos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação posteriores, sem limite temporal. Esta regra aplica-se também aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso naquela data. Desta forma, os prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo são os seguintes:

	2024		2023		
	Montante	Límite	Montante	Límite	
Gerados em 2014	5.277.942	-	5.277.942	-	
Gerados em 2015	695.274	-	695.274	-	
Gerados em 2017	39.391.301	-	39.391.301	-	
Gerados em 2018	21.701.153	-	21.701.153	-	
Gerados em 2019	13.308.812	-	13.308.812	-	
Gerados em 2020	39.341.592	-	41.815.801	-	
Gerados em 2021	16.408.154	-	16.408.154	-	
Gerados em 2022	15.266.924	-	18.895.541	-	(a)
Gerados em 2023	15.392.064	-	-	-	
	<b>166.783.216</b>		<b>157.493.977</b>		

**Notas:**

(a) Na sequência de ação inspetiva à declaração de IRC e IVA do ML no exercício de 2022, foram efetuadas correções técnicas à matéria tributável no montante € 3.628.616,87, o que provocou a alteração do prejuízo fiscal declarado de € 18.895.540,82 para € 15.266.923,95.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2024 e 2023 é a seguinte:

	2024				2023			
	ML	Ferconsult	Metrocom	TOTAL	ML	Ferconsult	Metrocom	TOTAL
Resultado antes de impostos	(19.824.197)	(27.881)	113.312		(23.981.191)	129.010	148.368	
Diferenças permanentes	9.357.016	23.665	6.715		8.600.785	(140.668)	(4.698)	
Resultado tributável	(10.467.181)	(4.216)	120.026		(15.380.406)	(11.659)	143.670	
Prejuízos fiscais deduzidos	-	-	-		-	-	-	
Matéria coletável	-	-	120.026		-	-	143.670	
Taxa nominal de imposto	21%	21%	17 / 21%		21%	21%	17 / 21%	
<b>Coleta</b>	-	-	<b>(23.205)</b>		-	-	<b>(29.171)</b>	
Derrama municipal	-	-	(1.800)		-	-	(2.155)	
Tributações autónomas	(17.114)	-	-		(18.388)	-	-	
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>(17.114)</b>	<b>-</b>	<b>(25.006)</b>	<b>(42.119)</b>	<b>(18.388)</b>	<b>-</b>	<b>(31.326)</b>	<b>(49.714)</b>
<b>Taxa efetiva de imposto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22,07%</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21,11%</b>	

### 33. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

2024	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
<b>Acionista</b>				
Estado Português	-	2.167.447.962	-	-
<b>Associadas</b>				
Publimetro	349.669	-	1.742.609	-
<b>Empreendimentos conjuntos</b>				
Ensitrans	13.577	-	6.000	-
<b>Pessoal chave da gestão</b>				
Conselho de Administração	-	-	-	(371.397)
<b>2023</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Rendimentos</b>	<b>Gastos</b>
<b>Acionista</b>				
Estado Português	-	2.159.927.854	-	-
<b>Associadas</b>				
Publimetro	501.360	-	1.698.589	-
<b>Empreendimentos conjuntos</b>				
Ensitrans	-	-	6.000	-
<b>Pessoal chave da gestão</b>				
Conselho de Administração	-	-	-	(353.439)

As transações registadas com o Conselho de Administração em 2024 e 2023 referem-se às respetivas remunerações, contribuições e benefícios não monetários, não tendo sido concedidos benefícios pós-emprego, de longo prazo, de cessação de emprego ou de remuneração em capital próprio.

### 34. GARANTIAS PRESTADAS

Entidade	Data Início	Beneficiário	31-dez-2024	31-dez-2023
			Montante	Montante
Banco BPI	10-03-2006	TRIB.ADM.F.LX-2º JUÍZO	7.494	7.494
Banco BPI	11-05-2006	FINANÇAS 4ºBAIRRO FISCAL	95.482	95.482
Banco BPI	17-08-2011	MUNICÍPIO DE LISBOA	7.661	7.661
Banco BPI	17-06-2014	PETROGAL	7.500	7.500
Banco BPI	03-07-2015	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab	438.047	438.047
Banco BBVA	21-03-2007	Fazenda Pública	1.632	1.632
Banco BBVA	06-12-2010	Fazenda Pública	272.118	272.118
			<b>829.934</b>	<b>829.934</b>

### 35. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelas sociedades de revisores oficiais de contas ascenderam a 35.803 euros, dos quais 34.803 euros relativamente à revisão legal das contas anuais das empresas do Grupo e 1.000 euros relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade.

### 36. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Até à data de emissão deste relatório, não foram recebidas informações acerca de condições que existiam à data do balanço e que pudessem afetar materialmente a posição financeira e os resultados do Grupo.

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

#### O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

## DECLARAÇÃO

Dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-G, do Código dos Valores Mobiliários, que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro nos termos e para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 29.º-G, do Código dos Valores Mobiliários, que, tanto quanto é do meu conhecimento, a informação prevista na alínea a) foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da entidade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

Maria Helena Campos

**Vogal do Conselho de Administração**

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

**Vogal do Conselho de Administração**

Dr.ª Sónia Alexandra Martins Páscoa

**Vogal do Conselho de Administração**

Lisboa, 27 de junho de 2025

## 6. Demonstrações Orçamentais

### Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Orçamento				PAO
		2022	2023	2024	Soma	2025
<b>RECEITA CORRENTE</b>						
R1	Receita Fiscal	162.650.481	177.158.149	225.935.560	565.744.190	158.762.859
R11	Impostos diretos	0	0	0	0	0
R12	Impostos indiretos	0	0	0	0	0
R2	Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde	0	0	0	0	0
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0
R4	Rendimentos de propriedade	0	0	0	0	0
R5	Transferências Correntes	20.357.995	56.798.752	87.725.843	164.882.590	966.816
R51	Administrações Públicas	3.590.995	4.928.058	5.239.537	13.758.590	966.816
R511	Administração Central - Estado	3.590.995	4.928.058	5.239.537	13.758.590	966.816
R512	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0
R513	Segurança Social	0	0	0	0	0
R514	Administração Regional	0	0	0	0	0
R515	Administração Local	33.580.349	7.578.734	0	41.159.083	0
R52	Exterior - UE	16.767.000	51.870.694	82.486.306	151.124.000	0
R53	Outras	0	0	0	0	0
R6	Venda de bens e serviços	128.831.905	109.908.082	126.648.885	365.388.872	146.959.863
R7	Outras receitas correntes	13.460.581	10.451.315	11.560.832	35.472.728	10.836.180
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>						
R8	Venda de bens de investimento	480.000	200.000	0	680.000	0
R9	Transferências de Capital	88.160.184	85.493.876	68.252.297	241.906.357	190.635.624
R91	Administrações Públicas	42.780.000	53.850.000	19.862.066	116.492.066	44.694.729
R911	Administração Central - Estado	42.780.000	53.850.000	19.862.066	116.492.066	44.694.729
R912	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0
R913	Segurança Social	0	0	0	0	0
R914	Administração Regional	0	0	0	0	0
R915	Administração Local	0	0	0	0	0
R92	Exterior - UE	45.380.184	31.643.876	48.390.231	125.414.291	145.940.895
R93	Outras	0	0	0	0	0
R10	Outras receitas de capital	0	0	0	0	0
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0	0	0	0	0
<b>Receita efetiva [1]</b>		<b>251.290.665</b>	<b>262.852.025</b>	<b>294.187.857</b>	<b>808.330.547</b>	<b>349.398.483</b>
<b>Receita não efetiva [2]</b>		<b>239.589.785</b>	<b>141.411.884</b>	<b>527.019.081</b>	<b>908.020.750</b>	<b>240.721.709</b>
R12	Receita com ativos financeiros	0	0	0	0	23.169.358
R13	Receita com passivos financeiros	239.589.785	141.411.884	449.195.539	830.197.208	189.448.454
<b>Receita total [3] = [1] + [2]</b>		<b>490.880.450</b>	<b>404.263.909</b>	<b>821.206.938</b>	<b>1.716.351.297</b>	<b>590.120.192</b>

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Orçamento				PAO
		2022	2023	2024	Soma	2025
<b>DESPESA CORRENTE</b>						
D1	Despesas com o pessoal	243.274.285	214.966.400	238.234.690	696.475.375	216.951.871
D11	Remunerações certas e permanentes	85.682.509	89.513.987	102.291.427	277.487.923	105.210.736
D12	Abonos variáveis ou eventuais	54.289.031	58.944.233	66.787.450	180.020.714	68.839.238
D13	Segurança social	4.575.935	4.755.700	6.094.495	15.426.130	5.996.037
D2	Aquisição de bens e serviços	26.817.543	25.814.054	29.409.482	82.041.079	30.375.461
D3	Juros e outros encargos	59.373.302	72.943.397	67.699.836	200.016.535	61.251.667
D4	Transferências correntes	97.620.166	52.509.016	67.629.905	217.759.087	43.979.140
D41	Administrações Públicas	0	0	0	0	0
D411	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0
D412	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0
D413	Segurança Social	0	0	0	0	0
D414	Administração Regional	0	0	0	0	0
D415	Administração Local	0	0	0	0	0
D42	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0
D43	Famílias	0	0	0	0	0
D44	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
D5	Subsídios	0	0	0	0	0
D6	Outras despesas correntes	598.308	0	613.522	1.211.830	6.510.328
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>		<b>200.223.998</b>	<b>196.876.243</b>	<b>282.972.248</b>	<b>680.072.489</b>	<b>274.093.981</b>
D7	Investimento	200.223.998	196.876.243	282.972.248	680.072.489	274.093.981
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0
D81	Administrações Públicas	0	0	0	0	0
D811	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0
D812	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0
D813	Segurança Social	0	0	0	0	0
D814	Administração Regional	0	0	0	0	0
D815	Administração Local	0	0	0	0	0
D82	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0
D83	Famílias	0	0	0	0	0
D84	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
D9	Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
<b>Despesa efetiva [4]</b>		<b>443.498.283</b>	<b>411.842.643</b>	<b>521.206.938</b>	<b>1.376.547.864</b>	<b>491.045.852</b>
<b>Despesa não efetiva [5]</b>		<b>80.962.516</b>	<b>0</b>	<b>300.000.000</b>	<b>380.962.516</b>	<b>110.000.000</b>
D10	Despesa com ativos financeiros	0	0	0	0	0
D11	Despesa com passivos financeiros	80.962.516	0	300.000.000	380.962.516	110.000.000
<b>Despesa total [6] = [4] + [5]</b>		<b>524.460.799</b>	<b>411.842.643</b>	<b>821.206.938</b>	<b>1.757.510.380</b>	<b>601.045.852</b>
<b>Saldo total [3] - [6]</b>		<b>-33.580.349</b>	<b>-7.578.734</b>	<b>0</b>	<b>-41.159.083</b>	<b>-10.925.660</b>
<b>Saldo global [1] - [4]</b>		<b>-192.207.618</b>	<b>-148.990.618</b>	<b>-227.019.081</b>	<b>-568.217.317</b>	<b>-141.647.369</b>
Despesa primária		345.878.117	359.333.627	453.577.033	1.158.788.777	447.066.712
Saldo corrente		-80.623.804	-37.808.251	-12.299.130	-130.731.185	-58.189.012
Saldo de capital		-111.583.814	-111.182.367	-214.719.951	-437.486.132	-83.458.357
Saldo primário		-94.587.452	-96.481.602	-159.389.176	-350.458.230	-97.668.229

Plano Plurianual de Investimentos

Un.: Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de execução	Pagamentos									Total previsto [21] = [13] + ... + [20]
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim		Realizados em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do período t-1 [14]	Períodos seguintes					Outros [20]		
														2025 [t]	2026	2027	2028	2029			
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]	
	1	Remodelação da Rede	D.7	E	20.883.103	0	0	0			n.a.	0	9.316.529	27.051.117	0	0	0	0	0	0	36.367.646
	2	Expansão da Rede	D.2	E	0	0	0	0	2020	2026	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2	Expansão da Rede	D.7	E	0	60.000.183	37.390.231	0	2020	2026	4	90.725.428	56.197.155	56.397.602	55.223.639	0	0	0	0	0	258.543.823
	3	Modernização e CBTC	D.7	E/O	0	30.552.425	0	0	2020	2027	3	40.036.009	4.387.728	63.517.320	14.127.000	13.955.000	0	0	0	0	136.023.057
	4	Investimento ML	D.7	E	0	0	0	0			n.a.	0	5.711.946	24.821.000	0	0	0	0	0	0	30.532.946
	5	Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.02	E	0	0	0	0	2021	2028	2	0	12.825	0	0	0	0	0	0	0	0
	5	Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.7	E	0	0	71.357.822	0	2021	2028	2	1.248.693	16.714.603	80.677.334	125.998.000	121.309.000	40.009.000	0	0	0	385.956.630
	6	Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures	D.2/D.6	E	0	0	0	0	2021	2029	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	6	Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures	D.7	E	0	0	11.128.484	0	2021	2029	1	568.492	304.335	0	0	0	0	0	0	0	568.492
	7	Aquisição 24 UT ( Unidades Triplas)	D.7	E/O	0	6.333.000	11.000.000	34.327.000	2024	2029	1	0	25.572	70.834.923	99.096.000	100.696.000	246.516.000	0	0	0	517.168.495
	8	IVA SSebastião/Alcântara Proj.11730	D.7	E	0	0	0	0	2021	2028	2	0	244.181	620.483	0	0	0	0	0	0	864.664
	9	IVA MLS Odivelas/Loures Proj.12350	D.7	E	0	0	0	0	2021	2029	1	0	69.997	601.479	0	0	0	0	0	0	671.476
<b>Total</b>					<b>20.883.103</b>	<b>96.885.608</b>	<b>130.876.537</b>	<b>34.327.000</b>			<b>Total</b>	<b>132.578.622</b>	<b>92.670.693</b>	<b>323.299.296</b>	<b>294.444.639</b>	<b>235.960.000</b>	<b>286.525.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.365.161.089</b>

## Demonstrações de relato individual

## 1 - Demonstração de desempenho orçamental - Receita

Un.: Euros

RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO - 2024						2023
	RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo de gerência anterior						0	0
Operações orçamentais [1]	41.187.182	3.667.103	809.616	5.884.993		51.548.894	92.048.459
Restituição do saldo de operações orçamentais						0	0
Operações de tesouraria [A]			23.275.190			23.275.190	70.223.819
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>139.326.927</b>	<b>3.872.064</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>143.198.991</b>	<b>147.396.223</b>
R1 Receita fiscal	0	0	0	0	0	0	0
R11 Impostos diretos	0	0	0	0	0	0	0
R12 Impostos indiretos	0	0	0	0	0	0	0
R2 Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde	0	0	0	0	0	0	0
R3 Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0	0	0
R4 Rendimentos de propriedade	34.911	0	0	0	0	34.911	458
R5 Transferências correntes	43.246	3.872.064	0	0	0	3.915.310	6.328.402
R51 Administrações públicas	43.246	3.872.064	0	0	0	3.915.310	6.328.402
R511 Administração central - Estado	0	3.872.064	0	0	0	3.872.064	3.963.263
R512 Administração central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	2.299.808
R513 Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
R514 Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
R515 Administração Local	43.246	0	0	0	0	43.246	65.331
R52 Exterior - UE	43.246	0	0	0	0	43.246	0
R53 Outras	0	0	0	0	0	0	0
R6 Venda de bens e serviços	136.981.289	0	0	0	0	136.981.289	136.912.448
R7 Outras receitas correntes	2.267.481	0	0	0	0	2.267.481	4.154.915
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>19.091.043</b>	<b>800.000</b>	<b>34.705.290</b>	<b>31.917.292</b>	<b>0</b>	<b>86.513.625</b>	<b>132.903.277</b>
R8 Venda de bens de investimento	18.647	0	0	0	0	18.647	0
R9 Transferências de capital	19.062.066	800.000	34.705.290	31.917.292	0	86.484.648	132.901.844
R91 Administrações públicas	19.062.066	800.000	0	0	0	19.862.066	54.650.000
R911 Administração central - Estado	19.062.066	800.000	0	0	0	19.862.066	54.650.000
R912 Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0
R913 Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
R914 Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
R915 Administração Local	0	0	0	0	0	0	0
R92 Exterior - UE	0	0	34.705.290	31.917.292	0	66.622.582	78.251.844
R93 Outras	0	0	0	0	0	0	0
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	10.330	0	0	0	0	10.330	1.433
<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>158.417.970</b>	<b>4.672.064</b>	<b>34.705.290</b>	<b>31.917.292</b>	<b>0</b>	<b>229.712.616</b>	<b>280.299.500</b>
Receita não efetiva [3]	58.220.295	369.652.488	0	14.908.477	0	442.781.260	76.950.434
R12 Receita com ativos financeiros	58.220.295	0	0	7.388.368	0	65.608.663	10.415.130
R13 Receita com passivos financeiros	0	369.652.488	0	7.520.109	0	377.172.597	66.535.304
Soma [4] = [1] + [2] + [3]	257.825.447	377.991.655	35.514.906	52.710.761	0	724.042.770	449.298.393
Operações de tesouraria [B]						0	0

## 1 - Demonstração de desempenho orçamental - Despesa

Un.: Euros

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO - 2024					TOTAL	2023
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
<b>DESPESA CORRENTE</b>		<b>141.009.291</b>	<b>65.500.955</b>	<b>12.825</b>	<b>8.412.638</b>	<b>0</b>	<b>214.935.709</b>	<b>199.713.558</b>
D1	Despesas com pessoal	97.898.187	0	0	0	0	97.898.187	95.055.646
D11	Remunerações certas e permanentes	63.143.657	0	0	0	0	63.143.657	61.101.371
D12	Abonos variáveis ou eventuais	5.717.417	0	0	0	0	5.717.417	5.512.094
D13	Segurança social	29.037.112	0	0	0	0	29.037.112	28.442.181
D2	Aquisição de bens e serviços	41.923.285	7.539.168	12.825	6.804.898	0	56.280.176	51.374.840
D3	Juros e outros encargos	0	57.961.787	0	1.607.740	0	59.569.527	52.460.791
D4	Transferências correntes	0	0	0	0	0	0	0
D41	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	0
D411	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0	0	0
D412	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0
D413	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
D414	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
D415	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0
D42	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0	0	0
D43	Famílias	0	0	0	0	0	0	0
D44	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0	0	0
D5	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0
D6	Outras despesas correntes	1.187.819	0	0	0	0	1.187.819	822.281
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>		<b>45.240.364</b>	<b>12.490.700</b>	<b>34.692.465</b>	<b>304.335</b>	<b>0</b>	<b>92.727.864</b>	<b>87.917.739</b>
D7	Investimento	45.240.364	12.490.700	34.692.465	304.335	0	92.727.864	87.917.739
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0	0
D81	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	0
D811	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0	0	0
D812	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0
D813	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
D814	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
D815	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0
D82	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0	0	0
D83	Famílias	0	0	0	0	0	0	0
D84	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0	0	0
D9	Outras despesas de capital	0	0	0	0	0	0	0
<b>Despesa efetiva [5]</b>		<b>186.249.655</b>	<b>77.991.655</b>	<b>34.705.290</b>	<b>8.716.973</b>	<b>0</b>	<b>307.663.572</b>	<b>287.631.297</b>
<b>Despesa não efetiva [6]</b>		<b>66.600.000</b>	<b>300.000.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>366.600.000</b>	<b>93.441.828</b>
D10	Despesa com ativos financeiros	66.600.000	0	0	0	0	66.600.000	93.441.828
D11	Despesa com passivos financeiros	0	300.000.000	0	0	0	300.000.000	0
<b>Soma [7] = [5] + [6]</b>		<b>252.849.655</b>	<b>377.991.655</b>	<b>34.705.290</b>	<b>8.716.973</b>	<b>0</b>	<b>674.263.572</b>	<b>381.073.125</b>
<b>Operações de tesouraria [C]</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Saldo para a gerência seguinte</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Operações orçamentais [8] = [4] - [7]		4.975.792	0	809.617	43.993.788	0	49.779.198	21.291.510
Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]		0	0	23.275.190	0	0	23.275.190	70.202.815
<b>Saldo global [2] - [5]</b>		<b>-27.831.685</b>	<b>-73.319.591</b>	<b>0</b>	<b>23.200.319</b>	<b>0</b>	<b>-77.950.956</b>	<b>-54.265.555</b>
Despesa primária		186.249.655	20.029.868	34.705.290	7.109.233	0	248.094.046	242.978.342
Saldo de capital		-26.149.321	-11.690.700	12.825	31.612.957	0	-6.214.239	-1.948.220
Saldo primário		-27.831.685	-15.357.804	0	24.808.059	0	-18.381.430	-1.804.764
Receita total [1] + [2] + [3]		257.825.447	377.991.655	35.514.906	52.710.761	0	724.042.770	410.172.471
Despesa total [5] + [6]		252.849.655	377.991.655	34.705.290	8.716.973	0	674.263.572	388.880.961

## 2 - Demonstração de execução orçamental da receita

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental	
							Emitidos (6)	Pagos (7)	2023 (8)	2024 (9)	Total (10) = (5) - (7)		Períodos anteriores (12) = (8) / (2) x 100	Período corrente (13) = (9) / (2) x 100
<b>RECEITA CORRENTE</b>		<b>159.479.334</b>	<b>0</b>	<b>143.198.992</b>	<b>0</b>	<b>143.198.992</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>143.198.992</b>	<b>143.198.992</b>	<b>0</b>	-	-
R1	Receita fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R11	Impostos diretos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R12	Impostos indiretos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R2	Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R4	Rendimentos da propriedade	34.911	0	34.911	0	34.911	0	0	0	34.911	34.911	0	-	-
R5	Transferências correntes	5.282.784	0	3.915.311	0	3.915.311	0	0	0	3.915.311	3.915.311	0	-	-
R51	Administrações públicas	5.239.537	0	3.872.064	0	3.872.064	0	0	0	3.872.064	3.872.064	0	-	-
R511	Administração central - Estado	5.239.537	0	3.872.064	0	3.872.064	0	0	0	3.872.064	3.872.064	0	-	-
R512	Administração central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R513	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R514	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R515	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R52	Exterior - UE	43.247	0	43.247	0	43.247	0	0	0	43.247	43.247	0	-	-
R53	Outras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R6	Venda de bens e serviços	145.761.963	0	136.981.289	0	136.981.289	0	0	0	136.981.289	136.981.289	0	-	-
R7	Outras receitas correntes	8.399.676	0	2.267.481	0	2.267.481	0	0	0	2.267.481	2.267.481	0	-	-
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>		<b>648.393.174</b>	<b>0</b>	<b>497.377.594</b>	<b>0</b>	<b>497.377.594</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>497.377.594</b>	<b>497.377.594</b>	<b>0</b>	-	-
R8	Venda de bens de investimento	18.648	0	18.647	0	18.647	0	0	0	18.647	18.647	0	-	-
R9	Transferências de capital	150.434.268	0	54.567.356	0	54.567.356	0	0	0	54.567.356	54.567.356	0	-	-
R91	Administrações públicas	30.686.215	0	19.862.066	0	19.862.066	0	0	0	19.862.066	19.862.066	0	-	-
R911	Administração central - Estado	30.686.215	0	19.862.066	0	19.862.066	0	0	0	19.862.066	19.862.066	0	-	-
R912	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R913	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R914	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R915	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R92	Exterior - UE	119.748.053	0	34.705.290	0	34.705.290	0	0	0	34.705.290	34.705.290	0	-	-
R10	Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	757.000	0	10.330	0	10.330	0	0	0	10.330	10.330	0	-	-
R12	Ativos financeiros	65.608.665	0	65.608.664	0	65.608.664	0	0	0	65.608.664	65.608.664	0	-	-
R13	Passivos financeiros	431.574.593	0	377.172.597	0	377.172.597	0	0	0	377.172.597	377.172.597	0	-	-
	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	83.770.528	0	83.466.184	0	83.466.184	0	0	0	83.466.184	83.466.184	0	-	-
		<b>891.643.036</b>	<b>0</b>	<b>724.022.770</b>	<b>0</b>	<b>724.042.770</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>724.042.770</b>	<b>724.042.770</b>	<b>0</b>	-	-

## 3 - Demonstração de execução orçamental da despesa

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Despesa por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (9) = (4) - (5)	Obrigações por pagar (10) = (5) - (8)	Grau de execução orçamental	
							Período anterior (6)	Período corrente (7)	Total (8) = (6) + (7)			Períodos anteriores (11) = (6) / (2) x 100	Período corrente (12) = (7) / (2) x 100
<b>DESPESA CORRENTE</b>		<b>2.155.771</b>	<b>248.891.726</b>	<b>11.186.919</b>	<b>217.650.089</b>	<b>217.580.995</b>	<b>2.155.772</b>	<b>212.779.938</b>	<b>214.935.710</b>	<b>69.094</b>	<b>2.645.285</b>	<b>0,9</b>	<b>85,5</b>
D1	Despesas com pessoal	24	102.291.427	0	98.544.391	98.544.391	24	97.898.164	97.898.188	0	646.203	0,0	95,7
D11	Remunerações certas e permanentes	24	66.787.450	0	63.735.037	63.735.037	24	63.143.634	63.143.658	0	591.379	0,0	94,5
D12	Abonos variáveis ou eventuais	0	6.094.495	0	5.765.702	5.765.702	0	5.717.417	5.717.417	0	48.285	0,0	93,8
D13	Segurança social	0	29.409.482	0	29.043.652	29.043.652	0	29.037.112	29.037.112	0	6.540	0,0	98,7
D2	Aquisição de bens e serviços	2.124.344	77.627.276	11.186.919	58.276.203	58.276.203	2.124.345	54.155.831	56.280.176	0	1.996.027	2,7	69,8
D3	Juros e outros encargos	31.330	67.629.905	0	59.572.655	59.572.655	31.330	59.538.198	59.569.528	0	3.127	0,0	88,0
D4	Transferências correntes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D41	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D411	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D412	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D413	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D414	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D415	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D42	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D43	Famílias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D44	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D5	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D6	Outras despesas correntes	73	1.343.118	0	1.256.840	1.187.746	73	1.187.746	1.187.819	69.094	-73	0,0	88,4
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>		<b>1.098.493</b>	<b>610.834.018</b>	<b>0</b>	<b>503.509.688</b>	<b>503.509.688</b>	<b>1.098.493</b>	<b>458.229.370</b>	<b>459.327.863</b>	<b>0</b>	<b>44.181.825</b>	<b>0,2</b>	<b>75,0</b>
D7	Investimento	1.098.493	242.586.517	0	136.909.688	136.909.688	1.098.493	91.629.370	92.727.863	0	44.181.825	0,5	37,8
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D81	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D811	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D812	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D813	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D814	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D815	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D82	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D83	Famílias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D84	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D9	Outras despesas de capital	0	68.247.501	0	66.600.000	66.600.000	0	66.600.000	66.600.000	0	0	0,0	97,6
D10	Ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D11	Passivos financeiros	0	300.000.000	0	300.000.000	300.000.000	0	300.000.000	300.000.000	0	0	0,0	100,0
		<b>3.254.264</b>	<b>859.725.744</b>	<b>11.186.919</b>	<b>721.159.777</b>	<b>721.090.683</b>	<b>3.254.265</b>	<b>671.009.308</b>	<b>674.263.573</b>	<b>69.094</b>	<b>46.827.110</b>	<b>0,4</b>	<b>78,0</b>

#### 4 – Demonstração da execução plurianual de investimentos

Un.: Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte de Financiamento				Datas		Montante previsto			Montante executado			execução financeira anual (%)	execução financeira global (%)
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim	Ano t 2024	Anos seguintes	Total	Anos anteriores	2024	Total		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14] = [12] + [13]	[15]	[16]	[17] = [15] + [16]	[17]	[18]
	1	Remodelação da Rede	D.6	E		1.013.495					0	0	0	831.911	1.013.495	1.845.406	4,85%	
	1	Remodelação da Rede	D.7	E	9.294.274	22.256					20.883.103		20.883.103	13.835.702	9.316.529	23.152.231	9,57%	44,61%
	2	Expansão da Rede	D.2	E					2020	2026	0	0	0	36.960	0	36.960	0,00%	
	2	Expansão da Rede	D.7	E		37.975.112	18.222.043		2020	2026	97.390.414	111.621.241	209.011.655	116.256.373	56.197.155	172.453.528	57,70%	57,70%
	3	Modernização e CBTC	D.7	E/O		4.387.728			2020	2027	30.552.425	91.599.320	122.151.745	2.414.574	4.387.728	6.802.302	14,36%	14,36%
	4	Outros	D.7	E	3.196.427	2.515.519					0	0	0	15.185.904	5.711.946	20.897.850	-	
	5	Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.2/D.6	E		12.825			2021	2028	0	327.984.334	327.984.334	10.381	12.825	23.206	0,02%	
	5	Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.7	E			16.483.247				71.357.822	308.935.050	380.292.872	1.720.098	16.470.422	18.190.520		
	6	Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures	D.2/D.6	E							0	0	0	1.058.684	0	1.058.684		
	6	Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures	D.7	E		0		304.335	2021	2029	11.128.484	270.626.923	281.755.407	13.470	304.335	317.805	0,59%	2,73%
	7	Aquisição 24 UT ( Unidades Triplas)	D.7	E/O	0	4.782	20.790		2024	2029	51.660.000	120.540.000	172.200.000	0	25.572	25.572	0,01%	0,05%
	8	IVA SSebastião/Alcântara Proj.11730	D.7	E		244.181			2021	2028	0	620.483	620.483	0	244.181	244.181	-	
	9	IVA MLS Odivelas/Loures Proj.12350	D.7	E		69.997			2021	2029	0	601.479	601.479	0	69.997	69.997	-	
		<b>Total</b>			<b>12.490.701</b>	<b>46.245.895</b>	<b>34.726.080</b>	<b>304.335</b>		<b>Total</b>	<b>282.972.248</b>	<b>1.232.528.830</b>	<b>1.515.501.078</b>	<b>151.364.057</b>	<b>93.754.184</b>	<b>245.118.241</b>	<b>33,13%</b>	<b>93,52%</b>

## Anexo às Demonstrações Orçamentais

## 1 - Alterações orçamentais da receita

		Receita				Un. Euros	
Rubricas	Descrição	Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	Observações
			Inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
<b>RECEITA CORRENTE</b>		<b>225.935.560</b>	<b>23.818.106</b>	<b>90.274.332</b>	<b>0</b>	<b>159.479.334</b>	
R1	Receita fiscal	0	0	0	0	0	
R11	Impostos diretos	0	0	0	0	0	
R12	Impostos indiretos	0	0	0	0	0	
R2	Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde	0	0	0	0	0	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0	
R4	Rendimentos da propriedade	0	34.911	0	0	34.911	
R5	Transferências correntes	87.725.843	3.825.311	86.268.370	0	5.282.784	
R51	Administrações públicas	87.725.843	3.825.311	86.268.370	0	5.282.784	
R511	Administração central - Estado	5.239.537	3.782.064	3.782.064	0	5.239.537	
R512	Administração central - Outras entidades	0	0	0	0	0	
R515	Administração Local	0	0	0	0	0	
R6	Venda de bens e serviços	126.648.885	19.956.884	843.806	0	145.761.963	
R7	Outras receitas correntes	11.560.832	1.000	3.162.156	0	8.399.676	
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>		<b>68.252.297</b>	<b>82.200.619</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>150.452.916</b>	
R8	Venda de bens de investimento	0	0	0	0	0	
R9	Transferências de capital	68.252.297	82.181.971	0	0	150.434.268	
R91	Administrações públicas	19.862.066	10.824.149	0	0	30.686.215	
R911	Administração central - Estado	19.862.066	10.824.149	0	0	30.686.215	
R912	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	
R913	Segurança Social	0	0	0	0	0	
R914	Administração Regional	0	0	0	0	0	
R915	Administração Local	0	0	0	0	0	
R92	Exterior - UE	48.390.231	71.357.822	0	0	119.748.053	
R93	Outras	0	0	0	0	0	
R10	Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	
<b>Receita efetiva [1]</b>		<b>294.187.857</b>	<b>106.018.725</b>	<b>90.274.332</b>	<b>0</b>	<b>309.932.250</b>	
<b>Receita não efetiva [2]</b>		<b>527.019.081</b>	<b>71.146.721</b>	<b>48.372.308</b>	<b>0</b>	<b>432.331.593</b>	
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0	757.000	0	0	757.000	
R13	Passivos financeiros	449.195.539	0	17.620.946	0	431.574.593	
Saldo da gerência anterior - operações orçamentais						0	
<b>Receita total [3] = [1] + [2]</b>		<b>821.206.938</b>	<b>177.165.446</b>	<b>138.646.640</b>	<b>0</b>	<b>859.725.744</b>	

## 2 - Alterações orçamentais da despesa

		Despesa				Un. Euros	
Rubricas	Descrição	Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas	Observações
			Inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
		<b>238.234.690</b>	<b>16.662.441</b>	<b>6.005.405</b>	<b>0</b>	<b>248.891.726</b>	
D1	Despesas com o pessoal	102.291.427	666.000	666.000	0	102.291.427	
D11	Remunerações certas e permanentes	66.787.450	580.000	580.000	0	66.787.450	
D12	Abonos variáveis ou eventuais	6.094.495	82.000	82.000	0	6.094.495	
D13	Segurança social	29.409.482	4.000	4.000	0	29.409.482	
D2	Aquisição de bens e serviços	67.699.836	15.236.845	5.309.405	0	77.627.276	
D3	Juros e outros encargos	67.629.905	30.000	30.000	0	67.629.905	
D6	Outras despesas correntes	613.522	729.596	0	0	1.343.118	
<b>Despesa efetiva [4]</b>		<b>282.972.248</b>	<b>78.032.239</b>	<b>50.170.469</b>	<b>0</b>	<b>310.834.018</b>	
D7	Investimento	282.972.248	9.784.738	50.170.469	0	242.586.517	
D9	Outras despesas de capital	0	68.247.501	0	0	68.247.501	
<b>Despesa não efetiva [5]</b>		<b>300.000.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>300.000.000</b>	
D11	Despesa com passivos financeiros	300.000.000	0	0	0	300.000.000	
<b>Despesa total [6] = [4] + [5]</b>		<b>821.206.938</b>	<b>94.694.680</b>	<b>56.175.874</b>	<b>0</b>	<b>859.725.744</b>	
<b>Saldo total [3] - [6]</b>		<b>0</b>	<b>82.470.766</b>	<b>82.470.766</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
<b>Saldo global [1] - [4]</b>		<b>-227.019.081</b>	<b>11.324.045</b>	<b>34.098.458</b>	<b>0</b>	<b>-249.793.494</b>	
Despesa primária		453.577.033	94.664.680	56.145.874	0	492.095.839	
Saldo corrente		-12.299.130	7.155.665	84.268.927	0	-89.412.392	
Saldo de capital		-214.719.951	4.168.380	-50.170.469	0	-160.381.102	
Saldo primário		-159.389.176	11.354.045	34.128.458	0	-182.163.589	

## 3 - Alterações ao plano plurianual de investimentos

Un.: Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Datas		Pagamentos							Modificação (+/-)
				Início	Fim	2024		Períodos seguintes					
						Dotação anual	Dotação corrigida	2024	2025	2026	2027	Outros	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]=[7]-[6]	
	1	Remodelação da Rede	D.6				1.077.096	1.607.740					1.077.096
	1	Remodelação da Rede	D.7			20.883.103	12.355.834	9.316.529	27.051.117				-8.527.269
	2	Expansão da Rede	D.2	2020	2026								0
	2	Expansão da Rede	D.7	2020	2026	97.390.414	115.012.017	56.197.155	56.397.602	55.223.639			17.621.603
	3	Modernização e CBTC	D.7	2020	2027	30.552.425	36.941.901	4.387.728	63.517.320	14.127.000	13.955.000		6.389.476
	4	Outros	D.7				11.138.504	5.711.946	24.821.000				11.138.504
	5	Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.2	2021	2028			12.825					0
	5	Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.7	2021	2028	71.357.822	71.628.322	16.714.603	80.677.334	125.998.000	121.309.000	40.009.000	270.500
	6	Metro Ligeiro Superfície Odiveiras/Loures	D.2/D.6	2021	2029								0
	6	Metro Ligeiro Superfície Odiveiras/Loures	D.7	2021	2029	11.128.484	11.205.484	304.335	70.834.923	99.096.000	100.696.000	246.516.000	77.000
	7	Aquisição 24 UT ( Unidades Triplas)	D.7	2024	2029	51.660.000	51.664.782	25.572	19.534.002	41.756.000	58.560.000	41.324.000	4.782
					<b>Total</b>	<b>282.972.248</b>	<b>311.023.940</b>	<b>94.278.433</b>	<b>342.833.298</b>	<b>336.200.639</b>	<b>294.520.000</b>	<b>327.849.000</b>	<b>28.051.692</b>

## 4 - Operações de tesouraria

Un. Euros

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
<b>RECEITA</b>		<b>23.275.190</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>23.275.190</b>
R.17	Operações Extraorçamentais	23.275.190	0	0	23.275.190
R.17.02	Outras operações de tesouraria	23.275.190	0	0	23.275.190
R.17.02.00.00.00	Ots operações de tesouraria	23.275.190	0	0	0
<b>DESPESA</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
D.12	Operações Extraorçamentais	0	0	0	0
D.12.02.00	Outras operações de tesouraria	0	0	0	0
D.12.02.00.00.00	Ots operações de tesouraria	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>23.275.190</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>23.275.190</b>

## 5 - Contratação administrativa

## 5.1 - Situação dos contratos

ND

## 5.2 – Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento										Total	
	Concurso público s/ publicação JOUE		Concurso público c/ publicação JOUE		Consulta prévia		Ajuste direto		Outros			
	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número de contratos	Valor
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]
Locação de bens	0	- €	0	- €	1	41.760,00 €	0	- €	0	- €	1	41.760,00 €
Aquisição de bens	1	88.658,98 €	1	134.000.000,00 €	2	75.535,50 €	1	54.250,00 €	1	558.495,00 €	6	134.776.939,50 €
Aquisição de serviços	13	1.394.874,35 €	4	31.735.752,03 €	16	803.647,10 €	30	8.209.996,25 €	2	70.304,00 €	65	42.214.573,73 €
Aquisição de bens e serviços	4	359.076,70 €	1	3.899.786,77 €	3	44.326,42 €	1	79.971,00 €	0	- €	9	4.383.160,89 €
Empreitadas	7	2.653.667,39 €	0	- €	1	58.887,12 €	0	- €	0	- €	8	2.712.554,51 €
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>4.496.277,42 €</b>	<b>6</b>	<b>169.635.538,80 €</b>	<b>23</b>	<b>1.024.156,14 €</b>	<b>32</b>	<b>8.344.217,25 €</b>	<b>3</b>	<b>628.799,00 €</b>	<b>89</b>	<b>184.128.988,63 €</b>

## 6 – Transferências e subsídios

## 6.1 – Transferências e subsídios — despesa

Tipo de despesa	Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Entidade beneficiária (3)	Despesas orçamentadas (4)	Despesas autorizadas (5)	Despesas pagas (6)	Despesas autorizadas e não pagas (7) = (5) - (6)	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício (8)	Observações (9)
Transferências correntes							0		
<b>Total transferências correntes</b>	-	-	-	0	0	0	0	0	-
Transferências de capital							0		
<b>Total transferências de capital</b>	-	-	-	0	0	0	0	0	-
Subsídios							0		
<b>Total subsídios</b>	-	-	-	0	0	0	0	0	-

## 6.2 – Transferências e subsídios — receita

Tipo de receita	Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Entidade financiadora (3)	Receita prevista (4)	Receita recebida (5)	Receita prevista e não recebida (6) = (4) - (5)	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
Transferências correntes								
Indemnizações compensatórias	RCM n° 196/2024	Atribuição de indemnizações compensatórias no âmbito do passe Social +	GPIAAF	979.751,00 €	0,00 €	979.751,00 €	-979.751,00 €	
Contrato de concessão	RCM n°57-D/2024	Atribuição de compensação financeira no âmbito das obrigações de serviço público	GPIAAF	4.259.786,00 €	3.872.064,00 €	387.722,00 €	0,00 €	
<b>Total transferências correntes</b>	-	-	-	<b>5.239.537,00 €</b>	<b>3.872.064,00 €</b>	<b>1.367.473,00 €</b>	<b>-979.751,00 €</b>	-
Transferências de capital								
Apoio Remodelação Rede	Despacho n° 152/2024/SEO	Remodelação da Rede	GPIAAF	800.000,00 €	800.000,00 €	0,00 €	0,00 €	
Expansão linha Circular	RCM n° 89/2023	Expansão Rato/Cais do Sodré	PACS 2030 - Fundo de Coesão, IP	37.390.231,00 €	18.222.043,00 €	19.168.188,00 €		
Expansão linha Circular	RCM n° 89/2023	Expansão Rato/Cais do Sodré	FA - Fundo Ambiental	2.229.066,00 €	2.229.066,00 €	0,00 €		
Modernização e CBTC	RCM n° 33/2024	Modernização Sistema de Sinalização Linha Azul, Anel Amarela/Verde e PMOs e Aquisição de 14 Unidades Triplas (Material Circulante) - CBTC	FA - Fundo Ambiental	10.500.000,00 €	10.500.000,00 €	0,00 €		
Aquisição 24 Uts	RCM n° 122/2023	Aquisição de 24 Unidades Triplas (UT) no âmbito da expansão da Linha Vermelha	FA - Fundo Ambiental	6.333.000,00 €	6.333.000,00 €	0,00 €		
Aquisição 24 Uts	RCM n° 122/2023	Aquisição de 24 Unidades Triplas (UT) no âmbito da expansão da Linha Vermelha	PACS 2030 - Fundo de Coesão, IP	11.000.000,00 €	0,00 €	11.000.000,00 €		
Expansão Linha Vermelha	RCM n° 31/2024	Expansão S.Sebastião/Alcantara	PRR - Estrutura de Missão Recuperar Portugal	71.357.822,00 €	995.973,11 €	70.361.848,89 €		
Construção Linha Violeta	RCM n° 155/2023	Expansão Odivelas/Loures	PRR - financiamento prévio DGTF	11.128.484,00 €	0,00 €	11.128.484,00 €		
<b>Total transferências de capital</b>	-	-	-	<b>150.738.603,00 €</b>	<b>39.080.082,11 €</b>	<b>111.658.520,89 €</b>	<b>0,00 €</b>	-
Subsídios						0,00 €		
<b>Total subsídios</b>	-	-	-	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	-

## 7. Parecer do Conselho Fiscal às Contas Individuais e Consolidadas



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

#### RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO E CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DE 2024

##### 1. ENQUADRAMENTO

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) é uma entidade pública empresarial com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial que se rege pelos respetivos Estatutos<sup>1</sup> e pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE)<sup>2</sup>. O seu objeto principal consiste na prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português a 23 de março de 2015, objeto de [aditamento](#) celebrado em 27 de março de 2024, com visto prévio do Tribunal de Contas em 15 de julho de 2024.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias em vigor, em especial do Código das Sociedades Comerciais (CSC)<sup>3</sup> e dos Estatutos do ML, cabe ao Conselho Fiscal (CF) fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade do ML, bem como emitir parecer sobre o Relatório Consolidado de gestão<sup>4</sup>, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do ML (“Grupo ML”<sup>5</sup>) e a proposta de aplicação de resultados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024<sup>6</sup>, atentas as respetivas Certificações Legais de Contas (CLC), emitidas pelo Revisor Oficial de Contas (ROC)<sup>7</sup>, os Relatórios de Auditoria emitidos pelo Auditor Externo<sup>8</sup> e os correspondentes Relatórios Adicionais<sup>9</sup>.

<sup>1</sup> Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, com as alterações do [Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro](#).

<sup>2</sup> Este diploma estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial e foi aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro](#), na sua atual redação.

<sup>3</sup> O n.º 2, do artigo 60.º, do RJSPE, estabelece que os órgãos de fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do disposto no citado Regime Jurídico.

<sup>4</sup> Apresentado ao abrigo do disposto no n.º 6, do artigo 508.º-C, do CSC.

<sup>5</sup> As contas consolidadas incluem, através do método de consolidação integral, as empresas Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML), Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. (Ferconsult), Metrocom, S.A. - Exploração de Espaços Comerciais, S.A., TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. e TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. As participações financeiras em empreendimentos conjuntos e em associadas (Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E. e Publímetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.), estão incluídas nas contas consolidadas, através do método de equivalência patrimonial.

<sup>6</sup> Documentos que foram remetidos, para esse efeito, a este órgão na sequência da respetiva aprovação, em 27 de junho de 2025, pelo Conselho de Administração.

<sup>7</sup> João Cipriano & Associados, SROC, Lda, representada pelo ROC Dr. João Amaro Santos Cipriano.

<sup>8</sup> Kreston & Associados, SROC, LDA., representada pelo Dr. Pedro Morais dos Santos.

<sup>9</sup> Nos termos do artigo 11.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

O presente relatório e parecer têm em consideração o quadro normativo específico aplicável às empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), bem como as orientações transmitidas pelo Estado, enquanto detentor do capital estatutário, sobre o processo de prestação de contas referente a 2024, através do [ofício circular SAI DGTF/2025/254, de 24 de fevereiro](#), da então Direção-Geral do Tesouro e Finanças, agora designada por Entidade do Tesouro e Finanças (ETF), nos termos do Decreto-Lei n.º 56/2025, de 31 de março.

Também foi tido em consideração os despachos de 2 e 3 de setembro de 2024, respetivamente, da Senhora Secretária de Estado da Mobilidade e do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, que aprovaram o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2024-2026 do ML, circunscrito apenas ao ano de 2024<sup>10</sup>.

Neste âmbito, e para efeitos do presente relatório e parecer, importa salientar o seguinte:

- a) O ML é considerado, para efeitos do Orçamento do Estado, como entidade pública reclassificada, de regime geral, integrando, assim, o perímetro da consolidação da Administração Pública;
- b) As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas a 2024, aprovadas pelo Conselho de Administração (CA), em 27 de junho de 2025, foram preparadas de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro adotadas em Portugal, com a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC)<sup>11</sup> e com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), respetivamente, e a informação não financeira foi elaborada de acordo com as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI) Standards;
- c) Através de Despacho dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e da Mobilidade, de 19 de dezembro de 2024, foram aprovados os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do ML, referentes ao exercício de 2023, com algumas recomendações<sup>12</sup>,

<sup>10</sup> No âmbito do processo de aprovação do PAO 2024-2026 do ML, o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças emitiu o Despacho n.º 399/2024, de 28 de agosto, através do qual concedeu autorizações nomeadamente para: a extensão do prazo de contratação de 53 trabalhadores autorizados em sede do PAO 2023-25 até 30 de setembro de 2024; e o aumento dos Gastos operacionais em até três milhões de euros (2,2%), que, deduzindo 317 mil euros referentes aos gastos com as contratações acima assinaladas, limita o total destes gastos, em 2024, ao valor de 145,9 milhões de euros.

<sup>11</sup> Aprovado através do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, na redação atual. O ML não tem obrigatoriedade de aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), uma vez que, de acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 3.º, do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na redação atual, o subsistema de contabilidade financeira do SNC-AP não se aplica às entidades públicas reclassificadas, supervisionadas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), sem prejuízo do cumprimento das disposições relativas ao Plano de Contas Central de Contabilidade e Contas Públicas, atento o disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2024 (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro), e à contabilidade orçamental, prevista na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental.

<sup>12</sup> Foi recomendado ao CA que diligenciasse pela implementação de um Sistema que permita a obtenção e validação de forma automática das demonstrações orçamentais, em cumprimento do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, bem como



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

## CONSELHO FISCAL

atentas as reservas e as ênfases expressas nas certificações legais das contas e nos relatórios dos auditores externos, assim como o parecer do CF;

- d) Conforme referido, foi celebrado, em 2024, um [aditamento](#) ao “Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte de Passageiros”, que prorrogou o prazo de vigência da concessão até 1 de julho de 2030 e modificou o clausulado em matérias que careciam de tratamento e atualização, designadamente ao nível dos mecanismos de monitorização do desempenho e reporte de informação, do modelo de remuneração do concessionário e do regime aplicável ao investimento e financiamento das infraestruturas ferroviárias e do Material Circulante;
- e) O novo modelo de remuneração do Concessionário compreende as seguintes componentes: i) receita tarifária, proveniente diretamente dos utilizadores do serviço; ii) receita não tarifária (também designada por receita complementar), como publicidade, concessões comerciais, entre outras; iii) compensação por obrigações de serviço público (COSP), e iv) Remuneração autónoma, destinada a compensar atividades realizadas por conta do Estado (como investimentos, grandes reparações, serviço da dívida e derivados, benefícios pós-emprego), as quais apenas produzem efeitos financeiros após aprovação expressa do Concedente;
- f) O ML informa que tem vindo a desenvolver esforços junto de um consultor e de diferentes entidades, no sentido de clarificar/estabilizar os novos modelos de contabilização e remuneração, decorrentes do Aditamento ao contrato. Atendendo a que ainda não foi possível finalizar todo este processo, o ML optou por não refletir nas demonstrações financeiras de 2024 as alterações decorrentes do referido aditamento, com exceção da estimativa da COSP<sup>13</sup>. Não foi igualmente possível estabilizar os novos procedimentos e modelos de reporte e de monitorização do desempenho do ML, em conformidade com o disposto no mesmo aditamento.

## 2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

O CF, nomeado em 25 de outubro de 2023<sup>14</sup>, acompanhou, no âmbito das suas competências, a atividade do ML no decurso do ano de 2024, bem como os procedimentos de encerramento e revisão das contas.

da observação do cumprimento das regras de movimentação contabilística aplicáveis ao reconhecimento e mensuração das transações e outros acontecimentos inerentes à contabilidade orçamental.

<sup>13</sup> Em 2024, foi estimada uma COSP no valor de 4 259 786 €, conforme definido na alínea a), do n.º 1, da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 57-D/2024, de 28 de março. Contudo, o valor apurado pelo ML para o exercício foi de 6 161 922 €, o qual carece da validação pelo Gestor do Contrato.

<sup>14</sup> O CF foi nomeado para o mandato 2023-2025, através de Despacho dos então Senhores Secretários de Estado do Tesouro e da Mobilidade Urbana, respetivamente, de 11/10/2023 e de 25/10/2023.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

**CONSELHO FISCAL**

Em 2024, é de destacar as seguintes atividades realizadas pelo CF:

- a) Análise da proposta de PAO para 2025, incluindo o plano plurianual de investimentos e respetivas fontes de financiamento para o período de 2025-2027, com a emissão do respetivo parecer;
- b) Consulta das atas das reuniões do CA;
- c) Consulta dos Relatórios mensais de Indicadores de Capital Humano;
- d) Realização de 24 reuniões.

Em 2024/2025 e, com especial enfoque nos procedimentos de encerramento e revisão das contas de 2024, são de realçar as seguintes atividades:

- a) Elaboração dos relatórios trimestrais do CF de acompanhamento da execução referentes aos 1.º, 2.º e 3.º trimestres de 2024;
- b) Acompanhamento da revisão legal e da auditoria externa das contas anuais individuais e consolidadas, através da realização de diversos contactos e reuniões, no âmbito dos quais foram obtidos todos os esclarecimentos considerados necessários;
- c) Apreciação dos relatórios adicionais emitidos pelo ROC e pelos Auditores Externos, datados de 29/06/2025 e 27/06/2025, respetivamente, cujos conteúdos merecem a concordância deste órgão de fiscalização;
- d) Verificação da independência do ROC e do Auditor Externo;
- e) Acompanhamento da atividade desenvolvida pelo Gabinete de Auditoria Interna, Risco e *Compliance*, através da realização de contactos e reuniões;
- f) Consulta das atas das reuniões do CA;
- g) Análise do Relatório Consolidado de gestão, das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2024 e respetivos anexos, do Relatório de governo societário e das Demonstrações não financeiras.

Neste contexto, foram obtidos os esclarecimentos necessários às questões colocadas, junto da Direção Financeira, do ROC, dos Auditores Externos e do CA, relativamente a estes últimos em sede de reunião de aprovação dos documentos de prestação de contas do exercício de 2024, com a presença do CA,



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

do ROC, dos Auditores Externos e do CF, em conformidade com o disposto no n.º 4, do artigo 14.º, dos Estatutos do ML.

O CF contou com a total disponibilidade do CA, do ROC, dos Auditores Externos, da responsável pela Direção Financeira (interlocutora designada pelo CA), bem como dos colaboradores do ML que teve de contactar no âmbito do desempenho das suas competências, o que muito agradece.

### 3. RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO E SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Relatório Consolidado de gestão reflete adequadamente a atividade do ML e do Grupo ML do exercício de 2024, estando aquele coerente com as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme expresso nos relatórios de auditoria referentes ao mesmo exercício. Com este enquadramento, o CF destaca as matérias constantes dos pontos seguintes.

#### 3.1. Indicadores de atividade (ML)

Em 2024, verificou-se o crescimento da procura do ML, face a 2023, traduzido pelo aumento do número de passageiros transportados com título pago (+8,3%)<sup>15</sup> e dos passageiros totais transportados (+6,5%), sem, contudo, se refletir num aumento de receita tarifária, por efeito da aplicação do novo modelo de repartição de receita, compensações e pagamentos por conta dos Passes navegante ([Regulamento n.º 1362-C/2023, de 27 de dezembro](#))<sup>16</sup>.

No final de 2024, e em comparação com o ano anterior, verificou-se um aumento da oferta (+464.677 carruagens\*Km; +1,6%), com maior destaque para a linha verde (+430.585 carruagens\*Km; +7,6%).

#### 3.2. Demonstrações financeiras (ML)

O ML encerrou o exercício de 2024 com um **resultado líquido negativo** de 19,8 milhões de euros (M€), representando uma melhoria do resultado do exercício, face ao ano anterior, em 4,2M€.

O **resultado operacional** registado em 2024 atingiu o valor negativo de 18,9M€, correspondendo a uma evolução favorável de 4M€, face a 2023, na sequência do aumento dos rendimentos (+5,1M€) e da redução dos gastos (-1,1M€).

Nos **rendimentos operacionais** (150,7M€ comparam com 145,6M€ em 2023) salienta-se o impacto significativo dos subsídios à exploração (+5,7M€ face a 2023), por via da COSP, que ascendeu a

<sup>15</sup> Inclui passes gratuitos, sujeitos a compensações tarifárias.

<sup>16</sup> Modelo de repartição de receita entre os operadores de transporte público baseado na utilização real e nas vendas individuais de cada operador.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

6,2M€<sup>17</sup>. O volume de negócios (venda de bilhetes, passes, compensações tarifárias e receitas complementares), sem o efeito do COSP, registou uma redução de 1M€.

Nos **gastos operacionais** (169,7M€ comparam com 168,5M€ em 2023), destaca-se o aumento dos gastos com o pessoal em cerca de 3M€, face a 2023, na sequência de um conjunto de fatores, salientando-se: (i) o aumento de 1,7M€ por via das atualizações salariais de 2,8%, no âmbito do despacho do Senhor Ministro do Estado e das Finanças, de 29 de dezembro de 2023<sup>18</sup>; (ii) o aumento de 1,6M€, em resultado da dinâmica decorrente da aplicação dos Acordos de Empresa; (iii) o aumento das responsabilidades com Pensões em +1,4M€<sup>19</sup>; e (iv) em sentido oposto, a redução dos gastos com trabalho suplementar, adicionais de eventos e feriados, fardamento e seguros de acidentes de trabalho, que globalmente tiveram um impacto favorável de 1,6M€.

Destaca-se, ainda, nos gastos operacionais, o reconhecimento de imparidade de investimentos que se traduziu numa perda de 1M€<sup>20</sup>.

A 31 de dezembro de 2024, a **situação patrimonial** do ML registou uma evolução favorável, face a 2023, em resultado dos aumentos do capital social (+369,7M€), verificando-se, contudo, que o ML continua a acumular prejuízos. Dos ajustamentos registados em 2024 na rubrica “*Ajustamentos/outras variações no capital próprio*”, destaca-se: (i) o efeito positivo do reconhecimento de 5,6M€ e 1,3M€, respetivamente, dos subsídios atribuídos pelo Fundo Ambiental para os projetos “*Modernização dos sistemas de sinalização – 1ª fase*” e “*Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa – Prolongamento das Linhas Amarela e Verde*”, e (ii) o impacto negativo de 14M€ por perdas atuariais nas responsabilidades com benefícios pós-emprego.

Não obstante a evolução favorável do capital próprio, verifica-se a perda de metade do capital social do ML, pelo que o CF alerta para a necessidade de o Estado continuar a assegurar o financiamento do ML, bem como para o CA dever adotar medidas que permitam melhorar o resultado operacional da empresa.

<sup>17</sup> Ver nota de pé de página 13.

<sup>18</sup> Despacho que estabeleceu as orientações para as empresas públicas no âmbito das atualizações salariais em 2024.

<sup>19</sup> Resultado da atualização do estudo atuarial de 2024.

<sup>20</sup> Na sequência da constituição da Associação Centro de Competências Ferroviário, e conforme previsto na RCM n.º 124/2023, de 10 de outubro, o ML efetuou, em 2024, um investimento de 1 M€ (não previsto no PAO 2024) referente ao reforço da sua participação financeira nesta associação. Após análise, e tendo em conta o objeto e a natureza jurídica da associação, o ML procedeu ao reforço da perda por imparidade reconhecida em 2022.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

### CONSELHO FISCAL

O aumento do total do **Ativo** em 22,7M€, deveu-se, essencialmente, às adições ocorridas no ativo não corrente, com destaque para as relacionadas com o empreendimento da Linha Circular (+60M€) e com o prolongamento da linha de S. Sebastião/Alcântara (+10,9M€).

Em 31 de dezembro de 2024, o **Passivo** remunerado do ML situou-se em 3.077,4 M€, representando uma redução de 0,09% (-292,5M€) face ao final de 2023, sendo de realçar que os empréstimos do Tesouro ascendem a 67,7% do total (61,8% em 31 de dezembro de 2023).

Na **ótica de fluxos financeiros** regista-se uma diminuição do saldo de caixa em 46,3M€ face a 2023. As atividades operacionais registam um saldo negativo de caixa de 9,4M€, os recebimentos de clientes são inferiores aos pagamentos a fornecedores e ao pessoal, registando-se um decréscimo, face a 2023, de 17,5M€. As **atividades de investimento** também registam um saldo negativo de 55M€, face ao ano de 2023, em consequência do atraso dos recebimentos de subsídios ao investimento para projetos financiados pelo Fundo Ambiental (-34,8M€) e por fundos europeus (-22,8M€). As **atividades de financiamento** refletem recebimentos de 369,6M€ de dotações de capital, na sua maioria para amortização de financiamento (300M€), pagamento do serviço da dívida (55,4M€)<sup>21</sup> e aval (2,4M€), e recebimento de suprimentos no valor de 7,5M€, dos quais 4,5M€ destinaram-se ao financiamento do projeto de investimento para aquisição de 24 Unidades Triplas (UT), 1,7M€ ao pagamento de juros emergentes de contratos de derivados (swaps) e 1,3M€ para cobertura do défice de tesouraria operacional.

### 3.3. Proposta de Aplicação de Resultados (ML)

A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo CA, no sentido de transferir o Resultado Líquido do exercício de 2024, para a conta de Resultados Transitados, merece a concordância do CF, uma vez que se encontra em consonância com o quadro legal aplicável.

### 3.4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas, reportadas a 31 de dezembro de 2024, refletem a posição financeira do conjunto de empresas incluídas na consolidação (Grupo ML), o resultado líquido e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados.

<sup>21</sup> Dos quais 43,5M€ correspondem a juros de empréstimos obrigacionistas e 11,9M€ a juros do financiamento Schudschein que atingiu a maturidade em julho de 2024.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

**CONSELHO FISCAL**

Face ao peso muito significativo do ML no conjunto do Grupo ML, não se registam diferenças relevantes entre as contas individuais e consolidadas, evidenciando estas um ativo total de 5.926,6M€, um passivo total de 3.669,8 M€ e um capital próprio de 2.256,8 M€.

O **resultado líquido consolidado** ascendeu, em 2024, a -19,8M€, representando um desagravamento face ao resultado registado em 2023 (-24,0M€). No final de 2024, observa-se uma evolução favorável do resultado operacional em +4,0M€ (-18,9M€ em 2024 e -22,9M€ em 2023).

**4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS**

Nas CLC emitidas pelo ROC<sup>22</sup>, em 29 de junho de 2025, e nos Relatórios de Auditoria emitidos pelos auditores externos<sup>23</sup>, em 27 de junho de 2025, foram expressas as reservas e ênfases julgadas adequadas, documentos que merecem, na sua generalidade, a concordância do CF e se consideram aqui como reproduzidos.

Ambas as CLC, relativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expressam opinião com as seguintes reservas:

- a) Não obstante o Aditamento defina as regras referentes ao regime financeiro das infraestruturas ferroviárias, aos mecanismos de monitorização e controlo do desempenho da concessão e ao modelo de remuneração ao concessionário, as demonstrações financeiras ainda não refletem, em 31 de dezembro de 2024, as alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos afetos à concessão, com exceção do rendimento estimado pela COSP, nos termos da cláusula 31.3 do Aditamento;
- b) Mantêm-se os registos de todos os fluxos financeiros relacionados com as ILD (rubricas de balanço apresentadas no ativo e passivo), não sendo possível concluir sobre a adequação da política contabilística adotada e a razoabilidade dos respetivos saldos;
- c) O Balanço inclui, no ativo corrente, em 31 de dezembro de 2024, o montante de 29,7 M€, relativo a obras efetuadas pela ML por conta de entidades do SEE, relativamente às quais, até à presente data, as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Sobre este assunto, os auditores externos relevam o saldo de 22,5 M€ de “outros créditos a receber” no ativo, referente a obras efetuadas pelo Grupo por conta da Transtejo;

<sup>22</sup> Em cumprimento do disposto nos n.ºs 2 e 3, do artigo 451.º, do CSC.

<sup>23</sup> Em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 45.º, do RJSPE.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

- d) A rubrica de inventários do ativo corrente inclui materiais com um tempo de permanência em armazém muito elevado, para os quais não se dispõe de evidências suficientes sobre o seu valor recuperável.

As CLC e os Relatórios de Auditoria são coincidentes quanto às matérias objeto de reserva.

Conforme referido na alínea f), do ponto 1. do presente parecer, relativamente às matérias referidas nas alíneas a) e b) anteriores, o CA encontra-se a desenvolver esforços no sentido de clarificar/estabilizar os novos modelos de contabilização e remuneração, decorrentes do Aditamento ao contrato.

Os prejuízos anuais consecutivos e a necessidade de o Estado assegurar o financiamento da atividade da empresa, configuram matérias objeto de ênfases nas CLC e relatórios de Auditoria, tendo em consideração a natureza de Entidade Pública Empresarial com obrigações de serviço público.

## 5. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS<sup>24</sup> E ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA<sup>25</sup>

Com relevância para o presente ponto, reforça-se que o PAO 2024 do ML foi aprovado e que, neste âmbito, foram concedidas as autorizações indicadas no ponto 1 do presente parecer. Com este enquadramento e tendo em consideração os esclarecimentos prestados e a informação constante no ponto VIII do Relatório Consolidado de gestão, destaca-se:

### a) Objetivos de Gestão e Execução do Orçamento para 2024

Não foram fixados **objetivos de gestão** para 2024, conforme dispõe o artigo 38º do RJSPE, o que impossibilita a aferição do desempenho e dos resultados alcançados pelo CA, em cumprimento do previsto no Estatuto do Gestor Público e na Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro.

Não obstante, o Relatório Consolidado de gestão evidencia o grau de **execução** de diversos indicadores, nomeadamente de resultados, investimento e endividamento, bem como do orçamento carregado no Sistema de Orçamento do Estado, justificando os principais desvios.

Neste âmbito, destaca-se que o Resultado Líquido registado em 2024 (-19,8M€) traduz um desvio desfavorável de 7,1M€ face ao orçamentado (-12,8M€). O referido desvio decorre de um

<sup>24</sup> Designadamente as normas contidas na Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2024, e no Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro, que estabeleceu as normas de execução do Orçamento do Estado para 2024.

<sup>25</sup> Através do ofício circular SAI\_DGTF/2025/254 atrás citado, sobre o processo de prestação de contas de 2024.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

## CONSELHO FISCAL

conjunto de fatores, destacando-se as perdas de 10M€ imputadas de subsidiárias que não haviam sido orçamentadas.

Destaca-se, igualmente, que o **investimento** realizado (formação bruta de capital fixo), no valor global de 97,2M€, representa uma taxa de execução de 41,5 % face ao valor previsto (234,3M€), sendo que os projetos com valores de execução mais elevados, referentes ao “*Prolongamento Rato/Cais do Sodré*” (56,9 M€), “*Prolongamento São Sebastião/Alcântara*” (18,5 M€) e “*Projeto de modernização do sistema de sinalização e material circulante*” (6,9 M€) registaram taxas de execução de 70,1 %, 26,4 % e 21,2 %, respetivamente.

O investimento executado no ano foi financiado pelo Orçamento do Estado (58,9%)<sup>26</sup>, Plano de Recuperação e Resiliência (19,4%), outros Fundos Europeus (19,5%) e receitas próprias (2,2%).

### b) Eficiência Operacional<sup>27</sup>

Em 2024, o peso dos gastos operacionais<sup>28</sup> (143,6M€) sobre o volume de negócios<sup>29</sup> (138,4M€) registou um desvio favorável de 1,4 p.p. face ao orçamentado para 2024.

Para o cálculo do referido rácio, sublinha-se que o volume de negócios integra a COSP (subsídio à exploração de 6,2 M€) e que os gastos operacionais (143,6M€) ficaram globalmente dentro do limite de 145,9M€ aprovado para o mesmo período, por Despacho das Tutelas Financeira e Setorial que procedeu à aprovação do PAO de 2024.

Sublinha-se, ainda, que o desvio desfavorável registado nos GcP face ao orçamento e aprovado em sede de PAO 2024, de 1,9M€<sup>30</sup>, foi compensado pelos desvios favoráveis de 0,4M€ e de 3,9M€ registados nas rubricas de CMVMV e FSE, respetivamente.

<sup>26</sup> Fundo Ambiental (44,7M€), Dotações de capital (11,7M€) e PIDDAC (0,8M€).

<sup>27</sup> Medida através do rácio Gastos Operacionais/ Volume de Negócios (GO/VN). Para o cálculo deste rácio poderão ser excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais devidamente fundamentadas.

<sup>28</sup> Os GO, para efeitos de aferição da eficiência operacional, correspondem aos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC), aos gastos com fornecimentos e serviços externos (FSE) e aos gastos com pessoal (GcP).

<sup>29</sup> Para efeitos de aferição da eficiência operacional, o VN integra as vendas, os serviços prestados, os rendimentos complementares e os subsídios à exploração correspondentes à CoSP. Sublinha-se que as vendas e serviços prestados, no valor global de 132,3M€, integram as vendas de passes e bilhetes (87,9M€), as compensações diversas (37M€) e as receitas complementares (7,4M€).

<sup>30</sup> Desvio ajustado tendo em consideração a redução, no ano de 2024, do valor de 0,3 M€ (referente aos gastos previstos com a contratação de 28 trabalhadores que não foi autorizada no âmbito da aprovação do PAO 2024, em função do adiamento da data de abertura da linha circular) ao montante dos GcP de 100,7 M€, apresentados pela empresa.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

**CONSELHO FISCAL**

c) Evolução dos recursos humanos, gastos com pessoal e massa salarial

A 31 de dezembro de 2024, o ML dispunha de um total de 1.567<sup>31</sup> trabalhadores que representa uma diminuição líquida de 8 trabalhadores face a 2023 (1.575<sup>32</sup>), decorrente da movimentação de trabalhadores ocorrida no exercício<sup>33</sup>.

Não obstante se verifique que, no final de 2024, o quadro de pessoal ficou muito aquém dos 1.656 trabalhadores autorizados para o mesmo período (-81 trabalhadores), os GcP atingiram o montante de 102,3M€, o que representa um aumento de 3M€ face a 2023 e um desvio desfavorável de 1,9M€ face ao orçamentado e aprovado para o período. Este desvio é essencialmente justificado pela suborçamentação das responsabilidades com pensões (desvio desfavorável de 4M€, em resultado do estudo atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios, estudo esse realizado por uma entidade independente).

De acordo com os dados divulgados pela empresa, reportados a 31 de dezembro de 2024, a massa salarial registou um aumento de 3,4% face a 2023, cumprindo o limite de 5% estabelecido no referido Despacho do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, de 29 de dezembro de 2023.

d) Estatuto do Gestor Público (EGP)<sup>34</sup>

Tanto quanto é do conhecimento do CF, o ML deu cumprimento ao disposto no EGP no que respeita à não permissão de reembolso de despesas de representação pessoal, à não permissão de utilização de meios de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa, ao limite dos gastos com comunicações e ao limite estabelecido para combustível e portagens (fixado em ¼ do valor das despesas de representação).

As remunerações dos membros do Conselho de Administração foram atualizadas em 3%<sup>35</sup>.

e) Limites ao crescimento do endividamento

O endividamento cresceu 1,06% face a 31 de dezembro de 2023, por aplicação da fórmula de cálculo constante nas orientações transmitidas pela ETF, o que constitui o não cumprimento do

<sup>31</sup> Não considerando os órgãos sociais (3 membros do Conselho de Administração e 3 membros do Conselho Fiscal).

<sup>32</sup> Não considerando os órgãos sociais (4 membros do Conselho de Administração e 3 membros do Conselho Fiscal).

<sup>33</sup> No ano de 2024, registaram-se 52 saídas de trabalhadores, na sua maioria por reforma, e concretizaram-se 43 admissões, incluindo 25 novas contratações das 53 autorizadas no âmbito da aprovação do PAO, 15 contratações para substituição de saídas e 3 regressos.

<sup>34</sup> Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação.

<sup>35</sup> Cfr. [Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro](#), que estabeleceu a atualização de 3%, como valor mínimo, da base remuneratória da Administração Pública, com produção de efeitos a 1 de janeiro de 2024.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

**CONSELHO FISCAL**

aumento de 0,25% orçamentado e aprovado no âmbito do PAO 2024. Releva-se que a meta fixada no PAO 2024 (aumento de 0,25%) teve como pressupostos (entre outros) a conversão da dívida respeitante a ILD (empréstimos ETF) por incorporação em ativo do Estado (102,4 M€) e a conversão de passivo corrente em capital (44,1M€), operações/conversões estas que não se concretizaram.

f) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)

Através de Despacho de 26/11/2024 da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., o ML foi dispensado do cumprimento do princípio da UTE, no biénio 2024/2025, exclusivamente para os valores: i) objeto de recolha por empresa de transporte de valores; ii) referentes às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados; e iii) inerentes à custódia de títulos que não sejam dívida pública.

No final do período, o ML registava uma taxa de 74,2% de centralização dos saldos junto do IGCP, estando os restantes 25,8% depositados na banca comercial, na sua esmagadora maioria compostos por depósitos colaterais de operações americanas de leasing de material circulante.

g) Contratação Pública

No Relatório Consolidado de gestão, o ML, enquanto entidade adjudicante, explicita que aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP)<sup>36</sup>, e que deu cumprimento a todos os normativos e regulamentos em matéria de contratação pública.

Neste âmbito, o CF destaca que os contratos celebrados no ano de 2024 e publicados, no [Portal Base dos Contratos Públicos](#)<sup>37</sup>, totalizaram 290 procedimentos contratuais, num preço contratual global de 175,9 M€. O tipo de procedimento, cujo preço contratual foi mais expressivo, é o concurso público (161,7 M€; 91,9% do total; 35 procedimentos), seguido do ajuste direto (7,3 M€; 4,1% do total; 18 procedimentos), dos quais 5,6 M€ (3,2% do total; 8 procedimentos), por critérios materiais (urgência e motivos técnicos/exclusividade). Os procedimentos realizados ao abrigo do artigo 11.º, do CCP - Setores especiais, totalizaram os 215 e um valor contratual de 5,5 M€ (3,1% do preço contratual global).

Da análise dos dados publicados resulta ainda que:

<sup>36</sup> Aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

<sup>37</sup> Pesquisa efetuada em 19/06/2025.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

- A “Aquisição de Material Circulante para a Rede do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (24 Unidades de Tração, com opção de mais 12)...” (134 M€; 76,2% do total) é o contrato mais relevante, na sequência de concurso público, objeto de [visto prévio do Tribunal de Contas](#);
- A quase totalidade dos 39 procedimentos, qualificados como ajuste direto e consulta prévia (8,1 M€), foram objeto de publicação, no Portal Base, antes da data do pagamento e ou data de fecho do contrato, com exceção de um caso.

h) Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e Pagamentos em Atraso

De acordo com os dados divulgados pela empresa, reportados a 31 de dezembro de 2024, o prazo médio de pagamentos era de 18 dias (-1 dia face aos 19 dias de 2023) e o ML não apresentava pagamentos em atraso, nos termos do artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio<sup>38</sup>, em virtude de a dívida vencida há mais de 90 dias, no valor de 29,4 mil euros, decorrer de situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor<sup>39</sup>.

i) Programa de Cumprimento Normativo

Em observância do Regime Geral de Prevenção da Corrupção, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, o ML dispõe de um Programa de Cumprimento Normativo e disponibiliza no seu [sítio](#) na *internet* toda a informação exigível, incluindo o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e os relatórios de avaliação intercalar e anual de 2024.

j) Divulgação de informação

Tanto quanto é do conhecimento do CF, o ML deu cumprimento às obrigações de divulgação de informação no respetivo [sítio](#) na *internet* e no [sítio](#) do SEE.

O Relatório Consolidado 2024 integra a informação exigida para as demonstrações não financeiras, prevista no n.º 2, do artigo 66.º-B, do CSC.

k) Recomendações do acionista/Demonstrações Orçamentais

O SNC-AP é apenas aplicável ao ML quanto ao cumprimento dos requisitos legais relativos à contabilidade orçamental e à utilização do plano de contas multidimensional, para efeitos de integração da informação no Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas. Neste enquadramento, o ML apresentou as demonstrações orçamentais referentes ao exercício de

<sup>38</sup> Tendo igualmente em consideração o disposto no n.º 1, do artigo 40.º, da Lei do Orçamento do Estado para 2024.

<sup>39</sup> Correspondendo a uma das exclusões previstas no [n.º 2, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho](#), na redação atual.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

## CONSELHO FISCAL

---

2024, em anexo ao Relatório Consolidado de gestão, cujo processo e divulgação ainda carece de melhorias.

De acordo com informação prestada pelo ML, ainda não estão reunidas as condições técnicas para o cumprimento integral das recomendações transmitidas ao CA, por Despacho dos Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e da Mobilidade de 19 de dezembro de 2024<sup>40</sup>, mas estão a ser desenvolvidos esforços nesse sentido.

## 6. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO (RGS)

Em cumprimento do previsto no artigo 54.º, do RJSPE, o ML apresentou o RGS 2024, o qual obedece, na generalidade, à estrutura previamente definida pela então Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM).

Atenta a análise que o CF fez ao conteúdo do RGS 2024, incluindo os respetivos anexos e o parecer expresso pelo ROC nas CLC neste domínio, o CF é de parecer que o RGS 2024 do ML, aprovado em reunião do CA de 27 de junho de 2025, inclui informação sobre as matérias reguladas no Capítulo II do RJSPE e traduz, na generalidade, a observância das disposições legais aplicáveis e o cumprimento das orientações em vigor.

Nestes termos, e em cumprimento do n.º 5, do artigo 420.º, do CSC, somos de parecer que o RGS 2024 inclui os elementos que são exigíveis ao ML, nos termos previstos no artigo 29.º-H, do Código dos Valores Mobiliários, na sua redação atual, e das demais disposições legais que lhe são aplicáveis.

---

<sup>40</sup> Vide nota de pé de página 12.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

## 7. PARECER

Atento o acima exposto e tendo em consideração as Certificações Legais das Contas e os Relatórios do Auditor Externo, o Conselho Fiscal considera que o Relatório Consolidado de gestão e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do ML evidenciam, com clareza e rigor, a evolução da atividade da empresa durante o exercício e refletem, de forma verdadeira e apropriada, a sua situação económica e financeira, à data de 31 de dezembro de 2024, e que o Relatório do Governo Societário apresentado contém informação atual e completa sobre todas as matérias previstas no capítulo II do RJSPE e no artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Face ao exposto, e em cumprimento do disposto no n.º 6, do artigo 420.º, do CSC, o Conselho Fiscal é de parecer que seja/m:

- a) Aprovados o Relatório Consolidado e as Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas da ML, e respetivos anexos, respeitantes ao exercício de 2024, atentas as reservas e ênfase expressas nas correspondentes Certificações Legais das Contas, bem como o Relatório do Governo Societário referente àquele exercício;
- b) Aprovada a proposta apresentada pelo Conselho de Administração de transferência integral do Resultado Líquido apurado nas contas individuais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no valor negativo de 19.841.310,63 € (dezanove milhões, oitocentos e quarenta e um mil, trezentos e dez euros e sessenta e três cêntimos) para a conta de Resultados Transitados.

O Conselho Fiscal destaca a relevância do aditamento ao “Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte de Passageiros”, designadamente os efeitos nas Demonstrações Financeiras do ML e do Grupo, que se admitem materialmente relevantes, salientando, sobre este assunto, o descrito no ponto 1., alínea f), do presente parecer.

Lisboa, 29 de junho de 2025.

O Conselho Fiscal

Presidente	Vogal efetiva	Vogal efetiva
<p><b>JOSÉ HENRIQUE RODRIGUES POLACO</b></p> <p>Digitally signed by JOSÉ HENRIQUE RODRIGUES POLACO Date: 2025.06.29 23:09:59 +01'00'</p> <p>(José Henrique Rodrigues Polaco)</p>	<p>Assinado por: <b>MARGARIDA CARLA CAMPOS FREITAS TABORDA</b> Num. de Identificação: 09504700 Data: 2025.06.29 23:02:06+01'00'</p> <p>(Margarida Carla Campos Freitas Taborda)</p>	<p>Assinado por: <b>Maria Teresa de Figueiredo Ferreira Alves Carvalho</b> Num. de Identificação: 08473271 Data: 2025.06.29 22:53:19+01'00'</p> <p>(Maria Teresa de Figueiredo Ferreira Alves Carvalho)</p>

## 8. Certificação Legal das Contas Individuais e Consolidadas



**JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA**

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

#### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (a Entidade ou ML)**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 5.925.852.682 euros e um total de capital próprio de 2.290.046.721 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 19.841.311 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

##### Bases para a opinião com reservas

1. Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração ("ILD") do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Por sua vez, na sequência da "atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML", através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa cujo prazo de vigência findava em 1 de julho de 2024. Este contrato compreende os direitos e obrigações inerentes à referida prestação de serviço público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo da Entidade em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. Foi, entretanto, celebrado em 27 de março de 2024, entre o Estado Português e o ML, um "Aditamento" ao contrato de concessão o qual, na sequência do visto do Tribunal de Contas, entrou em vigor em 15 de julho de 2024, e que prorrogou o prazo de concessão até 1 de julho de 2030. Com este "Aditamento", ficaram definidas regras referentes ao regime financeiro das infraestruturas ferroviárias, aos mecanismos de monitorização e controlo do desempenho da concessão e ao modelo de remuneração ao concessionário. Não obstante, por razões de complexidade, as demonstrações financeiras da Entidade relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024:
  - a. Ainda não refletem alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos afetos à concessão determinadas pelo "Aditamento", com exceção do rendimento estimado pela Compensação por Obrigações de Serviço Público (COSP), nos termos da cláusula 31.3ª do "Aditamento", reconhecido por 6.161.922 euros na rubrica de "Subsídios à exploração" da Demonstração dos Resultados por Naturezas;

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA  
 Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183  
 E-mail: [geral@acaudidores.pt](mailto:geral@acaudidores.pt) – Internet: [www.acaudidores.pt](http://www.acaudidores.pt)



# JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Capital Social 5.000,00 Euros

- b. Com exceção do reconhecimento da COSP aludida no parágrafo anterior, e tal como explicitado na nota 5 do anexo, mantém o registo de todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas de balanço denominadas "Investimentos de infraestruturas de longa duração", apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2024, o ativo não corrente compreende o montante de 5.496.169.211 euros referente a (i) créditos a receber do Estado (3.275.964.191 euros), (ii) derivados mensurados ao justo valor em outros ativos financeiros (2.770.384 euros) e a (iii) ativos fixos tangíveis, intangíveis ou propriedades de investimento, os quais totalizam 2.217.434.636 euros e correspondem a custos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (líquidos de subsídios recebidos); o passivo engloba financiamentos, derivados mensurados ao justo valor, provisões e outras contas a pagar relacionados com os ILD, num total de 2.413.838.451 euros, do qual 922.123.686 euros está considerado como não corrente. De salientar ainda que os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados.

Desta forma, face à indefinição contabilística que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto aos efeitos, seguramente materiais, que a inadequação da política contabilística adotada provoca nas demonstrações financeiras em apreço.

2. Conforme divulgado na nota 15 do anexo, o balanço inclui em 31 de dezembro de 2024, na rubrica "Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros", o montante de 29.686.055 euros, líquido de perdas por imparidade, relativo a obras efetuadas no passado pelo ML por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à adequada mensuração daqueles ativos.
3. A rubrica de inventários do ativo corrente, apresentada por 9.998.665 euros, inclui uma extensão significativa de materiais com tempo de permanência em armazém elevada para os quais, mesmo considerando a antiguidade tecnológica de alguns equipamentos a ser mantidos, não temos evidência analítica que nos permita concluir sobre o seu valor recuperável.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

### Ênfase

As operações do ML têm vindo a gerar prejuízos anuais consecutivos, sendo o financiamento indispensável à prossecução da sua atividade assegurado pelo Estado Português através de dotações de capital, atribuição de subsídios e concessão de empréstimos, estes últimos, desde 30 de novembro de 2014, objeto de sucessivas moratórias de capital e juros, o que contribuiu para que o passivo corrente seja substancialmente superior ao ativo corrente. Dado estarmos perante uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações da Entidade, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia nacional para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Praça de Alvalade, n.º 6, 3.º Dto. 1700-036 LISBOA  
 Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183  
 E-mail: [geral@acauditores.pt](mailto:geral@acauditores.pt) – Internet: [www.acauditores.pt](http://www.acauditores.pt)



# JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

### 1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O ML contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições com as quais foram contratados.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante total dos instrumentos financeiros derivados refletidos no ativo ascende a 2.770.384 euros (incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração) e no passivo ascende a 3.501.878 euros (incluídos na rubrica de Investimento de infraestruturas de longa duração – Passivo não corrente). As notas 4.2, 4.11, 5, e 5.4 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos.</p> <p>Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Análise das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor;</li> <li>Obtenção e análise das avaliações realizadas, designadamente pelo IGCP, e</li> <li>Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li> </ul>

### 2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

A Entidade tem um plano de benefícios definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades do ML relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço com pensões a reconhecer no período.

Praça de Alvalade, n.º 6, 3.º Dto. 1700-036 LISBOA  
 Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183  
 E-mail: [geral@acauditores.pt](mailto:geral@acauditores.pt) – Internet: [www.acauditores.pt](http://www.acauditores.pt)



# JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

O ML apresenta, em 31 de dezembro de 2024, responsabilidades por benefícios pós-emprego no montante de 279.899.630 euros. As notas 4.15 e 20 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas relativamente a diversos pressupostos atuariais, nomeadamente, taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade, bem como a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo;</li> <li>• Validação dos registos contabilísticos efetuados, tomando por base os valores indicados no relatório atuarial;</li> <li>• Verificação da competência, independência e integridade do atuário contratado; e</li> <li>• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li> </ul>

### 3. Reconhecimento do rédito e compensações tarifárias

O rédito da Entidade resulta fundamentalmente da venda de títulos de transporte metropolitano de passageiros e das compensações tarifárias atribuídas pelo Estado, pelo cumprimento de determinadas obrigações de serviço público.

O sistema tarifário em vigor na Área Metropolitana de Lisboa, encontra-se em definido no Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março, na sua redação atual, nesse estando definidas as regras de cálculo das compensações devidas aos Operadores pelo cumprimento das obrigações de serviço público. As compensações indicadas podem estar sujeitas à devolução de montante ou o acerto de contas em pagamentos subsequentes.

O ML apresenta, em 2024, vendas e serviços prestados, no montante de 132.256.549 euros. As notas 4.16 e 24 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com estas matérias.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Quer pelo elevado número de movimentos financeiros, de registos no sistema de bilhética e da competente integração no sistema contabilístico, quer pela materialidade dos montantes envolvidos, entendemos considerar o rédito como uma matéria relevante da nossa auditoria.  Face à relevância dos montantes envolvidos, à complexidade dos cálculos e julgamentos inerentes, em função da sua tipologia e sua conformidade com as alterações regulamentares/legislativas, entendemos que as compensações/indenizações tarifárias constituem uma matéria relevante de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamento e análise dos procedimentos e controlos existentes no ciclo da receita e do sistema de bilhética;</li> <li>• Obtenção do suporte documental das compensações tarifárias recebidas e verificação da exatidão dos montantes contabilizados;</li> <li>• Verificação, para uma amostra de títulos de transporte, se as vendas registadas no sistema de bilhética do ML coincidem com o sistema de informação da TML face à repartição efetuada por esta Entidade;</li> </ul>

Praça de Alvalade, n.º 6, 3.º Dto. 1700-036 LISBOA  
 Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183  
 E-mail: [geral@acauditores.pt](mailto:geral@acauditores.pt) – Internet: [www.acauditores.pt](http://www.acauditores.pt)



# JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
(Continuação)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização da revisão analítica através da análise das evoluções mensais por tipologia de serviço;</li> <li>Realização de procedimentos de validação do corte de operações;</li> <li>Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos adotados na preparação das estimativas; e</li> <li>Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li> </ul>

#### 4.Reconhecimento e Mensuração das Provisões

O ML apresenta, em 31 de dezembro de 2024, provisões no montante de 8.670.698 euros (das quais 3.782.500 euros, incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração). As notas 4.2, 4.14, 5, 5.7 e 18 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Dada a complexidade e nível de julgamento inerentes à diversidade dos riscos envolvidos, a imprevisibilidade associada ao respetivo desfecho, e a materialidade das responsabilidades potenciais decorrentes da atividade da Entidade, assim como das atividades relacionadas com a construção, instalação, renovação, manutenção e gestão das ILD que lhe estão afetas, entendemos considerar esta rubrica como uma matéria relevante da nossa auditoria.	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Obtenção e análise da listagem detalhada dos processos em contencioso preparada pelo gabinete jurídico;</li> <li>Levantamento e análise dos movimentos contabilísticos mais relevantes ocorridos no período na rubrica de provisões;</li> <li>Obtenção e análise das respostas aos pedidos de confirmação de advogados externos e verificação da sua conformidade com os cálculos das provisões;</li> <li>Obtenção e análise das demonstrações financeiras das participadas, nas quais o ML enquanto E.P.E. assumiu obrigações legais ou construtivas;</li> <li>Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos, estimativas e julgamentos utilizados;</li> <li>Leitura e análise das atas do Conselho de Administração; e</li> <li>Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li> </ul>

Capital Social 5.000,00 Euros

I :

Contribuinte n.º 503 342 742

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA  
 Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183  
 E-mail: [geral@acauditores.pt](mailto:geral@acauditores.pt) – Internet: [www.acauditores.pt](http://www.acauditores.pt)

5



# JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277  
 Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Capital Social 5.000,00 Euros

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilística e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório único de gestão, designado pela Entidade como Relatório Consolidado, do Relatório de Governo Societário e da Demonstração não Financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

Contribuinte n.º 503 342 742

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA  
 Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183  
 E-mail: [geral@acaudidores.pt](mailto:geral@acaudidores.pt) – Internet: [www.acaudidores.pt](http://www.acaudidores.pt)

6



# JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Capital Social 5.000,00 Euros

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 724.042.770 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 674.263.573 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo a 31 de dezembro de 2024.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte: (i) O sistema contabilístico da Entidade não está organizado de acordo com o Plano de Contas Multidimensional, nem o subsistema de contabilidade orçamental se encontra organizado de acordo com a Classe "0" desagregada segundo as classificações económicas vigentes, conforme previsto na NCP 26, que permita obter e validar de forma automática e rigorosa as demonstrações orçamentais ou obter um

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA  
 Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183  
 E-mail: [geral@acauditores.pt](mailto:geral@acauditores.pt) – Internet: [www.acauditores.pt](http://www.acauditores.pt)

AA

7



# JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277  
 Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

balancete da classe "0", bem como observar o cumprimento das regras de movimentação contabilística aplicáveis ao reconhecimento e mensuração das transações e outros acontecimentos inerentes à contabilidade orçamental, sendo o processo de preparação das referidas demonstrações efetuado de forma manual e tendo por base um conjunto de mapas de suporte ao controlo da execução orçamental; e (ii) não foram preparados e incluídos no Anexo às demonstrações orçamentais, tal como dispõe a NCP 26, elementos informativos relativos a "Contratação administrativa".

## Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 3 al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão, denominado pela Entidade como "Relatório Consolidado", foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. De salientar que a Entidade optou pela apresentação de um relatório de gestão único, abrangendo as contas individuais e consolidadas, conforme permitido pelo n.º 6, do art.º 508º - C, do Código das Sociedades Comerciais.

Conforme referido no artigo 451º, nº 7, do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no denominado "Relatório Consolidado".

## Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do nº 1 do referido artigo.

## Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no denominado "Relatório Consolidado" e no Relatório de Governo Societário.

## Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados como Revisor Oficial de Contas do ML para o mandato 2023-2025, através de Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, de 3 de outubro de 2023. Esta nomeação surgiu na sequência de procedimento concursal desencadeado pelo Conselho Fiscal da Entidade e sob sua proposta, nos termos legais e estatutários aplicáveis ao ML.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material nas demonstrações financeiras da Entidade devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. nesta mesma data.

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA  
 Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183  
 E-mail: [geral@acaudidores.pt](mailto:geral@acaudidores.pt) – Internet: [www.acaudidores.pt](http://www.acaudidores.pt)



## JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos ao ML os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:
  - o Emissão de uma declaração para efeitos do art.º 7º da Portaria nº 125/2024, de 1 abril, no âmbito de candidatura a fundos comunitários.

LISBOA, em 29 de junho de 2025

**“João Cipriano & Associado, SROC, Lda”**

(Inscrita na OROC sob o n.º 119 e registada na CMVM com o n.º 20161438)

Representada por

**João Amaro Santos Cipriano**

(ROC n.º 631; registo na CMVM n.º 20160277)

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA  
 Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183  
 E-mail: [geral@acaudidores.pt](mailto:geral@acaudidores.pt) – Internet: [www.acaudidores.pt](http://www.acaudidores.pt)

9



# JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (o Grupo ou ML)**, que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 5.926.643.734 euros e um total de capital próprio de 2.256.846.146 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 19.844.593 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião com reservas

1. Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração ("ILD") do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Por sua vez, na sequência da "atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML", através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa cujo prazo de vigência findava em 1 de julho de 2024. Este contrato compreende os direitos e obrigações inerentes à referida prestação de serviço público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo da Entidade em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. Foi, entretanto, celebrado em 27 de março de 2024, entre o Estado Português e o ML, um "Aditamento" ao contrato de concessão o qual, na sequência do visto do Tribunal de Contas, entrou em vigor em 15 de julho de 2024, e que prorrogou o prazo de concessão até 1 de julho de 2030. Com este "Aditamento", ficaram definidas regras referentes ao regime financeiro das infraestruturas ferroviárias, aos mecanismos de monitorização e controlo do desempenho da concessão e ao modelo de remuneração ao concessionário. Não obstante, por razões de complexidade, as demonstrações financeiras consolidadas da Entidade relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024:
  - a. Ainda não refletem alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos afetos à concessão determinadas pelo "Aditamento", com exceção do rendimento estimado pela Compensação por Obrigações de Serviço Público (COSP), nos termos da cláusula 31.3ª do "Aditamento", reconhecido por 6.161.922 euros na rubrica de "Subsídios à exploração" da Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas;

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA  
 Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183  
 E-mail: [geral@acaudidores.pt](mailto:geral@acaudidores.pt) – Internet: [www.acaudidores.pt](http://www.acaudidores.pt)



# JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Capital Social 5.000,00 Euros

- b. Com exceção do reconhecimento da COSP aludida no parágrafo anterior, e tal como explicitado nas notas 3.3 e 5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, mantém o registo de todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas de balanço denominadas "Investimentos de infraestruturas de longa duração", apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2024, o ativo não corrente compreende o montante de 5.496.169.211 euros referente a (i) créditos a receber do Estado (3.275.964.191 euros), (ii) derivados mensurados ao justo valor em outros ativos financeiros (2.770.384 euros) e a (iii) ativos fixos tangíveis, intangíveis ou propriedades de investimento, os quais totalizam 2.217.434.636 euros e correspondem a custos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (líquidos de subsídios recebidos); o passivo engloba financiamentos, derivados mensurados ao justo valor, provisões e outras contas a pagar relacionados com as ILD, num total de 2.413.838.451 euros, do qual 922.123.686 euros está considerado como não corrente. De salientar ainda que os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados.

Desta forma, face à indefinição contabilística que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto aos efeitos, seguramente materiais, que a inadequação da política contabilística adotada provoca nas demonstrações financeiras consolidadas em apreço.

2. Conforme divulgado na nota 15 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a demonstração da posição financeira inclui em 31 de dezembro de 2024, na rubrica "Outros créditos a receber", o montante de 29.686.055 euros, líquido de perdas por imparidade, relativo a obras efetuadas no passado pelo ML por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à adequada mensuração daqueles ativos.
3. A rubrica de inventários do ativo corrente, apresentada por 9.998.665 euros, inclui uma extensão significativa de materiais com tempo de permanência em armazém elevada para os quais, mesmo considerando a antiguidade tecnológica de alguns equipamentos a ser mantidos, não temos evidência analítica que nos permita concluir sobre o seu valor recuperável.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

## Ênfase

As operações do Grupo têm vindo a gerar prejuízos anuais consecutivos, sendo o financiamento indispensável à prossecução da sua atividade assegurado pelo Estado Português através de dotações de capital, atribuição de subsídios e concessão de empréstimos, estes últimos, desde 30 de novembro de 2014, objeto de sucessivas moratórias de capital e juros, o que contribuiu para que o passivo corrente seja substancialmente superior ao ativo corrente. Dado estarmos perante um Grupo cuja empresa-mãe é uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações da Entidade, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia nacional para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Praça de Alvalade, n.º 6, 3.º Dto. 1700-036 LISBOA  
 Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183  
 E-mail: [geral@acaudidores.pt](mailto:geral@acaudidores.pt) – Internet: [www.acaudidores.pt](http://www.acaudidores.pt)

2



# JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

### 1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O ML contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições com as quais foram contratados.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante total dos instrumentos financeiros derivados refletidos no ativo ascende a 2.770.384 euros (incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração) e no passivo ascende a 3.501.878 euros (incluídos na rubrica de Investimento de infraestruturas de longa duração – Passivo não corrente). As notas 3.3, 5 e 5.4 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos.</p> <p>Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Análise das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor;</li> <li>Obtenção e análise das avaliações realizadas, designadamente pelo IGCP, e</li> <li>Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li> </ul>

### 2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

O ML tem um plano de benefícios definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades do ML relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço com pensões a reconhecer no período.

O ML apresenta, em 31 de dezembro de 2024, responsabilidades por benefícios pós-emprego no montante de 279.899.630 euros. As notas 3.16 e 20 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA  
 Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183  
 E-mail: [geral@acauditores.pt](mailto:geral@acauditores.pt) – Internet: [www.acauditores.pt](http://www.acauditores.pt)

3



# JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277  
 Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Capital Social 5.000,00 Euros

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas relativamente a diversos pressupostos atuariais, nomeadamente, taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade, bem como a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> <li>Análise da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo;</li> <li>Validação dos registos contabilísticos efetuados, tomando por base os valores indicados no relatório atuarial;</li> <li>Verificação da competência, independência e integridade do atuário contratado; e</li> <li>Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li> </ul>

### 3. Reconhecimento do rédito e compensações tarifárias

O rédito do Grupo resulta, fundamentalmente, da venda de títulos de transporte metropolitano de passageiros e das compensações tarifárias atribuídas pelo Estado, pelo cumprimento de determinadas obrigações de serviço público.

O sistema tarifário em vigor na Área Metropolitana de Lisboa, encontra-se em definido no Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março, na sua redação atual, nesse estando definidas as regras de cálculo das compensações devidas aos Operadores pelo cumprimento das obrigações de serviço público. As compensações indicadas podem estar sujeitas à devolução de montante ou o acerto de contas em pagamentos subsequentes.

O Grupo apresenta, em 2024, vendas e serviços prestados, no montante de 132.970.029 euros. As notas 3.17 e 24 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas apresentam as divulgações relacionadas com estas matérias.

Contribuinte n.º 503 342 742

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Quer pelo elevado número de movimentos financeiros, de registos no sistema de bilhética e da competente integração no sistema contabilístico, quer pela materialidade dos montantes envolvidos, entendemos considerar o rédito como uma matéria relevante da nossa auditoria.  Face à relevância dos montantes envolvidos, à complexidade dos cálculos e julgamentos inerentes, em função da sua tipologia e sua conformidade com as alterações regulamentares/legislativas, entendemos que as compensações/indemnizações tarifárias constituem uma matéria relevante de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamento e análise dos procedimentos e controlos existentes no ciclo da receita e do sistema de bilhética;</li> <li>Obtenção do suporte documental das compensações tarifárias recebidas e verificação da exatidão dos montantes contabilizados;</li> <li>Verificação, para uma amostra de títulos de transporte, se as vendas registadas no sistema de bilhética do ML coincidem com o sistema de informação da TML face à repartição efetuada por esta Entidade;</li> <li>Realização da revisão analítica através da análise das evoluções mensais por tipologia de serviço;</li> <li>Realização de procedimentos de validação do corte de operações;</li> </ul>

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA  
 Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183  
 E-mail: [geral@acaudidores.pt](mailto:geral@acaudidores.pt) – Internet: [www.acaudidores.pt](http://www.acaudidores.pt)

4



# JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Riscos de distorção material mais significativos (Continuação)	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos adotados na preparação das estimativas; e</li> <li>• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li> </ul>

#### 4.Reconhecimento e Mensuração das Provisões

O Grupo apresenta, em 31 de dezembro de 2024, provisões no montante de 8.091.599 euros (das quais 3.782.500 euros, incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração). As notas 3.15, 5.7 e 18 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Dada a complexidade e nível de julgamento inerentes à diversidade dos riscos envolvidos, a imprevisibilidade associada ao respetivo desfecho, e a materialidade das responsabilidades potenciais decorrentes da atividade do Grupo Entidade, assim como das atividades relacionadas com a construção, instalação, renovação, manutenção e gestão das ILD que lhe estão afetas, entendemos considerar esta rubrica como uma matéria relevante da nossa auditoria.	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Obtenção e análise da listagem detalhada dos processos em contencioso preparada pelo gabinete jurídico;</li> <li>• Levantamento e análise dos movimentos contabilísticos mais relevantes ocorridos no período na rubrica de provisões;</li> <li>• Obtenção e análise das respostas aos pedidos de confirmação de advogados externos e verificação da sua conformidade com os cálculos das provisões;</li> <li>• Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos, estimativas e julgamentos utilizados;</li> <li>• Leitura e análise das atas do Conselho de Administração; e</li> <li>• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li> </ul>

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Contabilística e de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório único de gestão, designado pela Entidade como Relatório Consolidado, do Relatório de Governo Societário e da Demonstração não Financeira consolidada, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA  
 Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183  
 E-mail: [geral@acauditores.pt](mailto:geral@acauditores.pt) – Internet: [www.acauditores.pt](http://www.acauditores.pt)



## JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA  
 Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183  
 E-mail: [geral@acaudidores.pt](mailto:geral@acaudidores.pt) – Internet: [www.acaudidores.pt](http://www.acaudidores.pt)

6



# JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Capital Social 5.000,00 Euros

- planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão, denominado pelo Grupo como "Relatório Consolidado", com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo das sociedades, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada foi apresentada.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 3 al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão, denominado pela Entidade como "Relatório Consolidado", foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. De salientar que a Entidade optou pela apresentação de um relatório de gestão único, abrangendo as contas individuais e consolidadas, conforme permitido pelo n.º 6, do art.º 508º - C, do Código das Sociedades Comerciais.

Conforme referido no artigo 451º, nº 7, do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no denominado "Relatório Consolidado".

### Sobre o Formato Eletrónico Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 têm de cumprir os requisitos estabelecidos no Regulamento Delegado (U E) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA  
 Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183  
 E-mail: [geral@acaudidores.pt](mailto:geral@acaudidores.pt) – Internet: [www.acaudidores.pt](http://www.acaudidores.pt)



# JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o GAT - Guia de Aplicação Técnica 20 da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- A obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido;
- A identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela Entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

## Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

## Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no denominado "Relatório Consolidado" e no Relatório de Governo Societário.

## Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados como Revisor Oficial de Contas do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (Entidade-mãe do Grupo), para o mandato 2023-2025, através de Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, de 3 de outubro de 2023. Esta nomeação surgiu na sequência de procedimento concursal desencadeado pelo Conselho Fiscal da Entidade e sob sua proposta, nos termos legais e estatutários aplicáveis ao ML.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

Praça de Alvalade, n.º 6, 3.º Dto. 1700-036 LISBOA  
 Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183  
 E-mail: [geral@acaudidores.pt](mailto:geral@acaudidores.pt) – Internet: [www.acaudidores.pt](http://www.acaudidores.pt)



# JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Grupo o seguinte serviço permitido pela lei e regulamentos em vigor:
  - o Emissão de uma declaração para efeitos do art.º 7º da Portaria nº 125/2024, de 1 abril, no âmbito de candidatura a fundos comunitários.

LISBOA, em 29 de junho de 2025

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda”

(Inscrita na OROC sob o n.º 119 e registada na CMVM com o n.º 20161438)

Representada por:

João Amaro Santos Cipriano

(ROC n.º 631; registo na CMVM n.º 20160277)

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA  
 Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183  
 E-mail: [geral@acauditores.pt](mailto:geral@acauditores.pt) – Internet: [www.acauditores.pt](http://www.acauditores.pt)

## 9. Relatório do Auditor Externo (Contas Individuais e Consolidadas)



Knowing you

### RELATÓRIO DE AUDITORIA

#### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Metropolitano de Lisboa, E.P.E.**, (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 5.931.005.677 euros e um total de capital próprio de 2.295.199.717 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 19.841.311 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Metropolitano de Lisboa, E.P.E.** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

##### Bases para a opinião com reservas

- 1) O contrato de concessão celebrado com o Estado em março de 2015 atribuiu à Entidade a concessão do transporte público metropolitano de passageiros na área metropolitana de Lisboa, até 1 de julho de 2024, compreendendo todos os bens afetos à concessão e os direitos e obrigações destinados ao desenvolvimento dessa atividade, dos quais decorreram efeitos que não foram refletidos nas demonstrações financeiras de 2015 a 2023. Em 15 de julho de 2024 entrou em vigor o aditamento entretanto celebrado ao referido contrato de concessão, o qual implica um conjunto significativo de alterações no tratamento contabilístico adotado, nomeadamente ao nível da classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, bem como a necessidade de obtenção da aprovação do Estado relativamente ao montante a reembolsar pelas despesas e encargos com atividades desenvolvidas por sua conta até à referida data. Conforme referido na nota 1.2 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade optou por não apresentar nas suas demonstrações financeiras as alterações devidas no tratamento contabilístico, exceto no que respeita à estimativa do rendimento decorrente da compensação por obrigações de serviço público. Não dispomos de informação que nos permita quantificar os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras.



Knowing you

Kreston &amp; Associados - SPROC Lda - Capital Social: 75.200 euros | Matrícula C.R.C. Lisboa e NIPC 502.844.787 | Inscrição na OROC nº104 | Inscrição na CMVM nº 20161426

- 2) Conforme divulgado nas notas 4.2 e 5 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade tem vindo a adotar o procedimento de registar todos os fluxos relacionados com a concessão em rubricas do balanço denominadas "Investimentos de infraestruturas de longa duração" (ILD), apresentadas no ativo e no passivo e cujos saldos a 31 de dezembro de 2024 ascendem a 5.496.169.211 euros no ativo não corrente (que compreende créditos a receber do Estado, instrumentos financeiros derivados mensurados ao justo valor, ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento), e a 922.123.686 euros no passivo não corrente e a 1.491.714.765 euros no passivo corrente (respeitantes a financiamentos, provisões e outras contas a pagar ao Estado relacionados com as ILD). De salientar ainda que os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados, respetivamente. Dado que a metodologia adotada e os saldos a receber/pagar do/ao Estado reconhecidos, decorrentes deste procedimento, não foram validados, nem confirmados pelo concedente, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada e à razoabilidade dos respetivos saldos reconhecidos.
- 3) Conforme divulgado na nota 15 do anexo às demonstrações financeiras, a rubrica "Diferimentos" no ativo inclui cerca de 22.500.000 euros, referente a obras efetuadas pela Entidade por conta da Transtejo, que ainda não foram faturadas por falta de formalização de protocolos devidos. A informação disponível não permite concluir quanto à recuperabilidade destes montantes.
- 4) Na rubrica de inventários, com saldo de 9.998.665 euros, foram identificados diversos artigos de inventário sem rotação ou com rotação muito reduzida. A informação disponibilizada não nos permite concluir quanto à recuperabilidade desse ativo, pelo que não nos pronunciamos quanto a esta matéria.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### Ênfase

A Entidade tem vindo a gerar prejuízos anuais consecutivos, sendo o financiamento necessário à prossecução da sua atividade assegurado pelo acionista Estado Português, por via de dotações de capital, atribuição de subsídios e concessão de empréstimos, estes últimos objeto de sucessivas moratórias de capital e juros, o que contribuiu para que o passivo corrente seja substancialmente superior ao ativo corrente. Contudo, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações da Entidade, dado se tratar de uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia nacional para o setor dos transportes e dos resultados a apurar no futuro.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além das matérias mencionadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

#### 1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta de auditoria
<p>Com o objetivo de cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD, foram contratados instrumentos financeiros derivados, que estão classificados contabilisticamente como de negociação. O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2024 ascende a 2.770.384€ no ativo e a 3.501.878€ no passivo, correspondendo ao justo valor determinado pelas instituições bancárias com os quais foram contratados.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.11 e 5.4 do anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é no nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação das metodologias e estimativas considerados na determinação do justo valor;</li> <li>• Obtenção e análise das avaliações realizadas, designadamente pelo IGCP;</li> <li>• Apreciação do teste de sensibilidade a variações das taxas de juros; e</li> <li>• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li> </ul>

#### 2. Reconhecimento das prestações de serviços

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta de auditoria
<p>A rubrica Vendas e prestações de serviços inclui o rédito da venda de títulos de transporte e compensações tarifárias, cujo montante depende de leis e regulamentos, de dotações orçamentais e de repartições de receita comunicadas por entidades externas, fatores não controlados pela Entidade. Acresce o elevado número de registos no sistema de bilhética, de que decorre o risco de o rendimento ser incorretamente reconhecido, pelo que entendemos</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamento e avaliação dos procedimentos e controlos relevantes identificados no ciclo da receita e, em particular, no sistema de bilhética;</li> </ul>



Knowing you

Kreston & Associados - SROC Lda. - Capital Social: 75 200 euros | Matrícula C.R.C. Lisboa e NIPC 502 644 787 | Inscrição na OROC nº104 | Inscrição na CMVM nº 20161426

<p>considerar o rédito como uma matéria relevante de auditoria. O saldo desta rubrica no período de 2024 ascende a 132.256.549€.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.16 e 24 do anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>A relevância dos montantes envolvidos, a dimensão das transações e os julgamentos inerentes, em função da sua tipologia e sua conformidade com as alterações regulamentares/legislativas, justificam que esta área seja considerada como matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Teste à operacionalidade dos controlos relevantes relacionados com a integração da receita na contabilidade;</li> <li>• Apreciação da razoabilidade das especializações de rendimentos efetuadas e dos pressupostos considerados;</li> <li>• Validação do reconhecimento do rendimento com os respetivos recebimentos e ofícios da TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A. (TML);</li> <li>• Obtenção do suporte documental das compensações tarifárias recebidas e verificação da exatidão dos montantes contabilizados;</li> <li>• Para uma amostra de títulos de transporte, verificação se as vendas registadas no sistema de bilhética do ML são coincidentes com os registos no sistema de informação da TML;</li> <li>• Obtenção de confirmações externas dos operadores de transporte com os quais existe repartição de rendimentos;</li> <li>• Realização da revisão analítica por tipologia de serviço;</li> <li>• Realização de procedimentos de validação do corte de operações; e</li> <li>• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li> </ul>
---	---

**3. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego**

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta de auditoria
<p>A entidade tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. A responsabilidade decorrente deste plano é determinada por avaliação atuarial efetuada em cada data de relato, de acordo com o método da unidade de crédito projetada.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.15 e 20 do anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>Dado que os pressupostos utilizados quanto à mensuração das responsabilidades envolvem um grau de incerteza e um nível de julgamento elevado por parte do órgão de gestão, consideramos que esta é uma área significativa de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo;</li> <li>• Validação dos registos contabilísticos efetuados, tomando por base os valores indicados no relatório atuarial;</li> <li>• Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado; e</li> <li>• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li> </ul>

#### 4. Mensuração das Provisões

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Dada a complexidade dos processos judiciais, o elevado número de processos, o nível de julgamento envolvido na determinação dos riscos, a imprevisibilidade associada ao respetivo desfecho e a materialidade das responsabilidades que podem vir a resultar, entendemos considerar esta rubrica como uma matéria relevante da nossa auditoria.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.14 e 18 do anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Obtenção e análise da relação dos processos em contencioso preparada pelo departamento jurídico;</li> <li>• Obtenção e análise das respostas aos pedidos de confirmação de advogados externos e verificação da sua conformidade com o cálculo das provisões;</li> <li>• Análise crítica e discussão dos pressupostos considerados na quantificação das provisões;</li> <li>• Obtenção e análise das demonstrações financeiras das participadas, nas quais a Entidade assumiu obrigações legais ou construtivas;</li> <li>• Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos, estimativas e julgamentos utilizados;</li> <li>• Leitura e análise das atas do Conselho de Administração;</li> <li>• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li> </ul>

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, relatório do governo societário e demonstração não financeira nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;



Knowing you

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais na matéria do governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida 724.042.770 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 674.263.573 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte:

- A Entidade não adotou o Plano de Contas Multidimensional, não dispendo de contas da Classe "0" nos moldes previstos na NCP 26, o que não permite obter e validar as demonstrações orçamentais de forma automática e rigorosa ou obter um balancete da classe "0". Adicionalmente, não é possível observar o cumprimento das regras de movimentação contabilística aplicáveis ao reconhecimento e mensuração das transações e outros acontecimentos inerentes à contabilidade orçamental, sendo o processo de preparação das referidas demonstrações manual e suportado num conjunto de mapas de controlo da execução orçamental; e
- O Anexo às demonstrações orçamentais não inclui toda a informação exigida pela NCP 26, designadamente quanto à "Contratação administrativa".

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.



Knowing you

Conforme referido no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

#### Sobre o relatório do governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do n.º 1 do referido artigo.

#### Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório de gestão.

#### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos contratados como auditores externos da Entidade pela primeira vez em 27 de dezembro de 2023 para os exercícios de 2023 a 2025.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que não prestámos à Entidade e às entidades sob o seu controlo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Porto, 27 de junho de 2025

**KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, Lda.**

Representada por Pedro Morais dos Santos



Knowing you

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **Metropolitano de Lisboa, E.P.E.**, (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 5.926.643.734 euros e um total de capital próprio de 2.256.846.146 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 19.844.593 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada do rendimento integral e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **Metropolitano de Lisboa, E.P.E.** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião com reservas

- 1) O contrato de concessão celebrado com o Estado em março de 2015 atribuiu ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E. a concessão do transporte público metropolitano de passageiros na área metropolitana de Lisboa, até 1 de julho de 2024, compreendendo todos os bens afetos à concessão e os direitos e obrigações destinados ao desenvolvimento dessa atividade, dos quais decorreram efeitos que não foram refletidos nas demonstrações financeiras de 2015 a 2023. Em 15 de julho de 2024 entrou em vigor o aditamento entretanto celebrado ao referido contrato de concessão, o qual implica um conjunto significativo de alterações no tratamento contabilístico adotado, nomeadamente ao nível da classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, bem como a necessidade de obtenção da aprovação do Estado relativamente ao montante a reembolsar pelas despesas e encargos com atividades desenvolvidas por sua conta até à referida data. Conforme referido na nota 1.2 do anexo às demonstrações financeiras, o Grupo optou por não apresentar nas suas demonstrações financeiras as alterações devidas no tratamento contabilístico, exceto no que respeita à estimativa do rendimento decorrente da compensação por obrigações de serviço público. Não dispomos de informação que nos permita quantificar os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras.

- 2) Conforme divulgado nas notas 3.3 e 5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo tem vindo a adotar o procedimento de registar todos os fluxos relacionados com a concessão em rubricas do balanço denominadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração” (ILD), apresentadas no ativo e no passivo e cujos saldos a 31 de dezembro de 2024 ascendem a 5.496.169.211 euros no ativo não corrente (que compreende créditos a receber do Estado, instrumentos financeiros derivados mensurados ao justo valor, ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento), e a 922.123.686 euros no passivo não corrente e a 1.491.714.765 euros no passivo corrente (respeitantes a financiamentos, provisões e outras contas a pagar ao Estado relacionados com as ILD). De salientar ainda que os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados, respetivamente. Dado que a metodologia adotada e os saldos a receber/pagar do/ao Estado reconhecidos, decorrentes deste procedimento, não foram validados, nem confirmados pelo concedente, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada e à razoabilidade dos respetivos saldos reconhecidos.
- 3) Conforme divulgado na nota 15 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a rubrica “Outros créditos a receber” no ativo inclui cerca de 22.500.000 euros, referente a obras efetuadas pelo Grupo por conta da Transtejo, que ainda não foram faturadas por falta de formalização de protocolos devidos. A informação disponível não permite concluir quanto à recuperabilidade destes montantes.
- 4) Na rubrica de inventários, com saldo de 9.998.665 euros, foram identificados diversos artigos de inventário sem rotação ou com rotação muito reduzida. A informação disponibilizada não nos permite concluir quanto à recuperabilidade desse ativo, pelo que não nos pronunciamos quanto a esta matéria.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### Ênfase

O Grupo tem vindo a gerar prejuízos anuais consecutivos, sendo o financiamento necessário à prossecução da sua atividade assegurado pelo acionista Estado Português, por via de dotações de capital, atribuição de subsídios e concessão de empréstimos, estes últimos objeto de sucessivas moratórias de capital e juros, o que contribuiu para que o passivo corrente seja substancialmente superior ao ativo corrente. Contudo, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações do Grupo, dado se tratar de uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia nacional para o setor dos transportes e dos resultados a apurar no futuro.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além das matérias mencionadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

#### 1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta de auditoria
<p>Com o objetivo de cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD, foram contratados instrumentos financeiros derivados, que estão classificados contabilisticamente como de negociação. O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2024 ascende a 2.770.384€ no ativo e a 3.501.878€ no passivo, correspondendo ao justo valor determinado pelas instituições bancárias com os quais foram contratados.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.11 e 5.4 do anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação das metodologias e estimativas considerados na determinação do justo valor;</li> <li>• Obtenção e análise das avaliações realizadas, designadamente pelo IGCP;</li> <li>• Apreciação do teste de sensibilidade a variações das taxas de juros; e</li> <li>• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li> </ul>

#### 2. Reconhecimento das prestações de serviços

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta de auditoria
<p>A rubrica Vendas e prestações de serviços inclui o rédito da venda de títulos de transporte e compensações tarifárias, cujo montante depende de leis e regulamentos, de dotações orçamentais e de repartições de receita comunicadas por entidades externas, fatores não controlados pelo Grupo. Acresce o elevado número de registos no sistema de bilhética, de que decorre o risco de o rendimento ser incorretamente reconhecido, pelo que entendemos considerar o rédito como uma matéria relevante de</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamento e avaliação dos procedimentos e controlos relevantes identificados no ciclo da receita e, em particular, no sistema de bilhética;</li> </ul>



Knowing you

Kreston & Associados - SROC Lda. - Capital Social: 75.200 euros | Matrícula C.R.C. Lisboa e NIPC 502 844 787 | Inscrição na OROC nº104 | Inscrição na CMVM nº 20161426

<p>auditoria. O saldo desta rubrica no período de 2024 ascende a 132.256.549€.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.16 e 24 do anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>A relevância dos montantes envolvidos, a dimensão das transações e os julgamentos inerentes, em função da sua tipologia e sua conformidade com as alterações regulamentares/legislativas, justificam que esta área seja considerada como matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Teste à operacionalidade dos controlos relevantes relacionados com a integração da receita na contabilidade;</li> <li>• Apreciação da razoabilidade das especializações de rendimentos efetuadas e dos pressupostos considerados;</li> <li>• Validação do reconhecimento do rendimento com os respetivos recebimentos e ofícios da TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A. (TML);</li> <li>• Obtenção do suporte documental das compensações tarifárias recebidas e verificação da exatidão dos montantes contabilizados;</li> <li>• Para uma amostra de títulos de transporte, verificação se as vendas registadas no sistema de bilhética do ML são coincidentes com os registos no sistema de informação da TML;</li> <li>• Obtenção de confirmações externas dos operadores de transporte com os quais existe repartição de rendimentos;</li> <li>• Realização da revisão analítica por tipologia de serviço;</li> <li>• Realização de procedimentos de validação do corte de operações; e</li> <li>• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li> </ul>
---	---

**3. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego**

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta de auditoria
<p>O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. A responsabilidade decorrente deste plano é determinada por avaliação atuarial efetuada em cada data de relato, de acordo com o método da unidade de crédito projetada.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.15 e 20 do anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>Dado que os pressupostos utilizados quanto à mensuração das responsabilidades envolvem um grau de incerteza e um nível de julgamento elevado por parte do órgão de gestão, consideramos que esta é uma área significativa de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo;</li> <li>• Validação dos registos contabilísticos efetuados, tomando por base os valores indicados no relatório atuarial;</li> <li>• Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado; e</li> <li>• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li> </ul>

#### 4. Mensuração das Provisões

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Dada a complexidade dos processos judiciais, o elevado número de processos, o nível de julgamento envolvido na determinação dos riscos, a imprevisibilidade associada ao respetivo desfecho e a materialidade das responsabilidades que podem vir a resultar, entendemos considerar esta rubrica como uma matéria relevante da nossa auditoria.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.14 e 18 do anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Obtenção e análise da relação dos processos em contencioso preparada pelo departamento jurídico;</li> <li>• Obtenção e análise das respostas aos pedidos de confirmação de advogados externos e verificação da sua conformidade com o cálculo das provisões;</li> <li>• Análise crítica e discussão dos pressupostos considerados na quantificação das provisões;</li> <li>• Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos, estimativas e julgamentos utilizados;</li> <li>• Leitura e análise das atas do Conselho de Administração;</li> <li>• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.</li> </ul>

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, relatório do governo societário e demonstração não financeira consolidada nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeamos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo com base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;



Knowing you

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo das sociedades, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Conforme referido no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório consolidado de gestão.

### Sobre o relatório do governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do n.º 1 do referido artigo.

### Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório consolidado de gestão que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório consolidado de gestão.



Knowing you

#### Sobre o formato eletrónico único europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (EU) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

#### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos contratados como auditores externos do Grupo pela primeira vez em 27 de dezembro de 2023 para os exercícios de 2023 a 2025.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do grupo nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.



Knowing you

- Informamos que não prestámos ao Grupo e às entidades sob o seu controlo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Porto, 27 de junho de 2025

---

**KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, Lda.**

Representada por Pedro Morais dos Santos

Kreston & Associados - SROC Lda. - Capital Social: 75.200 euros | Matrícula C.R.C. Lisboa e NIPC 502 844 787 | Inscrição na ORCC nº104 | Inscrição na CIMVM nº 20161426

Rua Pedro Homem de Melo, 55 - 1º L15 4150-599 Porto | T. +(351) 221 106 571 | [kreston@kreston.pt](mailto:kreston@kreston.pt) | [www.kreston.pt](http://www.kreston.pt)  
An independent member of the Kreston Global Network

## 10. Indicadores GRI e Tabela de Indicadores GRI

### Análise de materialidade e limites do relatório

De acordo com o IIRC – Estrutura Internacional para o Relatório Integrado (do inglês, International Integrated Reporting Council) a materialidade é definida como os assuntos ou os tópicos que impactam (de forma significativa) a capacidade duma organização em gerar valor no curto, médio e longo prazo. O IIRC destaca, ainda que “um relatório integrado é uma comunicação concisa sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspetivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à criação, preservação ou corrosão de valor no curto, no médio e no longo prazo.” (IIRC, 2021).

Este Relatório Consolidado tem como objetivo comunicar às partes interessadas os esforços do ML para alcançar a sustentabilidade e como a empresa está a contribuir para a sustentabilidade do meio envolvente. Para tal, as partes interessadas foram identificadas e aparecem descritas no capítulo “Partes Interessadas” do presente relatório.

Com o propósito de reconhecer e priorizar, desde o início, todas as questões relevantes que possam representar riscos ou oportunidades para o negócio, foi realizada uma seleção dos aspetos materiais para o exercício de 2024. Esta seleção levou em consideração as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI) e os impactos económicos, ambientais e sociais que estes tópicos têm sobre a organização. Para além disso, esta análise considerou como estas questões podem influenciar as avaliações e decisões das partes interessadas.

Assim, foram utilizadas diversas formas de auscultação às partes interessadas, cujos detalhes são apresentadas neste relatório. Estas auscultações permitem uma visão mais abrangente sobre os tópicos que impactam significativamente nas decisões estratégicas do ML e na sua estratégia a longo prazo.

Quadro 98 – Priorização dos aspetos materiais



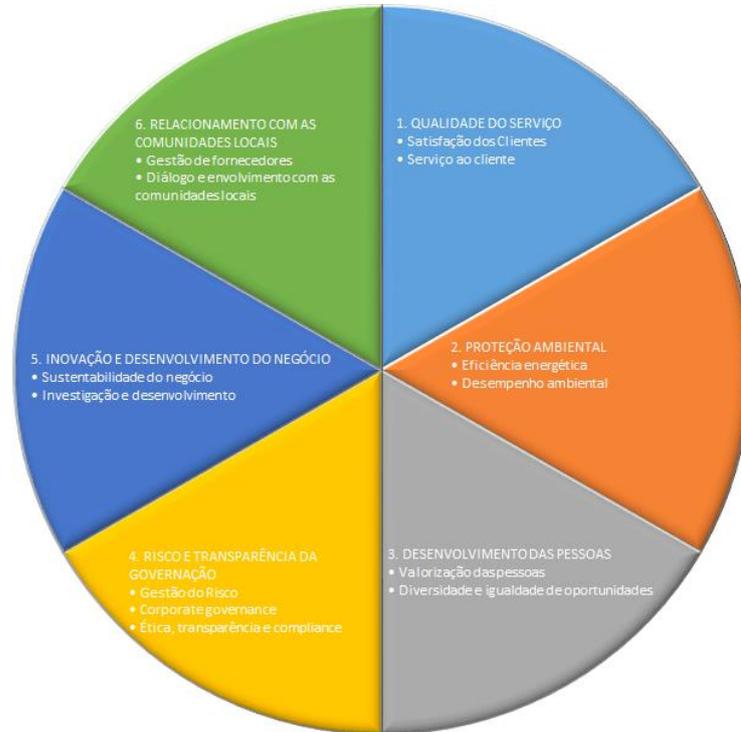
As principais fontes utilizadas para a seleção das questões materiais incluem:

- Os padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI);
- Os indicadores do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA) do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa;
- A estratégia definida e os compromissos assumidos pela organização;
- Os factos ocorridos no ano de referência;
- Os requisitos da Diretiva 2014/95/UE, de 22 de outubro e o cumprimento legal do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho;

- A análise do contexto externo onde a organização se insere.

Os temas materiais considerados podem ser atribuídos à abordagem de sustentabilidade METRO e às áreas estratégicas de atuação. É sobre estes temas materiais que o presente relatório relata com maior enfoque.

Quadro 99 – Alinhamento dos aspetos materiais com a estratégia e os ODS



## Indicadores GRI

### 1) Desempenho Económico

#### GRI 201-1 Valor económico direto gerado e distribuído

	2022	2023	2024
Valor económico gerado (€)	128.001.652	137.046.139	142.475.085
Valor económico distribuído (€)	149.201.034	144.741.639	146.424.404
Valor económico acumulado (€)	-21.199.382	-7.695.500	-3.949.319

#### GRI 201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de alterações climáticas

O Metropolitano de Lisboa tem uma estrutura resiliente face às alterações climáticas, nomeadamente ao risco de subida do nível da água do mar, dado garantir a inexistência de entradas abaixo da cota 4 metros.

A maior sensibilização da comunidade para as alterações climáticas e para a necessidade de descarbonização da economia pode levar a um aumento da procura do transporte público energeticamente eficiente, como o Metro bem como a medidas discriminatórias positivas.

#### GRI 201-3 Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de reforma

O valor estimado em 2024 para as responsabilidades do plano é de 279.899.630 euros.

Não aplicável quanto à existência de um fundo separado para pagar as responsabilidades do Plano de Pensões.

#### GRI 201-4 Apoio financeiro recebido do Governo

	2022	2023	2024
Dotações de capital (€)	181.390.745	57.511.019	369.652.488
Compensações Financeiras / Ministério do Ambiente e da Ação Climática / AML (€)	(i) 14.295.918	(iii) 15.696.318	(v) 36.958.735
Subsídio ao Investimento / PIDDAC / Fundo Ambiental / IMT (€)	(ii) 10.639.940	(iv) 96.075.730	(vi) 39.143.318
Empréstimos DGTF (€)	35.197.631	9.024.285	7.520.109

(i) Inclui PART: 10,8 M€.

(ii) Inclui Fundo Ambiental: 57 m€, PRR: 1,5 M€ e PART 'variável': 9,1 M€.

(iii) Comparticip. 4-18, Sub\_23 e Social+ 3,5 M€, Antigos Combatentes 1,7 M€, Gratuidade CML 5,6 M€, PART 4,9 M€

(iv) Sub. Invest. do Estado 800 m€, F.Ambiental 53,9 M€, POSEUR 39,1 M€, PRR 2,3 M€

(vii) Cong. Passe Navegante: 2,5 M€; Comp. Tarif. COSP: 17,2 M€; Comp. 4\_18/Sub23: 13,7 M€; Congel. Passes Sub18 e Sub 23: 0,9 M€; Comp. Social+: 28 m€; Cong. Social+: 1,8 M€; Gratuidade CML e PAC: 2,7 M€

(viii) Sub. Invest. do Estado 1,3 M€, F.Ambiental 19,1 M€, PACS 2023: 17,7 M€, PRR: 1,0 M€

#### GRI 202-1 Rácio entre o salário mais baixo por género em comparação com o salário mínimo local

	2022	2023	2024
Rácio entre o Salário mais baixo e o salário mínimo local nas unidades operacionais importantes	150,3	147,7	140,7

	Ano 2023		Ano 2024	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Rácio entre o Salário mais baixo e o salário mínimo local nas unidades operacionais importantes	147,70	147,70	140,71	140,71
Proporção do salário mais baixo no ML comparado com o salário mínimo nacional	145,33	144,18	140,71	140,71

#### GRI 202-2 Proporção de membros de direção contratados na comunidade local

	2022	2023	2024
% de gestão de topo ocupados por pessoas da comunidade local	92,3%	92,3%	96,2%

#### GRI 203-1 Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços

Extensão do desenvolvimento de investimentos em Infraestruturas de Longa Duração suportados no valor de 87.087.262 euros.

#### GRI 203-2 Impactes económicos indiretos significativos

#### GRI 204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais

	2022	2023	2024
Gastos com fornecedores locais (%)	97,3	97,1%	98,3%

**GRI 205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção**

	2022	2023	2024
Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	100%	100%	96%
	23	(*) 22	(***) 22
Nº de casos de corrupção identificados	0	(**) 1	0

(\*) A partir de 01.12.2020 as unidades de negócio passaram a ser 20 (anteriormente eram 17).

(\*\*) Infração conexa com a corrupção, reportada ao MENAC, tendo sido aplicada a pena de despedimento com justa causa e elaborada a correspondente queixa-crime.

(\*\*\*) A partir de 01.12.2024 as unidades de negócio passaram a ser 23 (anteriormente eram 22).

**GRI 205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção**

	2022		2023		2024	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Membros do órgão de governança aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	(*) 26	89,7%	29	100,0%	29	100,0%
Colaboradores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	1538	100,0%	1571	100,0%	1571	100,0%
Parceiros de negócio aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	1201	100,0%	913	100,0%	(**) 1283	100,0%
Membros dos órgãos de governança que receberam formação no combate à corrupção	1	3,4%	28	96,6%	28	96,6%
Colaboradores que receberam formação no combate à corrupção	9	0,6%	786	50,0%	786	50,0%

(\*) Os únicos membros do órgão de governança aos quais não foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização foram os 3 elementos do Conselho Fiscal.

(\*\*) Coincide com o n.º total de fornecedores do ML com movimentos contabilísticos 2023-2024, com e-mail associado, incluindo outras entidades públicas.

**GRI 205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas**

	2022	2023	2024
Incidentes de corrupção	0	(*) 1	0

(\*) Infração conexa com a corrupção, reportada ao MENAC, tendo sido aplicada a pena de despedimento com justa causa e elaborada a correspondente queixa-crime.

**GRI 206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de confiança e monopólio**

Não foram tomadas quaisquer ações legais nestas matérias.

**GRI 207-1 Abordagem tributária**

O Metropolitano de Lisboa é uma Entidade Pública Empresarial (EPE) que se rege por estatutos próprios e desenvolve a sua atividade de acordo com as leis e regulamentos que lhe são aplicáveis.

Desde 2011 que o ML foi incluído na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas como entidade pública reclassificada (EPR), equiparada a Serviços e Fundos Autónomos (SFA), decorrendo para a empresa impactos relevantes em matéria de enquadramento orçamental, reporte de informação e observância de legislação aplicável, designadamente sujeição à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, Lei do Enquadramento Orçamental e obrigatoriedade de preparação de Propostas Orçamentais a submeter à Direção Geral do Orçamento (DGO) para inscrição direta no Orçamento de Estado (OE).

A Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) da Assembleia da República é desde 2010 uma unidade parlamentar permanente com competência em matéria orçamental e financeira, que presta apoio na elaboração de estudos e documentos de trabalho técnico sobre a gestão orçamental e financeira pública.

**GRI 207-2 Governança, controlo e gestão de risco fiscal**

O ML monitoriza e faz a gestão das matérias fiscais por forma a garantir a melhor tomada de decisão e a minimizar os potenciais riscos fiscais. O Conselho Fiscal é o órgão responsável por garantir a conformidade neste domínio, fiscalizando o processo de preparação e divulgação de informação financeira. O Conselho Fiscal elabora pareceres aos relatórios trimestrais de execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) e um relatório anual, dando o seu parecer ao relatório e contas apresentado pelo Conselho de Administração.

**2) Desempenho ambiental****GRI 301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume**

	2022	2023	2024
Lâmpadas (un.)	19.922	10.451	13.587
Papel (kg)	24.881,00	43.875,00	26.616,00
Betão (m3)	16.666,00	69.968,00	37.801,00
Aço (t)	676,00	5.703,00	6.720,00
Toners (un.)	213,00	97,00	84,00
Abraçadeiras (un.)	47.058,00	43.079,00	46.514,00
Cabo (m)	13.276	15.686	6.726

**GRI 301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados**  
Dados não disponíveis.**GRI 301-3 Produtos e embalagens recuperados**  
Não aplicável.**GRI 302-1 Consumo de energia dentro da organização, e****GRI 302-2 Consumo de energia fora da organização**

	2022	2023	2024
Gasóleo (MWh)	742	780	627
Gasolina (MWh)	1,98	7,42	41,15
Gás natural (MWh)	3.022	2.186	2.045
Eletricidade (MWh)	95.994	100.369	99.179
Total (MWh)	99.760	103.342	101.891

Em 2024, o consumo total de energia da empresa foi de 101.891.225 kWh. Do total de consumo de energia, 97,3% foi proveniente de energia elétrica comprada, 2,0% de gás natural para aquecimento oficial, cozinha e balneários e 0,7% de combustível para as viaturas de serviço.

**GRI 302-3 Intensidade energética**

	2022	2023	2024
Eficiência energética (kWh/Ck)	7,42	8,73	9,31

O ML consumiu 99.178.568 kWh de energia em 2024, com uma oferta de 29.435.201 carruagens x km. Apesar do aumento da oferta em 2024, a intensidade energética foi de 3,37 kWh por cada Carruagem x km oferecida, representando uma melhoria de 2,7%, face ao ano anterior.

**GRI 302-4 Redução do consumo de energia**

Em 2024, o ML implementou várias iniciativas voltadas para a redução do consumo de energia, com o objetivo de melhorar a sua eficiência energética e reduzir a sua pegada de carbono. As principais ações: Instalação de lâmpadas LED no Edifício Administrativo do Complexo de Carnide;

Substituição integral da iluminação nas estações por tecnologia LED: ação ainda em curso, mas já está implementada em 63% das estações do ML.

	2022	2023	2024
Eficiência energética (Pass.km/kWh)	7,42	8,73	9,31

A implementação das medidas adotadas pela empresa teve um impacto positivo na redução do consumo de energia, que diminuiu 1,4%, em 2024. Esta redução, conjugada com o aumento da procura, resultou numa melhoria no indicador de eficiência energética de 6,6%, refletindo o impacto das ações implementadas.

**GRI 302-5 Redução nos requisitos de energia relacionados com produtos e serviços**

Durante o ano de 2024 deu-se continuidade ao projeto de mudança de tecnologia de iluminação das estações e restantes instalações por solução energeticamente mais eficiente baseada em tecnologia LED, com a instalação de lâmpadas LED no Edifício Administrativo e nas zonas adjacentes às Oficinas de Manutenção e Revisão do Parque de Material e Oficinas em Carnide. Estas medidas refletiram-se na redução dos consumos de energia, tendo-se registado um decréscimo de 1,2% (-1,2 milhões de kWh) face ao ano de 2023.

De igual forma concluiu-se a implementação do novo regime de funcionamento dos ventiladores permitindo ajustar as velocidades dos mesmos com as necessidades de renovação do ar após instalação das sondas de monitorização de qualidade do ar das estações.

Ainda em 2024 conseguiu-se uma redução de 6,5%, face ao ano transato, nos consumos de gás natural em resultado das medidas do programa AGIR já implementadas, como seja, a alteração da regulação da temperatura dos equipamentos de climatização das zonas oficiais e escritórios, ou a eliminação de águas quentes nas instalações sanitárias do edifício administrativo do PMO III.

**GRI 303-1 Interações com a água como recurso partilhado****GRI 303-2 Gestão dos impactos relacionados com a descarga de água**

A totalidade da água consumida pelo ML é de fornecimento público e provém da barragem de Castelo de Bode sendo que o consumo do ML não afeta, de forma relevante, a água armazenada nessa albufeira.

**GRI 303-3 Captação de água**

0 (zero).

**GRI 304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou adjacentes de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas**

As infraestruturas estão localizadas na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes de Amadora e Odivelas. O ML possui unidades próprias fora das áreas protegidas ou de alto valor para a biodiversidade. Por conseguinte, este indicador não se aplica às operações da empresa.

**GRI 304-2 Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas**

O ML está localizado dentro da cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes de Amadora e Odivelas, não possuindo operações em áreas protegidas ou de alto valor para a biodiversidade. Como resultado, não há impactos significativos das nossas atividades, produtos ou serviços sobre a biodiversidade em tais áreas.

**GRI 304-3 Habitats protegidos ou restaurados**

O ML está localizado dentro da cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes de Amadora e Odivelas, não possuindo operações em áreas protegidas ou de alto valor para a biodiversidade. Assim, não há registo de impactos significativos das nossas atividades, produtos ou serviços sobre a biodiversidade em tais áreas. O ML, comprometido com a redução do impacto das suas operações, tem realizado ações de plantação de árvores no Parque Natural Sintra-Cascais com o intuito de restaurar áreas degradadas, aumentar a cobertura vegetal, contribuir para a captura de carbono, ajudando a melhorar a qualidade do ar e a promover a biodiversidade.

**GRI 304-4 Número total de espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação de habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção**

De acordo com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) a cidade de Lisboa e os concelhos limítrofes (Amadora e Odivelas) estão fora das Áreas Protegidas e Classificadas do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas Lisboa e Vale do Tejo do ICNF.

**GRI 305-1 Emissões diretas de gases de efeitos estufa (GEE) (âmbito 1)**

	2022	2023	2024
Emissões diretas de gases de efeitos estufa (t CO <sub>2</sub> e)	801	645	585

**GRI 305-2 Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes de aquisição de energia (âmbito 2)**

	2022	2023	2024
Emissões indiretas de gases de efeitos estufa (t CO <sub>2</sub> e)	5.975	0	0

**GRI 305-3 Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (âmbito 3)**

	2022	2023	2024
Outras emissões indiretas GEE (t CO <sub>2</sub> e)	21	24	22

**GRI 305-4 Intensidade das emissões de gases de efeitos estufa (GEE)**

	2022	2023	2024
Intensidade de GEE (g CO <sub>2</sub> e/Pkm)	8	0	0

**GRI 305-5 Redução das emissões de gases de efeitos estufa (GEE)**

	2022	2023	2024
Total de emissões evitadas (t CO <sub>2</sub> e)	38.772	20.671	5.885

**GRI 305-6 Emissões de substâncias que destroem a camada de ozono**  
0 (zero).**GRI 305-7 Emissões de óxidos de nitrogénio (NO<sub>x</sub>), óxidos de enxofre (SO<sub>x</sub>) e outras emissões atmosféricas significativas**

	2022	2023	2024
Emissões SO <sub>2</sub> - gás acidificante (t)	251	262	259
Emissões NO <sub>2</sub> - gás precursor do ozono (t)	116	121	120

**GRI 306-1 Descarga de água, discriminada por qualidade e destino**

Estima-se que cerca de 80% da água consumida é descarregada como água residual.

	2022	2023	2024
Total de água residual, com potencial carácter industrial, descarregada pelo ML (m <sup>3</sup> )	60.522	57.006	56.283

Fonte	Qualidade	Destino	Tratamento efetuado	Estimativa Anual 2024 (m <sup>3</sup> )	
PMO II (Lisboa)	Águas residuais de carácter industrial, provenientes de oficinas	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa	As águas residuais descarregadas nos coletores destes municípios são encaminhadas para as seguintes estações de tratamento de águas residuais: ETAR de Alcântara ETAR de Chelas ETAR de Beirolos ETAR de Bucelas ETAR de Frielas ETAR de São João da Talha	5.616	
PMO III (Lisboa)	Águas residuais de carácter industrial, provenientes de oficinas	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa		ETAR de Alcântara - tratamento primário avançado, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de ponta de 3,3 m <sup>3</sup> /s em tempo seco (com desinfecção final do efluente) e 6,6 m <sup>3</sup> /s em tempo de chuva (com tratamento físico-químico). ETAR de Chelas - tratamento terciário, por lamas ativadas, incluindo filtração e desinfecção final do efluente, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de 52.500 m <sup>3</sup> /dia. ETAR de Beirolos - tratamento terciário, por lamas ativadas, incluindo filtração e desinfecção do efluente, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para 54.500 m <sup>3</sup> /dia. ETAR de Bucelas - tratamento secundário por vala de oxidação, filtração em areia e desinfecção por UV, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de ponta igual a 36,3 l/s e caudal médio diário de 1.575 m <sup>3</sup> /dia. ETAR de Frielas - tratamento secundário, por lamas ativadas, incluindo tratamento de afinação por biofiltração e desinfecção por UV, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para 70.000 m <sup>3</sup> /dia. ETAR de São João da Talha - tratamento secundário, por lamas ativadas, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para cerca de 16.000 m <sup>3</sup> /dia.	17.256
Estações ML integradas no município de Lisboa	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa		33.412	
Estações ML integradas no município de Loures	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Loures			
Estações ML integradas no município de Odivelas	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Odivelas			
Estações ML integradas no município da Amadora	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais da Amadora			
Síntese: Os locais do ML com produção de águas residuais industriais ou potencialmente industriais são: · Parques de Materiais e Oficinas II e III - onde são produzidas águas residuais de carácter industrial (e que dentro do ML passam por sistemas de tratamento como separador de hidrocarbonetos); · Estações do ML - onde são produzidas águas que podem ter carácter potencialmente industrial, consoante as atividades desenvolvidas nas mesmas, como por exemplo, atividades no âmbito da restauração. As águas residuais do ML são monitorizadas periodicamente, segundo um plano definido de acordo com as suas características. Estima-se, com base nos consumos de 2021 do ML, que o total de águas residuais descarregadas nos PMO foi de 26.347 m <sup>3</sup> e que no total de todas as estações de metro foram descarregados cerca de 37.954 m <sup>3</sup> .			Estimativa do total de água residual descarregada nos PMO II e PMO III (carácter industrial)	22.871	
			Estimativa do total de água residual descarregada nas estações do ML (potencial carácter industrial)	33.412	

**GRI 306-2 Quantidade total de Resíduos, discriminados por tipo e método de disposição**

	2022	2023	2024
Resíduos perigosos (t)	116	22	34
Resíduos não perigosos (t)	995	1.176	1.148
Resíduos para eliminação (t)	759	839	900
Resíduos para recuperação (t)	353	359	282

	2022	2023	2024
Resíduos não perigosos - Estações	369,6	803,7	856,7
Resíduos não perigosos - PMO	316,1	323,8	235,7
Resíduos perigosos - PMO	114,8	20,1	32,6
Resíduos para valorização - PMO	265,5	258,3	170,2

	2022	2023	2024
Peso total de resíduos perigosos	10,4%	1,8%	2,9%
Peso total de resíduos não perigosos	89,6%	98,2%	97,1%
Peso total de resíduos para eliminação	68,3%	70,0%	76,1%
Peso total de resíduos para recuperação	31,7%	30,0%	23,9%

**GRI 306-3 Número total e volume de derramamentos significativos**

Em 2023 não se verificou nenhum derrame significativo.

**GRI 306-4 Peso de Resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigoso e percentagem de resíduos transportados internacionalmente**

Todos os resíduos são integralmente geridos em território português.

**GRI 306-5 Identificação, tamanho, *status* de proteção e valor da biodiversidade de corpos de água afetados por descargas e drenagem de água e / ou escoamento realizados pela organização**

Não aplicável na medida em que todo o escoamento de água é encaminhado através de coletores municipais para as ETAR.

**GRI 307-1 Incumprimento das leis e regulamentos ambientais**

O Metropolitano de Lisboa tem uma metodologia definida que visa a garantia do cumprimento integral das leis e regulamentos ambientais. Esta metodologia assenta na existência de uma base de dados em permanente atualização com os requisitos legais aplicáveis ao ML, na identificação da necessidade de alterações em procedimentos ou equipamentos da Empresa face a alterações legislativas e na realização de uma auditoria anual de conformidade legal realizada por prestador de serviços especializado na matéria.

Em 2024, não foi identificada qualquer não conformidade legal em sede de inspeção pelas autoridades competentes, pelo que não houve lugar a sanções.

**GRI 308-1 Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais**

Nos processos aquisitivos do ML, sempre que aplicável, são definidos requisitos de caráter ambiental. O cumprimento desses requisitos é obrigatório pelo que os fornecedores que não os cumpram são de imediato excluídos do processo.

	2022	2023	2024
Procedimentos utilizando critérios ambientais (%)	12,4	19,2	2,1

**GRI 308-2 Impactos ambientais negativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito**

O ML desenvolveu uma metodologia de identificação e avaliação de aspetos e impactes ambientais que engloba, não só as atividades do ML, mas também todas as referentes à cadeia de fornecedores onde o ML tem possibilidade de influenciar. Da aplicação dessa metodologia resulta a inexistência de impactos ambientais significativos na cadeia de valor com exceção das emissões atmosféricas resultantes da produção de energia elétrica.

Para a minimização desse impacte o ML tem vindo a implementar medidas de eficiência energética nomeadamente ao nível dos sistemas de iluminação e do sistema de ventilação.

**3) Desempenho social****GRI 401-1 Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, género e região**

	2022	2023	2024
Efetivos (mulheres)	413	419	425
Efetivos (homens)	1.162	1.162	1.148
Número total de efetivos	1.575	1.581	1.573
Admissões (*)	75	50	43
Saídas (**)	21	45	51
Taxa de rotatividade	6,1%	6,0%	6,0%

(\*) Inclui 1 reingresso em 2023 e 3 em 2024

(\*\*) Inclui 3 saídas temporárias em 2023 e 2 em 2024

IDADE	Ano 2022		Ano 2023		Ano 2024	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
< 30 anos	6,8%	6,3%	8,4%	6,9%	8,5%	6,9%
Entre 30 e 50 anos	47,2%	37,6%	43,4%	35,1%	36,9%	32,4%
> 50 anos	46,0%	56,1%	48,2%	58,0%	51,9%	38,4%

**GRI 401-2 Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de tempo parcial, discriminados por unidades operacionais importantes da organização**

Não há diferenciação na atribuição de benefícios entre trabalhadores a tempo inteiro e a tempo parcial.

**GRI 401-3 Taxa de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminada por género**

	Ano 2022		Ano 2023		Ano 2024	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Empregados com direito a licença parental	413	1.162	416	1.159	425	1.148
Empregados que tiraram licença parental no período	4	14	3	12	6	28
Empregados que retornaram ao trabalho após o término da licença parental	3	14	3	12	6	28
Empregados que retornaram ao trabalho e continuaram empregados 12 meses após o regresso motivado por licença parental	3	14	3	12	3	12
Taxa de retorno ao trabalho	75,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Taxa de retenção de empregados que tiraram licença parental	100%	100%	100%	100%	100%	100%

**GRI 402-1 Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociações coletiva**

O prazo para notificação é o estipulado no Código do Trabalho.

**GRI 403-1 Percentagem de empregados representados em Comitês formais de gestão – Comitês de Segurança e Saúde dos trabalhadores, que ajudem a monitorizar e aconselhar sobre Programas de Saúde e Segurança**

	2022	2023	2024
Totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde (%)	100,0%	100,0%	100,0%

**GRI 403-2 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionadas ao trabalho, discriminados por região e género**

	2022	2023	2024
Índice de incidência	39,01	52,20	49,65
Índice de frequência	29,27	34,06	29,98
Índice de gravidade	1,80	1,98	1,70
Acidentes de trabalho	77	96	107
Dias perdidos	3.686	4.778	4.412
Número de óbitos	0	0	0
Taxa de absentismo (%)	8,92	7,93	7,59

	2022		2023		2024	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Índice de incidência	22,73	44,66	24,39	62,02	33,49	55,51
Índice de frequência	14,77	28,63	16,19	40,23	20,26	33,50
Índice de gravidade	0,54	1,88	0,85	2,38	0,48	2,13
Acidentes de trabalho (n.º)	13	64	13	83	27	80
Dias perdidos	329	3.357	523	4.255	335	4.077
Número de óbitos	0	0	0	0	0	0
Taxa de absentismo (%)	8,69	9,00	7,82	8,00	7,30	8,00

**GRI 403-3 Trabalhadores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação**

Não existem trabalhadores nestas condições.

**GRI 403-4 Tópicos de saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos**

Manutenção de um serviço responsável pelo cumprimento das condições de segurança e saúde no trabalho, conforme o Acordo de Empresa (AE).

Cumprimento do Regulamento de segurança e saúde no trabalho (Anexo II do Acordo de Empresa).

**GRI 404-1 Horas médias de formação por ano e por empregado**

	2022	2023	2024
Dirigentes	41,84	56,05	39,00
Quadros superiores	38,46	50,35	45,66
Quadros médios	14,89	10,58	14,07
Quadros intermédios	11,16	17,70	20,59
Profissionais qualificados / altamente qualificados	35,17	29,88	22,91
Profissionais não qualificados / semiqualeificados	13,75	2,25	0,92
<b>Média</b>	<b>31,52</b>	<b>30,60</b>	<b>25,77</b>

	Ano 2022		Ano 2023		Ano 2024	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Dirigentes	59,79	35,50	34,10	62,51	52,65	36,12
Quadros superiores	38,21	38,67	57,62	44,31	44,87	46,36
Quadros médios	13,13	16,26	10,58	10,57	17,26	10,76
Quadros intermédios	54,00	9,30	27,08	17,02	41,08	18,96
Profissionais qualificados / altamente qualificados	46,50	31,47	33,64	28,73	20,73	23,57
Profissionais não qualificados / semiqualeificados	0,00	13,75	0,00	2,25	0,00	0,92
<b>Média</b>	<b>41,88</b>	<b>28,13</b>	<b>36,69</b>	<b>28,31</b>	<b>28,16</b>	<b>24,90</b>

**GRI 404-2 Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a reforma**

	2022	2023	2024
Executive MBA (Diretores)	0	0	0
Licenciatura	9	16	12
Mestrado	2	4	1
Doutoramento	0	0	0

Como assistência (quando aplicável), a Empresa concede o Estatuto de Trabalhador-estudante que consta do Código do Trabalho e da legislação que regulamenta e altera aquele código.

**GRI 404-3** Percentagem de empregados que recebem regulamente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por género e categoria funcional

Em 2024 todos os empregados (100%), mulheres e homens, receberam análise de desempenho e de desenvolvimento de carreira.

**GRI 405-1** Composição dos grupos responsáveis pela *governance* e discriminação de empregados por categoria, de acordo com género, faixa etária, associação a grupos minoritários e outros indicadores de diversidade

ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA	2022		2023		2024	
	H	M	H	M	H	M
Conselho de Administração	2	1	2	2	1	2
Assessoria do CA	0	0	0	0	0	0
Comissão de Fiscalização	1	2	1	2	1	2
Diretores	17	6	17	5	19	4
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>9</b>	<b>20</b>	<b>9</b>	<b>21</b>	<b>8</b>

DIRETORES	2022		2023		2024	
	H	M	H	M	H	M
Inferior a 30 anos	0	0	0	0	0	0
Entre 30 e 50 anos	3	3	2	1	2	1
Superior a 50 anos	14	3	15	4	17	3
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>6</b>	<b>17</b>	<b>5</b>	<b>19</b>	<b>4</b>

Em 2024 a idade média dos Diretores situa-se nos 55,7 anos, situando-se as mulheres e os homens nos 49,5 e 57,0 anos, respetivamente.

**GRI 405-2** Rácio de salário-base e as remunerações de mulheres face aos homens

	2022	2023	2024
Quadros superiores	110,9%	112,6%	107,4%
Quadros médios	103,5%	106,8%	106,5%
Quadros intermédios	100,6%	108,7%	97,2%
Profissionais altamente qualificados	89,8%	96,2%	92,4%
Profissionais qualificados	97,1%	97,9%	94,9%

**GRI 406-1 Incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas**

	2022	2023	2024
Número de casos de discriminação	0	0	0
Número de queixas e reclamações relacionadas com os direitos humanos	0	0	0

**GRI 407-1 Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva, possa estar a ser violada ou exista risco, e as medidas tomadas para apoiar esse direito**

A este nível, o ML assume os compromissos do respeito e proteção dos direitos humanos, da erradicação de todas as formas de exploração (liberdade de associação e negociação coletiva) e da erradicação de todas as práticas discriminatórias. Estes e outros princípios de legalidade e ética empresarial fazem parte do Código de Ética e de Conduta do ML<sup>13</sup>.

Em 2024, o ML não identificou operações ou fornecedores onde o direito à liberdade de associação e à negociação coletiva estivesse a ser violado ou onde houvesse risco de violência desses direitos. Neste contexto, a empresa promove um ambiente de trabalho onde os trabalhadores possam formar sindicatos ou associações, fomentando o diálogo social e a negociação coletiva. Estas medidas fortalecem a imagem da empresa e contribuem para que os seus *stakeholders* adotem também estas práticas.

**GRI 408-1 Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil**

O ML assume os compromissos do respeito e proteção dos direitos humanos, da erradicação de todas as formas de exploração do trabalho infantil em todas as suas operações e com fornecedores. Estes e outros princípios de legalidade e ética empresarial fazem parte do Código de Ética e de Conduta do ML.

O ML, em 2024, não identificou operações e fornecedores como sendo de risco para a ocorrência de trabalho infantil.

**GRI 409-1 Operações e fornecedores com risco significativo para a ocorrência de trabalho**

Não houve registo de incidentes em qualquer operação ou fornecedor.

O ML assume os compromissos do respeito e proteção dos direitos humanos, da erradicação de todas as formas de de trabalho forçado ou análogo ao escravo e da erradicação de todas as práticas discriminatórias. Estes e outros princípios de legalidade e ética empresarial fazem parte do Código de Ética e de Conduta do ML.

No ano de 2024, o ML não identificou operações ou fornecedores onde houvesse o risco de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo.

**GRI 410-1 Pessoal de segurança que recebeu formação em políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos**

	2022	2023	2024
Pessoal de segurança que recebeu formação nas políticas ou procedimentos da organização relativos aos direitos humanos que sejam relevantes às operações.	0,0%	85,0%	79,3%

Neste âmbito, a empresa garante que o pessoal de segurança tenha formação contínua em políticas relativas a direitos humanos. Desta forma, é possível que estes profissionais estejam cientes destas políticas e

<sup>13</sup> <https://www.metrolisboa.pt/institucional/informar/relatorios-e-documentos/>

capacitados para atuar de acordo com os princípios dos direitos humanos, evitando qualquer violação desses direitos no desempenho das suas funções.

#### **GRI 411-1 Incidentes de violações envolvendo direitos de povos indígenas**

Em 2024 não houve registo de incidentes.

#### **GRI 412-1 Operações sujeitas a revisões de direitos humanos ou avaliações de impacto**

O Metropolitano de Lisboa apenas opera no mercado português, pelo que é garantido o cumprimento de todo e qualquer assunto relacionado com direitos humanos, o qual se encontra salvaguardado pelas leis da República.

#### **GRI 412-2 Número total de horas de formação de trabalhadores em políticas ou procedimentos de direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo a percentagem de trabalhadores formados**

	2022	2023	2024
Total de horas de formação em políticas ou procedimentos de direitos humanos	181,5	1017,0	832,9
Colaboradores formados, durante o período coberto pelo relatório, em políticas de direitos humanos	2,41%	50,98%	38,70%

#### **GRI 412-3 Acordos e contratos de investimento significativos que incluam cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos**

O Metropolitano de Lisboa apenas opera no mercado português, pelo que é garantido o cumprimento de todo e qualquer assunto relacionado com direitos humanos, o qual se encontra salvaguardado pelas leis da República.

#### **GRI 413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento**

O Metropolitano de Lisboa em fase de expansão da rede ou obras de remodelação/conservação que obriguem a intervenções à superfície tem como prática o envolvimento com a comunidade local, quer em termos de juntas de freguesia, como moradores e comércio local.

#### **GRI 413-2 Operações com impactos negativos reais e potenciais significativos nas comunidades locais**

As obras de expansão da rede obrigam à instalação de estaleiros e a atividades ruidosas e potencialmente geradoras de poeiras e outros incómodos para os habitantes próximos. O Metropolitano de Lisboa implementa um conjunto de ações com vista a minimizar estes impactes negativos e assegura o cumprimento de todos os limites impostos pela legislação em vigor.

#### **GRI 414-1 Novos fornecedores que foram selecionados usando critérios de práticas de trabalho**

NC (Não calculado).

#### **GRI 414-2 Principais impactos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito**

Não foram identificados impactos de maior relevância para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores.

**GRI 415-1 Contribuições políticas**

O Metropolitano de Lisboa, enquanto entidade pública empresarial, está impossibilitado de aceitar toda e qualquer contribuição desta natureza.

**GRI 416-1 Avaliação dos impactos de saúde e segurança das categorias de produtos e serviços**

O Metropolitano de Lisboa na conceção do serviço prestado tem sempre como prioridade a garantia de segurança dos seus clientes. Essa avaliação é feita, também, em sede de estudo de impacto ambiental onde a Direção Geral de Saúde participa na Comissão de Avaliação e é objeto de supervisão permanente pela Direção de Segurança e Vigilância.

**GRI 416-2 Incidentes de incumprimento quanto aos impactos de produtos e serviços em saúde e segurança**

Não se encontram registados quaisquer incidentes decorrentes de incumprimentos nesta matéria.

**GRI 417-1 Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços**

Foram cumpridos todos os normativos legais existentes para o efeito, sendo sujeitos a frequentes auditorias que atestam o cumprimento dos requisitos definidos.

Os requisitos que dizem respeito à informação ao cliente, reclamações, assim como aos estudos “Inquérito de Satisfação do Cliente (ISC)” e “Inquérito de Cliente Mistério (ICM)” (que são estruturados de acordo com os mesmos critérios de qualidade), estão definidos nas normas [NP 4475](#) e [NP EN 13816](#).

	2022	2023	2024
Percentagem de principais categorias de produtos e serviços avaliados	87,5%	87,5%	87,5%
Índice de Satisfação do Cliente	7,42	7,18	7,35
Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	0	0	0

**GRI 417-2 Incidentes de não conformidade em relação à informação e rotulagem de produtos e serviços**

Não aplicável.

**GRI 417-3 Incidentes de não conformidade em relação a comunicações de marketing**

0 (zero).

**GRI 418-1 Reclamações substantivas relativas a violações da privacidade do cliente e perdas de dados do cliente**

A Empresa, desde o dia 25 de maio de 2018, tem um Encarregado de Proteção de Dados (DPO) por forma a garantir a conformidade do ML com a entrada em vigor do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016).

Em 2024, não foram registadas quaisquer reclamações relacionadas com a violação de privacidade e perda de dados de clientes.

**GRI 419-1 Incumprimento das leis e regulamentos na área socioeconómica**

0 (zero).

## 4) Tabela de Indicadores GRI

Quadro 100 – Tabela Resumo GRI (I)

INDICADOR	GRI Standards	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
<b>GRI 102 Conteúdos Gerais 2016</b>				
<b>Perfil Organizacional</b>				
Nome da organização	102-1	Metropolitano de Lisboa, E.P.E. Pág.º 11		
Atividades, Marcas, Produtos e Serviços	102-2	Pág.º 12		
Localização da Sede da Organização	102-3	Avenida Fontes Pereira de Melo, 28, 1069-065 Lisboa, Pág.: <a href="http://www.metrolisboa.pt">www.metrolisboa.pt</a>		
Local das Operações	102-4			
Natureza da propriedade e forma jurídica	102-5	Pág.º 12		
Mercados atendidos	102-6	Pág.º 12		
Porte da organização	102-7	Pág.º 61		
Informações sobre empregados e outros trabalhadores	102-8	Pág.º 61		
Cadeia de fornecedores	102-9	Pág.º 15		
Mudanças significativas na organização e na sua cadeia de fornecedores	102-10			
Princípio ou abordagem da precaução	102-11			
Iniciativas externas	102-12	Pág.º 66		
Participação em associações	102-13	Pág.º 74		
<b>Estratégia</b>				
Declaração do mais alto executivo	102-14	Pág.º 6		
Principais impactos, riscos e oportunidades	102-15	Pág.º 23		
<b>Ética e integridade</b>				
Valores, princípios, normas e códigos de comportamento	102-16	<a href="#">Código de Ética e de Conduta do ML</a>		
Mecanismos para orientações e preocupações referentes a ética	102-17	<a href="#">Relatório de execução do PPRCIC</a>		
<b>Governance</b>				
Estrutura de Governance	102-18	Pág.º 25 <a href="#">RGS 2022</a>		
Delegação de autoridade	102-19	As delegações de competências do CA concretizam-se por Deliberações aprovadas em reunião de CA		
Responsabilidade de cargos e funções de nível executivo por tópicos económicos, ambientais e sociais	102-20	Pág.º 27		
Consulta a stakeholders sobre tópicos económicos, ambientais e sociais	102-21	Pág.º 15		
Composição do mais alto órgão de governance e dos seus comités	102-22	<a href="#">RGS 2022</a>		
Presidente do mais alto órgão de governance	102-23	<a href="#">RGS 2022</a>		
Seleção e nomeação para o mais alto órgão de governance	102-24	<a href="#">RGS 2022</a>		
Conflitos de interesse	102-25	<a href="#">RGS 2022</a>		
Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governance na definição de propósito, valores e estratégias	102-26	<a href="#">RGS 2022</a>		
Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governance	102-27	Pág.º 25		
Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governance	102-28	<a href="#">RGS 2022</a>		
Identificação e gestão dos impactos económicos, ambientais e sociais	102-29	Pág. 257		
Eficácia dos processos de gestão de risco	102-30	<a href="#">RGS 2022</a> ; <a href="#">Relatório de execução do PPRCIC</a>		
Análise dos tópicos económicos, ambientais e sociais	102-31	Reuniões de CA; <a href="#">RGS 2022</a>		

Quadro 101 – Tabela Resumo GRI (II)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
<b>Governance (continuação)</b>				
Papel desempenhado pelo mais alto órgão de <i>governance</i> no relato de sustentabilidade	102-32	Pág. <sup>a</sup> 25		
Comunicação de preocupações cruciais	102-33	Pág. <sup>a</sup> 25		
Natureza e número total de preocupações cruciais	102-34	Pág. <sup>a</sup> 25		
Políticas de remuneração	102-35	Pág. <sup>a</sup> 25		
Processo para determinação da remuneração	102-36	Pág. <sup>a</sup> 25		
Envolvimento dos <i>stakeholders</i> na remuneração	102-37			
Proporção da remuneração total anual	102-38	Pág. <sup>a</sup> 25		
Proporção do aumento percentual na remuneração total anual	102-39	Pág. <sup>a</sup> 25		
<b>Envolvimento dos <i>stakeholders</i></b>				
Lista de grupos de <i>stakeholders</i>	102-40	Pág. <sup>a</sup> 15		
Acordos de negociação coletiva	102-41	Pág. <sup>a</sup> 259		
Identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	102-42	Pág. <sup>a</sup> 15		
Abordagem para o envolvimento de <i>stakeholders</i>	102-43	Pág. <sup>a</sup> 15		
Principais preocupações e tópicos levantados	102-44			
<b>Prática de relato</b>				
Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	102-45	Pág. <sup>a</sup> 11		
Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos	102-46	Pág. <sup>a</sup> 248		
Lista de tópicos materiais	102-47	Pág. <sup>a</sup> 249		
Reformulações das informações	102-48			
Alterações no Relato	102-49			
Período coberto pelo relatório	102-50	Pág. <sup>a</sup> 5		
Data do relatório mais recente	102-51	<a href="#">Relatório e Contas 2022</a>		
Ciclo de emissão de relatórios	102-52	Anual		
Contacto para perguntas sobre o relatório	102-53	<a href="http://www.metrolisboa.pt">www.metrolisboa.pt</a> <a href="mailto:relacoes.publicas@metrolisboa.pt">relacoes.publicas@metrolisboa.pt</a>		
Declarações de relato em conformidade com as Normas GRI	102-54	Pág. <sup>a</sup> 5		
Sumário de conteúdo da GRI	102-55	Pág. <sup>a</sup> 264		
Verificação externa	102-56	Pág. <sup>a</sup> 198		
<b>GRI 201: Desempenho económico 2016</b>				
Valor económico direto gerado e distribuído	201-1	Pág. <sup>a</sup> 249		5; 9
Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de alterações climáticas	201-2	Pág. <sup>a</sup> 249		13
Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de reforma	201-3	Pág. <sup>a</sup> 249		
Apoio financeiro recebido do Governo	201-4	Pág. <sup>a</sup> 250		
<b>GRI 202: Presença no mercado 2016</b>				
Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por género	202-1	Pág. <sup>a</sup> 250		
Proporção de membros da direção contratados na comunidade local	202-2	Pág. <sup>a</sup> 250		
<b>GRI 203: Impactos Económicos Indiretos 2016</b>				
Investimentos em infraestruturas e serviços fornecidos	203-1	Pág. <sup>a</sup> 250		5; 9
<b>GRI 204: Práticas de compra 2016</b>				
Proporção de gastos com fornecedores locais	204-1	Pág. <sup>a</sup> 250		

Quadro 102 – Tabela Resumo GRI (III)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
<b>GRI 205: Combate à corrupção 2016</b>				
Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	205-1	Pág.º 251		16
Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	205-2	Pág.º 251		
Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	205-3	Pág.º 251		16
<b>GRI 206: Concorrência desleal 2016</b>				
Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	206-1	Pág.º 251		
<b>GRI 207: Tributos 2019</b>				
Abordagem tributária	207-1	Pág.º 251		
Governança, controlo e gestão de risco fiscal	207-2	Pág.º 252		
<b>GRI 301: Materiais 2016</b>				
Materiais utilizados, por peso ou volume	301-1	Pág.º 252		
Materiais reciclados utilizados (input)	301-2	Pág.º 252		
Produtos recuperados e os respetivos materiais das embalagens	301-3	Pág.º 252		
<b>GRI 302: Energia 2016</b>				
Energia consumida na organização	302-1	Pág.º 252		13
Energia consumida fora da organização	302-2	Pág.º 252		13
Intensidade energética	302-3	Pág.º 252		13
Redução do consumo de energia	302-4	Pág.º 253		13
Redução das necessidades energéticas dos produtos e serviços	302-5	Pág.º 253		13
<b>GRI 303: Água 2018</b>				
Captação de água por fonte	303-1	Pág.º 253		
Recursos de água afetados significativamente pela captação de água	303-2	Pág.º 253		
Reutilização e reciclagem de água	303-3	Pág.º 253		
<b>GRI 304: Biodiversidade 2016</b>				
Locais das operações (alugados ou propriedade da empresa) que desempenham atividades dentro ou em zonas adjacentes a áreas protegidas ou áreas com elevado valor de biodiversidade fora de áreas protegidas	304-1	Pág.º 254		
Impactos significativos dos produtos e serviços na biodiversidade	304-2	Pág.º 254		
Habitats protegidos ou recuperados	304-3	Pág.º 254		
Espécies pertencentes à lista vermelha da IUCN, ou da lista de conservação nacional no local das operações.	304-4	Pág.º 254		
<b>GRI 305: Emissões 2016</b>				
Emissões GEE diretas (âmbito 1)	305-1	Pág.º 254		13
Emissões GEE indiretas (âmbito 2)	305-2	Pág.º 254		13
Outras emissões GEE (âmbito 3)	305-3	Pág.º 254		13
Intensidade de emissões GEE	305-4	Pág.º 254		13
Redução das emissões GEE	305-5	Pág.º 255		13
Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono	305-6	Pág.º 255		13
Óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas	305-7	Pág.º 255		13
<b>GRI 306: Efluentes e Resíduos 2016</b>				
Descargas de água, discriminadas por qualidade e destino	306-1	Pág.º 255		13
Quantidade total de resíduos por tipo e por método de tratamento	306-2	Pág.º 256		13
Número total e volume de derramamentos significativos	306-3	Pág.º 256		13
Peso de Resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos e percentagem de resíduos transportados internacionalmente	306-4	Pág.º 256		
Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos de água afetados por descargas e drenagem de água e / ou escoamento realizados pela organização	306-5	Pág.º 256		

## Quadro 103 – Tabela Resumo GRI (IV)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
<b>GRI 307: Conformidade ambiental 2016</b>				
Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	307-1	Pág. <sup>a</sup> 256		
<b>GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016</b>				
Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	308-1	Pág. <sup>a</sup> 257		
Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	308-2	Pág. <sup>a</sup> 257		
<b>GRI 401: Emprego 2016</b>				
Novas contratações e rotatividade de empregados	401-1	Pág. <sup>a</sup> 257		5
Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são fornecidos a empregados temporários ou de período parcial	401-2	Pág. <sup>a</sup> 257		
Licença de maternidade/paternidade	401-3	Pág. <sup>a</sup> 258		5
<b>GRI 402: Relações de trabalho 2016</b>				
Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	402-1	Pág. <sup>a</sup> 258		
<b>GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2016</b>				
Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	403-1	Pág. <sup>a</sup> 258		
Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	403-2	Pág. <sup>a</sup> 258		
Serviços de saúde do trabalho	403-3	Pág. <sup>a</sup> 259		
Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	403-4	Pág. <sup>a</sup> 259		
Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	403-5	Pág. <sup>a</sup> 61		
-Promoção da saúde do trabalhador	403-6	Pág. <sup>a</sup> 61		
Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança	403-7	Pág. <sup>a</sup> 61		
Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	403-8	Pág. <sup>a</sup> 61		
Acidentes de trabalho	403-9	Pág. <sup>a</sup> 61		
Doenças profissionais	403-10	Pág. <sup>a</sup> 61		
<b>GRI 404: Capacitação e Educação 2016</b>				
Médias de horas de capacitação por ano, por empregado	404-1	Pág. <sup>a</sup> 259		5
Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	404-2	Pág. <sup>a</sup> 259		
Porcentagem de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	404-3	Pág. <sup>a</sup> 260		5
<b>GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades 2016</b>				
Diversidade em órgãos de <i>governance</i> e empregados	405-1	Pág. <sup>a</sup> 260		5
Proporção entre o salário base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	405-2	Pág. <sup>a</sup> 260		5
<b>GRI 406: Não Discriminação 2016</b>				
Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	406-1	Pág. <sup>a</sup> 261		5
<b>GRI 407: Liberdade Sindical e Negociação Coletiva 2016</b>				
Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	407-1	Pág. <sup>a</sup> 261		
<b>GRI 408: Trabalho Infantil 2016</b>				
Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	408-1	Pág. <sup>a</sup> 261		
<b>GRI 409: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo 2016</b>				
Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	409-1	Pág. <sup>a</sup> 261		
<b>GRI 410: Práticas de Segurança 2016</b>				
Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	410-1	Pág. <sup>a</sup> 261		

Quadro 104 – Tabela Resumo GRI (V)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
<b>GRI 411: Direitos de Povos Indígenas 2016</b>				
Casos de violação de direitos de povos indígenas	411-1	Pág.ª 262		
<b>GRI 412: Avaliação de Direitos Humanos 2016</b>				
Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou avaliações de impacto nos direitos humanos	412-1	Pág.ª 262		
Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos	412-2	Pág.ª 262		
Acordos e contratos de investimentos significativos em que incluem cláusulas sobre direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação de direitos humanos	412-3	Pág.ª 262		
<b>GRI 413: Comunidades Locais 2016</b>				
Operações com envolvimento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados para a comunidade local	413-1	Pág.ª 262		
Operações com impactos negativos (reais e potenciais) nas comunidades locais	413-2	Pág.ª 262		
<b>GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016</b>				
Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	414-1	Pág.ª 262		5
Impactos sociais negativos na cadeia de fornecimento e medidas tomadas	414-2	Pág.ª 262		5
<b>GRI 415: Políticas Públicas 2016</b>				
Contribuições políticas	415-1	Pág.ª 263		
<b>GRI 416: Saúde e Segurança do Consumidor 2016</b>				
Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	416-1	Pág.ª 263		
Casos de não conformidade em relação aos impactos de saúde e segurança causados por produtos e serviços	416-2	Pág.ª 263		
<b>GRI 417: Marketing e Rotulagem 216</b>				
Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	417-1	Pág.ª 263		
Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços	417-2	Pág.ª 263		
Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing	417-3	Pág.ª 263		
<b>GRI 418: Privacidade do Cliente 2016</b>				
Reclamações comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	418-1	Pág.ª 263		
<b>GRI 419: Conformidade Socioeconómica 419</b>				
Não conformidade com leis e regulamentos da área socioeconómica	419-1	Pág.ª 263		

## 11. Aprovação do Plano de Atividade e Orçamento – 2024



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

XXIV GOVERNO CONSTITUCIONAL

### DESPACHO

FINANÇAS E INFRAESTRUTURAS  
E HABITAÇÃO

Nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 39.º do RJSPE, a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM) elaborou o relatório de análise n.º 203/2024, de 22 de julho.

Atento o exposto no referido relatório aprovo-o na generalidade, nos termos e para o efeito do disposto no n.º 9 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual, que aprova o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial.

Considerando o teor das conclusões da UTAM, o cumprimento do rácio de eficiência operacional de 2024 face a 2023, ajustado por efeitos legalmente obrigatórios, e que a proposta de Plano de Atividades e Orçamento da Metropolitano de Lisboa, E.P.E para o triénio 2024-2026, mereceu parecer favorável do órgão de fiscalização, considero que a proposta de Plano de Atividades e Orçamento apresentada, poderá ser aprovada, pelo que concedo apenas, conforme proposto pela UTAM, para o ano de 2024, e sem prejuízo do cumprimento dos necessários requisitos legais por parte da empresa, as seguintes autorizações:

- para a extensão do prazo de contratação de 53 trabalhadores autorizados em sede do PAO 2023-25 até 30 de setembro de 2024;
- para o aumento dos Gastos Operacionais em até três milhões de euros (2,2%), que, deduzindo 317 mil euros referentes aos gastos com as contratações acima assinaladas, limita o total destes gastos em 2024 ao valor de 145,9 milhões de euros,

A aprovação do PAO para 2024 não dispensa a empresa do cumprimento das disposições legais aplicáveis, e qualquer alteração significativa do mesmo, fora da margem de flexibilidade concedida pela autonomia de gestão, deverá obter aprovação acionista, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

Dê-se conhecimento à DGTF e à UTAM.

O Secretário de Estado do  
Tesouro e das Finanças

João Silva  
Lopes

(João Silva Lopes)

Assinado de forma  
digital por João Silva  
Lopes  
Dados: 2024.09.03  
14:46:18 +01'00'

A Secretária de Estado da  
Mobilidade

Assinado por: **Cristina Maria dos Santos Pinto Dias**  
Num. de Identificação: 07312399  
Data: 2024.09.02 20:25:14+01'00'

(Cristina Pinto Dias)

## Índice de quadros

Quadro 1 - Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa.....	10
Quadro 2 - Alinhamento dos <i>stakeholders</i> com as formas de auscultação .....	15
Quadro 3 - Variação do PIB face ao período homólogo .....	17
Quadro 4 - Total de dormidas .....	17
Quadro 5 - Taxa de desemprego .....	18
Quadro 6 - Proporção da população empregada em teletrabalho .....	18
Quadro 7 - Análise de riscos à corrupção .....	24
Quadro 8 - Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção .....	25
Quadro 9 - Tabela de correspondência com a divulgação da informação não financeira .....	26
Quadro 10 - Tabela de correspondência com setor público empresarial .....	27
Quadro 11 - Identificação, formação académica e pelouros dos membros do CA – até 22/junho.....	28
Quadro 12 - Identificação, formação académica e pelouros dos membros do CA – após 26/junho.....	28
Quadro 13 - Identificação dos Membros do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa .....	29
Quadro 14 - Membros do SROC/ROC do Metropolitano de Lisboa.....	29
Quadro 15 - Evolução da oferta.....	39
Quadro 16 - Taxa de realização da oferta .....	40
Quadro 17 - Evolução da Procura.....	41
Quadro 18 - Produção de cartões Lisboa Viva (inclui canal <i>online</i> ).....	42
Quadro 19 - Metrocom – Indicadores de Atividade .....	43
Quadro 20 - EBITDA e Resultado Operacional da Metrocom.....	44
Quadro 21 - Faturação Metrocom.....	44
Quadro 22 - Ferconsult – Indicadores de Atividade.....	45
Quadro 23 - EBITDA e Resultado Operacional da Ferconsult .....	46
Quadro 24 - TREM Situação patrimonial em 31 de dezembro .....	46
Quadro 25 - TREM II Situação patrimonial em 31 de dezembro .....	47
Quadro 26 - Receitas de títulos de transporte.....	49
Quadro 27 - Receitas complementares.....	50
Quadro 28 - Resultados - Contas individuais.....	51
Quadro 29 - Resultados - Contas consolidadas e individuais do Grupo de Empresas do ML.....	51
Quadro 30 - Resultados - Contas consolidadas.....	51
Quadro 31 - Rendimentos Operacionais - Contas individuais.....	52
Quadro 32 - Rendimentos operacionais - Contas consolidadas.....	52
Quadro 33 - Gastos Operacionais - Contas Individuais.....	53
Quadro 34 - Gastos operacionais - Contas consolidadas .....	53
Quadro 35 - EBITDA corrigido - Contas individuais.....	54
Quadro 36 - EBITDA corrigido - Contas consolidadas.....	54
Quadro 37 - Gastos com pessoal - Contas individuais.....	55
Quadro 38 - Resultados financeiros - Contas individuais.....	55
Quadro 39 - Demonstração de fluxos de caixa - Contas individuais.....	55
Quadro 40 - Atividades de financiamento (ótica dos Fluxos de Caixa) - Contas individuais.....	56
Quadro 41 - Ativo total - Contas individuais.....	56
Quadro 42 - Ativo - Variações/Desvios.....	56
Quadro 43 - Capital Próprio e Passivo - Contas individuais ML.....	56
Quadro 44 - Capital Próprio e Passivo - Variações/desvios .....	57
Quadro 45 - <i>Rating</i> do ML.....	57
Quadro 46 - Passivo Remunerado ML – Contas individuais.....	57
Quadro 47 - Passivo Remunerado – Contas consolidadas.....	58
Quadro 48 - Investimento ML – 2024.....	58
Quadro 49 - Investimentos Financeiros ML.....	61
Quadro 50 - Efetivo do grupo de empresas do ML.....	63
Quadro 51 - Dados do efetivo do grupo de empresas do ML, por género .....	63
Quadro 52 - N.º total de recursos humanos do grupo de empresas do ML.....	64
Quadro 53 - Rácio do salário base entre mulheres e homens do grupo de empresas do ML, .....	64

Quadro 54 – Acidentalidade do grupo de empresas do ML.....	65
Quadro 55 – Acidentalidade por género do grupo de empresas do ML.....	65
Quadro 56 – Taxa de absentismo do grupo de empresas do ML.....	66
Quadro 57 – Atividade de fiscalização.....	70
Quadro 58 – Outros indicadores de atividade.....	71
Quadro 59 – Objetivos de gestão.....	77
Quadro 60 – Execução do Plano de Atividades e Orçamento.....	78
Quadro 61 – Investimento.....	78
Quadro 62 – Remunerações Autónomas de 2024.....	79
Quadro 63 – Cálculo C <sub>OSP</sub> 2024.....	80
Quadro 64 – Remuneração da concessão.....	80
Quadro 65 – Grau de execução do orçamento financeiro.....	81
Quadro 66 – Evolução da taxa média anual de financiamento e juros suportados.....	81
Quadro 67 – Variação do endividamento.....	81
Quadro 68 – Prazo médio de pagamentos.....	82
Quadro 69 – Dívidas vencidas.....	82
Quadro 70 – Pagamentos em atraso nos termos do n.º 1 do artigo 40.º da LOE 2024.....	82
Quadro 71 – Remuneração mensal fixada – Estatuto do Gestor Público.....	85
Quadro 72 – Identificação dos membros do Conselho de Administração.....	85
Quadro 73 – Acumulação de funções até 22/junho.....	85
Quadro 74 – Acumulação de funções após 26/junho (cf RCA 2190-20).....	85
Quadro 75 – Remuneração anual auferida.....	86
Quadro 76 – Benefícios sociais.....	86
Quadro 77 – Encargos com viaturas até 22/junho.....	86
Quadro 78 – Encargos com viaturas após 26/junho.....	86
Quadro 79 – Gastos anuais associados a deslocações em serviço.....	86
Quadro 80 – Identificação dos membros do Conselho Fiscal e estatuto remuneratório.....	87
Quadro 81 – Remuneração anual auferida.....	87
Quadro 82 – Identificação do Revisor Oficial de Contas.....	87
Quadro 83 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas.....	87
Quadro 84 – Identificação do Auditor Externo.....	87
Quadro 85 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Auditor Externo.....	87
Quadro 86 – Gastos com comunicações.....	88
Quadro 87 – Gastos anuais associados a viaturas até 22/junho.....	88
Quadro 88 – Gastos anuais associados a viaturas após 26/junho.....	88
Quadro 89 – Obrigações RGPC.....	90
Quadro 90 – Eficiência operacional.....	92
Quadro 91 – Eficiência operacional – Informação adicional.....	92
Quadro 92 – Recursos Humanos e Massa Salarial.....	93
Quadro 93 – Movimentos de Pessoal em 2024.....	93
Quadro 94 – Disponibilidades no IGCP.....	93
Quadro 95 – Disponibilidades na Banca Comercial.....	93
Quadro 96 – Informação divulgada no <i>site</i> do SEE.....	94
Quadro 97 – Quadro resumo – Cumprimento das orientações legais.....	95
Quadro 98 – Priorização dos aspetos materiais.....	248
Quadro 99 – Alinhamento dos aspetos materiais com a estratégia e os ODS.....	249
Quadro 100 – Tabela Resumo GRI (I).....	264
Quadro 101 – Tabela Resumo GRI (II).....	265
Quadro 102 – Tabela Resumo GRI (III).....	266
Quadro 103 – Tabela Resumo GRI (IV).....	267
Quadro 104 – Tabela Resumo GRI (V).....	268

## Índice de gráficos

Gráfico 1 - Indisponibilidade média mensal da infraestrutura principal (valores em horas).....	37
Gráfico 2 - Fiabilidade da infraestrutura principal (média de 12 meses; valores em horas).....	38
Gráfico 3 - Ocupação na hora de ponta da manhã.....	38
Gráfico 4 - Taxa de cobertura das necessidades.....	39
Gráfico 5 - Evolução de fiabilidade média.....	39
Gráfico 6 - Taxa de ocupação global.....	43
Gráfico 7 - Evolução das receitas por linha.....	44
Gráfico 8 - Receitas de títulos de transporte.....	49
Gráfico 9 - Detalhe receitas de títulos de transporte.....	49
Gráfico 10 - Passivo remunerado.....	57
Gráfico 11 - Horas de formação/efetivo.....	62
Gráfico 12 - Efetivo por género e por faixa etária.....	64
Gráfico 13 - Rácio do salário base entre mulheres e homens do grupo de empresas do ML.....	65
Gráfico 14 - Eficiência energética.....	75

## Índice de ilustrações

Ilustração 1 - Organograma de participações sociais.....	11
Ilustração 2 - Os <i>stakeholders</i> do grupo de empresas do ML.....	15
Ilustração 3 - Análise SWOT.....	23
Ilustração 4 - Riscos TOP da organização.....	23
Ilustração 5 - Organograma do Metropolitano de Lisboa.....	29
Ilustração 6 - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável assumidos pelo METRO.....	30
Ilustração 7 - Modelo de criação de valor do Grupo de Empresas Metro.....	32